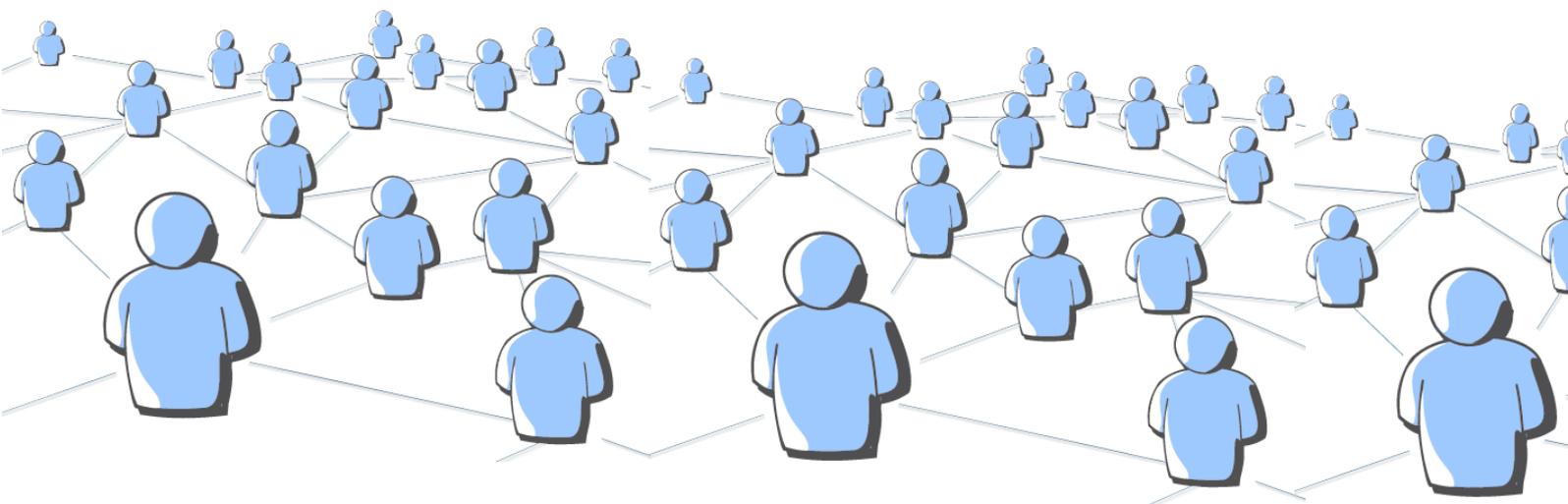


ANAIS
5º CONGRESSO
AMAZÔNICO
DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA
20-24 JUNHO 2022



Educação e inovação conectando saberes

ISBN 978-85-93037-04-7



31ª Semana Acadêmica

30ª Mostra de Metodologia Científica

JONES GODINHO
MARIA DE FÁTIMA BRITO DURÃES
JACKSON LUIZ NUNES BENTES

FACULDADE
LaSalle
Manaus

**JONES GODINHO
MARIA DE FÁTIMA BRITO DURÃES
JACKSON LUIZ NUNES BENTES
(Organizadores)**

**ANAIS DO 5º CONGRESSO AMAZÔNICO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA
“Educação e inovação conectando saberes”**

Manaus, Amazonas
20 a 24 de junho de 2022

FICHA CATALOGRÁFICA

Dados Internacionais de Catalogação e Publicação (CIP)

C749 Congresso Amazônico de Iniciação Científica. Educação e inovação conectando saberes: (6.:2022: Manaus, Am).

Anais 5º Congresso Amazônico de Iniciação Científica. Educação e inovação conectando saberes. 20 a 24 de junho de 2022/ Organizado por Jackson Luiz Nunes Bentes, Jones Godinho e Maria de Fátima Brito Durães. – Manaus, Am: Faculdade La Salle Manaus, 246 p., 2022.

ISBN: 978-85-93037-04-7

1. Congresso Amazônico 2. Pesquisa Científica 3. Iniciação Científica I. Bentes, Jackson Luiz Nunes II. Godinho, Jones III. Durães, Maria de Fátima Brito IV. Título.

CDU:001

Ficha elaborada pelo setor de Processamento Técnico da Biblioteca da Faculdade La Salle - Manaus. Bibliotecária Carla Cristina Pereira de Sousa dos Santos.CRB11/803 AM.

Como citar:

SOBRENOME, Nome do autor do artigo. Título do artigo. In: GODINHO, Jones; DURÃES, Maria de Fátima Brito; BENTES, Jackson Luiz Nunes (Org). **Anais 5º Congresso Amazônico de Iniciação Científica**. Educação e inovação conectando saberes: Faculdade La Salle Manaus, Manaus-AM, p. número inicial e final das páginas do artigo, 2022.

1

As opiniões e os conceitos emitidos, bem como a exatidão, adequação e procedência das citações e referências, são de exclusiva responsabilidade dos autores dos artigos aqui apresentados.

EXPEDIENTE

Faculdade La Salle Manaus

Prof. Dr. Jackson Luiz Nunes Bentes
Diretor Geral

Ir. Antônio Cantelli
Vice-Diretor

Profa. Ma. Maria de Fátima Brito Durães
Diretora Acadêmica

Coordenação Geral

Prof. Dr. Jones Godinho

Profa. Ma. Maria de Fátima Brito Durães

Prof. Dr. Jackson Luiz Nunes Bentes

Profa. Ma. Anna Waléria Guerra Uchôa

Prof. Dr. João Carlos da Silva Filho

Comissão Científica

Dr. Adan Renê Pereira da Silva (FSDB)

Dra. Cristina Rodrigues Carneiro (IFAM)

Dra. Maria Rosemi Araújo do Nascimento (SEMED Manaus)

Dra. Sandra Oliveira de Almeida (SEDUCAM)

Ma. Margareth Soares Abtibol (LA SALLE Manaus)

Ma. Natasha Yasmine Castelo Branco Donadon (LA SALLE Manaus)

Me. Denison Melo de Aguiar (UEA)

Me. Lucas Antunes Furtado (UFAM)

Comissão de Comunicação, Marketing e TI

Edgar Gomes de Oliveira Netto

Maria Aline Bezerra Areque

Mário Barbolhe Saldanha Junior

Natália Roque da Silva

Ronnie Pessoa

Valdison Rodrigues Meteles

Ticiano Patrício de Andrade

APRESENTAÇÃO

Dentre as muitas mudanças em nossa experiência educacional está a ideia de fazer conexões. Nenhum conhecimento importante está isolado e, no futuro, as respostas aos desafios que enfrentaremos dependerão cada vez mais das conexões entre os diferentes aspectos do conhecimento que iniciamos hoje.

Os últimos tempos têm nos exigido o estabelecimento de conexões entre as disciplinas acadêmicas e as novas combinações e caminhos possíveis em busca do compartilhamento de informações e conhecimentos capazes de conectar saberes.

Nesse sentido, a 5ª edição do Congresso Amazônico de Iniciação Científica, quer enfatizar o conceito de conhecimento conectado. E, para tanto, esta edição foi pensada para se desenvolver de forma híbrida, com congressistas participando de forma presencial no campus e, simultaneamente, de forma on-line onde quer que estejam.

Durante os cinco dias de Congresso aconteceu também a 31ª Semana Acadêmica da Faculdade La Salle Manaus, e a 30ª Mostra de Metodologia Científica, onde contamos com palestras, oficinas, apresentações de trabalhos interdisciplinares, projetos integradores, relatos de experiências, trabalhos de conclusão de curso, mesas de debates, e muito mais. Parte dos conhecimentos compartilhados você encontrará neste documento.

Junte-se a nós, conecte-se... venha compartilhar saberes e estabelecer novas conexões que nos auxiliem a compreender o mundo e a transformá-lo em um lugar mais humano, mais justo e fraterno.

Boas-vindas ao 5º Congresso Amazônico de Iniciação Científica: Educação e inovação conectando saberes.

Prof. Dr. Jones Godinho
Coordenação Geral do 5º CAIC
Faculdade La Salle Manaus

SUMÁRIO

PRODUÇÃO DE E-BOOK UTILIZANDO AS TÉCNICAS DO PMBOK E METODOLOGIA PDCA. Sarah Cristina de O. Biscaro, Laísa Cleane C. da Silva, Lucas Adriano M. Campelo, Gelson Dias Florentino.....	8
IMPLEMENTAÇÃO E MELHORIA DE PROCEDIMENTOS DE CONTROLE E ORGANIZAÇÃO - 5S. Karina Gabriele Pinheiro de Mello, Helton Gama Tapajós, Lilian Kaline de Oliveira de Sena, Gelson Dias Florentino.....	13
ESTRATÉGIA DE MARKETING PARA A COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS EM UMA EMPRESA DO SEGMENTO DE VESTUÁRIO FEMININO. Franciane S. Aguiar, Fabiane dos S. Alves, Beatriz G. Barbosa, Gelson Dias Florentino	20
O CRESCIMENTO DO E-COMMERCE DURANTE A PANDEMIA. Iago de Sousa Vianna, Lucas Francisco Gonçalves Martins, Maria Giovanna Martins Lacerda, Gelson Dias Florentino	24
ANÁLISE DO ATUAL MERCADO DE BARBEARIAS COM PERSPECTIVAS DE IMPLANTAÇÃO DE UM EMPREENDIMENTO NA CIDADE DE MANAUS. Leonardo Oliveira da Costa, Ramon Gustavo Pereira de Brito, Shirley Queiroz da Silva, Gelson Dias Florentino.....	28
ESTRATÉGIAS MERCADOLÓGICAS PARA MELHORIA DE NEGÓCIOS NO SEGMENTO ONLINE. Jarleson Nascimento dos Santos, Jackson Allan Ribeiro, Cristiane Roberto da Silva, Gelson Dias Florentino.....	32
ABORDAGEM MERCADOLÓGICA SOBRE A IMPLANTAÇÃO DE COMÉRCIO VAREJISTA NA CIDADE DE MANAUS. Janderson Costa de Lima, Elivandra Barreira de Sales, Renata Reategne de Lima, Gelson Dias Florentino	36
ABORDAGEM SOBRE UM MODELO DE CASA CONTÊINER SUSTENTÁVEL. Carla Manuela Xavier B. Vitor, Franklin Souza Ferreira, Juan Vitor Matos Ramos, Gelson Dias Florentino	40
A IMPORTÂNCIA DAS ESTRATÉGIAS LOGÍSTICAS EM TEMPOS DE PANDEMIA. Victor Kalel da Silva Lima, Ana C. Ramos de Oliveira, Kennedy G. Lopes, Gelson Dias Florentino.....	45
IMPLANTAÇÃO DE PROJETO DE EMPREENDEDORISMO NO SEGMENTO DE BELEZA E ESTÉTICA. Clíssia de Oliveira Marques, Gelson Dias Florentino	49
A EXPLORAÇÃO DO RPG PARA INTERAÇÃO EM CENÁRIO LÚDICO: a construção de conhecimento científico. Douglas F. Campos, Pedro G. Fadini, Luciana Backes.....	55
GIBITECA NA ESCOLA: MEDIAÇÕES PEDAGÓGICAS POSSÍVEIS E NECESSÁRIAS. Lisiane T. D. Olsen, Helena de Oliveira Santiago, Hildegard Susana Jung.....	66
O PAPEL DAS CIÊNCIAS HUMANAS E DOS DIREITOS HUMANOS NA CONSTRUÇÃO DA PAZ E DA SOLIDARIEDADE: Desafios do Séc. XXI. Igor Câmara, Jones Godinho, António Alone Maia	72
A EDUCAÇÃO EMPREENDEDORA NA INTERNACIONALIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR. Charlene Bitencourt Soster Luz, Louise de Quadros da Silva, Paulo Fossatti.....	85
A EDUCAÇÃO INOVADORA COMO FACILITADORA DO DESENVOLVIMENTO HUMANO. Priscilla R. Farias, Liliane Kolling, Viviane Kolling, Hildegard S. Jung	90

INTERLOCUÇÃO DA MUDANÇA DOS PADRÕES NATURALIZADOS DE GÊNERO ALICERÇADO EM GRUPOS REFLEXIVOS. Amanda Pires da Cunha	95
UMA PRÁTICA DE INTERVENÇÃO COM O GRUPO REFLEXIVO DE GÊNERO DO NASVID COM HOMENS AUTORES DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA. Kemelli Grazieli Soares Correia, Lilian Aguiar Lenz Becker, Amanda Pires da Cunha.....	100
A TRANSFERÊNCIA NEGATIVA NO PROCESSO DE PSICOTERAPIA BREVE: ESTUDO DE CASO CLÍNICO DE UM AUTOR DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA. Ana Carolina Alves Souza, Amanda Pires da Cunha.....	109
ANTICORPOS CONTRA O VÍRUS ZIKA: MULHERES EM IDADE FÉRTIL INFECTADAS ANTES DA GESTAÇÃO E FILHOS PÓS INFECÇÃO OS POSSUEM? Yasmin Castilho Barbosa da Silva, Yanka Karolinna Batista Rodrigues, Isa Cristina Ribeiro Piauilino, Márcia da Costa Castilho, Camila Helena Aguiar Bôtto de Menezes	117
A PROTEÇÃO DOS ANIMAIS DOMÉSTICOS SOB A PERSPECTIVA DO DIREITO AMBIENTAL BRASILEIRO. Isabela Melo de Almeida, Lucas Chagas da Silva, Gabriel Costa da Silva, Thiago Flores dos Santos	122
ANIMAIS COMO SERES SENCIENTES E SUJEITOS DE DIREITO: PONDERAÇÕES SOBRE AS MODIFICAÇÕES CONSTITUCIONAIS ACERCA DO DIREITO ANIMAL E A MANIFESTAÇÃO CULTURAL CONHECIDA COMO VAQUEJADA. Kemilly Carvalho Almeida Marques, Robson Parente Ribeiro.	139
A INFLUÊNCIA DA GEOPOLÍTICA NORTE-AMERICANA DURANTE A GUERRA FRIA: UMA ANÁLISE A RESPEITO DA DOCTRINA DE CONTENÇÃO. Alessandra Lemos Nogueira, Gabriela J. Cavalcante de Sales, Matheus F. de Souza Barba, Jonathan Felix Ribeiro Lopes.	152
A IMPORTÂNCIA DA PRÁTICA DA COLETA SELETIVA. Adriane I. Froes Santos, Inácia M. Ferreira Cantão, Ana C. do Carmo Correa, Naêde Rocha de Lima Souza Rocha	165
PROJETO DE MELHORIA DE PROCESSOS NA EMPRESA ALPHA. Christhian Ribeiro Gatto ¹ , Deborah Vidal Vitoria, Fabian Diego de Souza Dantas, Naêde Souza Rocha.....	172
A IMPORTÂNCIA DA GESTÃO FINANCEIRA NO SISTEMA FIEAM. Jose Rogerio Cordeiro Antony Neto, Naêde Souza Rocha.....	187
A FORMALIZAÇÃO DO MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL (MEI): SUAS VANTAGENS E DESVANTAGENS. Bárbara Lima Costa, Luana Silva John, Nayra Alves Da Silva, Naêde Lima de Souza da Rocha.....	197
A IMPORTÂNCIA DA GESTÃO DE PESSOAS NA REDUÇÃO DE CUSTOS: UM ESTUDO DE CASO EM UMA EMPRESA METALÚRGICA. Gleicyane Ibernnon Maciel, Kamila Hellem da Fonseca, Rosicleide do Carmo Souza, Naêde Souza Rocha	208
PROJETO PROFISSIONAL INTEGRADOR: PLANO DE MARKETING DO EMPREENDIMENTO BARBER KING L.V2. Rimon Gonçalves Dos Santos, Lucas Adriano Monteiro Campelo, Naêde Lima de Souza da Rocha	229



PRODUÇÃO DE E-BOOK UTILIZANDO AS TÉCNICAS DO PMBOK E METODOLOGIA PDCA

Sarah Cristina de O. Biscaro^{1*}, Laísa Cleane C. da Silva²,
Lucas Adriano M. Campelo³, Gelson Dias Florentino⁴

1. *Acadêmica de Administração. Faculdade La Salle Manaus. sarah.biscaro@gmail.com;
2. Acadêmica de Administração. Faculdade La Salle Manaus. laisa.cleane@gmail.com
3. Acadêmico de Ciências Contábeis. Faculdade La Salle Manaus. campelolucas@hotmail.com
4. Doutor em Biotecnologia. Faculdade La Salle Manaus. gelson.florentino@lasalle.org.br

RESUMO

O foco principal deste artigo foi demonstrar como a metodologia PDCA pode aprimorar e controlar os processos e a Estrutura Analítica do Projeto - EAP baseado no guia PMBoK (*Project Management Body of Knowledge*). O trabalho seguiu as etapas de planejamento, aprovação, *layout*, lançamento e marketing do e-book “Cozinha Sem Glúten e Lactose”. A utilização do PDCA representou um ganho na elaboração, apresentação e divulgação do produto.

PALAVRAS-CHAVE: Projeto; PDCA; EAP; PMBok.

INTRODUÇÃO

O gerenciamento de projetos está presente em diversas áreas, desde indústrias à canais de comunicação, setores administrativos à setores de vendas. Ele é utilizado para colocar em prática ideias de diversos tipos sem riscos de fracassos e controladas através de etapas. Existem diversos estudos em torno deste assunto, mas o guia de gerenciamento de projetos mais conhecido pelos profissionais da área é o PMBoK (*Project Management Body of Knowledge*), que já conta com sua sétima edição.

O PMBoK contempla 49 processos, agrupados em cinco grupos (iniciação, planejamento, execução, monitoramento e controle e encerramento) e em dez áreas de conhecimento (integração, escopo, custo, tempo, qualidade, riscos, recursos humanos, comunicação, aquisição e partes interessadas).

O presente artigo aborda os grupos de planejamento e execução, e as áreas de conhecimento denominadas “escopo”, “custo” e “qualidade”, com foco na Estrutura Analítica de Projeto (EAP) e na metodologia PDCA, utilizadas para a gestão da produção do e-book “Cozinha sem glúten e lactose”.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

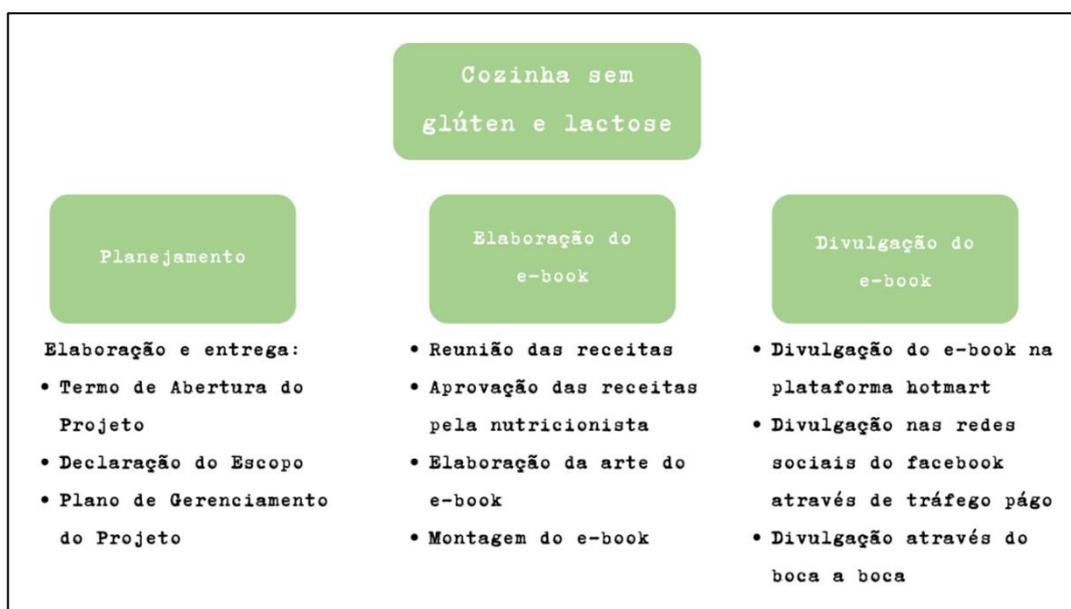
A elaboração do e-book “Cozinha Sem Glúten e Lactose” consistiu, inicialmente, na estruturação de um projeto, contendo as principais etapas definidas no guia de conhecimento PMBoK. Após a organização do projeto, foi elaborada uma análise de viabilidade e definido os planos de gerenciamento do escopo, custo e qualidade do projeto, seguindo a EAP e utilizando a metodologia PDCA e plataforma do Canva.

O PDCA é uma metodologia interativa e contínua utilizada, sobretudo, na área de gestão, que se baseia em quatro etapas: Plan (Planejar), Do (Fazer) Check (Checar) e Act (Agir). O principal objetivo do PDCA é uma constante aprimoração do processo, portanto, a ferramenta foi utilizada em toda a elaboração do e-book. A Estrutura Analítica do Projeto (EAP) ou do inglês *Work Breakdown Structure* (WBS), trata-se de um método que separa as demandas de forma hierárquica e em partes menores, com o objetivo de determinar as entregas específicas e organizar o gerenciamento.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com a estruturação do projeto, foi possível elaborar, de forma preliminar a EAP do e-book “Cozinha Sem Glúten e Lactose” (Figura 1).

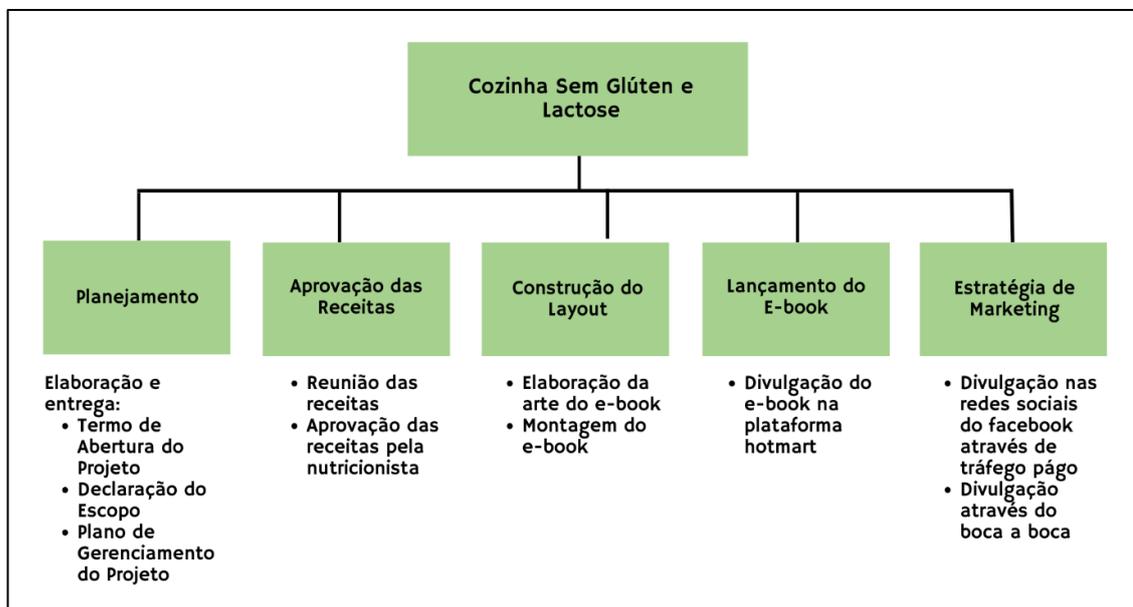
Figura 1: Estrutura Analítica do Projeto “Cozinha Sem Glúten e Lactose”, sem utilização do PDCA.



Fonte: Autores, 2022.

Com a introdução da metodologia PDCA, a EAP do e-book foi aprimorada, resultando na apresentação de escopo mais detalhado (Figura 2).

Figura 2: Estrutura Analítica do Projeto “Cozinha Sem Glúten e Lactose”, com utilização do PDCA.

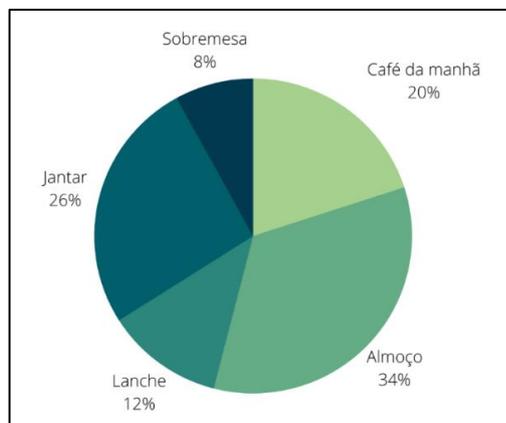


Fonte: Autores, 2022.

Com base nas cinco entregas da nova EAP: planejamento, aprovação das receitas, construção do *layout*, lançamento do e-book e estratégia de *marketing*, foi possível finalmente produzir o e-book “Cozinha Sem Glúten e Lactose”.

Na etapa do planejamento, foram utilizados os métodos do PMBoK para a laboração do projeto. Na etapa da aprovação das receitas, elaborou-se 50 receitas, as quais foram aprovadas pela nutricionista. Essas receitas foram classificadas por percentuais e distribuídas dentro do e-book em cinco categorias: café da manhã; almoço; lanche; jantar; e sobremesa (Figura 3).

Figura 3: Classificação e distribuição das receitas no e-book “Cozinha Sem Glúten e Lactose”.



Fonte: Autores, 2022.

Na etapa da construção do *layout*, utilizou-se a plataforma de design gráfico do Canva, resultando no principal produto do estudo (Figuras 4A e 4B).

Figura 4: Capa (A) e receitas (B) do e-book “Cozinha Sem Glúten e Lactose”.



Fonte: Autores, 2022.

Nas etapas de lançamento do produto e estratégias de *marketing*, verificou-se que a publicação na plataforma Hotmart custaria R\$ 2,98 por e-book vendido, gerando uma receita bruta de 20,00 e um lucro bruto de R\$ 17,02.

A plataforma de produtos digitais Hotmart, assim como as plataformas de redes sociais Instagram e Facebook podem ser uma excelente alternativa para a publicação e divulgação do produto. Essas plataformas cobram, atualmente, uma taxa que varia de acordo com os produtos e/ou serviços que serão utilizados.

A divulgação nas plataformas Instagram e Facebook podem ser feitas, também, de forma onerosa por meio de tráfego pago, ou seja, pagando uma taxa pelo aumento de visualização da publicação.

CONCLUSÃO

A construção do projeto “e-book - Cozinha Sem Glúten e Lactose”, com a utilização de metodologia PDCA, aprimorou as entregas e os resultados da Estrutura Analítica de Projeto (EAP).

REFERÊNCIAS

CANVA. Canva.com, 2022. Disponível em: <https://www.canva.com/>. Acesso em: 16 de jun. de 2022

PMI - PROJECT MANAGEMENT INSTITUTE. **Guia PMBOK®**: Um Guia para o Conjunto de Conhecimentos em Gerenciamento de Projetos, Sétima edição, Pennsylvania: PMI, 2021.
PMI - PROJECT MANAGEMENT INSTITUTE.



IMPLEMENTAÇÃO E MELHORIA DE PROCEDIMENTOS DE CONTROLE E ORGANIZAÇÃO - 5S

Karina Gabriele Pinheiro de Mello^{1*}, Helton Gama Tapajós¹, Lilian Kaline de Oliveira de Sena¹, Gelson Dias Florentino²

1. Acadêmicas de Administração. Faculdade La Salle Manaus. karinagpinheiro12@gmail.com

2. Doutor em Biotecnologia. Faculdade La Salle Manaus. gelson.florentino@lasalle.org.br

RESUMO

Esta pesquisa aborda a padronização de rotinas do programa 5S implantadas em três organizações das áreas de esporte, saúde e indústria. O estudo buscou conhecer as instituições e solucionar problemas administrativos e operacionais, otimizando as rotinas e melhorando o ambiente do trabalho. A pesquisa surgiu da motivação e necessidade dos autores em aumentar a sinergia das equipes e otimizar os processos das empresas onde atuam, a partir da observância da filosofia principal. O projeto de implantação contou com as fases de *planejamento*, onde a ideia de melhoria foi apresentada e aprovada pelos gestores e demais stakeholders envolvidos; *desenvolvimento*, com a elaboração das atividades a serem implementadas; e *implantação*, com a execução de todas as atividades planejadas e elaboradas. Nas três instituições estudadas, observou-se desorganização em suas rotinas administrativas, as quais foram superadas com a aplicação efetiva dos 5S. Conclui-se que o programa 5S auxilia na limpeza dos ambientes de trabalho e possibilita uma maior produtividade das equipes, propiciando um ambiente de trabalho adequado para buscar e alcançar os objetivos organizacionais.

PALAVRAS-CHAVE: Padronização; Produtividade; Ergonomia; Otimização.

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, a metodologia japonesa dos 5 sentidos (utilidade, organização, limpeza, saúde e disciplina), vem sendo aplicadas em diferentes tipos de empresa, com o objetivo de promover contínua melhoria nos processos administrativos.

A implementação dos 5S está associada à padronização de processos e qualidade de vida dos colaboradores, aumentando o conforto, produtividade, desempenho das tarefas agregadas e a entrega dos produtos e serviços. A partir de uma análise criteriosa dos processos, sejam administrativos ou operacionais, pode ser possível identificar falhas que estejam influenciando na execução de tarefas e nas entregas aos clientes. Às vezes o que está atrapalhando nem está diretamente ligado

ao produto ou serviço. É algo relacionado à gestão, à rotina e ao comportamento da equipe (SEBRAE, 2016).

O 5S é uma metodologia de simples aplicação e muito eficaz, trazendo resultados concretos e positivos. Segundo Subburaman (2019), com o 5S é possível trazer à tona problemas ocultos que podem ser solucionados a partir da análise e aplicação de cada etapa da ferramenta. A execução correta da metodologia proporciona um ambiente organizado, disciplinado e limpo, o que por consequência influencia diretamente na busca de melhores resultados por parte do time que está inserido no setor.

O principal benefício com a aplicação dos 5S (utilidade, organização, limpeza, higiene e disciplina) é a mudança de comportamento dos colaboradores, refletindo em elevação da produtividade dentro e fora da empresa (ARENA *et al.*, 2011).

Esta pesquisa baseou-se na análise observacional de três organizações, onde foram aplicadas a metodologia 5S. O projeto tinha como objetivo contribuir para a busca constante da eficiência e do aumento da produtividade, moldando o comportamento daqueles que fazem parte das empresas, bem como a abrangência de toda a organização no processo otimizador de tarefas. O método escolhido promove a interligação e fomenta a discussão dos conceitos no âmbito das funções da ciência da Administração. O projeto direciona também para a importância do ambiente como fonte de mudança na qualidade dos processos administrativos aliada ao uso de ferramentas de controle que potencializam a melhoria contínua. A finalidade do controle é assegurar que os resultados do que foi planejado, organizado e dirigido se ajustem tanto quanto possível aos objetivos previamente estabelecidos” formando um processo cíclico administrativo (CHIAVENATO, 2020).

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Três organizações de ramos distintos (esporte, indústria e saúde) foram analisadas para fins de identificação das carências e problemas referentes às suas respectivas rotinas administrativas. Para tal análise, houve o auxílio de ferramentas de gestão da qualidade, cuja metodologia é baseada em controle e busca melhorar a produtividade dentro do ambiente de trabalho. Além disso, possui 5 etapas criadas

pelo engenheiro da qualidade Kaoru Ishikawa, onde devem ser seguidas de forma disciplinada para que o resultado esperado seja atingido. Na análise das três empresas ocorreram reuniões de controle e divisão das atividades de padronização, compra de itens necessários para estruturar o ambiente, tornando-o mais harmonioso, além da determinação de um “Dia D” dedicado para a organização dos escritórios. O conhecimento prático vivenciado dentro das empresas em estudo foi crucial durante o período de levantamento dos problemas nas rotinas administrativas em questão.

O 5S é um acrônimo de 5 palavras japonesas ou sensos que estão ligadas ao ato de raciocinar e ter a devida atenção ao trabalho que está sendo realizado, cada “S” carrega um significado e todos estão relacionados à qualidade de vida.

1. Seiri - Utilização: Verificar se todos os objetos são realmente utilizados, remover tudo o que está em desuso, eliminando o que é desnecessário e pode ser descartado para manter no ambiente de trabalho apenas o que é de fato necessário e posteriormente reduzir a utilização de recursos utilizados.

2. Seiton - Organização: Organizar toda a área de trabalho, posicionamento dos objetos, cadeiras e mesas, deixar os itens mais utilizados de fácil acesso e fácil devolução ao local de origem, proporcionando setores bem divididos, mesas bem distribuídas e locais de armazenagem adequados.

3. Seiso - Limpeza: Fazer uma limpeza geral do ambiente e buscar mantê-la, realizando o descarte adequado do lixo e não deixar materiais que devem ser descartados.

4. Seiketsu – Padronização/Saúde: Manter a evolução e consistência dos três primeiros sensos equivale ao cumprimento do padrão estabelecido e fazer com que os pilares sejam aplicados todos os dias de forma espontânea e natural, fazendo parte da cultura da empresa.

5. Shitsuke – Disciplina: É a manutenção de todo o processo, consiste na realização de auditorias internas, avaliações periódicas do processo e trabalho em equipe para promover a melhoria contínua.



RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na instituição do ramo de esporte, observou-se que a implantação dos 5S resultou numa maior celeridade nos processos de entrega das demandas, ocasionando limpezas semanais nos sistemas (SIGED). Melhorias adicionais foram observadas na disciplina dos colaboradores durante a entrada e saída do horário de serviço, agilidade na elaboração de frequências, solicitações de contratos, publicações, pedidos de vale-cards, assim como redução no prazo de fechamento da folha de pagamento, de 30 para 20 dias.

A aplicação dos 5S, sobretudo do Senso Seiton, otimizou e organizou o local de trabalho dos colaboradores que atuam no ramo de esporte (Figuras 1A, 1B, 1C e 1D).

Figura 01: Aplicação dos 5'S em instituição do ramo de esportes.



Fonte: Autores, 2022.

Na instituição do ramo industrial, observou uma acentuada melhora na organização após implantação dos métodos atrelados a metodologia dos 5 sentidos. A



organização física documental propiciou melhor administração de tempo e melhor desempenho em auditorias. Além disso, a limpeza periódica e criação de um "dia D" tornaram o ambiente mais harmonioso. Os colaboradores inseridos no processo dos 5S relataram que se sentiam mais motivados ao trabalharem em um ambiente limpo e que preza pela ergonomia (Figuras 2A, 2B, 2C e 2D).

Figura 02: Aplicação dos 5'S, atrelados à ergonomia, em empresa do ramo industrial.



Fonte: Autores, 2022.

O programa 5S se relaciona ao conceito de ergonomia ao mobilizar, conscientizar e motivar todos na organização para um padrão de práticas e comportamentos relativos à manutenção e melhoria contínua de condições de limpeza adequadas, ordem e segurança que respondem aos processos e ao bem-estar de todos. Para que as etapas sejam cumpridas sem ultrapassar prazos, foi implementado um plano mensal de atividades específico para o setor de componentes, com dia programado para realização da rotina (Figura 3).

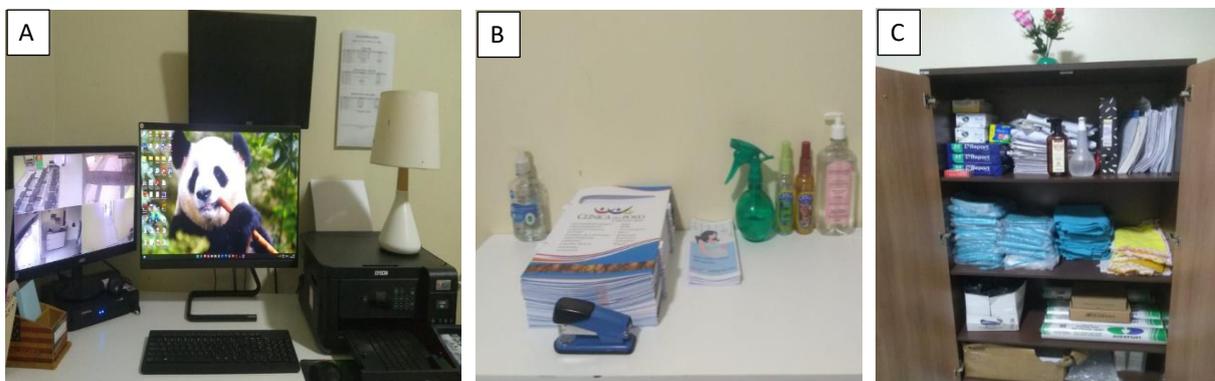
Figura 03: Aplicação dos 5’S, com plano de atividades diárias em empresa do ramo industrial.



Fonte: Autores, 2022.

Na instituição do ramo de saúde, notou-se grande melhoria nos atendimentos diários e na sinergia da equipe. Com os métodos de organização, escalas semanais e constante orientação sobre disciplina, houve aumento na satisfação dos funcionários afetando diretamente na prestação de serviço. A clínica dispõe de um Manual de Procedimento Operacional Padrão (POP) utilizado para correta higienização e manutenção do setor de Saúde. A clínica também é vista como referência para outras unidades pela organização e disciplina. Contudo, a aplicação da primeira etapa dos sentidos (seiri, seiton, seison) auxiliou na reorganização, limpeza e funcionamento do serviço na instituição (Figuras 4A, 4B e 4C).

Figura 04: Aplicação da primeira etapa dos 5’S, em instituição do ramo de saúde.



Fonte: Autores, 2022.

O senso “Seiketsu” associa-se ao bem-estar físico e mental dos funcionários e verifica o se o local de trabalho estabelece equipamentos necessários à segurança e se o ambiente está ergonomicamente correto (DA SILVA; TRIGUEIRO, 2016). O senso “seiton” está ligado à organização do ambiente, comunicação visual, facilitação do fluxo de pessoas, organização dos materiais e a disposição correta do que é de uso diário (TAVARES *et al.*, 2019).

CONCLUSÃO

A metodologia dos 5S aplicadas nas instituições das áreas de esporte, saúde e indústria resultaram numa expressiva melhoria das rotinas e dos processos administrativos das empresas. As equipes se mostraram mais motivadas ao se inserirem em atividades relacionados aos 5 sentidos. Um ambiente mais limpo e organizado com fatores ergonômicos que facilitam o andamento e realização das atividades laborais.

REFERÊNCIAS

- ARENA, Karina de Oliveira *et al.* **Método 5S**: uma abordagem introdutória. Revista Científica Eletrônica de Administração, ano, v. 11, p. 1-11, 2011.
- CHIAVENATO, Idalberto. **Introdução à Teoria Geral da Administração**: Uma Visão Abrangente da Moderna Administração das Organizações. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2020.
- DA SILVA, Italo Ferreira Barbosa; TRIGUEIRO, Fernando Guilhobel Rosas. O Programa 5S: Influência nas Organizações. **Revista de Engenharia e Pesquisa Aplicada**, v. 3, n. 1, 2016.
- SEBRAE. Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. **Como o Sebrae pode ajudar sua empresa a gerir a equipe**. Portal Sebrae, 2016. Disponível em <https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/como-o-sebrae-pode-ajudar-sua-empresa-a-gerir-a-equipe,31d95258e9805510VgnVCM1000004c00210aRCRD>. Acesso em 20 mar. 2022.
- SUBBURAMAN, Karthik. **A case study of 5S implementation in inspection process**. 2019. Disponível em: <http://www.ieomsociety.org/ieom2019/papers/378.pdf>. Acesso em 26 abr. 2022.
- TAVARES, Daniela Graciane; FERREIRA, Jaqueline de Oliveira; KROM, Valdevino. Programa da Qualidade 5 S. **IV Encontro Latino-Americano de Pós-Graduação**. Vale do Paraíba: [sn], p. 830-836, 2004.



ESTRATÉGIA DE *MARKETING* PARA A COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS EM UMA EMPRESA DO SEGMENTO DE VESTUÁRIO FEMININO

Franciane S. Aguiar^{1*}; Fabiane dos S. Alves¹; Beatriz G. Barbosa²,
Gelson Dias Florentino³

1. Acadêmicas em Ciências Contábeis. Faculdade La Salle Manaus. 2089515@faculdadelasalle.edu.br

1. Acadêmicas de Administração. Faculdade La Salle Manaus. karinagpinheiro12@gmail.com

3. Doutor em Biotecnologia. Faculdade La Salle Manaus. gelson.florentino@lasalle.org.br

RESUMO

O artigo analisa as estratégias de vendas adotadas pela loja Lulu Modas, a partir do alinhamento estratégico e mercadológico do *marketing* virtual. Sob o ponto de vista econômico, o estudo torna-se relevante à medida que se percebe a importância do alinhamento entre as estratégias de vendas e as de *marketing* virtual, com possibilidades de alcançar maiores resultados financeiros. Em seu contexto, o estudo contemplou um levantamento a respeito do perfil das clientes da loja. A partir da pesquisa exploratória, identificou-se as características e preferências das clientes, o que poderá auxiliar nas estratégias de *marketing* virtual da empresa.

PALAVRAS-CHAVE: Internet; *Marketing* Virtual; Vendas; Moda.

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, a internet gerou e continua gerando grandes negócios para aqueles que sabem manusear bem essa ferramenta. Com a possibilidade de estreitar o caminho entre a oferta e a demanda, as empresas vêm utilizando o *marketing* nas redes sociais para desenvolver um novo e eficiente método de divulgação de produtos.

Apesar das terríveis consequências trazidas pela pandemia da COVID-19, o mercado consumerista conseguiu se ajustar com as práticas e modalidade de lojas online, forçando o vendedor a apresentar os seus produtos e serviços aos clientes também de forma virtual

O *marketing* virtual se tornou um instrumento muito valioso dentro das organizações, facilitando os métodos de fazer negócios e proporcionando o acesso irrestrito a mercados de produtos e serviços. Essa nova abordagem entre clientes e empresas propiciou um cenário mais competitivo, sobretudo entre as microempresas que operam com estratégia de *marketing* digital.

Um dos maiores desafios dos gestores atuais seja, talvez, encontrar uma forma viável de combinar os negócios do comércio tradicional com o comércio digital. Neste sentido, Casas (2021), sugere que a tecnologia fornece *insights* sociais que permitem ao gestor se adaptar e estabelecer novos canais de divulgação com base no comportamento do cliente. Importa ressaltar, no entanto, que as máquinas não têm condições de ler o lado emocional dos clientes, sendo necessário, uma integração do *marketing* tradicional com o *marketing* digital.

Morais (2017) salienta que trabalhar com *marketing* digital inevitavelmente é ter a missão de elaborar conteúdo para um cliente, pensando além do “www” com um conceito de fragmentação na cabeça, visto que o consumidor não está mais apenas no site. Para o autor, é importante que as empresas tenham a capacidade de saber onde impactar o consumidor e como fazê-lo diante da avalanche de mídia que recebe diariamente.

O presente artigo traz uma abordagem sobre o uso do *marketing* digital pela loja Lulu Modas, como uma estratégia de mercado entre a empresa e os seus clientes. A loja comercializa produtos de vestimenta para o público feminino, constituídos de produtos de moda praia, social, esportiva e casual para todos os tamanhos.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Em busca de uma análise de mercado e preferência do público-alvo, foi realizada uma pesquisa com uma parcela de clientes da loja Lulu Modas. Foi entrevistado 105 clientes visando identificar as principais características dos consumidores, assim como as estratégias de *marketing* a serem adotadas pela empresa.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

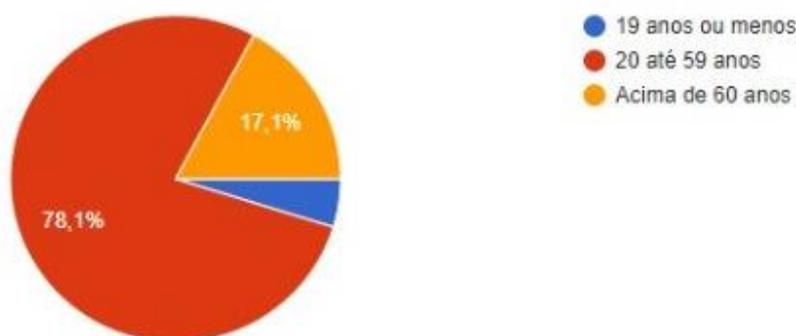
Verificou-se que a prioridade da loja Lulu Modas será alavancar o *marketing* virtual sempre atrativo para as clientes. Dessa forma, será necessário manter funcionários nas áreas de fotografia das peças de roupas e modelos, manter arte e propaganda da marca e pelo menos um atendente virtual para atender as clientes.



A empresa pretende manter as peças disponíveis para visualização na plataforma da rede social Instagram. As dúvidas a respeito de acessórios, tamanho, conforto do produto, garantias, pronta entregas e afins, serão realizados através do *direct* do aplicativo. Esboço da marca será disponibilizado na plataforma de entrada da loja virtual.

Quanto ao perfil das clientes da Lulu Modas, foi realizado levantamento, contemplando a faixa etária de idade, cujos resultados estão demonstrados na Figura 1.

Figura 1: Faixa etária das clientes da Lulu Modas.

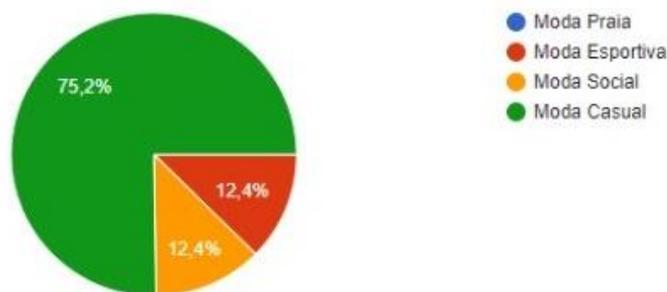


Fonte: Autores, 2022.

Os percentuais demonstrados na Figura 1 evidenciam a maioria absoluta (78,1%) dos clientes da Lulu Modas possuem entre 20 e 59 anos de idade, sinalizando para ações de *marketing* mais contundentes direcionados a esse público-alvo.

No que se refere ao estilo de moda preferido entre as clientes que utilizam a plataforma digital da loja, observou-se que a expressiva maioria (75,2%) optam pelos produtos de moda casual (Figura 2).

Figura 2: Produtos preferidos pelas clientes da Lulu Modas.

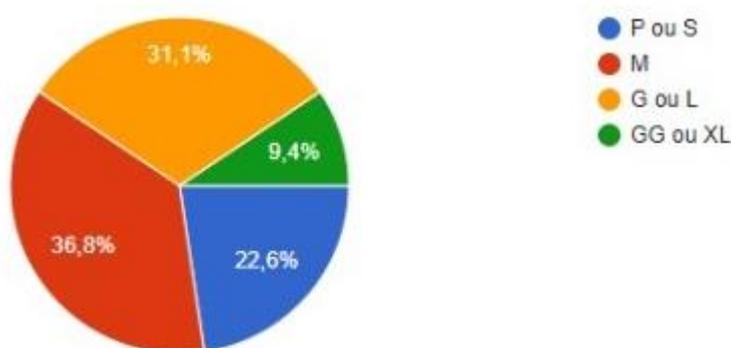


Fonte: Autores, 2022.

Os dados demonstrados no gráfico da Figura 2 revelam que os clientes da Lulu Modas não estão interessados em produtos de moda específicos, visto que cerca de 75% dos consumidores optam por produtos de moda casual. Esse diagnóstico sugere que a empresa não deve priorizar suas ações de *marketing* para um determinado tipo específico de produto.

Quanto aos aspectos relacionados ao tamanho das roupas, observou-se que 36,8% das clientes que utilizam a plataforma virtual da loja, vestem tamanho médio (M).

Figura 3: Tamanho dos vestuários das clientes da Lulu Modas.



Fonte: Autores, 2022.

Os indicativos apresentados na Figura 3 podem direcionar as estratégias de aquisição de produtos que devem ser adotadas pela empresa Lulu Modas.

CONCLUSÃO

O alicerce a ser construído para o sucesso de qualquer empreendimento consumerista deve estar pautado nos gostos e preferências do cliente.

O *marketing* digital pode ser uma excelente ferramenta para alavancar as vendas e manter a satisfação e fidelização dos clientes.

REFERÊNCIAS

- CASAS, Alexandre Luzzi L (Org.). **Marketing Digital**. 1ed. São Paulo: Atlas, 2021.
- MORAIS, Felipe. **Planejamento estratégico digital**. 2ed., Saraiva, 2017.



O CRESCIMENTO DO *E-COMMERCE* DURANTE A PANDEMIA

Iago de Sousa Vianna^{1*}, Lucas Francisco Gonçalves Martins³, Maria Giovanna Martins Lacerda¹, Gelson Dias Florentino²

1. *Acadêmicos de Ciências Contábeis. Faculdade La Salle Manaus. 20892536@gmail.com
2. Doutor em Biotecnologia. Faculdade La Salle Manaus. gelson.florentino@lasalle.org.br

RESUMO

Este artigo tem como objetivo analisar o crescimento do *e-commerce* durante a pandemia. Com o lockdown, muitas empresas sentiram a necessidade de inovar e se reinventar para evitar prejuízos e/ou manter a lucratividade do negócio, aumentando, assim, os investimentos no comércio *online*. Esse tipo de comércio vem aumentando progressivamente quando comparado com períodos anteriores.

PALAVRAS-CHAVE: E-commerce; Lockdown; Internet.

INTRODUÇÃO

Em dezembro de 2019, houve uma eclosão de casos de pneumonia na cidade de Wuhan, na China. Inicialmente não se tinha conhecimento da causa e muito menos da origem desses casos, o que logo alertou a Organização Mundial da Saúde (OMS). Ao passar dos dias, foi descoberta pelas autoridades chinesas uma nova cepa de um vírus que causava infecções respiratórias, conhecido como coronavírus, o qual foi posteriormente nomeado de SARS-CoV-2. Em seguida, tornou-se uma situação epidemiológica e posteriormente uma pandemia com a rápida circulação do vírus no mundo inteiro.

Foram tomadas várias medidas a fim de diminuir a propagação e contaminação dessa doença, introduzindo-se o uso de máscaras descartáveis no cotidiano, álcool em gel e, principalmente, o distanciamento social. Somente os serviços considerados essenciais puderam continuar atuando presencialmente, os demais serviços foram obrigados a suspender suas atividades em decorrência de “*lockdown*”. O *lockdown* é um protocolo de isolamento que geralmente impede o movimento de pessoas ou cargas, mantendo-as confinadas.

As empresas denominadas “não essenciais” tiveram que se reinventar e começaram a explorar o *e-commerce*, que é a comercialização de produtos ou

serviços pela Internet. Esse novo mercado serviu como uma escapatória e solução para vários comerciantes e colaboradores que queriam evitar a falência do negócio.

O comércio eletrônico surgiu na década de 70 em meio a grandes conquistas tecnológicas e avanços na internet, quando foi registrado o primeiro sistema de compra e venda *online*.

No Brasil, o comércio eletrônico surgiu na década de 90, do século passado. Uma das primeiras lojas virtuais foi a Booknet, uma livraria online fundada pelo escritor e economista Jack London. Com o passar do tempo, o *e-commerce* veio se moldando juntamente com o avanço das tecnologias.

No contexto pandêmico e na esteira da evolução da internet, este artigo tem por finalidade apresentar o quanto o *e-commerce* cresceu no Brasil durante a pandemia e como ajudou os empreendedores a evitarem enormes prejuízos.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para o desenvolvimento do trabalho, foram buscados relatos em mídias tradicionais especializadas em *e-commerce*. A análise dos dados foi realizada com base nas informações disponibilizadas em sites de pesquisas, como o *Webshoppers*.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

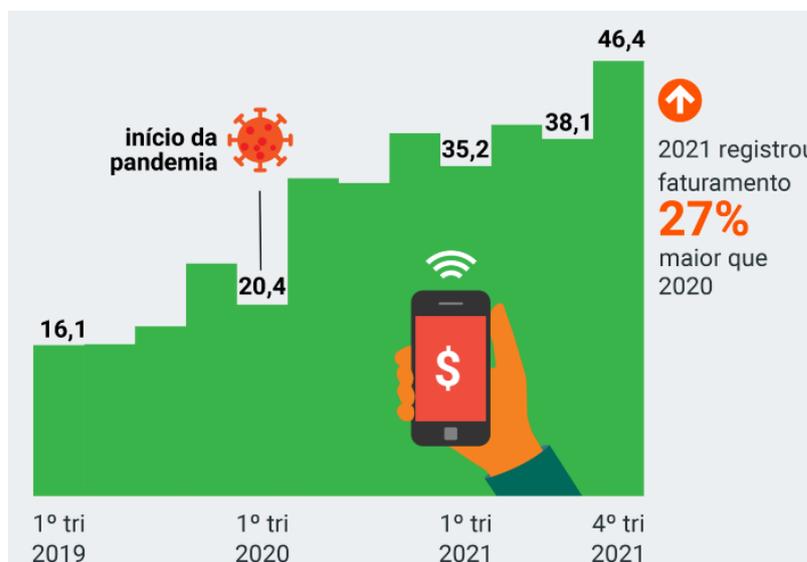
Durante o auge da pandemia, o Brasil perdeu cerca de 75,2 mil lojas apenas no ano de 2020. Pesquisas também mostraram que os setores que mais sofreram com essas mudanças foram os que envolviam vestuários, calçados e acessórios, que tiveram a perda de cerca de 22,3 mil lojas. Já as empresas voltadas para o ramo alimentício, doméstico e eletroeletrônicos tiveram em média de 14 mil lojas prejudicadas (CNN Brasil, 2021).

Apesar do cenário desfavorável, muitas empresas começaram a se reinventar e explorar novas formas de contornar a situação usando outros meios de comunicação como a internet para se integrar ao mercado virtual. Vários negócios migraram para o padrão online, mantendo o mínimo de vendas para conseguirem sobreviver.

Na mesma proporção que as empresas entravam na versão online, também investiam em sites e aplicativos para melhorar o atendimento ao público. Essas

medidas adotadas pelas empresas, fizeram com que o *e-commerce* faturasse R\$ 161 bilhões em 2021, com um crescimento de 27% quando comparado ao ano anterior (Figura 1).

Figura 1: Faturamento do *e-commerce* no período de 2019-2021.



Fonte: Poder360, 2022.

Tendo em vista as incertezas em relação ao futuro, empreendedores começaram a repensar toda a sua forma de consumo e a procurar métodos mais seguros especialmente quando se tratava da saúde e finanças.

Com o crescimento de plataformas digitais, não há mais necessidade de consumidores saírem de casa para obter uma extensa variedade de serviços. As ferramentas das plataformas digitais se tornaram um canal importante para o mercado, facilitando a comunicação entre a empresa e o cliente, permitindo que as interações aconteçam de forma multilateral precisamente em razão das inúmeras conexões possíveis existentes.

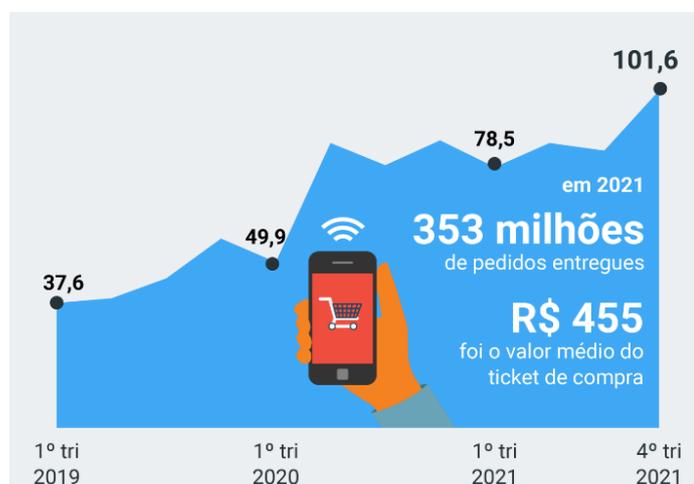
Desse modo, as empresas puderam expandir suas operações, gerando empregos e oportunidades em setores correlatos. Esse modelo de negócio tem como vantagem a capacidade de crescer atendendo às demandas sem perder as qualidades que lhe agregam valor, além da redução de custos que proporcionam a todas as partes envolvidas.

Ao mesmo tempo que várias plataformas digitais voltadas para o *e-commerce* foram surgindo, também houve crescimento e competitividade nas empresas de

serviços de entrega, gerando oportunidade de emprego para pessoas que ficaram desamparadas em meio a pandemia ou até mesmo para compor a renda.

O cenário pandêmico fez com que o *e-commerce* crescesse e se fortificasse no mercado. Juntamente com o aumento das vendas, houve também aumento no número de pedidos feitos por meio de aplicativos, apresentando um crescimento de 17% em 2021 (Figura 2).

Figura 2: Quantidade de pedidos por trimestre no Brasil (em milhões) no período de 2019-2021.



Fonte: Poder360, 2022.

CONCLUSÃO

Com a pandemia, observamos que todos os setores que geram economia precisaram se reinventar e trazer soluções para que não entrassem em crise durante o lockdown. O *e-commerce* foi o método utilizado pelas empresas para enfrentar o período de isolamento social, trazendo assim, uma ferramenta que ajudasse não só a empresa, mas, também, os clientes a fazerem suas compras de uma forma segura.

O *e-commerce* manteve a rotatividade econômica durante a pandemia, gerando novos empregos e renda para os estabelecimentos.

REFERÊNCIAS

CNN Brasil. **Com pandemia, varejo elimina 75,2 mil lojas.** Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/business/com-pandemia-varejo-elimina-75-2-mil-lojas/>. Acesso em: 13 Jul 2022.

PODER360. **E-commerce cresceu 27% em 2021 e faturou R\$ 161 bi.** Disponível em: <https://www.poder360.com.br/economia/e-commerce-cresceu-27-em-2021-e-faturou-r-161-bi-diz-levantamento/>. Acesso em: 13 Jul 2022.



ANÁLISE DO ATUAL MERCADO DE BARBEARIAS COM PERSPECTIVAS DE IMPLANTAÇÃO DE UM EMPREENDIMENTO NA CIDADE DE MANAUS

Leonardo Oliveira da Costa^{1*}, Ramon Gustavo Pereira de Brito¹,
Shirley Queiroz da Silva¹, Gelson Dias Florentino²

1. *Acadêmicos de Administração. Faculdade La Salle Manaus. 20892044@faculdadelasalle.edu.br
2. Doutor em Biotecnologia. Faculdade La Salle Manaus. gelson.florentino@lasalle.org.br

RESUMO

O presente artigo analisou as variações no mercado de beleza masculina, com perspectiva de implantação de uma barbearia de pequeno porte na cidade de Manaus. Como método de investigação utilizou-se a pesquisa qualitativa, fazendo uso de livros de diversas áreas que tratam da beleza (filosofia, história da arte e geral, moda, educação física etc.). No cenário atual, o mercado de beleza masculina vem crescendo gradativamente, com o crescente interesse em moda masculina. Percebeu-se semelhanças em todos os períodos analisados no que tange ao interesse pela beleza masculina, estética, valorização da juventude e à forma física. Conclui-se que o público masculino vem demonstrando preocupação com a beleza em todas as faixas etárias e períodos analisados, reforçando a hipótese de crescimento desse nicho mercadológico.

PALAVRAS-CHAVE: Beleza; Moda; Estética.

INTRODUÇÃO

Os serviços de barbearias estão cada vez mais em ascensão, devido, principalmente, à valorização da estética masculina no mercado de beleza. A vaidade e o cuidado com a aparência estiveram por muito tempo restritos ao universo feminino. Porém, atualmente, os homens estão mais desinibidos para expressar o seu visual.

Diferente dos salões, as barbearias possuem identidade expressivamente masculina, especializadas em cortes clássicos, estruturados e até mesmo os cortes mais ousados e exóticos. A proposta de espaço de embelezamento destinado especialmente ao público masculino é uma ideia que vem conquistando adeptos a cada dia.

Esses estabelecimentos oferecem também serviços inovadores de barba e alguns oferecem até mesmo serviços para cuidado com a pele, complementando o estilo do cliente. Além disso, esses ambientes são também uma oportunidade de convivência: encontrar amigos, colocar os assuntos em dia ou jogar conversa fora.

Para proporcionar atendimento diferenciado e adaptar a profissão aos dias atuais, esses estabelecimentos têm apostado em temas que costumam ser mais agradáveis para o público masculino e que os deixa mais à vontade para se expressar e aproveitar os serviços, tais como venda de cervejas artesanais, serviços de bar, videogames, venda de cosméticos masculinos e outros serviços estéticos. Com um atendimento diversificado e de qualidade, as barbearias conquistam e fidelizam a clientela masculina.

Os novos estabelecimentos oferecem um serviço que atende às demandas do homem moderno que busca serviços exclusivos e personalizados, contando com um ambiente agradável, elegante e multivariado.

Segundo a Associação Brasileira da Indústria de Higiene Pessoal, Perfumaria e Cosméticos (ABIHPEC), atualmente, os produtos masculinos representam mais de 10% do consumo total no Brasil, totalizando 43 bilhões. Além disso, foi feito um levantamento que revelou que 83% dos homens acham que, nos dias atuais, a preocupação com a aparência não é algo exclusivo do sexo feminino, e 53% diz frequentar barbearias e se preocupam com muito mais do que apenas um corte de cabelo (GSPP, 2018).

Nesse contexto, as barbearias foram repaginadas para atender o novo nicho. Influenciados pela exclusividade, pelos padrões de moda, artistas, celebridades e esportistas, a barba deixou de ser relacionada ao descuido para ser atrelada ao descolado.

Esta pesquisa analisou o mercado e padrão de barbearias entre o público masculino, bem como os custos e perspectivas de implantação de um empreendimento nesse setor, na cidade de Manaus.

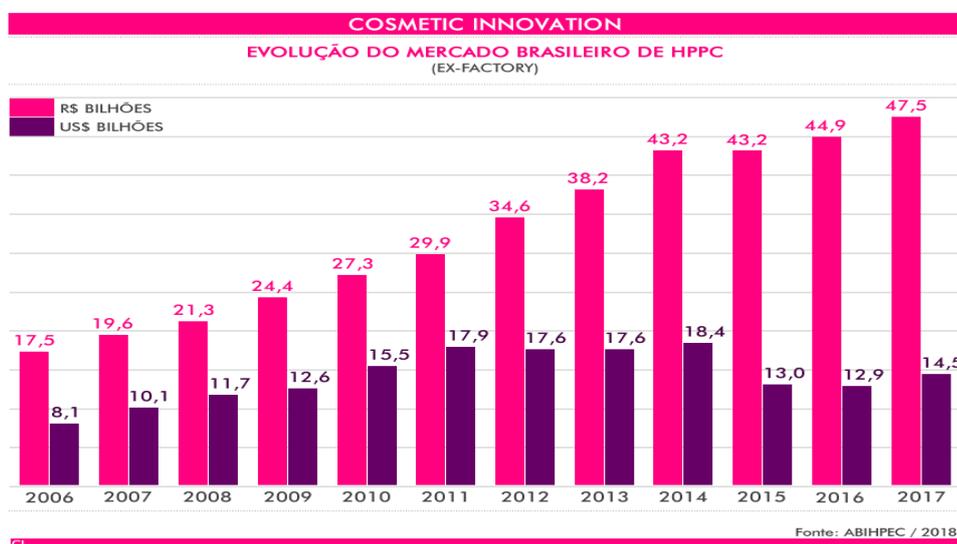
PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A metodologia utilizada para a realização da pesquisa foi originada de um projeto pessoal destinado ao estabelecimento de uma barbearia na cidade de Manaus. Foi levantado os custos necessários para a implantação do empreendimento, com base na mobília, materiais e equipamentos utilizados para a realização dos serviços.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Observou-se que o mercado de barbearias e beleza se apresenta bem desenvolvido e com muito potencial de crescimento, à medida que mais e mais homens demonstram interessados em investir em sua aparência física. No segmento de HPPC (Higiene Pessoal, Perfumaria e Cosméticos), tanto o masculino quanto o feminino em geral, tiveram um grande crescimento nos últimos anos. No levantamento realizado em 2018 pela Associação Brasileira da Indústria de Higiene Pessoal, Perfumaria e Cosméticos é possível verificar o aumento progressivo desse nicho mercado (Figura 1).

Figura 1: Análise da evolução do mercado brasileiro de HPPC, 2006-2017.



Fonte: ABIHPEC, 2018.

Quanto ao quantitativo e características da estrutura e mobília utilizada no negócio, foram estimados os custos necessários para a implantação de uma barbearia de pequeno porte na cidade de Manaus (Tabela 1).

Tabela 1: Custos de viabilidade para implantação de uma barbearia de pequeno porte.

Itens	Discriminação	Und	Quant.	Valores Estimados
001	Locação de imóvel	-	01	R\$ 2.000,00
002	Central de Ar condicionado	-	01	R\$ 1.000,00
003	Instalações extras	-	05	R\$ 3.000,00
004	Espelhos	60x120	03	R\$ 1.000,00
Total				R\$ 7.000,00

Fonte: Autores, 2022

Os valores estimados na tabela 1 não leva em conta os custos de materiais utilizados no dia a dia do estabelecimento, como os produtos consumíveis (shampoos, cremes para a pele, produtos tratamento de barba e cabelo etc.) por serem produtos extremamente sensíveis a mudanças no mercado, como também a decoração do local que depende do tema que o dono do estabelecimento deseja, bem como os clientes que ele busca satisfazer.

CONCLUSÃO

O mercado de beleza masculina influencia o comportamento de consumo dos homens relacionado à aparência e aos produtos de cuidados pessoais. Cuidar da beleza para o homem é encarado também de maneira estratégica, onde a racionalidade masculina prevalece sobre a emoção. Os produtos de beleza e cuidados pessoais são os mecanismos que lhes dão os subsídios para que o homem chegue ao seu objetivo final.

REFERÊNCIAS

GSPP. **Barbearias: as novas tendencias do mercado de beleza.** 2018 Disponível em: <https://www.gspp.com.br/blog/barbearias-as-novas-tendencias-no-mercado-de-beleza-que-crescem-cada-vez-mais/> Acesso em: 18/06/2022.



ESTRATÉGIAS MERCADOLÓGICAS PARA MELHORIA DE NEGÓCIOS NO SEGMENTO ONLINE

Jarleson Nascimento dos Santos^{1*}, Jackson Allan Ribeiro¹,
Cristiane Roberto da Silva², Gelson Dias Florentino³

1. *Acadêmicos de Administração. Faculdade La Salle Manaus. 20892312@faculdelasalle.edu.br
2. Acadêmica Ciências Contábeis. Faculdade La Salle Manaus. 20892553@faculdelasalle.edu.br
3. Doutor em Biotecnologia. Faculdade La Salle Manaus. gelson.florentino@lasalle.org.br

RESUMO

O presente artigo tem como finalidade demonstrar a importância da qualidade e prospecção no negócio da loja “Arte E Fé Manaus”, que atua no segmento virtual. Nesse sentido, o trabalho discorre sobre as principais características de melhoria e qualidade no ambiente. Foi aplicado algumas ferramentas de *marketing* para análise e obtenção de maior rentabilidade dos produtos da loja, com destaque para os fatores que impactaram no sucesso do crescimento, tais como plano de negócios, viabilidade e plano gerenciamento do projeto. A metodologia foi pautada em uma pesquisa sobre técnicas de aprimoramento para alavancar o negócio, baseado em livros de gestão de projeto e artigos científicos, de modo a agregar conhecimentos, nos quais permitiram a comparação dos principais métodos de aplicação de guia prático em projetos.

PALAVRAS-CHAVE: Loja virtual; Plano de negócio; *Marketing*; PMBOK.

INTRODUÇÃO

Este artigo contém partes da composição do plano de gerenciamento do projeto da loja virtual “Arte E Fé Manaus”, servindo de guia para um acompanhamento mais eficiente e eficaz por parte da gerente e equipe do projeto. São abordadas, neste documento, de forma sintetizada, as seguintes áreas e processos das etapas do PMBOK: plano de negócios, análise de mercado (SWOT), *stakeholders*, viabilidade e plano de gerenciamento do projeto.

O PMBOK é um guia de melhores práticas de gerenciamento de projeto, como uma compilação e um padrão do gerenciamento, que identifica e conceitua o que pode ser aplicado em termos de processos, ferramentas e técnicas da gestão de projetos, norteado por princípios e domínios de desempenho (PMI, 2017).

Entender como funciona o processo de análise de aplicação com finalidade de melhoria, nos permitiu enxergar os problemas que frearam seu crescimento. Além

disso, o projeto ajudou a loja a ter um enquadramento padrão do segmento de produtos e serviços, principalmente em termos de qualidade na gestão. Aprimorou os canais de comunicação e a interatividade, pois foi de grande utilidade usar os parâmetros do gerenciamento do projeto.

O projeto surgiu em observância da demanda de diferentes gostos pessoais, com intuito de levar presentes e atributos intangíveis aos clientes. As demandas referem-se à elaboração de produtos personalizados para a captação de recursos com foco no desenvolvimento de atividades que envolvam a utilização de produtos acabados ou semiacabados, e tenha durabilidade e qualidade.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este trabalho tem caráter bibliográfico, tendo como base os artigos científicos já publicados e os aspectos conceituais abordados em livros de autores reconhecidos, no qual a equipe buscou-se empenhar e comparar os diferentes métodos de gerenciamento de projeto.

Para melhor fomentar esta pesquisa, utilizou-se a pesquisa bibliográfica, que segundo Gil (2022), deve ser desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Para o autor, a principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A utilização do plano de negócios, análise de mercado (SWOT), identificação dos *stakeholders*, viabilidade e plano de gerenciamento do projeto auxiliaram na implantação da estrutura organizacional da loja e no processo de planejamento da gestão e a previsibilidade do lucro. Com a implantação de mecanismos de controle e auxílio da administração, torna-se possível ao empreendedor traçar estratégias que garantirão o desenvolvimento do negócio e até mesmo a sobrevivência do ambiente na plataforma. Além disso, o plano de negócio, foi um fator essencial para demonstrar o que foi realizado para alcançar o sucesso da estrutura do negócio. Foi definido claramente o mercado de atuação do negócio, o plano de *marketing* e análise necessária para colocar os investimentos em operação (Figuras 1 e 2).

Figura 1: Síntese da estrutura do plano de negócios da loja virtual “Arte E Fé Manaus”.



Fonte: Autores, 2022.

Figura 2: Análise SWOT da loja virtual “Arte E Fé Manaus”.

ANÁLISE SWOT DO NEGÓCIO ARTE E FÉ MANAUS		
	FORTALEZAS	FRAQUEZAS
ANÁLISE INTERNA	<ul style="list-style-type: none"> ➢ Bom mix de produtos ➢ Entregas rápidas ➢ Mercadorias de qualidade ➢ Domínio técnico dos produtos ➢ Atendimento ao cliente acima da média ➢ Tecnologia de gestão ➢ Preço de frente ➢ Reconhecimento da Loja 	<ul style="list-style-type: none"> ➢ Escassez de matéria prima ➢ Instabilidade no fornecimento ➢ Pouca margem de negociação com fornecedores ➢ Poucos funcionários para produção de peças
ANÁLISE EXTERNA	OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
	<ul style="list-style-type: none"> ➢ Uso da internet para alcançar novos mercados ➢ Crescimento do hábito de compras online por produtos personalizados ➢ Demanda aquecedora por coleções próprias ➢ Produtos atrativos ➢ Ferramentas tecnológicas que melhoraram a qualidade dos produtos 	<ul style="list-style-type: none"> ➢ Falta de fornecedores de qualidade ➢ Queda na renda dos compradores ➢ Aumento da carga tributária ➢ Crescimento da concorrência ➢ Crise econômica no País ➢ Catástrofes ambientais que afetam o fornecimento de mercadorias

Fonte: Autores, 2022.

A análise de mercado (SWOT) da loja “Arte E Fé Manaus” baseou-se nos processos que geravam qualidade e prospecção em vendas do produto. Foi analisado os impactos de relevância como a oportunidade do negócio, os pontos fortes, as ameaças e os pontos fracos.

Dentre os *stakeholders* da “Arte E Fé Manaus”, destaca-se, além da própria equipe que está diretamente ligada à construção do negócio, a patrocinadora do projeto, que fez o aporte de recursos para otimizar o negócio. Demais partes afetadas envolve a equipe de *marketing*, que atua na melhoria da qualidade e divulgação dos produtos postados na loja, e os clientes e fornecedores, que representam a essência do negócio e estão diretamente ligados ao segmento. Considerando o nicho da loja virtual, sua maior demanda ocorre em épocas comemorativas do ano. E como situa-se apenas para atender à cidade local, em Manaus, tem-se limitações para realização de quantidade x de produtos, pois somente duas pessoas realizam a personalização, por se tratar de detalhes minuciosas e de alta complexidade no acabamento.

CONCLUSÃO

O guia PMBOK foi fundamental para o delineamento do plano de gerenciamento, produção e desenvolvimento dos planos auxiliares ao negócio que, por sua vez, compreendem os planos específicos de cada área do conhecimento.

A metodologia de planejar um projeto, através do desenvolvimento de vários documentos, participação de *stakeholders* e demais aspectos técnicos vinculados a diversas áreas de gerenciamento de projetos mostrou-se muito útil para a adoção de novas estratégias mercadológicas para da loja virtual “Arte E Fé Manaus”.

REFERÊNCIAS

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 7ed. São paulo: Atlas, 2022.

PMI - Project Management Institute. **Um Guia do Conhecimento em Gerenciamento de Projetos (Guia PMBOK)**. 6ed. Newtown Square, PA: Project Management Institute, 2017.



ABORDAGEM MERCADOLÓGICA SOBRE A IMPLANTAÇÃO DE COMÉRCIO VAREJISTA NA CIDADE DE MANAUS

Janderson Costa de Lima^{1*}, Elivandra Barreira de Sales¹,
Renata Reategne de Lima¹, Gelson Dias Florentino²

1. *Acadêmicos Ciências Contábeis. Faculdade La Salle Manaus. 20891649@faculdadelasalle.edu.br
2. Doutor em Biotecnologia. Faculdade La Salle Manaus. gelson.florentino@lasalle.org.br

RESUMO

Esta pesquisa baseou-se em projeto de implantação de um comércio varejista para revenda de mercadorias. Foi realizado estudos bibliográficos referenciais, envolvendo conceitos e abordagens aplicadas aos clientes do ponto de vista das empresas. Apresentou-se, também, um estudo de viabilidade, contendo os custos das mercadorias necessárias para operacionalizar o negócio de revenda em atacado, assim como a necessidade de uma pequena reforma interna no local do empreendimento. Com as benfeitorias e investimentos realizados, espera-se melhorias no processo de atendimento, trazendo benefícios mútuos a empresa e aos clientes.

PALAVRAS-CHAVE: Viabilidade do Negócio; Concorrência; Clientes; PMBOK.

INTRODUÇÃO

A revenda de mercadorias é um dos principais diferenciais para um comércio varejista, devido à necessidade de sobrevivência em um ramo bastante competitivo. Por conta dessa situação, o nível do atendimento e satisfação do cliente tem grande importância para o crescimento de qualquer organização.

Para Kotler e Armstrong (2007) atrair e reter clientes pode ser uma tarefa difícil porque os clientes têm à sua disposição uma grande variedade de escolha de produtos e marcas, preços e fornecedores. Neste sentido o cliente é de suma importância para o crescimento e sobrevivência de uma organização, pois por meio de uma variedade de produtos e serviços é que as empresas valorizam a sua imagem, atraem e retêm clientes.

Ao optar pela busca de uma nova linha de produtos, usando técnicas destinadas a fidelizar os clientes, pode criar uma defesa contra a concorrência e representar um caminho para o sucesso e a lucratividade do negócio.

O foco da necessidade, desejo e satisfação do cliente, torna-se um diferencial para as empresas. Daí, a importância de pesquisar e estudar o comportamento, as



insatisfações e tendências dos consumidores. A concorrência simples, baseada no preço, estão ficando para trás. E os varejistas deverão se adequar ao modelo de criação de valor para seus clientes, o que implica em maximizar benefícios valiosos, minimizando os custos e adotando algum diferencial em relação aos concorrentes (ROBLES; BONELLI, 2011).

O presente estudo partiu de uma oportunidade de adquirir produtos com maior rotatividade, com o foco na redução de preço para atrair cada vez mais clientes para os dois tipos de revenda de um ponto comercial. Buscou-se analisar a importância do estudo de viabilidade do negócio, utilizando-se as técnicas de gerenciamento de projetos delineadas no PMBOK.

O PMBOK é um guia de melhores práticas de gerenciamento de projeto, contendo uma compilação e um padrão do gerenciamento, que identifica e conceitua o que pode ser aplicado em termos de processos, ferramentas e técnicas, norteado por princípios e domínios de desempenho (PMI, 2017). Foi avaliado, também, os itens de mercadorias necessários para se iniciar a revenda em atacado, assim como a necessidade de uma pequena reforma no local para melhorias internas.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este trabalho é resultado de parte de um projeto que visa implantar revenda no atacado, associado à revenda de varejo já existente, localizado na cidade de Manaus.

A comercialização dos produtos será feita de forma conjunta, por meio de revenda já existente no comércio de varejo. As mercadorias serão obtidas através da compra em grandes volumes de menor variedade de linha, obtendo-se, assim, menor preço de custo.

Serão disponibilizados inicialmente os seguintes produtos para revenda em atacado: açúcar, óleo de Soja, farinha de mandioca e arroz. A revenda será instalada no interior do comércio de varejo, com fácil acesso aos clientes, tanto em varejo, como em atacado. Além do espaço destinado as mercadorias, a revenda em atacado contará com uma área de atendimento a clientes. A estratégia de marketing será com comercialização dos produtos com baixo preço que será baseada em compras estratégicas de uma pequena linha de produtos com objetivo de atrair os clientes consumidores dos produtos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com base nas técnicas do PMBOK, identificou-se uma lista preliminar de entregas destinadas à execução da reforma do empreendimento (Tabela 1).

Tabela 1: Lista preliminar das entregas do projeto de reforma do empreendimento na cidade Manaus.

Fase de Entrega	Descrição da Entrega
Reforma	Faixada
	Área de Atendimento
	Pintura do Estabelecimento
Fornecedores	Pesquisas de Preços
	Aquisições de Mercadorias
	Compra de Computador
Revendas	Software
	Mesa de Atendimento
	Cadeiras
	Compra de Paletes

Fonte: Autores, 2022.

Para a análise prévia de viabilidade econômica do projeto, foram utilizados valores estimados para as obras e instalações, obtidos a partir de uma pesquisa feita em empreendimentos semelhantes (Quadro 1).

Quadro 1: Previsão de investimentos para obras e instalações da reforma do empreendimento.

Itens	Discriminação	Und	Quant.	Valores Estimados
1	Reforma da Faixada	-	1	2.500,00
2	Reforma da Entrada	-	1	800,00
3	Reforma Área do Depósito	-	1	700,00
	Total	-	-	4.000,00

Fonte: Autores, 2022.

Para a operacionalização do negócio, foi projetado a aquisição de móveis e equipamentos minimamente necessários, conforme Quadro 2.

Quadro 2: Previsão de móveis e equipamentos para operacionalização do negócio.

Itens	Discriminação	Und	Quant.	Valores Estimados
1	Computador	-	1	1.500,00
2	Impressora	-	1	900,00
3	Software			500,00
4	Mesa de Escritório		3	250,00
5	Cadeira		3	750,00
6	Paletes de Armazenagem	-	30	450,00
	Total	-	-	4.350,00

Fonte: Autores, 2022.

As aquisições de produtos destinados à revenda serão realizadas por meio de pesquisas de preços, com fornecedores potencialmente competitivos. A realização das vendas será feita em uma área separada da revenda a varejo. Os produtos inicialmente vislumbrados para a revenda constituem gêneros alimentícios básicos (Quadro 3).

Quadro 3: Projeção de produtos a serem adquiridos e revendidos pelo empreendimento.

Itens	Discriminação	Und	Quant.	Valores Estimados
1	Açúcar	-	100	11.000,00
2	Óleo de Soja	-	100	17.000,00
3	Arroz T1		100	11.000,00
4	Arroz T2		100	10.000,00
5	Farinha D'Água		100	7.000,00
6	Farinha Branca		100	7.500,00
7	Farinha Uarini		100	11.500,00
8	Farinha Tapioca	-	100	8.000,00
	Total	-	-	83.000,00

Fonte: Autores, 2022.

O orçamento geral do projeto para a implantação de uma revenda em atacado de mercadorias, a fim de aumentar a receita de faturamento em no mínimo 50% ao longo de seis meses foi estimado em R\$ 91.350,00 (Figura 1).

CONCLUSÃO

Em um ambiente cada vez mais competitivo, o comércio varejista deve adotar algum diferencial em relação aos concorrentes, visando oportunidades para que os resultados sejam melhores e obtenha uma compreensão mais efetiva e robusta em seu ambiente organizacional.

O setor varejista, alinhado com o setor atacadista, pode resultar numa maior satisfação do cliente se o negócio estiver alinhado às boas práticas de atendimento, visando o diferencial competitivo da empresa e à fidelização de sua clientela.

REFERÊNCIAS

KOTLER, Philip e ARMSTRONG, Gary. **Princípios de Marketing**. 12. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2007.

ROBLES, Antônio Jr; BONELLI, Valério Vitor. **Gestão da qualidade e do meio ambiente: enfoque econômico, financeiro e patrimonial**. 1ed. - 6. Reimpr. São Paulo: Atlas, 2011.



ABORDAGEM SOBRE UM MODELO DE CASA CONTÊINER SUSTENTÁVEL

Carla Manuela Xavier B. Vitor^{1*}, Franklin Souza Ferreira¹,
Juan Vitor Matos Ramos¹, Gelson Dias Florentino²

1. *Acadêmicos Ciências Contábeis. Faculdade La Salle Manaus. 20891717@faculadelasalle.edu.br

2. Doutor em Biotecnologia. Faculdade La Salle Manaus. gelson.florentino@lasalle.org.br

RESUMO

Na construção civil, o tema sustentabilidade está sempre presente como um conceito inovador, viabilizando novos modelos de construção e/ou reforma. Nesta pesquisa buscou-se avaliar a implantação de um modelo de casa sustentável, denominado casa contêiner. A principal característica de uma casa sustentável é pensar sempre no meio ambiente, buscando a otimização e o maior reaproveitamento de materiais em todas as etapas do projeto. A metodologia utilizada para obtenção desse estudo, foi através de revisão bibliográfica, explorando a literatura sobre o tema e comparando os custos de construção de uma casa convencional em alvenaria com uma casa contêiner. Os resultados comprovam ser possível conviver com o meio ambiente sem causar mais prejuízos, reutilizando materiais e implementando projetos que, apesar de altos custos na instalação, a longo prazo, trazem um bom retorno econômico. Conclui-se que há vantagens e desvantagens na construção de uma casa sustentável. Contudo, o modelo de casa contêiner apresenta-se, no longo prazo, mais econômica e reduz os impactos ambientais típicos da construção civil.

PALAVRAS-CHAVE: Sustentabilidade; Custos de Construção, Inovação. Tecnologia.

INTRODUÇÃO

O conceito de casas sustentáveis, não é considerado muito antigo, começou a ganhar força no início do século XXI, mais precisamente quando a população mundial começou a perceber que problemas ambientais, como o aquecimento global, estavam tomando grandes proporções e ameaçando a sobrevivência no Planeta Terra.

Casas sustentáveis podem ser definidas como moradias projetadas e construídas através de materiais e soluções sustentáveis. O objetivo desse tipo de construção é a promoção de uma relação mais saudável entre a habitação e o meio ambiente.

A principal característica de um projeto de casa sustentável é pensar sempre no meio ambiente, buscando a otimização e o maior reaproveitamento possível de materiais em todas as etapas do projeto de construção.

Tentando evitar o crescente desperdício de materiais na construção civil que geram entulhos e prejudicam o meio ambiente, uma alternativa viável é o uso de containers, que após descartado da sua utilização inicial, em vez de virar sucata, passa a ser reutilizada para moradias ou outras construções (BARBOSA *et al.*, 2018). O contêiner é uma caixa retangular, construída de chapas metálicas não biodegradáveis, utilizado no transporte de mercadorias.

Buscando reduzir esses impactos ambientais que ocorrem na construção civil, busca-se novas técnicas construtivas, como a utilização de container na execução de edificações. Com o reaproveitamento da estrutura do container, há uma economia de matéria prima, pois para a montagem do imóvel não é necessária a utilização de cimento, tijolo, água e areia, reduzindo, assim, o entulho nas obras e o consumo excessivo de recursos naturais.

O presente estudo teve como objetivo avaliar os custos e viabilidade para implantação de um modelo de casa container sustentável, baseado em um projeto elaborado na disciplina de gerenciamento de projetos da Faculdade La Salle Manaus, no primeiro semestre de 2022.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este trabalho teve características técnicas baseadas em levantamento dos custos para implantação de uma casa contêiner sustentável na cidade de Manaus, com compartimentos e cômodos tradicionais de uma casa: sala de estar, cozinha, quarto e banheiro. Para o levantamento dos custos foi considerado orçamentos típicos da área de construção civil, contendo todos os valores dos serviços e a infraestrutura necessária para implementação do projeto.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A Construção em contêiner pode ser considerada mais sustentável por ser uma obra mais limpa e rápida e pelo próprio reuso do material, começando pelo próprio container. O impacto no meio ambiente é bem menor, já que ele reduz o gasto com outras matérias primas, além de gerar pouco ou quase nenhum resíduo e ter o tempo de obra reduzido.

O quadro 1 demonstra o resumo dos custos necessários para implantação de uma casa contêiner, usando 02 unidades de containers de almoxarifado de 20 pés ou 6m, com medidas de área externas de 6,11C x 2,45l x 2,59 e internas de 6,05C x 2,40l x 2,40h, totalizando 29,90m².

Quadro 1: Resumo dos custos para construção de casa contêiner.

	DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS	VALOR	%
1	Serviços iniciais	R\$ 3.053,00	1,51%
2	Administração local	R\$ 27.090,72	13,37%
3	Demolições e retiradas	R\$ 4.514,25	2,23%
4	Implantação	R\$ 1.526,20	0,75%
5	Paredes e divisórias	R\$ 13.882,19	6,85%
6	Esquadrias / ferragens / vidros	R\$ 2.734,04	1,35%
7	Janelas	R\$ 5.365,29	2,65%
8	Cobertura	R\$ 1.318,75	0,65%
9	Revestimento e tratamento de pisos	R\$ 12.421,29	6,13%
10	Revestimentos e acabamentos	R\$ 10.700,91	5,28%
11	Instalações hidrossanitários	R\$ 54.020,09	26,67%
12	Instalações elétricas / eletrificação e iluminação externa	R\$ 50.000,00	24,68%
13	Climatização	R\$ 7.500,00	3,70%
14	Pinturas	R\$ 2.420,95	1,20%
15	Serviços diversos	R\$ 958,01	0,47%
16	Paisagismo	R\$ 5.012,88	2,47%
17	Limpeza e arremates finais	R\$ 53,43	0,03%
		R\$ 202.571,99	100,00%
	BDI	R\$ 52.291,93	
	TOTAL	R\$ 254.863,92	

Fonte: Autores, 2022.

O orçamento da obra finalizada está estimado em R\$ 254.863,92. Verificou-se que os custos são menores do que a construção de uma casa convencional em alvenaria, com a mesma medida em m². O quadro 2 demonstra o resumo dos custos necessários para construção de uma casa convencional em alvenaria.

Quadro 2: Resumo dos custos para construção de casa convencional em alvenaria.

	DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS	VALOR	%
1	Serviços iniciais	R\$ 3.053,00	1,00%
2	Administração local	R\$ 40.090,72	13,16%
3	Demolições e retiradas	R\$ 4.514,25	1,48%
4	Implantação	R\$ 1.526,20	0,50%
5	Infraestrutura	R\$ 11.648,41	3,82%
6	Superestrutura	R\$ 20.880,00	6,85%
7	Paredes e divisórias	R\$ 28.550,42	9,37%
8	Esquadrias / ferragens / vidros	R\$ 2.734,04	0,90%
9	Janelas	R\$ 5.365,29	1,76%
10	Cobertura	R\$ 10.417,62	3,42%
11	Revestimento e tratamento de pisos	R\$ 12.421,29	4,08%

12	Revestimentos e acabamentos	R\$ 20.172,79	6,62%
13	Instalações hidrossanitários	R\$ 54.020,09	17,73%
14	Instalações elétricas / eletrificação e iluminação externa	R\$ 50.000,00	16,41%
15	Climatização	R\$ 7.500,00	2,46%
16	Pinturas	R\$ 25.735,89	8,45%
17	Serviços diversos	R\$ 958,01	0,31%
18	Paisagismo	R\$ 5.012,88	1,65%
19	Limpeza e arremates finais	R\$ 53,43	0,02%
		R\$ 304.654,32	100,00%
	BDI	R\$ 67.724,65	
	TOTAL	R\$ 372.378,97	

Fonte: Autores, 2022.

Comparando os custos do quadro 1 com os custos do quadro 2, observa-se que é mais vantajoso economicamente para o patrocinador, construir uma casa container do que construir uma casa convencional em alvenaria, com as mesmas metragens. A economia financeira é de aproximadamente 32%.

É importante destacar que a localização da casa sustentável não deve causar nenhum impacto negativo ao meio ambiente, mas deve proporcionar o uso racional dos recursos naturais.

O uso de casa contêiner justifica o retorno dos gastos na construção e na implantação dos projetos, tendo em vista a economia que será gerada a longo prazo. O projeto deve criar alternativas para a geração de energia elétrica com a instalação de painéis solares nos telhados e a utilização de água com o uso das cisternas, que funcionam como reservatórios e são responsáveis por captar a água da chuva, para que esta possa ser reutilizada de diversas maneiras. Os painéis solares nos telhados auxiliam na captação de energia solar, diminuindo o uso de energia elétrica e auxiliando na diminuição das contas de luz.

Observou-se algumas vantagens e desvantagens no uso de containers. As vantagens da construção em contêiner são: obra mais limpa com redução de entulho e de outros materiais; rapidez na execução na obra, normalmente entre 60 a 90 dias; economia de recursos naturais, tais como areia, tijolo, cimento, água, ferro, etc.; reutilização do material no revestimento termoacústico, podendo-se utilizar a lã de pet proveniente da reciclagem de garrafas pet; flexibilidade, podendo ser desmontada e montada em outro terreno; as características modular e geométrica permitem diversas configurações e facilita a construção e/ou montagem; baixo custo, pois quando bem administrado, os recursos para a construção pode ser 30% mais econômico do que a

tradicional; durabilidade, visto que o contêiner tem vida útil longa e é projetado para resistir às diversas intempéries e suportar grandes cargas; a obra pode ser mais simples, já que na maioria das vezes, não requer serviços de fundação e terraplenagem e mantém boa permeabilidade do terreno.

Quanto as desvantagens e cuidados na construção em contêiner, observadas são: o terreno precisa ter espaço para as manobras de guindastes no transporte e armazenamento dos contêineres; requer mão-de-obra especializada, principalmente nos cortes das esquadrias; requer cuidados especiais de isolamento térmico e acústico; como o contêiner é fabricado em aço, apresenta-se como eficiente condutor de calor e péssimo isolante acústico; como se trata de um tipo novo de construção, carece de legislação adequada e dificuldade de obtenção de financiamento; dependendo do que o contêiner transportava no passado, podem haver vestígios contaminantes; os solventes liberados da pintura e selantes utilizados na fabricação do contêiner podem ser prejudiciais à saúde e pode haver a ferrugem, exigindo tratamento adequado antes da aplicação na construção.

CONCLUSÃO

A construção sustentável é imprescindível para assegurar o equilíbrio entre a proteção ao meio ambiente e a viabilização do crescimento econômico com inclusão social e promoção da justiça ambiental.

A Construção em contêiner pode ser considerada mais sustentável por ser uma obra mais limpa e rápida e pelo próprio reuso do material. O impacto no meio ambiente é bem menor, já que ele reduz o gasto com outras matérias primas, além de gerar pouco ou quase nenhum resíduo e ter o tempo de obra reduzido. Neste tipo de construção, são criadas algumas alternativas para a geração de energia elétrica e para a utilização de água. Há também vantagens e desvantagens na construção de casas containers, as quais precisam ser bem avaliadas pelos futuros moradores interessados.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, G. de O.; GALDINO, L. R. N.; SOUZA, L. B. de; RODRIGUES, L. M. S.; ARAÚJO, M. E. C., & GONZAGA, G. B. M. **Container na construção civil: rapidez, eficiência e sustentabilidade na execução da obra.** Caderno de Graduação - Ciências Exatas e Tecnológicas - UNIT - ALAGOAS, 4(2), 101, 2018.

A IMPORTÂNCIA DAS ESTRATÉGIAS LOGÍSTICAS EM TEMPOS DE PANDEMIA

Victor Kalel da Silva Lima^{1*}, Ana Carolina Ramos de Oliveira²,
Kennedy Guerreiro Lopes³, Gelson Dias Florentino⁴

1. *Acadêmicos de Administração. Faculdade La Salle Manaus. 20892150@faculdadelasalle.edu.br
2. Acadêmica Ciências Contábeis. Faculdade La Salle Manaus. 20892560@faculdadelasalle.edu.br
3. Acadêmicos de Logística. Faculdade La Salle Manaus. 20892189@faculdadelasalle.edu.br
4. Doutor em Biotecnologia. Faculdade La Salle Manaus. gelson.florentino@lasalle.org.br

RESUMO

A pandemia trouxe a necessidade de constante e rápida adaptação para diversos setores da sociedade, principalmente para as empresas que por conta do afastamento e isolamento social tiveram que se reinventar e encontrar meios de se manter ativo no mercado e conectados com seus clientes. O presente trabalho buscou explicar sobre a importância das estratégias logísticas em um cenário de pandemia, e como essas estratégias foram essenciais para a permanência das empresas no mercado. Dando um enfoque maior nas áreas de *e-commerce* e serviços de *delivery*, que nesse período percebeu-se, que foram de suma importância não apenas para empresas, mas também para os consumidores. Conclui-se que a pandemia modificou a relação entre as empresas e os consumidores, trazendo inovação, flexibilidade e rapidez no atendimento.

PALAVRAS-CHAVE: *E-commerce*; *Delivery*; Empresas.

INTRODUÇÃO

A cidade de Manaus, capital do Amazonas, foi uma das localidades mais afetadas pela pandemia de COVID-19. Houve a decretação do *lockdown* em caráter emergencial em decorrência do recorde dos números de novos casos desde o início da pandemia. Com as medidas restritivas, as empresas precisaram se adaptar e buscar novas estratégias para sua permanência do mercado. Dentre as estratégias adotadas pelas empresas, destaca-se as estratégias logísticas destinadas a manutenção das atividades essenciais.

Essas medidas foram fundamentais tanto para garantir a continuidade de serviços considerados essenciais, como, também, para que não houvesse a paralisação ou o declínio de movimentação de mercadorias.

Segundo Christopher (2018), logística é o processo de gestão estratégica da aquisição, movimentação e armazenagem de materiais, peças e estoques finais (e o

fluxo de informações relacionados) por meio da organização e seus canais de comercialização, de tal forma que a rentabilidade atual e futura seja maximizada através da execução de pedidos, visando o custo-benefício.

As estratégias logísticas adotadas pelas empresas durante a pandemia tiveram impacto direto no *e-commerce*, que segundo o Relatório da Mastercard *SpendingPulse* (2020), apresentou um crescimento de 75% em 2020 se comparado ao ano anterior. O termo “e-commerce” é um tipo de comércio de forma eletrônica, que devido ao alcance da Internet, tem o poder de ligar varejistas de todo o mundo (MATA, 2021).

A utilização do meio de transporte utilizado pelas empresas para se conectar com seus clientes é popularmente conhecido como “*delivery*”. O termo *delivery* é uma palavra inglesa que de acordo com o dicionário quer dizer “entrega”, similar aos serviços que em utilizados apenas pelos correios há alguns anos.

Desta feita, o objetivo geral deste trabalho foi trazer informações sobre a importância das estratégias logísticas inseridas em um contexto de pandemia e pós pandemia, assim como os benefícios que surgem com as aplicações corretas dessas estratégias.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O estudo foi baseado, essencialmente, em fundamentação teórica do assunto pesquisado, utilizando-se fontes bibliográficas como artigos indexados em periódicos e materiais disponíveis em revistas e *websites* qualificados.

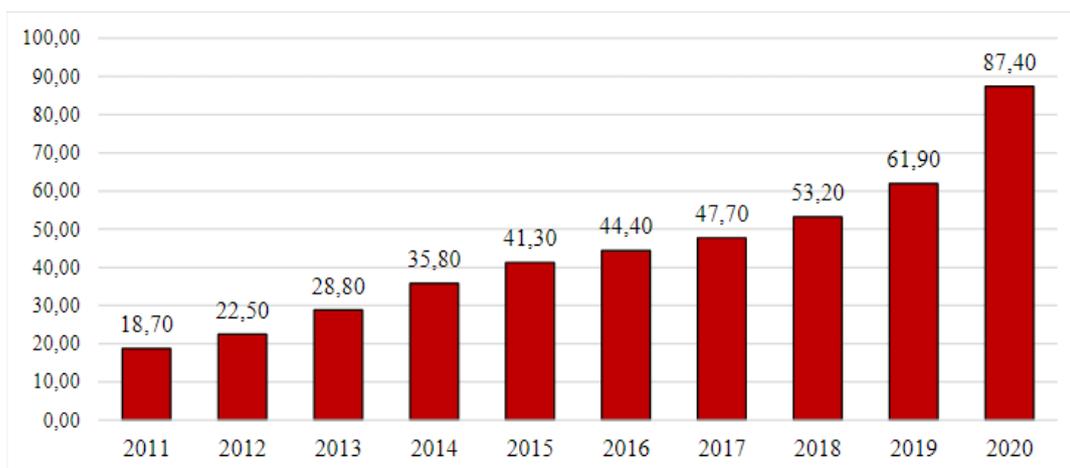
RESULTADOS E DISCUSSÃO

Observou-se que a adoção de estratégias logísticas foi utilizada por muitas empresas que desejavam permanecer atuantes no mercado, tendo um destaque maior para as empresas que atuam no ramo alimentício, devido aos aplicativos desenvolvidos para essa finalidade.

Com o fechamento físico da maioria dos negócios durante a pandemia, as empresas estabeleceram novas estratégias para manter o contato com seus clientes. Essas ações foram suficientes para que houvesse um aumento significativo do faturamento do *e-commerce*, sobretudo no ano de 2020 (Figura 1).



Figura 1: Faturamento do e-commerce no Brasil, período de 2011 a 2020.



Fonte: Webshoppers, 2021

A Figura 1 evidencia que a utilização do *e-commerce* foi uma das estratégias adotadas por parte majoritária das empresas no período pandêmico. A venda não presencial subverteu o processo tradicional de comercialização e o relacionamento com o consumidor. O fato do comércio eletrônico não ter a necessidade de um ponto físico contribuiu para o seu espantoso crescimento na pandemia e até mesmo no pós-pandemia. O modo de operação desse canal é perfeitamente cabível com as condições de isolamento e afastamento decretados em decorrência da pandemia, tendo em vista que as vendas podem ser realizadas sem a presença física de fornecedores e clientes.

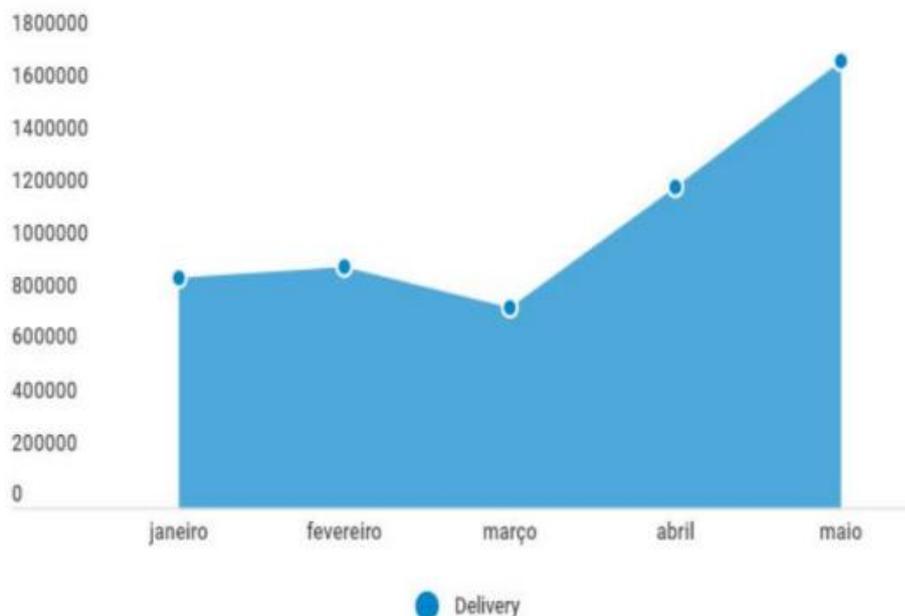
Com o crescimento significativo do *e-commerce*, outra estratégia também muito utilizada foi o *delivery*. O setor de *delivery* já está no mercado a alguns anos, muito utilizada pelos correios e por pizzarias que recebiam as entregas via telefones fixos. Mas com a chegada da pandemia impactando fortemente as estruturas mercantis, observou-se que a utilização desse meio se tornou cada vez mais comum, principalmente nos ramos de alimentícios e vestuários.

A modalidade de serviço *delivery* trouxe não somente comodidade, velocidade e facilidade para seus consumidores, mas, também, segurança, já que atendia aos critérios básicos de prevenção estabelecidos pela pandemia.

A Figura 2, demonstra um rápido crescimento do serviço de *delivery*, a partir de março de 2020, quando as empresas se reorganizaram para atuar nessa modalidade de serviço.



Figura 2: Análise do serviço de *delivery*, no período de janeiro a maio de 2020.



Fonte: Empresa Mobils (2020).

As empresas que utilizam o serviço de *delivery* foram obrigadas a investir em inovação e flexibilidade, com a introdução e adequação de aplicativos específicos e de acordo com a necessidade do empresariado. Essas medidas foram necessárias para atenuar ou reverter a redução de vendas, sustentando, assim, as empresas durante o período mais agudo da pandemia.

CONCLUSÃO

A adequada adoção de estratégias logísticas contribui para a permanência das empresas no mercado e impactam positivamente na composição das receitas. As mudanças e adaptações estabelecidas durante a pandemia intensificaram ao mercado de *delivery* e flexibilizaram a relação entre as empresas e os consumidores.

REFERÊNCIAS

CHRISTOPHER, Martin. **Logística e gerenciamento da cadeia de suprimentos**. 4ed. São paulo: Cengage Learning, 2018.

MATA, Kesley Brenner da Costa. **E-COMMERCE**: Análise de dados sobre o comércio eletrônico no Brasil. 2021. Disponível em: <https://repositorio.pucgoias.edu.br/jspui/handle/123456789/1761>. Acesso em: 21 Jun 2022.

Relatório da Mastercard SpendingPulse (2020). Disponível em: <https://www.mastercard.com/news/latin-america/pt-br/noticias/comunicados-de-imprensa/pr-pt/2020/junho/e-commerce-brasileiro-cresce-75-no-mes-de-maio-segundo-mastercard-spendingpulse/>. Acesso em: 21 Jun 2022.



IMPLANTAÇÃO DE PROJETO DE EMPREENDEDORISMO NO SEGMENTO DE BELEZA E ESTÉTICA

Clíssia de Oliveira Marques^{1*}, Gelson Dias Florentino²

1. *Acadêmicos de Ciências Contábeis. Faculdade La Salle Manaus. 20892218@faculdadelasalle.edu.br

2. Doutor em Biotecnologia. Faculdade La Salle Manaus. gelson.florentino@lasalle.org.br

RESUMO

Este artigo tem como objetivo demonstrar o desenvolvimento de um negócio através de um projeto de implantação do serviço de manicure em um estabelecimento de beleza e estética. A metodologia foi baseada em uma pesquisa com os clientes mais antigos do centro de beleza e estética SanLevhi, situado na cidade de Manaus. Os resultados apresentaram uma taxa elevada de interesse no novo procedimento, justificando o investimento em materiais, equipamentos e infraestrutura do local. O projeto trouxe um retorno de mais de 200% em um período de três meses de acompanhamento. Conclui-se que a pesquisa de mercado associada à análise de viabilidade é fundamental acompanhar a implantação e desenvolvimento de projetos de investimentos no segmento de beleza e estética.

PALAVRAS-CHAVE: Investimento; Negócio; Clientes; SanLevhi

INTRODUÇÃO

O número de mulheres no ramo do empreendedorismo no Brasil vem aumentando cada vez mais, impactando no crescimento econômico do país. De acordo com os dados levantados no relatório do *Global Entrepreneurship Monitor*, do Instituto Brasileiro da Qualidade e Produtividade (IBQP, 2017), mais da metade dos novos negócios abertos recentemente foi fundada por mulheres. Esse relatório coloca o Brasil como o segundo, dentre 64 países, em que o empreendedorismo feminino tem menos desigualdade de gênero.

Apesar da participação expressiva de mulheres na criação e gestão de novos negócios, estudos demonstram que, para desempenhar seu papel de empreendedora, a mulher ainda encontra dificuldades como as longas jornadas de trabalho, o acesso limitado a financiamentos, as pressões familiares e conflitos com os sócios (LITUCHY, REAVLWY, 2004; WINN, 2005; MATHEW, 2010).

Gomes *et al.* (2009) afirmam que um dos principais fatores que motiva mulheres a terem seu próprio negócio é a flexibilidade de horário, pois elas acreditam que, ao



gerirem sua empresa, poderão compatibilizar melhor as demandas do trabalho e da família. Contudo, estudos mostram que essa conciliação nem sempre é tranquila, pois a atividade empreendedora demanda muita dedicação (LITUCHY, REAVLWY, 2004; WINN, 2005; MATHEW, 2010).

Esta pesquisa aborda a implementação do serviço de manicure à clientes do Centro Estético SanLevhi, localizado no bairro Vila da Prata, na cidade de Manaus. O empreendimento é dirigido por duas mulheres, que viram a oportunidade de começar um negócio no ramo da beleza e estética.

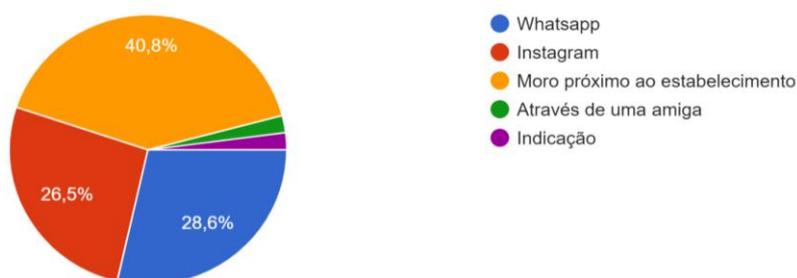
PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O estudo foi baseado em um projeto preliminar, onde foi realizada uma pesquisa através de um formulário digital, contendo 3 perguntas abertas relacionadas ao nível de interesse, frequência e informações sobre o centro estético SanLevhi. Foi criado um *link* e enviado por meios eletrônicos de comunicação aos clientes que frequentam o centro de estética. Os questionamentos as clientes foram: a) como ficou sabendo sobre o Centro de Estética SanLevhi? b) Com que frequência você vem ao Centro de Estética SanLevhi? Qual seu nível de interesse em realizar o procedimento de manicure na SanLevhi? Ao todo, 49 pessoas responderam à pesquisa.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Observou-se que o conhecimento a respeito do Centro de Estética SanLevhi está relacionado à proximidade da residência das clientes, visto que mais de 40% das pessoas que responderam ao questionário afirmaram que moram próximo ao estabelecimento (Figura 1).

Figura 1: Como ficou sabendo sobre o Centro de Estética SanLevhi?

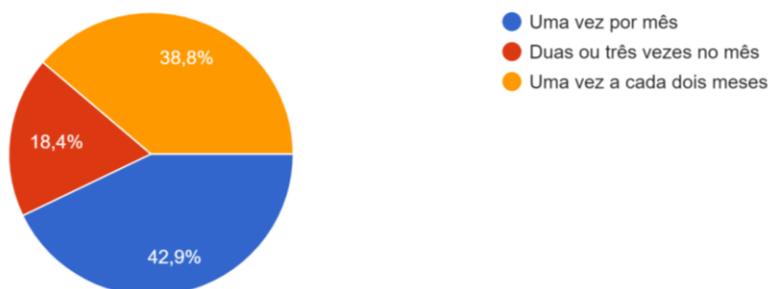


Fonte: Autores, 2022.



A frequência dos clientes significa o nível de importância que ele tem para o negócio e como sua ausência impacta negativamente no resultado. Neste sentido, 42,9% dos clientes frequentam o estabelecimento pelo menos uma vez durante o mês (Figura 2).

Figura 2: Com que frequência você vem ao Centro de Estética SanLevhi?

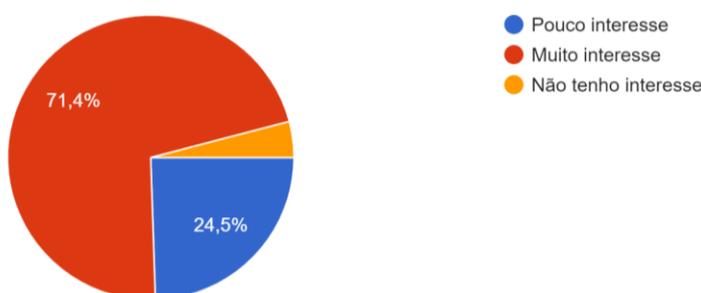


Fonte: Autores, 2022.

Apesar da diminuição da renda das famílias nos últimos anos, observou-se que uma quantidade expressiva dos clientes mais antigos permanece frequentando sistematicamente o centro SanLevhi.

Em relação ao nível interesse dos clientes pelo serviço oferecido no centro de estética, 71,4% das pessoas responderam que tem muito interesse em realizar os serviços de manicure no estabelecimento (Figura 3), sinalizando para a necessidade de realizar um levantamento dos custos e viabilidade do negócio.

Figura 3: Qual seu nível de interesse em realizar o procedimento de manicure na SanLevhi?



Fonte: Autores, 2022.

Os custos totais dos materiais necessários à implantação do projeto foram estimados em R\$ 1.500,00, incluindo mobiliários e insumos utilizados na realização dos serviços de manicure (Quadro 1).

Quadro 1: Materiais necessários para execução do serviço de manicure.

Material	Preço Médio (R\$)
Cadeira de manicure com duas gavetas	600
Nicho (prateleira) - organizador de esmaltes	160
Kit para alongamento de unhas	430
Kit de itens esterilizáveis e descartáveis extra	150
Esmaltes para unhas de cores variadas	160

Fonte: Centro de Estética SanLevhi, 2022.

O prazo de retorno do investimento foi calculado com base no *payback* simples (investimento inicial ÷ ganhos no período), apresentando um período de 2,2 meses (Quadro 2). Esse cálculo é importante para os empreendedores fazerem a avaliação e entender se o retorno compensa realizar o investimento.

Tabela 2: Valor dos serviços e expectativa de atendimento médio no primeiro mês.

Serviço	Valor do Serviço (R\$)	Espectativa de atendimentos	Ganhos R\$
Alongamento em acrílico	100,00	1	100,00
Manutenção unha em acrílico	80,00	0	-
Alongamento em gel	80,00	3	240,00
Manutenção unha em gel	60,00	0	-
Unhas postiças	30,00	2	60,00
Plástica nos pés	45,00	1	45,00
Mão simples	15,00	2	30,00
Pés simples	20,00	2	40,00
Mão e pé simples	30,00	5	150,00
Total		16	665,00

Fonte: Centro de Estética SanLevhi, 2022.

Após três meses de implantação do novo serviço foi realizado o cálculo do Retorno sobre o Investimento - ROI (*Return Over Investment*) para mensurar os resultados do projeto. Os ganhos obtidos no período encontram-se detalhados na Tabela 1.

Tabela 1: Ganhos obtidos após três meses de implantação do projeto

Serviços	Vir. Unit. (R\$)	Atendimento Abril	Atendimento Maio	Atendimento Junho	Atendimento total	Vir. Total (R\$)
Alongamento em acrílico	100	5	0	2	7	700
Manutenção unha em acrílico	80	0	4	3	7	560
Alogamento em gel	80	4	3	2	9	720
Manutenção unha em gel	60	0	3	6	9	540
Unhas postiças	30	3	5	4	12	360
Plástica nos pés	45	6	9	7	22	990
Mão simples	15	2	1	3	6	90
Pés simples	20	1	4	4	9	180
Mão e pé simples	30	5	11	10	26	780
Total		26	40	41	107	4920

Fonte: Autores, 2022.

O ROI foi calculado seguindo a fórmula

$$ROI = ((\text{ganho obtido} - \text{valor investido}) / \text{valor investido}) \times 100$$

Onde:

Ganho obtido = R\$ 4.920,00 (conforme tabela 1)

Investimento = R\$ 1.500,00

ROI = $((4920 - 1500) / 1500) \times 100 = 228\%$ em três meses

CONCLUSÃO

O empreendedorismo não é, necessariamente, uma atividade complexa. Contudo, mesmo para os pequenos negócios é necessário realizar projetos e assim determinar começo, meio e fim para a implantação e mensuração de retornos financeiros. Com planejamento e uma boa administração dos recursos, pequenos investimentos em negócios de beleza e estética podem resultar em retornos satisfatórios.

REFERÊNCIAS

CHRISTOPHER, Martin. **Logística e gerenciamento da cadeia de suprimentos**. 4ed. São paulo: Cengage Learning, 2018.

GEM - GLOBAL ENTREPRENEURSHIP MONITOR. **Empreendedorismo no Brasil**. Relatório Executivo. Curitiba: Instituto Brasileiro da Qualidade e Produtividade – IBQP/SEBRAE/FGV. Curitiba: IBQP, 2017

GOMES, A. F.; SANTANA, W. G. P.; ARAÚJO, U. P. “Empreendedorismo Feminino: O Estado-da-arte”. In: **Anais do Encontro da ANPAD**. 33. São Paulo, 2009.



LITUCHY, T. R.; REAVLEY, M. A. Women entrepreneurs: a comparison of international small business owners in Poland and the Czech Republic. **Journal of International Entrepreneurship**, n. 2, v. 61, p. 61-87, 2004.

MATHEW, V. Women entrepreneurship in Middle East: understanding barriers and use of ICT for entrepreneurship development. **International Entrepreneurship Management Journal**, v. 6, p. 163-181, 2010.

WINN, J. Women entrepreneurs: can we remove the barriers? **International Entrepreneurship and Management Journal**, n. 1, p. 381-397, 2005.



A EXPLORAÇÃO DO RPG PARA INTERAÇÃO EM CENÁRIO LÚDICO: a construção de conhecimento científico

Douglas F. Campos^{1*}, Pedro G. Fadini², Luciana Backes³

1. Acadêmico de Psicologia. Unilasalle Canoas. douglas.campos0216@unilasalle.edu.br
2. Acadêmico de História. Unilasalle Canoas. pedroguastellifadini@gmail.com
3. Orientadora. Unilasalle Canoas. luciana.backes@unilasalle.edu.br

RESUMO

O seguinte trabalho apresenta a reflexão a respeito do hibridismo dos espaços através do compartilhamento de conhecimentos, no contexto do RPG (Role Playing Game). O RPG é um jogo de interpretação de papéis, onde cada participante cria seu personagem com os elementos imaginários que desejar, refletindo, de alguma forma, aqueles que o criam. Esses personagens interagem entre si por meio da narrativa, em um cenário construído, onde ocorre o debate teórico-literaturalizado. Nessa perspectiva complexa emerge a problemática: como ocorre o processo de interação, por meio da legitimidade e do compartilhamento de percepções, em um cenário lúdico para a construção de conhecimento científico? No contexto da investigação, articulamos diferentes áreas de conhecimento, tais como: psicologia, pedagogia e história, para pensarmos a configuração dos espaços híbridos no fluxo de interações, compartilhamentos em relações heterárquicas, por meio da ludicidade. O grupo de pesquisa COTEDIC UNILASALLE/CNPq é composto por professores, pesquisadores, graduandos, mestrandos e doutorandos. O fluxo de interações ocorreu através das ações dos personagens, atribuindo significado e vivenciando a experiência ao compartilhar seus conhecimentos de forma dinâmica e heterárquica, apropriando-se da narrativa lúdica e refletindo sobre seus conhecimentos. Nos diálogos, não havia apenas a escuta do outro, mas o reconhecimento do outro como alguém com quem posso aprender (Maturana, 1998), despertando o sentimento de pertencimento ao grupo, por pessoas que pouco haviam falado nas reuniões anteriores. Nessa configuração do espaço híbrido, observamos que as relações foram estabelecidas a partir das percepções dos participantes (aproximação, distanciamento ou contraponto), isto é, a legitimação não passou por diplomas e/ou títulos.

PALAVRAS-CHAVE: Ludicidade; RPG; Hibridismo; Legitimidade;

INTRODUÇÃO

No contexto do Grupo de Pesquisa: Convivência e Tecnologias na Contemporaneidade - COTEDIC UNILASALLE/CNPq coordenado pela Dra. Luciana Backes, do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade La Salle – Canoas, na linha de pesquisa Culturas, Linguagens e Tecnologias na Educação, dentro do projeto de pesquisa “Recontextualizar as Ciências e a Contação de Histórias para os Processos de Ensino e de Aprendizagem da Educação Básica à Formação

de Professores a nível internacional”, financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (FAPERGS), seu objetivo geral busca compreender a construção do conhecimento a partir de práticas pedagógicas que recontextualizam as ciências, mediados por artefatos tecnológicos (analógico e digital), a metodologia do projeto é de cunho qualitativo e tem como procedimento técnico um Estudo de Caso, pois envolve a observação direta dos acontecimentos. Dentro do Grupo de Pesquisa COTEDIC os participantes têm diversos níveis acadêmicos, graduandos, mestrandos, doutorandos, pesquisadores e professores, contemplando áreas diversas de especialização, reunidos sobre a liderança de Luciana Backes, neste ecossistema heterárquico construído.

O RPG (Role Playing Game) foi apresentado ao Grupo de Pesquisa COTEDIC em 2021/02 como uma possibilidade de recontextualizar os conhecimentos por meio de narrativas, explorando diálogos e vivências. Ou seja, os conhecimentos e teorias podem ser debatidos e analisados, em um cenário lúdico e interpretativo. Alguns dos movimentos realizados anteriormente a esta proposta foram: criação de avatares dentro da plataforma Hero Forge, experimentação de cenários lúdicos e debate entre hierarquia e heterarquia (referência do artigo) e discussão sobre espaços híbridos a partir Santos (2006), contemplando a ludicidade em espaço físico geográfico e digital virtual. Nesses movimentos, os participantes construíram personagens de forma lúdica no RPG e exploraram os conhecimentos prévios já trabalhados no COTEDIC UNILASALLE/CNPq.

O COTEDIC UNILASALLE/CNPq, no seu viver e conviver, configura espaços de interação diferente da normalidade das reuniões e da forma como os grupos de pesquisa debatem os conhecimentos científicos, gerando na sua complexidade a problemática: Como ocorre o processo de interação em um cenário lúdico por meio da legitimidade e o compartilhamento de percepções para a construção de conhecimento científico?

O artigo apresenta uma explicação para contextualizar o que é o RPG, quais papéis são desempenhados durante sua realização, a importância na imersão lúdica e como ocorre a construção da narrativa. Debate a teoria por trás da narrativa para produção de conhecimento científico, a partir de Maturana e Varela (2002). Assim, abordamos o conceito de Legitimidade, onde o ambiente e aqueles que estão presentes nele, assim como suas perspectivas, formam o conjunto necessário para

reflexões e assimilações. O legitimizar, não é apenas ouvir o outro, mas entender que ele é capaz de ensinar com valia. A metodologia da pesquisa contempla um viés psicológico sobre o RPG, explorado nas reuniões, o Psicodrama a partir de Fonseca (2008) e Rojas-Bermúdez (2016), envolvendo a atuação, a narrativa, o encontro do Eu com o Tu e momentos de reflexão nas perspectivas fora do EU. Na análise de dados, refletimos sobre a problemática, apresentando os elementos de embate entre hierarquia e heterarquia, a legitimidade expressa sobre o outro e se o lúdico uniu os participantes do COTEDIC UNILASALLE/CNPq para a construção de conhecimentos de uma forma diferente.

RECONTEXTUALIZANDO HISTÓRIAS LÚDICAS: o uso do RPG

O RPG (Role Playing Game) é um jogo de interpretação de papéis entre narrador (um) e participantes (deve ser mais de um) e assemelha-se a uma história contada em grupo, vivenciada pelos personagens. O narrador monta o enredo e o ambiente da história que não é linear, com início, meio e fim. O RPG desconfigura por completo a forma como a história é progredida, o ambiente é dinâmico por meio das interações dos participantes, personagens. Na interação, os personagens vivenciam uma espécie de representação de imersão. Esta imersão lúdica inicia-se com uma fala do narrador trazendo uma situação e tem continuidade com os participantes que reconstróem esse cenário, narrador e personagens são interdependentes. Embora o narrador tenha sua história, a partir dela são inventadas tantas outras histórias que os personagens desejarem. Nesse processo há adaptações, criações, continuidades, outros rumos e elementos até então não pensados, com o passar do tempo na história, há muitos momentos em que se reinicia o processo.

O narrador potencializa as interações entre os personagens e oportuniza espaço para interpretações dos mesmos, onde é possível surgir questões pessoais dos participantes, a formação de vínculos, metáforas que flertam com a realidade, inserção de temáticas psicoeducativas, para o surgimento da autenticidade. É uma sequência de exploração, interação e resolução de problemas, em uma aventura contínua.

AS NARRATIVAS: nossas verdades e nossas significações

Alves (2000, 2003 e 2010) apresenta a narrativa como transcrever um fato, seja oralmente, por foto, por escrita e outros, atribuindo significados e perspectivas sobre o mesmo, acrescentando seu próprio contexto e sua história. Narrativa é um método científico que recebe fortes críticas perante a sua veracidade, pois memórias podem se modificar com o tempo e sentimentos transformam a narrativa, ambos causam uma reconstituição da mesma. A forma como o ser humano narra e atribui significado pessoais a forma de expressão utilizada.

As práticas do cotidiano atravessam a forma de construir a narrativa, ao ser compartilhada, ouvida, compreendida e interpretada, assim, a narrativa apresenta o pensar do ser humano, os desafios que ele identifica, suas táticas de adaptação, os sentimentos despertados e a subjetividade do fato sobre o mesmo. Importante explorar as narrativas sem a investigação ou questionamento a respeito da veracidade, pois aquela é a verdade do ser humano. Quando realizada em grupo, forma-se uma rede de cotidianos, onde os fatos narrados semelhantes e/ou distintos configuram o contexto.

As semelhanças com o RPG, além de utilizar a narrativa como método científico, nos deparamos com as diferentes interpretações do mesmo fato narrado rapidamente, onde cada participante utiliza-se do momento atual, carregado de sentimentos e dos seus conhecimentos prévios para interpretar, gerando linhas de pensamentos diferentes, como na solução do problema da aventura, o dragão papagaio (Resultados e Análise). O RPG constitui uma rede de cotidianos, simultaneamente a narrativa coletiva. Isto é, o narrador sendo o centro dos acontecimentos, a interação entre participantes e compartilhamento contínuo, constroem narrativas distintas, que representam a perspectiva do personagem, mesmo distintas, todas são verdadeiras. Futuramente serão lembradas com maiores modificações e na tentativa de reconstituição, serão afetadas pelos participantes que a contarem. O momento do RPG aceita todas as falas narradas como verdadeiras.

METODOLOGIA DE PESQUISA: explorando o RPG na psicologia, pedagogia e história

No desenvolver as práticas com o RPG ocorreu o deparo com o Psicodrama de Moreno, pois compartilha de semelhanças com o RPG, seja na interpretação, no



envolvimento do grupo e na presença da psicologia. Fonseca (2008) ao apresentar a história de Moreno e o surgimento do psicodrama, coloca a teoria como uma opção para aqueles que não se adaptam ao psicólogo de escritório, pois necessitam da experimentação, da fala junto a realização no ambiente, da degustação das opiniões dos observadores, não bastando apenas o refletir e diluir pensamentos. Acreditando que o Eu se desenvolve pelo contato com o outro, o Tu. Assim como o RPG, o psicodrama é algo vivo, criado pela interação do grupo que respeita passado, presente e futuro, deixando a mente livre para expressar-se da forma que bem entender na presença dos outros, onde a espontaneidade, criatividade, liberdade, o lúdico e a atuação são incentivadas. Os resultados são gerados nas trocas em grupo.

Com a liberdade para agir e falar de forma coerente as influências do ambiente, é comum um efeito atingir os participantes tanto do RPG quanto no psicodrama, a catarse. Mas a catarse de Moreno não é idêntica às de Aristóteles, Breuer e Freud, a catarse de Moreno identifica uma ação recorrente da pessoa encontrar um momento oportuno, onde novas experiências apresentam-se, as amarras que o seguravam soltam-se para a realização do novo, espontaneamente apresentando-se para o cenário (FONSECA, 2008); na catarse é onde surge o EU, através do EU crio vínculo com os demais, alcançando um alívio (ROJAS-BERMÚDEZ, 2016).

O RPG contempla tanto o indivíduo como singular, como seu conjunto com os outros, pois são complementos um do outro, nas semelhanças ou nas diferenças, o individual carrega as consequências da passagem por diversos grupos e vice e versa. O grupo é único e seus participantes carregam suas características únicas, quando voltarem a ser individuais ou em outros grupos, levam essas característica consigo; o desejado é que além de vivências entre participantes e os processos lúdicos criativos, o participante aprenda e compreenda questões neste cenário, o objetivo foi debater o hibridismo dos espaços a partir de Milton Santos (2006) e legitimidade a partir de Maturana e Varela (2002), simultaneamente acontecendo reflexões nos participantes sobre si, nós, com e pelos outros.

Existe uma hierarquia e papéis no grupo, mesmo sem a intenção o grupo desenvolve-se hierarquicamente, como um reflexo da sociedade, identificando seus direitos e deveres, procurando lideranças e utilizando-se de defesas na tentativa de ser aceito. Existe interação afetiva, entre os membros do grupo, podendo ser por comunicação verbal ou não verbal, dentro ou fora do ambiente lúdico do RPG, é



necessária uma reciprocidade desses afetos e uma ansiedade positiva, que procura interações saudáveis de menor julgamento, uma busca por desconstruir a apatia e fortalecer a empatia.

Desde o advento das primeiras civilizações, o embrião das sociedades sempre contou com um elemento fundacional em seus espaços e organizações: o processo de hierarquização dos grupos, divididos entre àqueles possuidores das fruições, em influenciar ou decidir nos rumos pelos quais a coletividade deverá se submeter. Como o COTEDIC UNILASALLE/CNPq encontra-se dentro de sistemas de educação pragmáticos, e os aparelhos ideológicos de Estado, quaisquer que sejam, concorrem para o mesmo fim: a reprodução das relações de produção, ou seja, por consequência acaba lidando com estruturas hierárquicas, que assumem, sermos iguais, porém o COTEDIC UNILASALLE/CNPq tenta desconstruir suas características hierárquicas, onde, supostamente deveria ser, o topo consistindo na liderança, abaixo os doutorandos, seguidos dos mestrados e a base é formada por graduandos e professores, assim subentende-se que “legitimidade” percorrer o mesmo caminho, com o título sendo equivalente a capacidade de ensinar o outro, como detentores do letramento. Essa hierarquia vem como consequência da educação pragmática, que em quase todos os seus períodos se sustentou em um sistema tecnicista e voltado para o capital e o mercado, com metodologias reprodutivistas visando a execução perfeita e o menor dispêndio possível, onde o foco central é preparar o indivíduo para o mundo do trabalho, especialmente na sociedade capitalista, onde as relações de produção configuram o papel de cada um. Quando na verdade o COTEDIC UNILASALLE/CNPq segue a teoria de Maturana e Varela (2002) onde compreende-se que a legitimidade do outros, para além de apenas dar voz e vez, mas entendê-lo como capaz de me ensinar e que quando todos os presentes estão legitimados, simultaneamente, formamos um espaço de convivência próprio e de aceitação mútua, onde apresenta-se percepções, interações, perturbações e novas ações. Assim o grupo combate o estereótipo da academia pragmática sendo um grupo heterárquico, capaz de construir, desconstruir e reconstruir, entendo que aquele espaço também é de seu domínio para expressar-se e trabalhar na sua aprendizagem (BACKS, SCHLEMMER E RATTO, 2017). Porém, mesmo na heterarquia, existe a liderança, o ponto central que une todos os envolvidos, pois entendem que a mesma é capaz de auxiliá-los e potencializar o espaço de convivência.

O COTEDIC UNILASALLE/CNPq explorou cenários lúdicos de formas diferentes no E-book “Processos de ensino e aprendizagem na cibercultura”, de Backes e Vaz (2018), em cursos de extensão explicado no artigo “A Aprendizagem Docente por Meio da Literaturalização das Ciências: Eu, Autor?”, de Reis e Backes (2022) e o gamebook (em desenvolvimento) e artigo “As Aventuras de Manuela” de Borges, Freitas, Lopes e et al (2021), todos desenvolveram a construção de conhecimento científico ludicamente, o diferencial dentro do RPG é a atuação de seus personagens, os mesmos refletem espontaneamente e de forma autêntica.

Na aventura do RPG foi utilizado lúdico na retirada temporária de papéis comumente estipulados a cada membro do COTEDIC UNILASALLE/CNPq, aqueles que assumem papéis de quebra-gelo, apaziguadores, obstrutores e outros, perdem características e começam novamente como aventureiros, todos tendo o mesmo valor hierárquico. Dentro do lúdico os títulos como doutorado, mestrado e graduando tornam-se menos palpáveis, apresentando uma heterarquia dentro do lúdico. As explorações vão além dos personagens aventureiros, o cenário foi construído anteriormente a reunião, mas sua construção não é completa, existem lacunas propositais, possíveis perguntas e respostas que podem ou não ser aplicadas durante a exploração do cenário, o foco da história era a chamada "Amazônia mágica", criada a partir de referências da Amazônia.

ANÁLISE DE DADOS: recontextualizando certezas

A interação é um dos pilares do RPG, caso não aconteça torna-se uma história, sem construção ou recontextualização, apenas uma linearidade. O espaço físico e digital do COTEDIC UNILASALLE/CNPq e o lúdico, proporcionado pelo RPG, se entrelaçam de forma híbrida gerando um novo espaço, conservando características individuais de cada elemento, criando um espaço caracterizado pela novidade (SANTOS, 2006), quebrando o pragmatismo, dando espaço à espontaneidade e ao exercício da criatividade. Assim desenvolvem significados no conviver com o outro, as interações sociais que compreendem o valor do outro, mesmo que contraditória a perspectiva própria, legitimam o outro e permite que aconteça a própria legitimação, esta transformação individual determina como acontece a interação com o ambiente, o mesmo é resultado dos atos de convivência, ou seja, a ontogenia do indivíduo

configura o ambiente em que ele interage, suas perturbações afetam o ambiente e novamente ao indivíduo (MATURANA E VARELA, 2002).

A partir disto surge a reflexão da possibilidade de exploração do RPG para desenvolver a ontogenia em ambos os espaços, pois enquanto meu personagem desenvolve-se na interação do outro, me desenvolvo com ele, encontro o EU no TU através da catarse (FONSECA, 2008; ROJAS-BERMÚDEZ, 2016). No RPG a legitimidade se sustenta nos ideais da heterarquia, os personagens criados não apresentam titulações acadêmicas, e a interação tem menor risco de tornar-se destrutiva, o que causaria, no ecossistema do COTEDIC UNILASALLE/CNPq, uma perda e um impacto negativo, como uma necessidade de sobressair-se sobre o outro.

O compartilhamento de conhecimentos complementa a narrativa do RPG, funcionando devido ao ecossistema heterárquico, sem ele o lúdico seria uma história construída por aqueles que ocupariam o topo da pirâmide, ocorrendo a escuta passiva daqueles que estariam na sua base. Esse método de construção de conhecimento no RPG necessita uma compatibilidade entre os participantes e o jogo.

Na aventura em análise, ocorreu omissão de um participante que havia personagens criados, porém não compartilhou suas percepções, vivências e/ou conhecimentos, não contribuiu para recontextualização dos conhecimentos, outro caso é do participante que realizou escuta ativa e comentando após o final da aventura, contribuindo para o ambiente e a interação, mas não no ambiente lúdico.

Neste contexto, cada participante criou seu personagem, houve interação democrática, os participantes poderiam se dividir hierarquicamente, contudo, os títulos e diplomas não entravam naquele mundo lúdico, o importante foi a cooperação, interação e recontextualização, de forma a constatar construção do conhecimento no coletivo, onde cada um teve voz e vez, heterarquicamente, corroborando com a possibilidade de construir o conhecimento científico através de uma educação crítica e dialógica. “A educação crítica é tendencialmente subversiva. É preciso romper com a educação enquanto mera apropriação de instrumental técnico e receituário para a eficiência, insistindo no aprendizado aberto à elaboração da história e ao contato com o outro” (ADORNO, 2020, p. 27).

Dentre os elementos lúdicos trabalhados no RPG destaca-se: o “Dragão Papagaio”, mesclando uma ave amazônica com uma criatura mágica, representando

metaforicamente algo que perdeu seu propósito e na atualidade causa destruição da Amazônia. Durante a aventura esse elemento foi ressignificado pelos aventureiros, sendo chamado de ‘capitalismo’, os quais trouxeram exemplos do real dizendo que “havia apoiadores do monstro querendo destruir a floresta mágica”, uma referência a movimentos ilegais que acontecem na Amazônia, ou seja, o lúdico já se inicia relacionando teorias e vivências.

Esta discussão revelou opiniões divergentes para a solução do problema, como a possibilidade de matar o monstro para acabar com o capitalismo, retirar o monstro do local e ficar a mercê do que tomaria seu lugar e, se existiria uma normalidade depois do fim do capitalismo. Se questionou ainda sobre certos confortos gerados pelo capitalismo e como aconteceria a adaptação a uma nova normatividade.

Neste debate revelou-se um posicionamento contrário entre os participantes em busca da “melhor solução”, onde um participante, defendendo suas perspectivas, entra na área de especialidade de outro, questionando-o de suas certezas sem desrespeitá-las.

Foram criadas duas sociedades diferentes, justamente para abrir espaço ao debate, porém, durante a aventura, foram tratadas como uma unidade, na qual os participantes tentaram salvá-las com “as melhores soluções”. Na aventura ocorreram compartilhamentos de vivências teóricas e de acontecimentos individuais, misturando o lúdico com o real, os personagens com suas vivências e significações. Tais possibilidades foram pensadas previamente à aventura, para tanto foram preparadas questões para colocar dúvidas nas certezas apresentadas, questões sobre: como a diversidade das sociedades estavam sendo transformadas em uma unidade; sobre a intencionalidade dos aventureiros naquelas sociedades; porque os participantes apresentavam letramento sobre os povos mesmo sem ser daquele local, ou seja, acreditavam que suas percepções seriam certamente adequadas e capazes de solucionar as adversidades.

Ao fim da aventura houve “A Barganha do Rio”, um novo monstro que oferece um local maravilhoso, sem problemas, com todas as “melhores soluções”. Essa metáfora epistêmica entra na aventura como a ideia de que os problemas podem ser ignorados ou afastados, que existiria então algo melhor e não há mais necessidade de cuidar da floresta, revelando uma falsa utopia que vem para chocar os aventureiros, pois alguns dos membros das sociedades aderem à proposição do novo monstro. Tais

propostas questionam se as soluções apresentadas teriam valia, pois mesmo com o esforço em grupo, alguns personagens da aventura optaram pela fuga dos problemas.

Nos diálogos, não havia apenas a escuta do outro, mas o reconhecimento do outro como alguém com quem posso aprender. Os debates em grupo criam vínculos e dão espaço para os participantes explorarem a si de forma autêntica, pois o filtro hierárquico não se apresenta na aventura, promovendo espontaneidade nas respostas, dentro do cenário lúdico.

A partir desta aventura lúdica houve um novo despertar do sentimento de pertencimento por participantes que pouco haviam falado nas reuniões anteriores, se empoderaram, ocuparam seus espaços como conhecedores, e por fim, a legitimação não passou por diplomas e/ou títulos, mas sim pela espontaneidade dos participantes dentro do cenário lúdico.

CONCLUSÃO

A construção do conhecimento cuja finalidade seja um sujeito crítico e reflexivo, que explore o lúdico do RPG, que interaja com os participantes para aplicá-la em suas práxis educativas e vivências, onde teoria e prática se entrecruzam, reforçando-se substancialmente, são objetivos explorados pelo COTEDIC UNILASALLE/CNPq. Isso ocorre quando se oportuniza trabalhar em espaços que possibilitem ao indivíduo construir coletivamente as suas capacidades sem perder a individualidade, de forma legitimada, seguindo uma heterarquia.

O RPG, sob o contexto no qual hibridiza os espaços de convivência, permeados pela liberdade de manifestação, ambientaliza justamente este espaço livre, onde os sujeitos buscam soluções diante das inquietações cotidianas de seu tempo presente, nas quais as soluções se dão no coletivo, onde o pensar de cada um, bem como suas diferenças, não entram em rota de colisão, mas se encaixam numa coesão dialética, onde ideias antagônicas podem gerar sínteses, ou seja, o compartilhamento dos conhecimentos e percepções no cenário lúdico, possibilitaram recontextualizar certeza nos participantes.

Este processo de aliar é imprescindível se nosso intento for além da inovação na construção do conhecimento científico, numa interação harmoniosa e democrática, respeitando o contexto de cada um, permitindo a livre construção da própria narrativa.

REFERÊNCIAS

- ADORNO, Theodor W. **Educação e emancipação**. São Paulo: Editora Paz & Terra, 2020.
- ALVES, N. A narrativa como método na história do cotidiano escolar. In: **CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO**. p. 1-10. 2000.
- ALVES, N. Cultura e cotidiano escolar. **Revista brasileira de educação**, p. 62-74, 2003.
- ALVES, N. Sobre movimentos das pesquisas nos/dos/com os cotidianos. **Revista Teias**, v. 4, n. 7, p. 8, 2003.
- BACKES, L.; VAZ, D. **Processos de ensino e aprendizagem na cibercultura**. Canoas: Universidade La Salle EAD, 2018.
- BACKES, L; REIS, J. M. **A aprendizagem docente por meio da literaturalização das ciências: eu, autor?**. 2022.
- BACKES, L; SCHLEMMER E; RATTO, C. G. A convivência de natureza digital virtual nas tribos: formação na perspectiva do hibridismo tecnológico digital. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, v. 12, n. 2, p. 1194-1216, 2017. Recuperado de <https://www.periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/9881/6681>. em 28 de Julho de 2022.
- BORGES, D. D. ; FREITAS, G. M. ; LOPES, K. R. ; CARNEIRO, E. L. ; CAMPOS, D. F. ; AFONSO, E. S. . As Aventuras de Manuela. In: **XX Simpósio Brasileiro de Jogos e Entretenimento Digital**, Gramado. SBC, Proceedings of SBGames, 2021.
- FONSECA, J. **Psicodrama da loucura**. Editora Ágora, 2008.
- MATURANA, H. R.; VARELA, F. J. **A árvore do conhecimento: as bases biológicas da compreensão humana**. São Paulo: Palas Athena, 2002.
- ROJAS-BERMÚDEZ, J. G. **Introdução ao psicodrama**. Editora Agora, 2016.
- SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4. ed. 2. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.



GIBITECA NA ESCOLA: MEDIAÇÕES PEDAGÓGICAS POSSÍVEIS E NECESSÁRIAS

Lisiane T. D. Olsen^{1*}, Helena de Oliveira Santiago², Hildegard Susana Jung³

1. *Pedagoga. Universidade La Salle. lisiane.olsen0119@unilasalle.edu.br
2. Graduanda em Pedagogia. Universidade La Salle Helena.201920228@unilasalle.edu.br
3. Doutora em Educação. Universidade La Salle. hildegard.jung@unilasalle.edu.br

RESUMO

A presente pesquisa é de natureza qualitativa e, através de uma metodologia de estudo de caso analítico, objetiva refletir sobre as possibilidades de mediações pedagógicas necessárias ao organizar uma gibiteca escolar, partindo de um estudo de caso realizado em uma escola pública do município de Canoas/RS. O estudo ocorreu durante o planejamento, organização e abertura de um anexo da biblioteca da escola, designado ao acervo de histórias em quadrinhos (HQs) doados pelo então diretor. O estudo partiu da seguinte problemática: quais as mediações pedagógicas possíveis e necessárias para o funcionamento de uma gibiteca escolar? Os resultados apontam que as gibitecas são um novo espaço de expressão que podem auxiliar no processo de desmistificação do preconceito com as HQs, e demais gêneros literários que são marginalizados, partindo do seu acervo para as salas de aula. Montar uma gibiteca e colocá-la à disposição dos leitores é só o começo das mediações pedagógicas que serão necessárias para o seu funcionamento, pois será necessária uma transformação na visão sobre cultura e leitura. A gibiteca exige um novo olhar sobre os processos culturais existentes na sociedade e visa democratizar o acesso às diferentes culturas, criando mais um espaço cultural dentro do ambiente escolar que precisa de fomentação cultural abrangendo a diversidade presente em nossa sociedade. Como um centro cultural dentro da escola, a gibiteca precisa ser legitimada como tal, e pensada para os seus leitores e sua comunidade escolar.

PALAVRAS-CHAVE: Gibiteca; Educação pública; Mediações pedagógicas; Formação literária.

INTRODUÇÃO

Falar sobre Leitura, HQs e leitura e a importância de um lugar adequado para essas interações torna-se cada vez mais necessário quando se pretende a problematização de experiências com o mundo da imaginação, encantamento e o acesso a materiais de leituras diversificados, organizados e disponíveis. Visualizando o aluno leitor como um “[...] ser de cultura que, ao se relacionar com o mundo, aprende nos intercâmbios com seus pares e é capaz de modificá-lo [...]” (VIEIRA; FERNANDES; SILVA; MARTINS, 2008, p.12). O primeiro questionamento levantado foi: o que é uma gibiteca? Compreendemos esse espaço a partir de Marino (2018)

como um lugar de exposição, socialização, compartilhamento e leituras que visem experiências culturais.

Nas escolas é comum que os gibis se tornem os responsáveis pelas leituras mais leves e descontraídas. Tornam-se também “portas de entrada” aos outros portadores de leitura existentes no acervo, influenciando no contato dos leitores com estas obras, implicando em um contato mais afetivo com o espaço de leitura disponibilizado na escola. A partir dessas leituras e exposições orais, os conteúdos e informações podem ser abordados de forma dinâmica e reflexiva, construindo aprendizagens (LENHARD; LIMA; OLSEN, 2018).

Ou seja, as gibitecas são um novo espaço de expressão que pode auxiliar no processo de desmistificação do preconceito com as histórias em quadrinhos, e demais gêneros literários que são marginalizados, partindo do seu acervo para as salas de aula. O seu objetivo consiste em “[...] oferecer ao público acesso às suas revistas favoritas, preservá-las para as futuras gerações, promover a disseminação do hábito de ler quadrinhos entre a população e incentivar novos artistas” (MARINO, 2018, p. 58). Um espaço de suma importância, visto que, para muitos dos alunos da rede pública a escola é o grande e único acesso à leitura (VIEIRA; FERNANDES; SILVA; MARTINS, 2008).

Sendo a leitura uma das principais preocupações dos professores e gestores, os acessos às HQs contemplam uma leitura que “[...] vai abranger do letramento à apropriação coletiva de sentidos” (BARI, 2018, p.132). Uma leitura que se revela ser “[...] numa relação de cumplicidade entre leitor e texto” (DUARTE; OLIVEIRA; SGARBI, 2017, p. 263). Para a formação literária “a leitura de textos literários, por exemplo, poesias, romances, crônicas, biografias, quadrinhos etc, leva, muitas vezes, a um estado de empatia, pois há espaço para o lúdico, para nossas fantasias e emoções” (DUARTE; OLIVEIRA; SGARBI, 2017, p.263).

A partir desse cenário, o presente trabalho busca refletir sobre as possibilidades de mediações pedagógicas necessárias ao organizar uma gibiteca escolar, partindo de um estudo de caso realizado em uma escola pública do município de Canoas/RS. Com relação à arquitetura do texto, após esta breve introdução apresentamos os procedimentos metodológicos, seguindo para a discussão dos dados e resultados em que chegamos a partir dessa discussão. Para finalizar temos as considerações finais e as referências bibliográficas.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O trabalho ocorreu durante o planejamento, organização e abertura de um anexo da biblioteca da escola, designado ao acervo de histórias em quadrinhos doados pelo então diretor. Optamos pelo estudo de caso que, segundo Yin (2001, p.32) “é uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto na vida real”. Então, nosso estudo partiu da seguinte problemática: quais as mediações pedagógicas possíveis e necessárias para o funcionamento de uma gibiteca escolar?

A reflexão sobre a problemática ocorreu através dos seguintes objetivos específicos: (a) Compreender a gibiteca como espaço de acesso às HQs; (b) Refletir o processo de desenvolvimento da leitura através das HQs; (c) Analisar as mediações pedagógicas necessárias para potencializar a leitura desenvolvida pelas HQs. Partindo do problema-central e das observações, o referencial teórico buscou contemplar conceitos sobre gibiteca, formação literária, direitos culturais e histórias em quadrinhos (HQs) em ambientes escolares.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

As mediações pedagógicas consistiram na semana literária, com oficinas, horas do conto e culminando na inauguração da nova biblioteca e gibiteca com a presença de alunos, professores e convidados, além das mediações contínuas onde as professoras responsáveis pela biblioteca/gibiteca estavam dispostas a aprender sobre aqueles novos portadores de leitura disponíveis. Esses materiais podem auxiliar no desenvolvimento de habilidades que aproximam docentes e discentes demonstrando que a produção de conhecimento pode ser trabalhada através de temáticas e projetos partindo da cultura pop e do universo das HQs (BRAGA; MODENESI, 2015, p.22).

As mediações ultrapassam o desenvolvimento de simples leitores, e sim de leitores críticos, visto que, “[...] não só as histórias em quadrinhos constituem um patrimônio cultural significativo e relevante, mas, também, que o acesso a elas, e ao contexto em que são produzidas, representa um meio de exercer a cidadania em determinados espaços” (MARINO, 2018, p.27). E que vão ao encontro do que a Base Nacional Comum Curricular traz desde a educação infantil de [...] que as crianças



entrem em contato com outros grupos sociais e culturais, outros modos de vida, diferentes atitudes, técnicas e rituais de cuidados pessoais e do grupo, costumes, celebrações e narrativas” (BRASIL, 2018, p. 38). Assim, compreendemos que a gibiteca modifica a visão sobre os processos de leitura, exige um novo olhar sobre os processos culturais existentes na sociedade e visa democratizar o acesso às diferentes culturas.

Com essas experiências é possível ampliar o modo de percepção de si mesmas e do outro, para desenvolver a valorização de sua identidade, respeitando e reconhecendo os seres humanos. Nessas "implicações com as múltiplas linguagens a criança se constitui ativamente como sujeito singular e pertencente a um grupo social". (BRASIL, 2018, p.40). Com a criação de uma gibiteca mais um espaço cultural estará disponível para fomentar o caráter social e proporcionar tempos e acessos a suportes de desenvolvimento da formação literária, cidadã e à reflexão de direitos e deveres. “Afinal, os Direitos culturais consistem nesta abertura para o mundo e para si mesmo; uma abertura que, processualmente, desdobra-se na promoção da cidadania e dos valores democráticos” (GRAEBIN; GRAEFF; ROSA, 2018, p.135). Esse direito é assegurado e ressaltado no artigo 2, inciso II, da Lei 13.696 de 12/07/2018, que garante o reconhecimento do direito à leitura e à escrita a todos, por meio de políticas de estímulo que possibilitem condições de exercer a cidadania e assim construir uma sociedade mais justa.

Porque “dentro da cultura das histórias em quadrinhos, a leitura é o ato representativo que reúne e organiza as pessoas em redes sociais distintas de estruturas sociais pré-existent” (BARI, 2018, p.132). Assim, constitui-se em um direito o acesso e consumo deste suporte de leitura.

CONCLUSÃO

Quando a escola se mobiliza em organizar um espaço específico para as HQs, nesse caso a gibiteca, mostra que está aberta a diferentes olhares sobre a formação de leitores. Destacamos, a partir das observações que: a inserção das HQs na biblioteca gerou um aumento na procura por leitura, contudo, diferente do que se esperava, as HQs da Turma da Mônica se destacaram na preferência dos alunos; a criação da gibiteca problematizou o papel desse espaço (biblioteca/gibiteca) dentro

da escola; os alunos e alunas construíram vínculos com professores, livros, gibis e a leitura, através das mediações pedagógicas realizadas.

Concluimos que montar uma gibiteca e colocá-la à disposição dos leitores é só o começo das mediações pedagógicas que serão necessárias para o seu bom funcionamento: uma transformação na visão sobre cultura e leitura. A gibiteca exige um novo olhar sobre os processos culturais existentes na sociedade, democratizando o acesso às diferentes culturas. Cria-se mais um espaço cultural dentro do ambiente escolar que precisa de fomentação cultural abrangendo a diversidade presente em nossa sociedade, visando a gibiteca como um centro cultural dentro da escola, que precisa ser legitimado como tal, pensado para os seus leitores e sua comunidade escolar. Acrescentamos, ainda, a compreensão crítica sobre a criação de gibitecas nas escolas como potencializadoras de novas experiências literárias e culturais.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos à escola e à direção participantes por acreditarem no poder das histórias em quadrinhos em mudar vidas através da leitura. E a todos leitores de quadrinhos que vivem pelas páginas suas maiores aventuras.

REFERÊNCIAS

- BARI, Valéria Aparecida. **O potencial das histórias em quadrinhos na formação de leitores**: busca de um contraponto entre os panoramas culturais brasileiro e europeu. 2008, 250 p. Tese de Doutorado. São Paulo: Escola de comunicações e Artes - ECA/USP, 2008. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27151/tde-27042009-121512/pt-br.php>. Acesso em: maio de 2022.
- BRAGA, Amaro; MODENESI, Thiago Vasconcellos (Org.). **Quadrinhos e educação**: relatos de experiências e análises de publicações. Recife: Tarcísio Pereira, 2015.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular – BNCC**. Brasília, DF, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/wp-content/uploads/2018/04/BNCC19mar2018-versaofinal.pdf&gt;>. Acesso em: maio de 2022.
- DUARTE, André Damasceno Brown; OLIVEIRA, Carlos Victor de; SGARBI, Paulo. As histórias em quadrinhos, sua linguagem e inserção nas práticas de ensino com TIC's. In: SANTOS, Edméa; SANTOS, Rosemary dos; PORTO, Cristiane. **Múltiplas linguagens no currículo**. João Pessoa: UFPB, 2017, p.247 - 280.
- GRAEBIN, Cleusa Maria G.; GRAEFF, Lucas; ROSA, Lúcia Regina L. da. Direitos culturais e educação: uma aliança necessária. SARMENTO, Dirléia Fanfa; MENEGAT, Jardelino; WOLKMER, Antonio Carlos, (Org.). **Educação em direitos humanos**: dos dispositivos legais às práticas educativas. Porto Alegre: CirKula, 2018. 231 p.

LENHARD, Anna Carolina. ; LIMA, Fabiani J. A. ; OLSEN, Lisiane T. D. Mafalda e as leituras do mundo: uma reflexão sobre o uso das hqs em sala de aula através de Paulo Freire. In: Larissa Tamborindenguy Becko; Iuri Andréas Reblin.. (Org.). **Vamos falar sobre gibis? : Episódio 2: o retorno dos nerds.** 1ed.Leopoldina: ASPAS, 2018, v. , p. 119-129.

MARINO, Daniela dos Santos Domingues; **As gibitecas como polos fomentadores de cultura e de exercício da cidadania.** Dissertação de mestrado em Ciências da comunicação. 2018, 148 p. São Paulo: Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo - USP, 2018.

VIEIRA, Adriana Silene; FERNANDES, Célia Regina Delácio; SILVA, Márcia Cabral da; MARTINS, Milena Ribeiro. Organização e Uso da Biblioteca Escolar e das Salas de Leitura. In: **Pró-Letramento: Programa de Formação Continuada de Professores dos Anos/Séries Iniciais do Ensino Fundamental: alfabetização e linguagem.** – ed. rev. e ampl. incluindo SAEB/Prova Brasil matriz de referência/ Secretaria de Educação Básica – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2008. 364 p.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos** / Robert K. Yin; trad. Daniel Grassi - 2.ed. -Porto Alegre : Bookman, 2001. Disponível em:
https://saudeglobaldotorg1.files.wordpress.com/2014/02/yin-metodologia_da_pesquisa_estudo_de_caso_yin.pdf. Acesso em: maio de 2022.

O PAPEL DAS CIÊNCIAS HUMANAS E DOS DIREITOS HUMANOS NA CONSTRUÇÃO DA PAZ E DA SOLIDARIEDADE: Desafios do Séc. XXI

Igor Câmara¹, Jones Godinho², António Alone Maia³

1. *Mestrando em Educação na Universidade Federal do Amazonas - UFAM. Bacharel em Relações Internacionais na Faculdade La Salle Manaus. E-mail: igor_camara12@yahoo.com.br
2. Professor Doutor na Faculdade La Salle Manaus. E-mail: jones.godinho@faculdadelasalle.edu.br
3. Professor Doutor na Universidade de Rovuma, Moçambique. E-mail: alonemaia13@gmail.com

RESUMO

Este artigo busca discorrer de forma crítica sobre a importância das ciências humanas e dos direitos humanos na construção da paz e solidariedade mundial considerando o contexto atual o qual vivenciamos. Aborda a necessidade de romper antigos paradigmas instituídos em prol de abrir espaços para outras alternativas, sejam elas, epistemológicas, educacionais, ambientais, etc., que priorizem a valorização dos direitos humanos em sentido amplo. Aponta que a emergência sanitária internacional e a guerra russo-ucraniana podem ser consideradas como desafios do século XXI. Este artigo conta com o apoio financeiro da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM), da Universidade Federal do Amazonas (UFAM) e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). O método utilizado será na tradição da metaepistemologia de contextos. Esperamos provocar inquietações reflexivas no sentido de contribuir de modo acadêmico para futuras pesquisas.

PALAVRAS- CHAVES: Ciências Humanas; Direitos Humanos; Estado; Ensino.

INTRODUÇÃO

No contexto mundial, o que representa o surgimento da Covid-19 e o atual cenário que se vive na Europa. Será que são marcas do declínio da civilização ocidental, do saber único, dos velhos paradigmas? As ciências humanas teriam algum papel de contribuição neste contexto? Não obstante, levando em conta as produções científicas na área podemos dizer que tem contribuído para disseminar o conhecimento e promover alternativas frente aos desafios deste século ⁴.

O mundo do século XXI tem passado por crises diversas, como por exemplo: A Covid-19 que afetou toda a humanidade e desencadeou nos governos a busca desenfreada por uma tecnologia que fosse capaz de desenvolver uma vacina eficaz que pudesse conter o surto gripal.

Os governos democráticos em suas relações domésticas e internacionais, buscaram solucionar o problema da pandemia, através dos órgãos internacionais. Entretanto, a pandemia não foi erradicada, ainda vigora. Outro exemplo é a guerra. A Rússia no mês de fevereiro do ano de 2022 declarou guerra contra a Ucrânia, sob justificativa de que o povo ucraniano seria neonazista, entretanto de modo realista entendemos que o motivo real é a conquista de territórios, soberania e a ideia de uma nova União Soviética. O que tem gerado diversas críticas da comunidade internacional. Ou seja, os dois eventos nos dão suporte para pensar, a respeito do que significam no contexto mundial?

Este artigo, fará o recorte temático, e discorrerá objetivamente sobre o papel das ciências humanas e direitos humanos na construção da paz e solidariedade em tempos de crise sanitária internacional ocasionada pela pandemia, e guerra que tem ocorrido em pleno século XXI, entre Rússia e Ucrânia.

O artigo está dividido em três etapas. No primeiro, discorreremos sobre a Covid-19, considerando que é um desafio do século XXI, tendo em vista que, foi uma pandemia internacional que afetou, todos os governos mundiais e seus sistemas. Destaca como o Estado brasileiro se posicionou frente à pandemia e adotou políticas públicas para o enfrentamento do problema sanitário.

No segundo, faremos uma análise referente a guerra entre Rússia e Ucrânia e suas implicações na história mundial. Consideramos que esse evento é um dos desafios do século XXI, e espera-se que os Estados soberanos e a comunidade internacional pela via diplomática possam solucionar esse problema que afeta o mundo, a vida, a natureza e coloca em xeque a nossa eventual existência humana.

No terceiro, apresentamos a importância do Estado na promoção dos direitos humanos considerando os desafios do século XXI. Por último, destacamos o método utilizado para compor este artigo. Este manuscrito busca analisar esses dois eventos que constituem como desafios do século XXI sob um olhar diferenciado que a academia proporciona, dando a devida importância na ideia dos direitos humanos como uma conquista da humanidade e humanidades.



1. A PANDEMIA DA COVID-19 COMO UM DOS DESAFIOS DO SÉCULO XXI.

A pandemia da Covid-19¹ sem dúvida alguma trouxe grandes desafios para a humanidade em sentido amplo, se transformando em um dos grandes desafios a ser vencido no século XXI (no contexto deste artigo) (BRITO, et al, 2020). As ciências humanas contribuem de forma importante no combate ao problema sanitário com diversas publicações científicas em diversos periódicos. A ciência nunca esteve tão ativa na sua missão de solucionar o problema mundial.

A Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco) destacou que as Ciências Humanas são fundamentais para compreender, entender e lidar com a pandemia da Covid19. Levando em conta a necessidade de examinar as transformações sociais, políticas, econômicas, jurídicas, educacionais e nas esferas de âmbito internacional.

[...] as consequências da pandemia de COVID-19 não serão interpretadas e compreendidas se, além da dimensão biológica, não houver um rigoroso exame dos diferentes grupos sociais. Nesse sentido, o caráter interdisciplinar desse objeto demanda uma integração no plano do conhecimento de profissionais com múltiplas formações, incluindo as ciências sociais e humanas (CSH). (ABRASCO, 2020).

Não é equivocado afirmar que a Covid-19 despertou um sentimento universal de cooperação entre os povos com a finalidade de combater a pandemia e salvar o maior número de pessoas possíveis. Países como Estados Unidos, Rússia, China, Reino Unido despertaram-se para o desenvolvimento em tempo recorde de uma vacina que pudesse conter o vírus. Através da ciência foi possível o desenvolvimento e aplicação do antídoto nas pessoas.

Quando pensamos nas contribuições das ciências humanas e sociais em tempos de pandemia de coronavírus, outro ponto importante a ser destacado remete-se à reflexão sobre processos de difusão e recriação de mensagens emanadas da “comunidade científica”, ou seja, ao modo como discursos e práticas se propagam entre diferentes grupos e categorias sociais. (CARRARA, 2020, p.5)

Não obstante, podemos dizer que alguns países solidários com sentimento humanitário, enviaram as vacinas para países que necessitavam e que estavam

¹ A pandemia da doença causada pelo novo coronavírus 2019(COVID-19) tornou-se um dos grandes desafios do século XXI. Atualmente, acomete mais de 100 países e territórios nos cinco continentes. Seus impactos ainda são inestimáveis, mas afetam direta e/ou indiretamente a saúde e a economia da população mundial. (BRITO, et al, 2020, p.54)

passando por surto em pico alto da pandemia. A ajuda humanitária, em tese, contribuiu para que o vírus fosse contido.

Para Carrara (2020, p.1) “A emergência sanitária imposta pela pandemia de coronavírus elevou para outro nível a necessidade de cooperação entre todos os diferentes campos do conhecimento [...]” de nível internacional. A emergência sanitária internacional em que pese os males trazidos, também ensinou grandes lições, como a valorização do ser humano, a cooperação entre os povos, a ajuda humanitária internacional entre países para conter o vírus, o sentimento mútuo de cooperação internacional e intercivilizacional, considerando a vida que é um direito humano como bem maior a ser preservado.

No contexto doméstico, o Estado brasileiro demorou para se empenhar na luta contra a pandemia. A sociedade brasileira, viu-se refém do vírus e das chamadas *fakes news*² que diariamente nos anos entre (2020-2021) foram utilizadas para propagar desinformação em massa. (CAMPOS, 2020). Instituições, cientistas e professores tiveram grande “contribuição no combate a desinformação” utilizando como ferramenta o ensino. A educação foi representada pelos seus pares, onde universidades federais, estaduais e particulares, seguiram as normas internacionais da OMS³.

O governo federal, infelizmente, teve atuação negativa na guerra contra a Covid-19, sua omissão, vitimou milhares de brasileiros e brasileiras que poderiam ter sido salvos (as) caso o Estado brasileiro tivesse compreendido a dimensão da luta contra a pandemia. (MANDETTA, 2020). E que, ao invés de se aliar a propagandas de desinformação em massa, se aliasse aos órgãos internacionais que combatem⁴ a pandemia e as ciências humanas. Na esfera internacional, o Brasil ficou com a

² Vede “Fake news ‘do borracheiro’ é usada para desacreditar números do coronavírus”.

³ O Organização Mundial da Saúde declarou situação de pandemia apenas no dia 13 de março, portanto até então o novo coronavírus era abordado como epidemia, ainda que já estivesse avançando em inúmeros países. (CALIL, 2021, p.32).

⁴ Enfim, penso que, com as outras ciências humanas, a contribuição das ciências sociais continua sendo, sobretudo, a de pensar epidemias e pandemias como fenômenos biopolíticos por excelência. Fenômenos que podem ser capturados ou apropriados por determinadas necropolíticas, mesmo sob a ideia de que se trata de uma ameaça a todos, à nação, à humanidade etc. Talvez devamos mesmo, como cientistas sociais que trabalhamos na área da saúde, insistir que a pandemia de Covid-19 é um problema global, uma “ameaça à humanidade”, mas não no sentido de que possa implicar a extinção de nossa espécie, e sim no sentido de que, como em outras tantas calamidades ou infortúnios coletivos, ela coloca em questão os valores que nos tornam humanos. (CARRARA, 2020.p.6)

imagem comprometida, considerando os seus desvios da tradição de sempre cooperar com a comunidade internacional e seus preceitos humanos.

O governo brasileiro, perdeu-se em suas utopias fanáticas religiosas e passou a negar a ciência em sentido amplo fortalecendo o negacionismo. (HUR, 2021). Todavia, a tradição da ciência, cooperação mútua de todas as áreas do conhecimento e a colaboração internacional e intercivilizacional entre as nações ratificaram o valor das ciências na vida de todas as sociedades. (CAMPOS, 2020)

O século XXI tem como um dos grandes desafios o combate e erradicação da pandemia da Covid-19, e as ciências humanas em cooperação com outras áreas do conhecimento devem empenhar-se para superar este desafio. A ciência é um importante instrumento criado pelo homem para a preservação, progresso e sobrevivência.

2. A GUERRA ENTRE RÚSSIA E UCRÂNIA INDÍCIOS DE QUE A DIPLOMACIA FALHOU?

Discorrer neste tópico, se torna um desafio, considerando ajustar a proposta deste artigo com a realidade atual. Neste sentido, o evento da guerra que envolve os dois países do leste europeu tem impacto global –levando em conta a comprovação da crise que o ocidente passa. (APARECIDO, et al, 2022). A diplomacia é um instrumento utilizado pelo homem – está inata nos seres humanos em níveis distintos.

Através da diplomacia é possível resolver questões consideradas complexas sem o uso da força armada, respeitando assim, a ideia dos direitos humanos, soberania, segurança nacional entre outros. Para isso, que instituições internacionais foram criadas com a ideia de assegurar a paz mundial, devido aos eventos históricos que a humanidade passou através das duas grandes Guerras Mundiais. Eventos que mudaram bruscamente a civilização humana e implementaram novos valores referente a dignidade da pessoa humana e o direito à vida.

Este artigo advoga que a diplomacia como parte das ciências humanas, tem papel fundamental em todos os níveis de relações, sejam pessoais, governamentais, estatais, internacionais que de certa forma afetam seja positivamente ou negativamente os sistemas internos de cada país e suas relações diversas, sob um olhar neorealista.

Os países do mundo chocaram-se com a decisão da Rússia declarar guerra contra a Ucrânia, indo contra todas as leis internacionais e o pensamento idealista.

A Rússia violou todos os preceitos humanos ao invadir um país soberano. Rumores de uma suposta guerra mundial começaram a ser difundidos. Todavia, a guerra entre os dois países europeus, não se estende a uma guerra de proporções mundiais, “não despertando interesse para o Ocidente” (APARECIDO, et al, 2022).

A ONU ⁵, usando dos instrumentos diplomáticos, tem agido para conter os avanços das tropas russas na Ucrânia. Sem enviar efetivos militares para o campo de batalha. Sanções econômicas mundiais foram aprovadas com a intenção de fragilizar as ações de Vladimir Putin. Na prática, os resultados só aparecerão com o determinante fim da guerra. O que até o presente momento não acabou e tem demonstrado que “as sanções impostas não têm sido eficazes para a redução do conflito”. (APARECIDO, et al, 2022)

Considerando esta conjectura, a diplomacia, em seu papel de assegurar a paz e as boas relações entre os povos, não falhou. Mas, tem se demonstrado aguerrida e vigilante frente aos desafios que o século XXI tem apresentado. A crise da Covid-19, e a guerra do leste europeu, além do combate à fome, a erradicação da pobreza, dentre outros desafios, só enfatizam a necessidade de se promover políticas nacionais e internacionais para assegurar o respeito entre todos os povos.

Além de reparações históricas (povos originários, negros, homossexuais, LGBT), como determinante para políticas *intercivilizacionais*. Durante 75 anos a ONU tem garantido a paz mundial, e até o presente momento, tem cumprido o seu papel institucional, visto que não há uma guerra mundial.

Especificamente, há um conflito entre dois países europeus que não é de esfera mundial. Não obstante, este conflito é um desafio para a ONU (Estados Membros)⁵, considerando que a Rússia ocupa uma cadeira como membro permanente da organização.

⁵ A ONU é uma organização intergovernamental criada em 24 de outubro de 1945, após duas Guerras Mundiais, dedicada conforme consta na própria Carta das Nações Unidas³ a salvar “as futuras gerações do horror da guerra”. A decisão foi tomada pelas grandes potências com o intuito de dotar o sistema internacional de um mecanismo de segurança coletiva que permitisse prevenir futuros conflitos da mesma magnitude destruidora da I e II Guerras Mundiais. Desde sua criação, a ONU foi acionada para evitar que disputas deflagrem uma guerra, para persuadir partidos opostos a usar o diálogo ao invés da força das armas e ajudar a restaurar paz quando conflitos não foram impedidos. (CUNHA NETO, 2011, p.16)



Enquanto a Ucrânia não faz parte da ONU. A Rússia como membro permanente, tem o poder de veto, o qual para fins deste artigo consideramos uma violação aos próprios princípios que a ONU⁶ prega, como exemplo: a igualdade entre os povos etc.,). O evento da guerra, de forma crítica, nos faz refletir sobre a importância de a ONU reformar de dentro para fora as suas relações entre os membros e intenções mundiais. Os Estados membros da ONU, possuem papel relevante nesta demanda, pautando o direito internacional e os direitos humanos como princípios fundamentais para assegurar a boa relação entre os povos.

Este artigo, usando a livre manifestação de pensamento descrita na Carta Magna no artigo 5º, IV, que diz: “é livre a manifestação de pensamento, sendo vedado o anonimato”, busca através da acadêmica (e do ensino) e suas múltiplas possibilidades, firmar o entendimento de que as ciências humanas e suas dimensões, assim, como as outras áreas do conhecimento, cooperam para promoção dos direitos humanos e a paz entre os povos.

3. A IMPORTÂNCIA DOS DIREITOS HUMANOS FRENTE AOS DESAFIOS DO SÉCULO XXI.

Em 10 de dezembro de 1948, reunida na cidade de Paris, firmava a Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Há 50 anos, mais precisamente em 10 de dezembro de 1948, a Assembléia-Geral das Nações Unidas, reunida em Paris, adotava a Declaração Universal dos Direitos Humanos, o primeiro documento de âmbito internacional dedicado especificamente aos direitos humanos. A ONU começava, assim, a dar expressão concreta a seu compromisso com a promoção e proteção daqueles direitos, compromisso consagrado na Carta da organização e que refletiu a percepção de que os direitos humanos não mais poderiam ser considerados assunto que dissesse respeito tão somente às jurisdições internas dos Estados. (LAMPREIA, 2012).

A humanidade já presenciou vários horrores ocasionados pela ação do ser humano. Não obstante, temos presenciado uma crise de saúde pública de esfera

⁶ O Direito deve então ser aplicado tanto no âmbito doméstico quanto no internacional. O princípio da “segurança jurídica”, que traz previsibilidade às relações humanas, também se aplica às relações internacionais. Nesse contexto, a Carta da ONU, e em particular os dispositivos que disciplinam o uso da força, são de importância essencial. Os Estados têm a obrigação de resolver suas controvérsias de forma pacífica, de maneira a não ameaçar a paz e segurança internacionais... (MELLO, in: MARCOVITCH, J. (Coord.), 2004, p. 344).

internacional e aliada a uma guerra o qual em que pese não ser uma guerra mundial, afeta todo o sistema internacional com a ideia de promoção da paz⁷ e dos direitos humanos. Neste sentido, compreendemos que a proteção ao ser humano é chamada de “direitos humanos”.

Os “direitos humanos” servem para definir os direitos estabelecidos pelo Direito Internacional em tratados e demais normas internacionais sobre a matéria, enquanto a expressão “direitos fundamentais” delimitaria aqueles direitos reconhecidos e positivados pelo Direito Constitucional de um Estado específico. (CARVALHO RAMOS, 2017, p. 52)

O Brasil⁸, tem tradição nas suas relações internacionais na defesa e promoção dos direitos humanos, ratificados nos tratados e convenções internacionais o qual é signatário. Os tratados e convenções internacionais que o Estado brasileiro é signatário devem ser observados e suas inaplicabilidades em determinados litígios específicos devem ser considerados violações aos direitos humanos. Um exemplo, são as não observâncias das políticas de refugiados (DE MOURA; DA SILVA, 2020) e submissão de civis perante tribunal militar em pleno Estado Democrático de Direito (CÂMARA, 2021)

O Estado tem a sua importância na promoção dos direitos humanos, estes direitos devem prevalecer tanto no âmbito interno quanto externo. (THALES, 2020). Os Direitos Humanos são valores inegociáveis e é necessário que a era dos direitos não finde com retrocessos civilizacionais. Em tempos de grandes desafios o qual o século XXI nos impôs, como pandemia, guerras, fomes, pobreza extrema, dentre outros, é de suma importância toda a sociedade compreender que o conhecimento, educação⁹ e ensino sobre os dos direitos humanos contribuem para uma humanidade mais humana, solidária promotora de princípios humanos.

⁷ Em linhas gerais, os Estados têm interesse em participar de operações de paz haja vista que as mesmas proporcionam uma combinação de prestígio¹⁵, recompensa financeira e oportunidade de aperfeiçoamento da capacidade de suas tropas (Building on Brahimi, 2009, p.2).

⁸ Vede: DOSSIÊ: Covid-19 e Relações Internacionais: Impactos e Debates, ano 2020.

⁹ Uma educação em direitos humanos, ininterrupta, independentemente de governos nacionais, enquanto política de Estado e de comunidades, seria imprescindível para a reversão da cultura da violência e da intolerância sistêmica que marcam grande parte das regiões do mundo e para o fortalecimento dos regimes internacionais a partir da ação política e da mudança de mentalidade da maioria da sociedade civil. A pobreza, a exclusão social, os desastres ambientais e o terrorismo, dentre outros, continuam a ameaçar e a desafiar a política cosmopolita dos direitos humanos propagada pelos regimes regionais e internacionais. (BARUFFI, et al, 2009, p.54).

A educação¹⁰ é um instrumento viável para o ensino dos direitos humanos sendo viável a ideia de implementação de políticas que efetivem o ensino-aprendizagem e a dignidade da pessoa humana como valor fundamental para todos (BARROSO, 2010).

Os direitos humanos ao longo da história, tem se fortalecido e amplos manuscritos acadêmicos de diversos autores têm contribuído para essa consolidação. Os desafios que o século XXI tem trazido são diversos, e ao nosso sentir, nas perspectivas dos direitos humanos¹¹ tem importância neste contexto desafiador. Visto que a cultura de um povo ou qualquer sociedade humana nunca é estática, pois sempre está sujeita a mudanças, fruto de influências endógenas e exógenas. (MAIA, 2015).

4. METODOLOGIA E RESULTADOS PARCIAIS OBTIDOS

O problema que este artigo promove é no sentido de enfatizar a crise da Covid-19 e a guerra russo-ucraniana como possíveis desafios do século XXI na perspectiva das ciências humanas e discorre sobre a importâncias dos direitos humanos para os enfrentamentos destes desafios. O texto é de caráter teórico e bibliográfico com abordagem qualitativa o qual buscamos dar sentido a realidade e os seus múltiplos contextos. Neste sentido, busca-se de forma teórica, embasar este artigo, entretanto, destacamos de forma crítica, a importância de se utilizar outras alternativas epistemológicas para explicar a realidade.

¹⁰ É importante destacar que a educação em direitos humanos não se confunde com o ensino de disciplinas como Educação Moral e Cívica ou Organização Social de Problemas Brasileiros tão comuns à época do regime militar de 1964 a 1984, que levavam a exaltar o patriotismo e o nacionalismo de forma exacerbada. Pelo contrário, a educação em direitos humanos seria um projeto para o porvir dos povos, das sociedades e dos Estados. Prega os valores da liberdade enquanto autonomia, da igualdade, da tolerância e do reconhecimento do outro, ou seja, das identidades e igualmente das alteridades. É neste sentido que tanto o Manual de Educação do Instituto Interamericano de Direitos Humanos quanto o Plano de Educação em Direitos Humanos do Brasil frisam o aspecto do ensino dos valores desde a infância até os profissionais adultos que operam o direito⁶⁷. É necessário, então, um amadurecimento de consciência e ao mesmo tempo um estímulo para a busca de efetivação dos direitos humanos. (BARUFFI, et al, 2009, p.56).

¹¹ O princípio da dignidade da pessoa humana, estabelecido como um dos fundamentos do Estado Democrático de Direito, exigiu nova leitura do Direito. A reconstrução da temática central do Direito exigiu o afastamento da avaliação meramente dogmática e formal para erigir o indivíduo como o início e fim do debate jurídico, não sendo por acaso a afirmação de que a dignidade da pessoa humana é o pilar de interpretação de todo o ordenamento jurídico e de toda a Constituição³. Nesse sentido, o Estado Democrático de Direito fundamenta-se na dignidade humana, sob a qual emergem os demais princípios, cuja ausência destitui o sentido ou valor da própria liberdade⁴. A ausência, portanto, da devida justificativa e acolhimento do princípio da dignidade enquanto elemento legitimador da Ordem Jurídica acarretaria a ruptura do desiderato próprio do Direito e do Estado. (PERA JUNIOR, et al, 2013, p. 186).

Neste sentido, por compreendermos essas necessidades, utilizaremos a perspectiva na tradição da metaepistemologia de contextos (CÂMARA, et al, 2022; MASCARENHAS, et al, 2019; LARA, 2018; 2022) por considerar conveniente no momento. Não obstante, “Pesquisar é um processo que objetiva entrar em contato com realidades desconhecidas ou pouco conhecidas, revelando suas características e peculiaridades, observando critérios específicos e com uma metodologia de trabalho” (BELTRAN-PEDREROS; GODINHO, 2016, p.132).

Os resultados obtidos, considerando a parte teórica e metodológica temos o problema discorrido neste artigo a certeza de que é possível afirmar (como resultados parciais) que a crise da emergência sanitária internacional (Covid-19) e a guerra russo-ucraniana são desafios do século XXI para o contexto das ciências humanas¹² e que os direitos humanos são de extrema importância para o enfrentamento destes desafios (através do conhecimento) com a finalidade de construir e cooperar com a paz e solidariedade em termos globais.

CONCLUSÃO

O século XXI trouxe demandas desafiadoras para as ciências humanas em sentido amplo. A emergência sanitária internacional aliada a guerra russo-ucraniana são alguns dos exemplos desafiadores que a ciência passa. Os direitos humanos têm sua relevância neste contexto desafiador e incerto o qual o mundo atravessa.

Os Estados e os organismos internacionais sob uma perspectiva ideal-realista possuem responsabilidade para intervirem na realidade e promoverem a paz e o respeito a todos os povos e natureza considerando o papel das ciências humanas e o paradigma da metaepistemologia de contextos como alternativa epistemológica para os desafios do século XXI.

¹² Dentre as muitas mudanças em nossa experiência educacional está a ideia de fazer conexões. Nenhum conhecimento importante está isolado e, no futuro, as respostas aos desafios que enfrentaremos dependerão cada vez mais das conexões entre os diferentes aspectos do conhecimento que iniciamos hoje. Os últimos tempos tem nos exigido o estabelecimento de conexões entre as disciplinas acadêmicas e as novas combinações e caminhos possíveis em busca do compartilhamento de informações e conhecimentos capazes de conectar saberes. Nesse sentido, a 5ª edição do Congresso Amazônico de Iniciação Científica quer enfatizar o conceito de conhecimento conectado. (GODINHO, 2022, p. 1).



As ciências humanas são fundamentais para compreendermos as realidades sociais e historicamente tem contribuído para o desenvolvimento das relações sociais em níveis multidisciplinar. Podemos perceber que as disciplinas das ciências humanas interdisciplinarmente estão interligadas e compreendemos que essa comunicação é importante para mudar as realidades.

No contexto deste artigo os direitos humanos são ideias que contribuem com o desenvolvimento humanitário da humanidade. As ciências humanas em todos os seus campos de pesquisas devem firmar esse valor humanitário universal visando construir um mundo solidário e justo para todos e todas. O direito à vida e a saúde (além de outros) são direitos que o Estado em nenhuma circunstância deve negar aos seus cidadãos.

Esperamos provocar reflexões críticas a respeito da temática e contribuir para que novas pesquisas sejam implementadas no campo das ciências humanas, sendo este artigo produto de inquietações no contexto vigente.

REFERÊNCIAS

APARECIDO, Julia Mori. AGUILAR, Sergio Luiz Cruz. **A GUERRA ENTRE A RÚSSIA E A UCRÂNIA**. OCI • Série Conflitos Internacionais. V. 9, n. 1, fevereiro de 2022.

ASSEMBLEIA, **Geral da ONU se reúne para tratar da invasão russa da Ucrânia**. Uol Notícias, 28 fev. 2022. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/afp/2022/02/28/assembleia-geral-da-onu-se-reune-para-tratar-da-invasao-russa-da-ucrania.htm>. Acesso em: 28 fev. 2022.

BARROSO, Luís Roberto, **A Dignidade da Pessoa Humana no Direito Constitucional Contemporâneo: Natureza Jurídica, Conteúdos Mínimos e Critérios de Aplicação**. Versão provisória para debate público. Mimeografado, dezembro de 2010.

BARUFFI, Helder. **Direitos fundamentais sociais**: Estudos em homenagem aos 60 anos da declaração universal dos direitos humanos e 20 anos da Constituição Federal. / Helder Baruffi (org). Dourados, MS: UFGD, 2009.

BARUFFI, Helder. **Direitos fundamentais sociais**: Estudos em homenagem aos 60 anos da declaração universal dos direitos humanos e 20 anos da Constituição Federal. (org). Dourados, MS: UFGD, 2009.

BELTRAN-PEDREROS, Sandra. GODINHO, Jones. Pesquisa no processo de ensino e aprendizagem. Contribuições da disciplina Metodologia Científica na alfabetização científica dos acadêmicos. **Anais 1º Congresso Amazônico de Iniciação Científica**. Faculdade La Salle-Manaus, 4 a 6 de julho de 2016.

BRITO, Sávio Breno Pires. Et al,. Pandemia da COVID-19: o maior desafio do século XXI. **Revista Visão em Debate, Sociedade, ciência e tecnologia**. Vigil. sanit. debate 2020;8(2):54-6.

CALIL. Gilberto Grassi Calil. A negação da pandemia: reflexões sobre a estratégia bolsonarista. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 140, p. 30-47, jan./abr. 2021



CÂMARA, Igor. **Direitos Humanos e Justiça Militar**: Possível violação de direitos humanos pela justiça militar ao submeter civil ante a sua jurisdição em tempos de paz. Projeto de pesquisa aprovado. Faculdade La Salle-Manaus. Ano 2021.

CÂMARA, Igor. LARA, J.V. MASCARENHAS, Suely, A. do N. Metaepistemologia de contexto: narrativas sobre decolonialidade e complexidade. Revista EDUCAmazônia - **Educação Sociedade e Meio Ambiente**, Humaitá. Vol XV, Ano 15, Núm 1, jan-jun, 2022, pág. 181-193.

CAMPOS, Gastão Wagner (2020). O pesadelo macabro da Covid-19 no Brasil: entre negacionismos e desvarios. **Trabalho, Educação e Saúde**, 18(3).
<https://doi.org/10.1590/1981-7746-sol00279>.

CARRARA, Sérgio. As ciências humanas e sociais entre múltiplas epidemias. **Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 30(2), e300201, 2020

CASTRO, Thales. **Teoria das Relações Internacionais**. Brasília: FUNAG, 2012.

CUNHA NETO, José Roberto de Araújo. **A atuação das tropas brasileiras em operações de manutenção da paz da ONU**: uma análise exploratória sob a ótica dos parâmetros de excelência identificados nos relatórios oficiais da organização e na literatura. Instituto de Relações Internacionais. USP. São Paulo, 2011. <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/101/101131/tde-11092013-182519/pt-br.php>.

GODINHO, Jones. **5º Congresso Amazônico de Iniciação Científica**. Faculdade La Salle-Manaus. Ano. 2022.

HUR, Domênico Uhng. SABUCEDO, Manuel. ALZATE, Mónica. Bolsonaro e Covid-19: Negacionismo, militarismo e neoliberalismo. **Psicologia Política**. vol. 21. n.51. pp. 550-569. 2021

LAMPREIA, Luiz Felipe. **Direitos Humanos e Diplomacia**. FANESP. 2020

LARA, J.V. **Introducción a la meta epistemología de contextos**. Um Nuevo paradigma en las ciencias sociales y del hombre. En Prensa.2018.

LARA, J. V. Meta-epistemologia de contextos. Um modo extra-occidental de gerar el conocimiento para este siglo XXI em la decadencia de la civilización occidetal. Universidade Autónoma de México. Facultad de Estudios Superiores Plantel Iztacala. **Revista Ensino de Ciências e Humanidades- Cidadania, Diversidade e Bem-estar- RECH**. v. 6 n. 1, jan-jun (2022): Temas Livres em Ensino de Ciências e Humanidades.

MAIA, António Alone. **Mudanças Socio-Culturais entre Nyungwe do Vale da Zambeze**: Resistências, Rupturas e Continuidades na Estrutura Social. Universidade de São Paulo.2015.

MANDETTA, Luiz Henrique. **Um paciente chamado Brasil**: os bastidores da luta contra o coronavírus. Rio de Janeiro: Objetiva, 2020.

MASCARENHAS, Suely Aparecida do Nascimento. et al. Impactos de variáveis cognitivas e contextuais sobre o sucesso acadêmico e o bem-estar na universidade- Que fazer? Que deixar de fazer? **Revista Ensino de Ciências e Humanidades- Cidadania, Diversidade e Bem-estar- RECH**. v. 3 n. 2, Jul-Dez (2019): Temas Livres em Ensino de Ciências e Humanidades.

MASCARENHAS, Suely Aparecida do Nascimento. PINTO, Valmir Flores. **Ensino, Cidadania e Inclusão**. Ecos do Século XXI. Suely Aparecida do Nascimento Mascarenhas e Valmir Flores Pinto (orgs) Alexa Cultural: São Paulo, EDUA; Manaus, 2021.

MELLO, Sérgio Vieira. MARCOVITCH, J. (Coord.). Sergio Vieira de Mello: **Pensamento e Memória**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Saraiva. 2004.

MIELNICZUK, Fabiano. Identidade como Fonte de Conflito: Ucrânia e Rússia no Pós-URSS. **Contexto internacional**. Rio de Janeiro, vol. 28, no 1, janeiro/junho 2006, pp. 223-258.

MOURA DE LIMA, Isabelle Cristina Moura. DE SEIXAS, Bernardo Silva. O Estado Democrático de Direito e a Operação acolhida: Análise acerca dos acolhimentos dos refugiados venezuelanos no Estado de Roraima. **Inter. Revista de Direito Internacional e Direitos Humanos da UFRJ**. v. 3, n. 2 (2020) .

NUCLEO, Estudos e Análises Internacionais. DOSSIÊ: Covid-19 e Relações Internacionais: Impactos e Debates. **Boletim. Mundo, Política e Cultura**. Nº 2, agosto, 2020.

PERA JUNIOR, Ernani José. RODRIGUES FERMENTÃO, Cleide Aparecida Gomes. **Hermenêutica** [Recurso eletrônico on-line] organização CONPEDI/UNINOVE; Coordenadores: Alexandre Walmott Borges, Iara Rodrigues de Toledo, Rubens Beçak. – Florianópolis: FUNJAB, 2013.

RAMOS, André de Carvalho. **Curso de Direitos Humanos**. São Paulo: Saraiva, 2017, p. 52.

SALA, José Blanes. **Relações internacionais e direitos humanos**. São Paulo: Cultura Acadêmica; Marília: Oficina Universitária, 2011.

SEGATA, Jean. **A importância das ciências humanas na pesquisa e combate as pandemias**. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFRGS. NEAAT- Núcleo de Estudos Animais, Ambientes e Tecnologias. 2020. <https://www.ufrgs.br/ifch/index.php/br/a-importancia-das-ciencias-humanas-na-pesquisa-e-combate-as-pandemias>.

THAKUR, R. **United Nations Peacekeeping Operations: Ad Hoc Missions Permanent engagement**. Ed. United Nations Press, New York, 2010.

A EDUCAÇÃO EMPREENDEDORA NA INTERNACIONALIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR

Charlene Bitencourt Soster Luz^{1*}, Louise de Quadros da Silva²,
Paulo Fossatti³

1. Doutoranda em Educação pela Universidade La Salle. Bolsista CNPQ/PROSUC.
E-mail: charlenebs@gmail.com
2. Doutoranda em Educação pela Universidade La Salle. Bolsista CNPQ/PROSUC.
E-mail: louise.silva@unilasalle.edu.br
3. Doutor em Educação. Reitor da Universidade La Salle. Pesquisador Produtividade CNPQ.
E-mail: paulo.fossatti@unilasalle.edu.br

RESUMO

A temática deste estudo trata da internacionalização no Ensino Superior, com o objetivo de relacionar a experiência de internacionalização no Ensino Superior com as dez competências empreendedoras dadas pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE. Para cumprir esse objetivo foi realizada uma pesquisa qualitativa com revisão de literatura em livros, artigos e no site do SEBRAE. Os resultados preliminares evidenciam que é possível a conexão entre internacionalização com as competências empreendedoras. As vivências internacionais instigam os estudantes ao desenvolvimento de competências não somente técnicas, mas comportamentais, ou seja, são as atitudes que se tornam diferentes e mais abertas para a compreensão das pessoas com suas diferenças, devido à convivência com a interculturalidade.

PALAVRAS-CHAVE: Internacionalização; Empreendedorismo; Ensino Superior; Interculturalidade

INTRODUÇÃO

Internacionalização e empreendedorismo são conceitos vividos por muitas universidades em todo o mundo. A internacionalização no Ensino Superior trata da relação entre instituições de diferentes países e compreende várias, ações, dentre elas: mobilidade acadêmica, mobilidade virtual, internacionalização em casa e parcerias de pesquisas internacionais. O empreendedorismo ampara-se no protagonismo das pessoas e não se limita ao mundo dos negócios.

Nesse sentido, conforme Pereira e Passos (2015, p. 52): a internacionalização “vai além das ações pedagógicas nacionais, a globalização é um movimento para ultrapassar os limites fronteiriços afetando cada nação na sua dinâmica própria”. Tanto a globalização quanto a internacionalização abordam a relação entre países, porém na internacionalização, especialmente do ensino, há uma proposta de formação citada por Pereira e Passos (2015) com a ideia de continuidade de

desenvolvimento inseridos numa dinâmica de mudanças trazidas pela globalização. A internacionalização da educação superior é um conceito amplo que abarca questões culturais, políticas e sociais de diferentes povos.

Assim, Didou Aupetit (2017) defende que a internacionalização da educação superior esteja alinhada com as demandas sociais comuns aos países como por exemplo o desenvolvimento do empreendedorismo. Gacel-Ávila (2017) avalia que a cidadania global é necessária, especialmente em países latino-americanos que possuem problemas em comum e a internacionalização do ensino pode contribuir com soluções. Outra questão que a autora coloca refere-se ao fato da educação, por meio de estudantes e professores em internacionalização, aproximar os países dos hemisférios Norte e Sul do Planeta, contribuindo para a democratização do conhecimento. Os estudantes podem constituir uma formação ampla que irá repercutir em suas práticas como profissionais, cidadãos e acadêmicos.

A internacionalização apresenta-se como alternativa para obter e aplicar conhecimento com ações úteis para a sociedade. A partir de Stallivieri (2017), percebe-se o papel da internacionalização com o protagonismo das pessoas, seja na universidade para promovê-la por quem a vivencia. A conexão do empreendedorismo com a internacionalização ocorre no sentido de aprendizado do novo, comprometimento de tempo e ter ousadia para arcar com riscos calculados. Quem participa do processo de internacionalização está empreendendo a si mesmo com novos conhecimentos. Nesse sentido, para Santiago (2009), o empreendedorismo está associado à Era do Conhecimento, caracterizada pela criatividade, inovação e autonomia do sujeito. Por isso, todas as pessoas podem ser empreendedoras, independentemente da cultura à qual pertencem.

Os autores Chiavenato (2007), Dornelas (2016) e Hisrich, Peter e Shepherd (2014) concordam que o empreendedorismo é amplo e está além dos negócios. Para compreender toda essa amplitude é importante considerar as dez competências empreendedoras principais (NUNES, 2019): a) Busca de Oportunidades e Iniciativa; b) Persistência; c) Correr Riscos Calculados; d) Exigência de Qualidade e Eficiência; e) Comprometimento; f) Busca de Informações; g) Estabelecimento de Metas; h) Planejamento e Monitoramento Sistemáticos; i) Persuasão e Rede de Contatos; e j) Independência e Autoconfiança.

Pode-se relacionar estas competências empreendedoras com as vivências de internacionalização. A busca de oportunidades e iniciativa está no estudante que procura a internacionalização e se permite entrar em outros universos culturais. A persistência consiste em não abandonar o processo de internacionalização e ter bom ritmo de estudos. Correr riscos calculados pode referir-se ao desconhecido, onde não se sabe exatamente o que irá encontrar, mas existe preparação de que sempre existem riscos de errar, por exemplo de não desempenhar tão bem um idioma. O que decorre da exigência de qualidade e eficiência, para que a internacionalização aconteça, e a formação de sujeitos ao longo de todo o processo com comprometimento em atender os itinerários da internacionalização.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este estudo é de cunho qualitativo e foi escolhido por deixar as possibilidades de resposta em aberto para maior riqueza de informações (GIL, 2019). Foi realizada revisão bibliográfica com materiais já elaborados conforme orienta Gil (2019, p. 50), como livros e demais publicações dos últimos cinco anos. Ainda, foi realizada pesquisa das competências empreendedoras no site do SEBRAE, instituição referência do tema no Brasil. A técnica para a análise de dados utilizada foi a Análise de Conteúdo de Laurence Bardin (2016) que tem como objetivos: conseguir uma visão panorâmica da temática e enriquecer a leitura com foco na investigação.

Considerando esses objetivos, foi desenvolvida a análise de conteúdo de acordo com Bardin (2016) nas etapas: 1) pré-análise: organização da pesquisa, definição do objetivo, leitura flutuante, e escolha dos materiais com representatividade, homogeneidade e pertinência; 2) exploração do material: leitura mais detalhada e sua organização e 3) tratamento dos resultados obtidos e interpretação, mostrando as compreensões dos pesquisadores a partir dos dados da pesquisa. A partir do objetivo proposto de relacionar a experiência de internacionalização no Ensino Superior com as dez competências empreendedoras dadas pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE e da metodologia delimitada foi possível realizar a relação entre internacionalização e as dez competências empreendedoras no âmbito do ensino superior.



RESULTADOS E DISCUSSÃO

Melo (2020, p. 9) afirma que “[...] é possível aliar internacionalização e empreendedorismo no ensino superior, considerando as estratégias distribuídas nos oito eixos estratégicos”. Esses eixos estratégicos são: comunicação, cultura, capacitação, financiamento, políticas, cultura, gestão e colaboração. Observa-se que o eixo de colaboração perpassa todos os outros, mostrando cooperação de forma constante. A sinergia gerada pela colaboração pode contribuir para o aumento das ações empreendedoras por intermédio da internacionalização. Assim, para Do Couto, De Oliveira e Flores (2017, p.1) o empreendedorismo, no contexto internacional possui o papel de “identificar e explorar novas oportunidades”. A exploração dessas oportunidades implica na prática do conhecimento.

Assim, torna-se essencial a busca constante por informação para o aprendizado e menores riscos, bem como surpresas com relação ao choque cultural. O estabelecimento de metas ajuda na direção do que fazer durante a internacionalização, bem como o planejamento e o monitoramento sistemáticos dessas metas para controle, reflexão e melhoria. A persuasão e a rede de contatos apresentam-se como elemento chave na internacionalização a partir da interseção das culturas. Após o processo de internacionalização pode-se compreender que o estudante terá mais independência e autoconfiança, pois conseguiu lidar com adversidades, quebrou paradigmas, se conheceu melhor e é capaz de se reinventar.

CONCLUSÃO

Os resultados da pesquisa mostram que se pode estabelecer a relação entre internacionalização e dez competências empreendedoras dadas pelo SEBRAE, sendo que as vivências internacionais desenvolvem competências técnicas e comportamentais e ampliam a compreensão do mundo, devido à interculturalidade. Dessa forma, as competências empreendedoras participam significativamente do contexto da internacionalização do ensino superior, especialmente dos estudantes que fazem parte do processo

Assim, sugere-se que esse assunto tenha continuidade, visto que possui limitações por não trazer pesquisa de campo. Por isso, a sugestão é que sejam realizados estudos com universidades empreendedoras e que tenham a internacionalização em suas estratégias institucionais. Pode-se elaborar questionários



ou entrevistas para gestores, professores e estudantes que já tiveram vivência internacional. Também, é possível abordar estudos de casos múltiplos para investigar de que formas as instituições de ensino superior podem promover as competências empreendedoras enquanto o estudante vive a internacionalização ou mesmo anterior a esta.

REFERÊNCIAS

- BARDIN, L.. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.
- CHIAVENATO, I.. **Empreendedorismo**: dando asas ao espírito empreendedor. 2.ed. São Paulo: Saraiva, 2007.
- DIDOU AUPETIT, S.. Vincular la internacionalización con las prioridades de desarrollo de las instituciones de Educación Superior: una urgencia inaplazable. **Educação**, 2017. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/view/28975> Acesso em: 15 jan. 2022.
- DO Couto, É. Q.; DE OLIVEIRA, A. R.; FLORES, S. S.. O contexto atual da educação empreendedora em universidades nacionais e internacionais. **Anais...** VII Mostra Científica do IFRS-Campus Restinga. 2017.
- DORNELAS, J. C. A. **Empreendedorismo**: Transformando Ideias em Negócios. (6a. ed). São Paulo, SP: Empreende/Atlas, 2016.
- GACEL-ÁVILA, J. La ciudadanía global, un concepto emergente y polémico. In: **En Educación Superior y Sociedad** 21. Venezuela: IESALC. P., 2017. p. 39-59.
- GIL, A. C.. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2019.
- HISRICH, R. D.; PETERS, M. P., SHEPHERD, D. A.. **Empreendedorismo**. Porto Alegre, RS: Bookman, 2004.
- MELO, M. B. de. **Estratégias empreendedoras para a internacionalização em instituições de ensino superior brasileiras**. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/216305> Acesso em: 16 out. 2021.
- NUNES, L. B.. Competências cognitivas e Socioemocionais: Possibilidades Estratégicas de Internacionalização. In: MOROSINI, M. (org.). **Guia para internacionalização universitária**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2019. (p.203- 220)
- PEREIRA, E. de A.; PASSOS, R. D. F.. A internacionalização do ensino superior e os programas de mobilidade educacional. In: PEREIRA, E. de A.; HEIZLE, M. R. S. (Org.) **Internacionalização na Educação Superior**. Blumenau: Edifurb, 2015. Cap. 2, p. 52-67
- SANTIAGO, E.. Girão. Vertentes teóricas sobre empreendedorismo em Schumpeter, Weber e McClelland: novas referências para a sociologia do trabalho. **Revista de ciências sociais**, v. 40 n. 2 2009. Disponível em: <http://www.periodicos.ufc.br/revcienso/article/download/488/470>. Acesso em: 10 out. 2021.
- STALLIVIERI, L.. **Internacionalização e Intercâmbio**. São Paulo: Editora Apris, 2017.

A EDUCAÇÃO INOVADORA COMO FACILITADORA DO DESENVOLVIMENTO HUMANO

Priscilla R. Farias^{1*}, Liliane Kolling², Viviane Kolling³, Hildegard S. Jung⁴

- 1* Integrante do grupo de pesquisa Gestão Educacional nos Diferentes Contextos. Universidade La Salle Canoas. E-mail: priscilla.rosa@lasalle.org.br
2. Doutoranda em Educação. Universidade La Salle Canoas.
E-mail: liliane.kolling@lasalle.org.br
3. Professora dos Anos Iniciais da Rede La Salle. E-mail: viviane.kolling@lasalle.org.br
4. Doutora em Educação. Universidade La Salle Canoas.
E-mail: hildegard.jung@unilasalle.edu.br

RESUMO

Pensar em inovação, por vezes, nos remete apenas à tecnologia, mas este trabalho traz reflexões no sentido da inovação como potencializadora do autoconhecimento, criando mecanismos importantes para a formação de crianças e adolescentes. O objetivo consiste em propor reflexões sobre a necessidade de inovar os diferentes espaços escolares, englobando a transformação humana como principal meta para facilitar o processo de ensino e aprendizagem na comunidade educativa. A metodologia utilizada é decorrente de um Estudo de Caso, apresentando práticas pedagógicas relacionadas à inovação, oriundas de uma experiência educativa realizada com estudantes do Ensino Fundamental II da Escola Fundamental La Salle Esmeralda, localizada na periferia de Porto Alegre/RS. Os resultados apontam que a educação necessita ser inovadora para que a aprendizagem aconteça da melhor forma, através de uma transformação de ambiente e abrindo espaço para o conhecimento. As práticas pedagógicas voltadas ao protagonismo discente empoderaram a comunidade para que todos se sintam parte integrante da cultura escolar.

PALAVRAS- CHAVE: Práticas pedagógicas; Conhecimento; Inovação.

INTRODUÇÃO

Atualmente, pensar em inovação tornou-se fundamental para a evolução do ser humano. Não é diferente com a educação que, principalmente após a pandemia do Covid19¹³, criou estratégias que pudessem melhorar o ensino nas comunidades educativas. Pode-se perceber que muitas instituições de ensino estão utilizando as atualizações, também tecnológicas, para evoluir cognitivamente com seus educandos. Perrenoud (2000, p. 125) relata que “A escola não pode ignorar o que se passa no mundo. Ora, as novas tecnologias da informação e da comunicação transformam espetacularmente não só nossas maneiras de comunicar, mas também

¹³ Fonte: <https://www.gov.br/saude/pt-br/coronavirus/o-que-e-o-coronavirus>



de trabalhar, de decidir e de pensar.” Para que ocorra uma educação de qualidade e equidade, é necessário que a instituição se renove, abra possibilidades para que a transformação do saber se dê de maneira sucessiva e gradual.

Pensando nos diferentes impasses ocorridos no retorno das aulas presenciais, a Escola La Salle Esmeralda, localizada na periferia de Porto Alegre/RS, elaborou uma pesquisa voltada para o estudante e suas expectativas, experiências e dificuldades encontradas dentro deste processo de transição entre aulas remotas e presenciais. Este meio de inovação trouxe para a gestão escolar e professores da instituição a clareza sobre cada educando. Através desta pesquisa realizada com os educandos pôde-se perceber a necessidade que os mesmos trazem de serem acolhidos pelos educadores, de serem vistos com suas especificidades, de abrir os olhos para a organização de uma rotina que traga os estudos como prioridade para seu desenvolvimento. Segundo Freire (1996, p.77), “toda prática educativa demanda a existência de sujeitos, um, que ensinando, aprende, outro, que aprendendo ensina”.

Pensar em inovação muitas vezes remete apenas às tecnologias e inovar não é somente isso. Inovar é repensar os espaços, as práticas e usar estratégias diferentes para alcançar os objetivos propostos. Inovar é transformar aquilo que não deu certo e trazer novidades, ou seja, mudar ou melhorar para atingir metas. Demo (2010, p. 864) explica que: “Êxito repetido se torna reprodução. É preciso romper”. As práticas pedagógicas devem oportunizar aos estudantes o desenvolvimento de suas habilidades e competências para crescer de maneira integral. Para garantir a inovação é necessária a aquisição de novos conhecimentos e na educação a capacitação dos professores e profissionais envolvidos, inclusive dos gestores. Conforme ressalta Lemos (2000, p.171):

[...] o processo de inovação atualmente é entendido como interativo, dependente das diferentes características de cada agente e de sua capacidade de aprender a gerar e absorver conhecimentos, da articulação de diferentes agentes e fontes de inovação, bem como dos ambientes onde estes estão localizados [...].

Repensar os processos educativos e transformar uma ideia ou um problema, com criatividade e estimulando uma melhoria, podemos dizer que é inovação. Essa reflexão, a partir do processo já construído e dialogado, que não teve êxito, será transformado e organizado de maneira diferente, é o crescimento sustentável para que aconteça a inovação.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este trabalho teve como método um estudo de caso realizado com 260 estudantes do Ensino Fundamental II da Escola La Salle Esmeralda, localizada na cidade de Porto Alegre/RS. O referido estudo levantou questões sobre as necessidades e maiores dificuldades que os educandos estavam encontrando na transição entre um estudo *home office* e logo presencial. A ideia deste questionário surgiu através de questionamentos levantados pelos professores que não estavam compreendendo as especificidades de cada educando, oportunizando também um levantamento de dados sobre os educadores.

Para iniciarmos a construção dos questionários alguns critérios foram levados em consideração como: metodologia, organização, acesso aos recursos e motivação. Os estudantes foram desafiados a responder individualmente sobre a melhor maneira de aprender, como estudam, que área do conhecimento consideram apresentar mais facilidade ou dificuldade, como era realizado o registro das aulas, qual a melhor maneira de aprender, qual o formato mais eficaz nos trabalhos e pesquisas, a preferência de realizar as atividades, se individualmente ou em grupos, entre outros questionamentos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

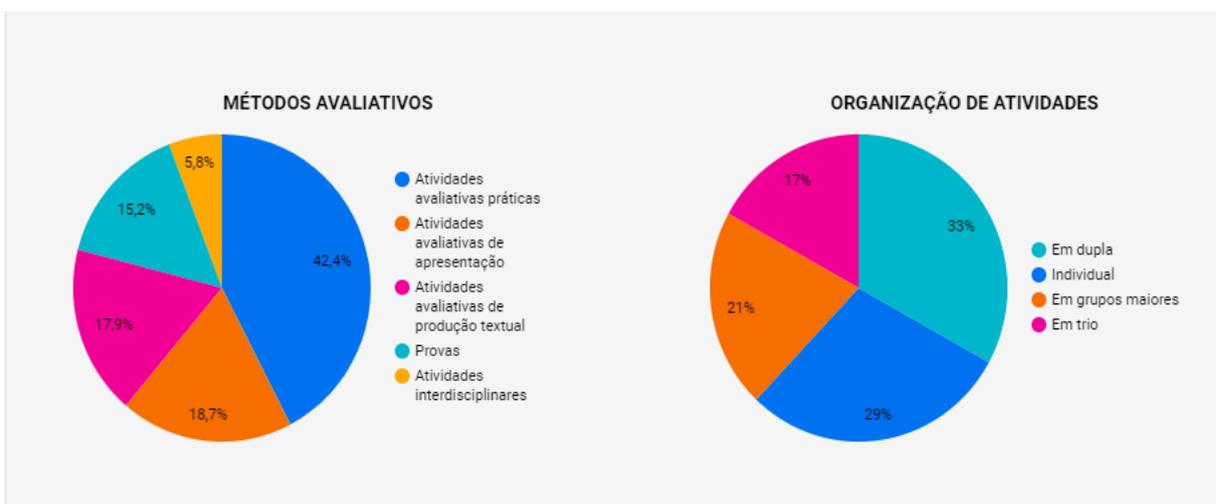
Através do levantamento de dados podemos dizer que a pesquisa realizada abriu caminho para a inovação das aulas ministradas pelos professores da escola La Salle Esmeralda, trazendo possibilidades de evolução e de mudanças pertinentes. A partir das novas práticas pedagógicas, o educando tornou-se mais protagonista da sua aprendizagem. Pôde-se perceber que é necessário que ocorra uma disruptura nas práticas repetidas, oferecendo espaço para novos métodos de ensino, trabalhando as habilidades e competências necessárias para a construção integral do ser.

O questionário foi aplicado com o auxílio do recurso *Google Forms* e após os estudantes responderem, já forneceu gráficos com os resultados. Em seguida, os professores e setores pedagógicos reuniram-se para refletir sobre as respostas e o que poderíamos fazer para melhorar a aprendizagem dos estudantes e inovar nossas práticas para que os estudantes se tornem protagonistas da sua própria

aprendizagem. Abaixo segue o gráfico de duas perguntas que fazem parte do questionário que os estudantes responderam. O primeiro gráfico corresponde à pergunta: “Na sua opinião, qual o melhor método avaliativo?”. Conforme os resultados 42,4% responderam que preferem atividades avaliativas práticas, 18,7% responderam que preferem atividades avaliativas de apresentação, 17,9% optaram pela atividade avaliativa de produção textual, já na opção provas como atividade avaliativa tivemos 15,2% e apenas 5,8% preferem atividades avaliativas interdisciplinares.

O questionário também teve como pergunta: “Qual a melhor maneira de organização das atividades?”. Os gráficos trazem os resultados dos estudantes que trouxeram com 33% atividades em dupla, 29% atividades individuais, 21% atividades em grupos maiores e 17% atividades em trio. Esta é uma pequena amostra da pesquisa realizada com os estudantes do Fundamental II da Escola Fundamental La Salle Esmeralda.

Figura 1: Respostas dos estudantes referente aos métodos de avaliação e como se organizam nas suas atividades. La Salle Esmeralda- Poa. Maio/2022.



Fonte: Dados da pesquisa (2022).

A partir dos dados levantados na pesquisa, os professores e equipe gestora puderam pensar em diferentes formas de avaliar seus estudantes, fazendo com que, assim, possam realmente serem os protagonistas de suas aprendizagens, tornando as práticas pedagógicas mais prazerosas e didáticas para todos transmitindo um ensino de qualidade que tanto almejamos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através das leituras e da pesquisa realizada na Escola La Salle Esmeralda, concluímos que se torna necessária a escuta ativa dos educandos para, a partir disso, realizar inovações transformadoras para um ensino de qualidade na instituição. Cada dia mais, os estudantes buscam alguém que os escute e que entenda os diferentes anseios que trazem para dentro da escola.

Promover atividades que envolvam os estudantes e que os estimulem a serem protagonistas de sua própria aprendizagem é, antes de tudo, inovar os processos educativos. É fundamental que essa inovação aconteça para que nossos estudantes sejam inseridos dentro do contexto escolar, protagonizando assim seu aprendizado diário.

Portanto, a partir da elaboração do questionário realizado na escola, podemos perceber a importância que a mudança disruptiva traz para o crescimento integral do ser humano, através da escuta, da participação ativa juntamente com os jovens e da mudança de paradigmas. O cuidado com o ambiente visando o bem-estar de suas práticas pedagógicas e diversas outras importâncias precisam ser estudadas para um bem comum, para a inovação que transforma o ser humano.

REFERÊNCIAS

DEMO, Pedro. Rupturas urgentes em educação. **Revista Ensaio**. Rio de Janeiro: 2010.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 20 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

LEMONS, Cristina. **Inovação na era do conhecimento**. Parcerias Estratégicas; Rio de Janeiro: 2000.

PERRENOUD, Philippe. **Dez novas competências para ensinar**. Porto Alegre: Artmed, 2000.



INTERLOCUÇÃO DA MUDANÇA DOS PADRÕES NATURALIZADOS DE GÊNERO ALICERÇADO EM GRUPOS REFLEXIVOS

Amanda Pires da Cunha

Psicóloga e supervisora do Serviço Escola de Psicologia. Universidade La Salle.
E-mail: amanda.cunha@unilasalle.edu.br

RESUMO

O fenômeno da violência contra a mulher constitui-se como uma violação dos direitos humanos, bem como uma importante questão de saúde pública. Internacionalmente, tem crescido o entendimento de que, para prevenir as violências de gênero, é necessário trabalhar e envolver os homens. Principalmente porque, na maioria dos casos, são homens que perpetram a violência, as construções de masculinidade desempenham um papel crucial nas suas formas, e os homens também têm a ganhar com a sua diminuição, tanto em relacionamentos mais saudáveis, quanto em uma maior liberdade em relação às “definições dominantes de masculinidade”. Através da prática do Grupo Reflexivo de Gênero, totalizando 12 encontros, realizado no Núcleo de Assistência a Situações de Violência Doméstica (NASVID) da La Salle Saúde, localizada no município de Canoas/RS, com ofensores de violência doméstica em cumprimento de medida protetiva obrigatória propõe-se pensar e ampliar as reflexões de homens sobre as desigualdades de gênero, compreender a complexidade das relações, uma vez que elas são tecidas entre homens, entre mulheres, e entre homens e mulheres, no respeito às diferenças de gênero e na aceitação das semelhanças inter e intra gênero, desnaturalizar sua própria construção dentro de uma sociedade androcêntrica e patriarcal e questionar os padrões de masculinidades e as relações de gênero. Assim, refletir sobre gênero inclui tanto a revisão da experiência pessoal quanto a crítica de aspectos políticos e sociais amplos relativos ao alcance dos direitos humanos na relação de casal, na vida familiar, nas relações laborais e no exercício da cidadania.

PALAVRAS-CHAVE: violência doméstica; desigualdade de gênero; masculinidades; grupo reflexivo de gênero.

INTRODUÇÃO

O fenômeno da violência contra a mulher constitui-se como uma violação dos direitos humanos, bem como uma importante questão de saúde pública. Sua prevalência acarreta inúmeros prejuízos para a saúde e conseqüentes repercussões na capacidade laborativa, no relacionamento familiar e social. (BARROS et al., 2016; OMS, 2002).

O modelo de masculinidade preconizado pela sociedade atual e influenciada pelo patriarcado, implica na construção de um homem que é educado desde criança

a reprimir suas emoções, como a dor, o carinho, ou todas aquelas que aparentam fragilidade. É possível pensar que desigualdade de gênero aparece em todas as fases da socialização, primária e secundária, e, sendo assim, precisa ser conhecida e desconstruída e passar por processo de educação, e não passar por reeducação ou recuperação. (FLOOD, 2011; ANTEZANA, 2012).

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Através da prática do Grupo Reflexivo de Gênero, totalizando 12 encontros, realizado no Núcleo de Assistência a Situações de Violência Doméstica (NASVID) que se configura como um programa, a partir de uma parceria público e privado, de assistência voltado aos ofensores e ofendidas de violência doméstica. Essa assistência é fornecida pela clínica La Salle Saúde, juntamente com os acadêmicos dos estágios específicos I e II do curso de Bacharelado de Psicologia da Universidade La Salle, localizada no município de Canoas, Rio Grande do Sul.

O Juizado da Violência Doméstica da Comarca de Canoas/RS encaminha ofensores em medida protetiva obrigatória para duas modalidades diferentes de atendimento compulsório: atendimentos em psicoterapia breve focal, totalizando oito encontros ou para o grupo reflexivo de gênero totalizando doze encontros.

Os encontros do grupo reflexivo de gênero são semanais com duração de 60 minutos facilitados por acadêmicas dos Estágios Específicos I e II do curso de Psicologia da Universidade La Salle e supervisionados pela Psicóloga responsável da área Jurídica.

O projeto NASVID segue todos os procedimentos éticos e foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade La Salle anteriormente. Os participantes dos grupos assinam o termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

O objetivo do presente estudo é através da prática das intervenções grupais transformar a realidade que descortina a lógica machista e estereotipada de papéis masculinos e femininos em relação às violências de gênero, bem como prevenir a reincidência (ZORZELLA; CELMER, 2016).

O enfoque central do grupo reflexivo de gênero é pró-feminista e construtivista com perspectiva de gênero, no sentido de buscar compreender o problema da subjetividade como encarada no sujeito individual e em relação com os diferentes aspectos sociais e políticos de gênero, considerando continuamente a dialética entre o social e o individual, assumindo uma intersubjetividade radial. O gênero é compreendido como um dispositivo de poder e tem o entendimento que a violência contra a mulher não é um fenômeno isolado, mas sim uma questão social. (MISTURA; ANDRADE, 2017).

Nessa direção se faz importante acolher o processo de catarse dos participantes, buscando a partir dele, criar condições para a busca de uma ressignificação do sentido do grupo. Ou seja, de mudança da ideia de punição para a de oportunidade.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

As intervenções se mostram como possibilidade para a construção de novas formas de resolver conflitos, perceber/controlar a própria agressividade, os grupos reflexivos são vistos como espaço de interlocução e de ampliação de significados e sentidos sobre relações conjugais, violência; uma nova possibilidade de ser homem na atualidade e através da troca de experiências entre homens, a escuta é incentivada como forma não violenta de resolução de conflitos. (MISTURA; ANDRADE, 2017 SANTOS, 2012).

Ainda se faz fundamental desnaturalizar sua própria construção dentro de uma sociedade androcêntrica e patriarcal e questionar os padrões de masculinidades e as relações de gênero. Os grupos buscam se distanciar de uma lógica opressiva e punitiva, voltando-se para momentos de interlocuções e reflexões entre os envolvidos, distanciando-se da categorização do homem como agressor e mulher como vítima (ZORZELLA; CELMER, 2016).

É preciso pensar em ações que fujam à lógica punitivista clássica e de fato possam contribuir para a mudança de comportamento, principalmente a partir da responsabilização, da liberdade e autonomia dos envolvidos, bem como a restauração das relações violadas, sempre que possível. Nesse sentido, os grupos educativos/reflexivos possuem um potencial expressivo para realizar tais finalidades, configurando-se claramente como uma ferramenta essencial para o enfrentamento da violência doméstica. (ISER, 2016).

Cada homem, com sua resistência, carrega sua história com ela. Este percurso está marcado pela singularidade de cada um, pela família, pela cultura, pela sociedade e, com isso, revelando os modos de subjetivação predominante das masculinidades contemporâneas. A obrigatoriedade de participação nos grupos traz, em si, a desconfiança, mas ao mesmo tempo abre a possibilidade de conversa com os outros na mesma situação, onde todos se escutam e nenhum domina o outro, apontando assim para um escutar ao outro e ao entendimento das suas razões e sentidos.

CONCLUSÃO

O patriarcado e machismo fazem parte da engrenagem que perpetua a violência contra mulheres. É possível pensar a problematização e compreensão da masculinidade associadas à agressividade, ao exercício de poder patriarcal, ao não controle da raiva, a não responsabilização por seus atos, à minimização da violência e à rigidez nos valores, nas crenças e práticas familiares e conjugais.

Ressalta-se que toda a cultura preconiza condutas a serem internalizadas pelos homens e uma delas é a repressão das emoções e da vulnerabilidade e conseqüentemente do falar sobre si. O desvelar dessas dificuldades permite compreender que o acesso aos homens autores de violência no contexto de investigação é um desafio que comporta muitas e diferentes facetas.

Verifica-se a necessidade de considerar nas intervenções aspectos relacionados à aprendizagem de estratégias para regulação de emoções, como a raiva, principalmente em homens com histórico de maus-tratos. Além disso, deve preconizar uma abordagem que subsidie a flexibilização de crenças estereotipadas de gênero e de crenças legitimadoras de violência conjugal.

O estudo apresenta limitações na direção da escassez de políticas, programas, projetos e ações de gênero com homens, bem como a carência de estudos acerca das questões referentes a violência doméstica no estado do Rio Grande do Sul.

Por fim, este estudo busca instrumentalizar profissionais e acadêmicos possíveis práticas de intervenção em grupos reflexivos de gênero na área da Psicologia Jurídica que atuem no NASVID (Núcleo de Assistência a Situações de

Violência Doméstica) na La Salle Saúde Canoas/ RS, assim como em outros espaços onde esses grupos sejam ofertados.

REFERÊNCIAS

ANTEZANA, Álvaro Ponce. Intervenção com homens que praticam violência contra seus cônjuges: reformulações teórico-conceituais para uma proposta de intervenção construtivista-narrativista com perspectiva de gênero. **Revista Nova Perspectiva Sistêmica**, n. 42, p. 9-25, 2012.

BARROS, E. N., SILVA, M. A., FALBO NETO, G. H., LUC

ENA, S. G., PONZO, L., & PIMENTEL, A. P. (2016). Prevalência e fatores associados à violência por parceiro íntimo em mulheres de uma comunidade em Recife/Pernambuco, Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, 21(2), 591-598. doi: 10.1590/1413-81232015212.10672015.

FLOOD, Michael. Involving Men in Efforts to End Violence Against Women. **Men and Masculinities**, v. 14, n. 3, p. 358-377, 2011. Disponível em <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/1097184X10363995>.

ISER. Imparcialidade ou cegueira: um ensaio sobre prisões provisórias e alternativas penais. **Comunicações do ISER**, V. 70 (35), 2016.

MISTURA, Tales Furtado; ANDRADE, Leandro Feitosa. Mensagem aos outros homens: a contribuição de ex-participantes do grupo reflexivo de homens. In: BEIRAS, Adriano; NASCIMENTO, Marcos (Orgs.). **Homens e violência contra mulheres**. Pesquisas e intervenções no contexto brasileiro. Rio de Janeiro: Instituto Noos, 2017. p. 236-267.

Organização Mundial da Saúde [OMS]. **Relatório mundial sobre violência e saúde**. Genebra, 2002. Recuperado de <http://www.opas.org.br/relatorio-mundial-sobre-violencia-e-saude/>

SANTOS, Milena do Carmo Cunha dos. **Eu ser um homem feminino não fere meu lado masculino**: percepções e socializações nos grupos reflexivos de gênero para homens 2012. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil.

ZORZELLA, V. L.; CELMER, E. G. Grupos de reflexão sobre gênero com homens acusados de violência doméstica: Percebendo vulnerabilidades e repensando polarizações. **Gênero & Direito**, 5(1), 92-111, 2016. doi: 10.18351/2179-7137/ged.v5n1p92-111.

UMA PRÁTICA DE INTERVENÇÃO COM O GRUPO REFLEXIVO DE GÊNERO DO NASVID COM HOMENS AUTORES DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

Kemelli Grazieli Soares Correia^{1*}, Lilian Aguiar Lenz Becker²,
Amanda Pires da Cunha³

- 1*. Acadêmica de Psicologia. Universidade La Salle. E-mail: kemigsc@gmail.com
2. Acadêmica de Psicologia. Universidade La Salle. E-mail: lilian_aguiarbecker@hotmail.com
3. Orientadora. Universidade La Salle. E-mail: amanda.cunha@unilasalle.edu.br

RESUMO

A violência doméstica é um fenômeno complexo recorrente em muitas relações conjugais. Na maioria dos casos, o homem é considerado o protagonista do ato violento. O Grupo Reflexivo de Gênero do Núcleo de Assistência às Situações de Violência Doméstica (NASVID) é um projeto do Serviço Escola de Psicologia realizado pela La Salle Saúde na cidade de Canoas/RS, com homens ofensores e que estão em cumprimento de medida protetiva encaminhados pelo Juizado da Vara de Violência Doméstica do Fórum da Comarca. Visa promover uma psicoeducação e reflexões acerca das questões relacionadas à violência e é composto por 12 encontros. Identificou-se, a partir da prática de intervenção, como facilitadoras, uma correlação entre o ato violento e comportamentos impulsivos e compulsivos entre os participantes. Percebeu-se emoções e sentimentos que os levam a ter esses comportamentos como, também, o impacto dessas condutas nas suas relações interpessoais. A partir disso, promoveu-se a interação e compartilhamento de vivências entre eles, possibilitando um olhar e uma escuta atenta às estratégias de enfrentamento das quais eles utilizam no seu dia a dia.

PALAVRAS-CHAVE: violência doméstica; medida protetiva; comportamento impulsivo; comportamento compulsivo; grupo reflexivo de gênero.

INTRODUÇÃO

A violência é um fenômeno, complexo e multicausal presente desde a antiguidade (MINAYO, 2006). Dentre os tipos de violência, a violência doméstica e familiar tem se destacado devido aos elevados números de casos de Violência por Parceiro Íntimo (VPI). Diante disso, identifica-se que a maioria das ofendidas são as mulheres e os homens, os que mais a acometem (ENGEL, 2015).

De acordo com o artigo 5º da Lei de nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (conhecida como Lei Maria da Penha), a violência doméstica e familiar contra a mulher se refere a “qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial” (BRASIL, 2006,

p.1). E, segundo o artigo 7º da mesma Lei, são formas de violência doméstica e familiar contra a mulher, entre outras:

I – a violência física, entendida como qualquer conduta que ofenda sua integridade ou saúde corporal; II – a violência psicológica, entendida como qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da autoestima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação; III – a violência sexual, entendida como qualquer conduta que a constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força; que a induza a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade, que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação; ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos; IV – a violência patrimonial, entendida como qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades; V – a violência moral, entendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria (BRASIL, 2006, p.1).

A violência contra a mulher somente foi reconhecida como um problema de saúde pública no final dos anos 80. A sua inclusão baseou-se no aumento de traumas e mortes nas Américas (MINAYO; SOUZA, 1999).

Segundo o estudo publicado na revista *The Lancet*, globalmente, 27% das mulheres de 15 a 49 anos já sofreram violência física e/ou sexual de parceiros durante a vida. No entanto, os pesquisadores alertam que os números devem ser maiores, considerando o estigma desse tema e que as estimativas foram baseadas somente nas experiências das mulheres entrevistadas (G1, 2022).

Conforme a Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar (CEVID) do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul (TJRS) (2020), o Grupo Reflexivo de Gênero (sendo uma medida protetiva conforme consta no artigo 22º da Lei Maria da Penha) tem como objetivo a reeducação de homens envolvidos em situação de violência doméstica, familiar ou afetiva contra a mulher, além de ser uma forma de atenção e proteção à ofendida. É um espaço de escuta e reflexão que possibilita ao ofensor a identificação de condutas relacionadas a violência de gênero e, a partir disso, a compreensão das suas responsabilidades sobre as

mesmas e, por fim, mudanças de comportamentos, visando a equidade de gênero.

Diante de uma parceria público-privada entre a Vara da Violência Doméstica do Fórum da Comarca de Canoas/RS e a Universidade La Salle, criou-se, em agosto de 2017, o Núcleo de Assistência às Situações de Violência Doméstica (NASVID). Este projeto consiste na assistência às pessoas em situação de violência doméstica através de atendimento psicoterápico individual e grupal. As atividades são realizadas por estagiários (as) do Curso de Bacharelado em Psicologia, no Laboratório de Psicologia do Serviço Escola de Psicologia na La Salle Saúde, sob supervisão acadêmica (FREITAS *et al.*, 2018).

Com base nisso, desenvolveu-se o Grupo Reflexivo de Gênero que visa promover uma psicoeducação e reflexões acerca das questões relacionadas à violência doméstica, podendo proporcionar momentos de discussão sobre violência de uma maneira informativa, colaborativa e efetiva durante 12 encontros com duração de 1 hora cada.

No Brasil, há poucos estudos voltados a entender os fatores relacionados ao comportamento violento dos ofensores, sendo que a violência doméstica e familiar é multifatorial e variável. Assim, este estudo visa relatar uma prática de intervenção realizada no 5º encontro do Grupo Reflexivo de Gênero de 2022/1, do NASVID, denominada: Estratégias de enfrentamento em situações de comportamento impulsivo e compulsivo.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Trata-se de um estudo de caso descritivo a partir de uma prática de intervenção realizada em um encontro do Grupo Reflexivo de Gênero do projeto NASVID com 7 homens ofensores na faixa etária de 33 a 50 anos de idade residentes da cidade Canoas/RS e que estavam em cumprimento de medida protetiva encaminhados pelo Juizado da Vara de Violência Doméstica do Fórum da Comarca de Canoas/RS. O grupo foi realizado no Laboratório de Psicologia do Serviço Escola de Psicologia da La Salle Saúde da cidade de Canoas/RS com a supervisora acadêmica e uma dupla de facilitadoras do Estágio Específico I e II do curso de graduação de Psicologia da Universidade La Salle. Em relação aos procedimentos éticos, todos os envolvidos aceitaram participar e assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

O Grupo Reflexivo de Gênero é realizado com homens ofensores e que estão em cumprimento de medida protetiva, encaminhados pelo Juizado da Vara de Violência Doméstica do Fórum da Comarca de Canoas. A dinâmica do grupo consiste em 12 encontros, com duração de 60 minutos cada, precedidos de uma entrevista individual, onde são levantados dados sobre o indivíduo, histórico de vida, informações sobre o processo e fatores que envolveram o mesmo, disponibilidade em participar do grupo e assinatura do TCLE.

Tem um enfoque psicoeducativo pró-feminista e construtivista-narrativista, com a perspectiva de gênero, buscando o problema da subjetividade desses sujeitos, de forma individual com os diferentes aspectos sociais e políticos envolvidos, tal como, a questão dialética entre fatores sociais e individuais. Com base na filosofia educativa de Paulo Freire, o enfoque pró-feminista considera que os seres humanos são capazes de questionar, de forma crítica, suas realidades e diferenciando o natural daquilo que é culturalmente realizado. Nesse ponto de vista, os grupos educativos com homens, procuram modificar aspectos negativos de suas subjetividades, resultantes de atividades culturais humanas, como a masculinidade hegemônica, resultante da cultura patriarcal que contém os valores e regras fundamentais necessárias para “ser homem” (CONNEL, 1995).

Compreende-se que a violência contra a mulher não é um fenômeno isolado da sociedade, mas sim uma questão social, desse modo a desigualdade de poder está relacionada com a lógica binária do masculino *versus* feminino, papel do homem e papel da mulher, por isso a importância de um trabalho através do enfoque construtivista-narrativista. Sob essa teoria, os seres humanos são considerados co-construtores proativos da realidade pessoal e social, tendo em vista que, cada pessoa é uma construção única, complexa, dinâmica, multifacetada, inserida em um contexto histórico e social específico (GELDSCHLÄGER *et al.*, 2011 apud ANTEZANA, 2012).

Os dados obtidos para este estudo se deram através da observação e anotação de relatos sobre os participantes. A intervenção consistiu em abordar os conceitos de comportamento impulsivo e compulsivo; identificar se os participantes tinham estes comportamentos; perceber quais emoções e sentimentos associados a estas atitudes; promover interação e compartilhamento de vivências entre eles; possibilitar um olhar e uma escuta atenta às estratégias de enfrentamento das quais eles utilizam no seu dia a dia e, por fim, propor outras formas saudáveis de lidar com essas condutas por

meio de uma apresentação de slides e uma dinâmica com os emojis com o sinal positivo e outro negativo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

No decorrer dos encontros, identificou-se comportamentos impulsivos e compulsivos associados ao comportamento violento entre os participantes. Assim, deu-se a temática “Estratégias de enfrentamento em situações de comportamento impulsivo e compulsivo” para o 5º encontro.

Inicialmente, realizou-se um *rapport* e retomada de alguns aspectos do contrato terapêutico. Logo, as duas facilitadoras abordaram sobre “O que é o comportamento impulsivo?” para os participantes. As seguintes respostas foram apresentadas: “*um impulso*”, “*um ato sem pensar*”, “*mansidão como o oposto da impulsividade*” e “*falta de controle*”. Após o relato dos mesmos, discorreu-se sobre o conceito teórico de impulsividade.

Compreende-se como impulsividade, um aspecto de personalidade, que pode-se expressar em muitas esferas da vida social dos indivíduos e na incapacidade de regular o comportamento. Em algumas situações mais pontuais ou extremas, a impulsividade pode estar relacionada a problemas de saúde mental, ao uso de substâncias psicoativas, problemas nas relações afetivas e as manifestações de atos violentos (SHARMA; MARKON; CLARK, 2014).

Posteriormente, mencionou-se que “a impulsividade traz consigo um tipo de emoção que move o indivíduo a uma ação imediata”. Assim, questionou-se que emoções eles identificavam diante de um comportamento impulsivo. Os mesmos responderam: “*tristeza*”, “*raiva*” e “*frustração*”. Em seguida, apresentou-se conceitos sobre as principais características de um sujeito com esses comportamentos.

Logo, perguntou-se como se sentem antes e depois de um comportamento impulsivo. Eles contribuíram com as seguintes respostas: “*sinto a cabeça esquentar*”, “*alívio*”, “*me sinto cego*” e “*não consigo ver quem está na minha frente*”.

Estudos comprovam que razões biológicas relacionadas a neurotransmissores implicam em níveis de impulsividade maiores entre os homens, portanto, recorrentes episódios de raiva podem levar à violência ou às explosões desses comportamentos e tais situações podem ser agravadas quando essas atitudes impulsivas são criticadas

ou interrompidas pelos outros (ADAN *et al.*, 2010; ADAN, 2012; VERDEJO-GARCÍA *et al.*, 2008).

Após, abordou-se “o que é comportamento compulsivo?”. Os participantes responderam: “*eu usava drogas mais de três vezes por dia*”, “*eu fumei mais de duas cartelas, um cigarro atrás do outro*”. Depois, mencionou-se o conceito teórico de compulsividade e as principais características de um sujeito com comportamento compulsivo.

Observa-se que há uma íntima relação entre a impulsividade e o consumo de substâncias psicoativas entre os participantes, mas considera-se uma ausência de clareza de que forma uma exerce sobre a outra. De tal modo, que não se sabe se o comportamento impulsivo precede o uso de substância ou se é uma consequência do mesmo (ALMEIDA *et al.*, 2014).

Posteriormente, realizou-se uma dinâmica denominada “Quais comportamentos impulsivos e compulsivos você percebe no seu dia a dia?”, onde deveriam sinalizar positivamente ou negativamente (por meio de um *emoji*) ao aparecer as seguintes frases, “fazer uso excessivo de bebida alcoólica ou outras drogas”, “autolesão, ideação suicida, tentativa de suicídio”, “envolver-se em situações perigosas”, “envolver-se em situações de violência física/verbal” e “discutir sem pensar no que está sendo dito”. Majoritariamente, responderam com o sinal positivo em todas as afirmações.

Sabe-se que os níveis de impulsividade e agressividade são mais elevados em indivíduos que fazem uso de substâncias ilícitas, comparados àqueles que não fazem uso de drogas ilícitas, ainda que desconhecida a influência existente (ALMEIDA *et al.*, 2014).

Em seguida, questionou-se “de que modos esses comportamentos podem afetar vocês e as suas relações?”. Os participantes mencionaram que compromete as relações familiares, conjugais, com os filhos e no trânsito.

Não se pode afirmar que há uma relação de causalidade unidirecional entre o uso de substâncias e a violência doméstica. No entanto, as substâncias psicoativas parecem estar presentes nas relações de violência geralmente como um facilitador do processo (ALMEIDA, 2009). Percebe-se que o consumo no momento da violência ou

anteriormente ao ato, é um facilitador e potencializador da mesma, como um comportamento impulsivo e compulsivo.

Para além do comportamento impulsivo, a agressividade também é um fator para atentar-se ao início e desenvolvimento do uso de substâncias psicoativas, pois, existem estudos na literatura de que o comportamento violento esteja associado ao uso e abuso de álcool e outras drogas (MELONI; LARANJEIRA, 2004).

Logo, abordou-se “quais estratégias vocês utilizam para evitar esses comportamentos?”. Os integrantes do grupo referiram a “fé”, “contar até 10” o hábito de “*pensar antes de falar e agir*”. Após, discorreu-se sobre outras possibilidades de lidar com os comportamentos impulsivos e compulsivos.

Conforme o estudo de Kaplan e Sadock (2017), o comportamento agressivo pode-se estar associado a conflitos ocasionados pelo ambiente interpessoal, que, ligado ou não a um comportamento neurológico ou orgânico, agem de forma a estimular os impulsos agressivos. Esses impulsos, quando não estão regulados devido a uma falta de capacidade de autocontrole, que seria uma fragilidade intrapsíquica, podem dar origem a comportamentos que levam risco psicossocial, tal como, manifestações e atitudes violentas. Nesse contexto, o álcool e outras substâncias psicoativas funcionam como facilitadores de situações de violência.

CONCLUSÃO

A partir da prática de intervenção no grupo, identificou-se uma correlação entre o comportamento violento e os comportamentos impulsivos e compulsivos, além de consequências na vida pessoal e relacional dos ofensores. Também, notou-se a importância de trabalhar este tema no Grupo Reflexivo de Gênero, com o objetivo de diminuir a reincidência da violência doméstica.

E, de modo geral, percebeu-se que os participantes têm dificuldade de associar os afetos aos seus comportamentos. Sabe-se que socialmente o homem foi educado desde criança a reprimir suas emoções, vulnerabilidade, fraquezas e fragilidades. De certa forma, apresentam dificuldades de colocar em prática estratégias para prevenir estes comportamentos que podem ser prejudiciais às suas vidas.

A maioria dos participantes contribuiu com as suas vivências diante da temática e obtiveram reflexões significativas. Assim, espera-se que este estudo possa



colaborar com os estudos em violência doméstica e familiar e com o Serviço Escola de Psicologia, a fim de agregar conhecimentos sobre o Grupo Reflexivo de Gênero do NASVID, visto que não há publicações científicas nesse âmbito em Canoas/RS.

REFERÊNCIAS

ADAN, A. *et al.* Relationship between circadian typology and functional and dysfunctional impulsivity. **Chronobiol Int**, v. 27, n. 3, mai., 2010. p. 606-19. DOI: [10.3109/07420521003663827](https://doi.org/10.3109/07420521003663827). Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/20524804/>. Acesso em: 27. jul. 2022

ALMEIDA, M. V. **Violência conjugal e álcool: (in) existência de uma relação causal?**. 2009. Dissertação (Mestrado em Medicina Legal e Ciências Forenses), Universidade de Coimbra, Portugal, 2009. p. 49. Disponível em: https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/14286/1/Viol%C3%Aancia_Conjugal_e_Alcool.pdf. Acesso em: 26. jul. 2022.

ANTEZANA, A. P. Intervenção com homens que praticam violência contra seus cônjuges: reformulações teórico-conceituais para uma proposta de intervenção construtivista-narrativista com perspectiva de gênero. **Nova Perspectiva Sistêmica**, v. 21, n. 42, abr., 2012. p. 9-27. DOI: 10.38034/nps.v21i42.121. Acesso em: 17. jul. 2022.

BEIRAS, A.; BRONZ, A. **Metodologia de grupos reflexivos de gênero**. Instituto Noss: Rio de Janeiro, 2016. p.31 Disponível em: https://noos.org.br/wp-content/uploads/2018/08/Metodologia-Noos_PDF-final.pdf. Acesso em: 19. jun. 2022.

BRASIL. **Lei n. 11.340**, de 7 de agosto de 2006. p. 1. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2004-2006/2006/Lei/L11340.htm. Acesso em: 19. jun. 2022.

CONNELL, R. **Masculinities**. University of California Press, Berkley Los Angeles, 2ª ed., 1995. p. 232. Disponível em: http://lulmi.lv/files/2020/Connell_Masculinities.pdf. Acesso em: 26. jul. 2022.

COORDENADORIA ESTADUAL DA MULHER EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR (CEVID). **Grupos Reflexivos de Gênero**, TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO RIO GRANDE DO SUL (TJRS), 2020. Disponível em: <https://www.tjrs.jus.br/novo/violencia-domestica/projetos/grupos-reflexivos-de-genero>. Acesso em: 19. jun. 2022.

DE ALMEIDA, R. M. M. *et al.* Uso de Álcool, Drogas, Níveis de Impulsividade e Agressividade em Adolescentes do Rio Grande do Sul. **Psico**, v. 45, n. 1, jun., 2014. p. 65-72. DOI: 10.15448/1980-8623.2014.1.12727. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistapsico/article/view/12727>. Acesso em: 15. jun. 2022.

ENGEL, C. A. **A Violência Contra a Mulher**. Ipea: 2015-2016. p. 9. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/retrato/pdf/190215_tema_d_a_violencia_contra_mulher.pdf. Acesso em: 29. jul. 2022.

FREITAS, A. C. *et al.* Violência doméstica: o projeto NASVID como caso de sucesso da integração entre a Psicologia e o Direito. **SEFIC UNILASALLE**, 2018. p.1. Disponível em: <https://www.anais.unilasalle.edu.br/index.php/sefic2018/article/view/1009>. Acesso em: 19. jun. 2022.

G1. **27% das mulheres de 15 a 49 anos sofreram violência doméstica durante a vida, diz estudo da 'The Lancet'**. G1, fev., 2022. p. 1. Disponível em: <https://www.g1.globo.com/saude/noticia/2022/02/16/27percent-das-mulheres-de-15-a-49-anos-sofreram-violencia-domestica-durante-a-vida-diz-estudo-da-the-lancet.ghtml>. Acesso em: 19. jun. 2022.



KAPLAN, H. I.; SADOCK, B. J. **Compêndio de psiquiatria: Ciências do comportamento e psiquiatria clínica**. Porto Alegre: Artes Médicas, 11ª ed., 2017. p. 170 -178. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=tQiRDQAAQBAJ&lpg=PR1&ots=Xus71EwXkO&lr&hl=pt-BR&pg=PA151#v=onepage&q&f=false>. Acesso em: 18. jul. 2022.

MELONI, J. N.; LARANJEIRA, R. Custo social e de saúde do uso do álcool. **Revista Brasileira de Psiquiatria**, v. 26, n. 1, 2004. p. 7-10. DOI: 10.1590/S1516-44462004000500003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbp/a/8byPtDKZsnRbtN8TCTYcwMy/?lang=pt#:~:text=A%20avalia%C3%A7%C3%A3o%20do%20custo%20social,pe los%20padr%C3%B5es%20de%20uso%20vigentes> . Acesso em: 20.jul.2022

MINAYO, M. C. S. A inclusão da violência na agenda da saúde: trajetória histórica. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 11, n. suppl, 2006. p. 1259-1267. DOI: 10.1590/S1413-81232006000500015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/vM4c5NGrjxPFj8Phv4Mghjw/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 19. jun. 2022.

SHARMA, L.; MARKON, K. E; CLARK, L. A. Rumo a uma teoria de tipos distintos de comportamentos “impulsivos”: Uma meta-análise de auto-relato e medidas comportamentais. **Psychological Bulletin**, v. 140, n.2, 2014. p. 374–408. DOI: 10.1037/a0034418. Acesso em: 27. jul. 2022.



A TRANSFERÊNCIA NEGATIVA NO PROCESSO DE PSICOTERAPIA BREVE: ESTUDO DE CASO CLÍNICO DE UM AUTOR DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

Ana Carolina Alves Souza¹, Amanda Pires da Cunha²

1. Acadêmica do Curso de Psicologia da Universidade La Salle de Canoas.

E-mail: ana.souza0039@unilasalle.edu.br

2. Orientadora. Supervisora do Serviço Escola de Psicologia - SEP, na área da Psicologia Jurídica na clínica La Salle Saúde. E-mail: amanda.cunha@unilasalle.edu.br

RESUMO

O fenômeno violência é complexo e exige um olhar empático e aprofundado para ser compreendido, pois ela não se origina de apenas um fato. O Núcleo de Assistência às Situações de Violência Doméstica (NASVID) foi criado para acolher tais demandas. Assim, o Juizado da Vara de Violência Doméstica do Fórum da Comarca de Canoas/RS pode encaminhar o público-alvo para atendimentos individuais como forma de reeducação. Esse trabalho é realizado com a perspectiva da Psicoterapia Breve Focal, tendo um curto período de duração. Os responsáveis por atuarem nesse projeto são acadêmicos dos estágios específicos I e II do curso de Bacharelado em Psicologia da Universidade La Salle, supervisionados por psicólogos da clínica La Salle Saúde. A partir de um desses atendimentos foi realizado o presente estudo de caso clínico. Durante esse caso, foram identificadas características de uma transferência negativa e a relação do paciente com sua filha transferida simbolicamente para a estagiária. A transferência é um elemento inconsciente presente no contexto da psicoterapia. Com base nisso, o objetivo deste estudo é analisar e descrever o processo transferencial deste caso clínico.

PALAVRAS-CHAVE: Psicoterapia Breve Focal; Relação transferencial; Psicologia Jurídica

INTRODUÇÃO

O presente estudo de caso se trata de um atendimento de Psicoterapia Breve Focal com um homem autor de violência doméstica. O mesmo foi encaminhado pelo fórum para atendimentos psicológicos como medida obrigatória. O Núcleo de Assistência às Situações de Violência Doméstica (NASVID) foi criado para acolher tais demandas. Ele é fruto de uma parceria público-privada entre o Juizado da Vara de Violência Doméstica do Fórum da Comarca de Canoas e a Universidade La Salle, estabelecida em 2017. As sessões são realizadas no Serviço Escola de Psicologia (SEP) da La Salle Saúde Canoas/RS. Esses atendimentos são realizados por acadêmicos dos estágios específicos I e II do curso de Bacharelado em Psicologia da

Universidade La Salle, inseridos na área jurídica/social e supervisionados pelos responsáveis.

Não visando avaliar o estado psicológico ou diagnosticar, o projeto tem como objetivo principal promover assistência psicológica, psicoeducação e reflexões acerca da violência doméstica. Para tanto, o público-alvo pode ser encaminhado diretamente pelo Juizado para atendimentos grupais ou individuais, tendo o primeiro doze encontros e o segundo oito. Os atendimentos individuais têm como regra institucional, a flexibilidade de até três faltas que devem ser substituídas. Caso contrário, é comunicado ao fórum a não disponibilidade do encaminhado a comparecer aos atendimentos (FREITAS *et al.*, 2018).

O fenômeno violência é complexo e exige um olhar empático e aprofundado para ser compreendido, pois ela não se origina de apenas um fato. Há uma multifatorialidade para gerar o comportamento violento, incluindo fatores genéticos, biológicos, culturais e sociais. A transgeracionalidade é um fator bastante presente em casos de violência doméstica. Modelos e experiências vivenciados por uma pessoa tendem a se repetir nos relacionamentos futuros. Por isso, é essencial entender o contexto familiar como provedor da bagagem emocional primária da constituição psíquica (RAZERA *et al.* 2014).

Violência doméstica se caracteriza como qualquer ato de violência contra o gênero feminino que possa causar prejuízos ou sofrimento à vítima. Existem vários tipos, sendo eles físico, mental, sexual, moral ou patrimonial, incluindo ameaças e coação, seja em vida pública ou privada. Segundo o artigo 147-A do Código Penal, o crime de perseguição ou *stalking* é definido pela conduta de seguir uma pessoa repetidamente, ameaçando sua integridade física ou psicológica, podendo restringir sua locomoção (IMP, 2018; PREFEITURA DE CANOAS, 2020; SOUZA e BENDÔ, 2021).

Com base nisso, a presente pesquisa ocupa-se de estudar o processo terapêutico de um paciente autor de violência doméstica, acusado pelo crime de perseguição. Durante esse processo, foi observado a relação transferencial do paciente para a estagiária de forma agressiva. E, portanto, procura-se analisar o impacto da transferência negativa nos atendimentos de Psicoterapia Breve.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente artigo teve como objetivo compreender o processo de atendimento psicoterápico de um paciente acusado de ser autor de violência. Trata-se de uma pesquisa qualitativa que tem como base o estudo de caso clínico desse paciente, onde percebeu-se o fenômeno da transferência negativa dirigido à estagiária. A pesquisa em formato de estudo de caso auxilia na observação da realidade exposta em determinado local a partir do embasamento teórico e das características do caso em si. Ele possibilita a explanação de um evento singular não sendo necessária a generalização do mesmo resultado em outros eventos semelhantes (MARTINS, 2008).

O estudo de caso clínico oportuniza o aprofundamento e a aplicação da teoria na prática, contribuindo na construção profissional do acadêmico. É benéfico ao paciente pois não necessita de significativas interferências científicas visando a pesquisa. Assim, estudam-se dados naturalísticos de um procedimento usual. O estudo é amplamente aplicável e auxilia na investigação, testagem de hipóteses, procura de respostas e descobertas de fenômenos ou relações entre eles. Em psicoterapia analítica, elucida o processo evidenciando mudanças e considera a subjetividade do paciente (GALDEANO *et al.*, 2003; GIL, 2008; SERRALTA *et al.*, 2012).

Utilizou-se para análise dos dados a abordagem qualitativa, pois opera em cima da interpretação dos fenômenos e seus significados (PRODANOV, 2013). Como instrumento para coleta de dados foi feita uma entrevista semiestruturada contendo questões direcionadas à situação da denúncia por violência doméstica, dados pessoais e sociodemográficos, além de outras questões norteadoras a fim de entender o contexto do paciente. Foram necessárias três sessões para responder a ficha de entrevista com homens envolvidos em situação de violência, após deu-se seguimento a psicoterapia breve em um total de oito atendimentos. Cada sessão com duração de 50 minutos, sendo realizadas uma vez por semana.

Foi utilizada a Psicoterapia Breve Focal por ser um curto período de duração sendo de oito encontros obrigatórios. Ela é uma modalidade que tem como ênfase focar em um conflito específico. O foco do tratamento é importante para que seja possível a conclusão dos objetivos e a finalização do processo (CARVALHO e

CARNEIRO, 2016). Assim, essa pesquisa baseia-se nas falas trazidas pelo paciente durante os atendimentos realizados.

Para tanto, foi definida a utilização da técnica de associação livre. A abordagem psicanalítica tem como “regra básica” o uso dessa, onde o paciente é livre para falar “a primeira coisa que vem à cabeça” mesmo que sem coerência ou sentido e vergonhosa, rude ou banal, e a partir disso, o terapeuta analisa o discurso (GREENSON, 1981a). Sendo assim, analisou-se o caso pela perspectiva da orientação analítica. Essa abordagem procura compreender o funcionamento do sujeito, incluindo aspectos inconscientes, a fim de chegar a melhora dos sintomas (HAUCK *et al.*, 2007).

O paciente deste estudo de caso foi encaminhado pelo Juizado de Violência Doméstica devido a denúncia da ex-esposa por perseguição. Esse será chamado Arão (nome fictício), o paciente em questão é homem, cisgênero, branco, divorciado, tem 60 anos, quatro filhos, ensino médio completo, trabalha autônomo na área da construção civil, reside do município de Canoas/RS. A partir dos atendimentos do paciente em questão, surgiram fenômenos que serviram como objeto de estudo para este trabalho.

O projeto NASVID segue todos os procedimentos éticos e foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade La Salle anteriormente. O participante do presente estudo assinou o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A transferência é um elemento inconsciente presente nas relações humanas (ZIMERMAN, 2004). Segundo Freud (1996), cada ser humano porta um método singular, formado a partir do conjunto de sua condição inata e de suas experiências dos primeiros anos de vida, para “enxergar” a vida. Esse “método” faz com que o sujeito repita suas relações, como um comportamento estereotipado.

Assim como nas demais relações, a transferência é um fenômeno fundamental e inevitável no contexto psicoterápico. Dentro desse contexto, ela é utilizada como ferramenta para chegar ao objetivo do trabalho terapêutico.



De forma extremamente genérica, pode-se conceituar o fenômeno transferencial como o conjunto de todas as formas pelas quais o paciente vivencia com a pessoa do psicanalista, na experiência emocional da relação analítica, todas as “representações” que ele tem do seu próprio *self*, as “relações objetais” que habitam o seu psiquismo, bem como os conteúdos psíquicos que estão organizados como “fantasias inconscientes”, com as respectivas distorções perceptivas, de modo a permitir “interpretações” do psicanalista que possibilitem a integração do presente com o passado, o imaginário com o real, o inconsciente com o consciente. (ZIMERMAN, 2004, p.127).

Freud (1996) considerou o “tripé” da prática psicanalítica: transferência, resistência e interpretação. A reação transferencial é uma das fontes mais importantes para análise, e também, um dos maiores obstáculos. A frustração do neurótico o induz a buscar objetos para os quais transfere seus impulsos libidinais e agressivos. Dessa forma, o sujeito tende a repetir relações passadas em busca de obter as satisfações que anteriormente, foram frustradas ou ainda, conter ansiedades ou culpa (GREENSON, 1981a).

Existem vários tipos de transferência, as clinicamente mais mencionadas são a positiva e a negativa. Sendo que, todas têm pontos ambíguos e aparecem nos atendimentos de forma superficial. A relação transferencial negativa pode surgir sob forma de raiva, ódio, ira, hostilidade, aversão, desprezo, desgosto, desdém, amargura, inveja, aborrecimento, ressentimento, censura, desconfiança etc. (GREENSON, 1981a; GREENSON, 1981b).

No decorrer do processo psicoterapêutico, identificou-se a transferência do paciente Arão direcionada a estagiária de forma negativa através de suas falas. Algumas dessas falas vieram sob forma de desdém, desvalia e desconfiança, como “Não sei se tu sabe, não quero ofender, não é da tua área” “...te falei, não sei se tu lembra” e “...tu não deve entender”.

A transferência negativa, para Freud, manifesta-se através de pulsões agressivas por meio de afetos já mencionados. Entretanto, autores consideram esses ataques ao terapeuta benéficos para um bom processo psicoterapêutico. Pontuam, inclusive, que uma análise eficaz, deve passar por esta fase. Visto que, ao atacar o terapeuta e esse permanecer estável e firme, o paciente percebe que não é perigoso e destruidor como pensava, assim como, o objeto não é frágil como temia (ZIMERMAN, 1999). Em contrapartida, para Greenson (1981b) todo processo de

psicoterapia pode ser angustiante se mantida a desconfiança crônica, fazendo com que o paciente queira apenas “se livrar” do tratamento.

Em outras falas, foi observada a conexão que Arão fez entre sua filha mais velha e a estagiária "Minha filha é bem parecida contigo", "Eu te tenho como uma filha, a figura duma filha". Além dessas frases, onde se vê de forma objetiva a transferência, em outros momentos, o paciente comparou a trajetória de vida da filha com a imagem que ele tinha da acadêmica. Em alguns desses momentos, o paciente diz “minha filha poderia estar assim como tu, numa faculdade”.

Durante as sessões psicoterápicas, o paciente trouxe bastante sobre seu relacionamento com as filhas, onde ambas irmãs, de idades 17 e 18 anos, foram afastadas dele pela mãe após a separação. Assim, Arão referia carregar mágoa da família por não receber atenção. Inclusive, o paciente fez questão de mostrar partes de conversas com as filhas no aplicativo WhatsApp, onde ele perguntava como elas estavam e puxava conversa e as mesmas, respondiam de forma curta e simples com “sim” ou “tô bem”. Com isso, identificou-se a relação do paciente com sua filha transferida simbolicamente para a estagiária.

Além disso, foi trabalhado durante os atendimentos os tipos de violência. Com isso, o paciente trouxe a preocupação que tem com as filhas, sendo que já as seguiu por vezes por medo de que elas frequentassem locais perigosos influenciadas pela mãe.

Em uma terapia de tempo limitado, Greenson (1981a) entende não ser possível uma análise integral e sistemática como é proposto pela terapia analítica. Em vista disso, é feita uma análise seletiva, a fim de que o paciente seja capaz de trabalhar apenas determinada situação como foco. Nesses casos, após a finalização do tratamento, permanecem resíduos da relação transferencial paciente-terapeuta não solucionados.

CONCLUSÃO

A partir deste estudo de caso, percebeu-se pontos característicos da transferência negativa, assim como a identificação das filhas na figura da estagiária. Assim, entende-se que o paciente Arão teve uma transferência negativa com a



estagiária, reflexo dos sentimentos que transferiu da filha, anteriormente negados inconscientemente.

A transferência negativa é recorrente nesse campo de atuação dentro do cenário psicoterapêutico, isso, pois os pacientes chegam de uma situação conflituosa, onde foram denunciados por violência doméstica, sendo encaminhados como medida obrigatória. Portanto, faz-se necessário neste processo, entender o contexto do sujeito.

Como prognóstico para este caso, foi possível trabalhar os tipos de violência doméstica, sendo a perseguição (*stalking*) um desses, pretendendo com isso, a não reincidência do ato. Arão, após cumprir os oito atendimentos obrigatórios, decidiu não seguir em psicoterapia. Sendo assim, não houve como dar continuidade ao que estava sendo trabalhado.

Estudos de caso clínico tem como limitação a validação dos resultados. Apesar disso, são bastante úteis para estudos de psicoterapia de orientação analítica. Esses, auxiliam na compreensão cronológica de mudanças dentro do processo analítico e possibilitam o pensar em novos estudos.

Por fim, este estudo de caso foi realizado como forma de instrumentalizar os futuros estagiários do Serviço Escola de Psicologia (SEP) na área da psicologia jurídica/social que atuam no Núcleo de Assistência às Situações de Violência Doméstica (NASVID) na La Salle Saúde Canoas/RS. E também, como registro das percepções e experiência de estágio na área da Violência Doméstica na cidade de Canoas/RS.

REFERÊNCIAS

- CARVALHO, E. J.; CARNEIRO, M. I. P. Psicoterapia Breve: os critérios de indicação e contra-indicação para a sua utilização. **Revista FAROL**, v. 2, n. 2, p. 127-137, dez. 2016.
- FREITAS, A. C.; PACHECO, J. C.; MOURA, S. R.; MACHADO, C. C. Violência Doméstica: o projeto NASVID como caso de sucesso da integração entre a psicologia e o direito. In: SEFIC 2018 Unilasalle. **Anais**. Canoas-RS: Universidade La Salle, 2018. Disponível em: <https://anais.unilasalle.edu.br/index.php/sefic2018/article/view/1009>. Acesso em: 09 jun. 2022.
- FREUD, S. A dinâmica da transferência (1912). In: FREUD, S. **Obras psicológicas completas de Sigmund Freud**: edição *standard* brasileira. Tradução de Jayme Salomão. v. 12. Rio de Janeiro: Imago, 1996.



- GALDEANO, L. E.; ROSSI, L. A.; ZAGO, M. M. F. Roteiro instrucional para a elaboração de um estudo de caso clínico. **Rev Latino-am Enfermagem**, v. 11, n. 3, p. 371-375, mai./jun. 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rlae/a/kf4CHLgXQYjw96KZkFWrsbQ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 26 jul. 2022.
- GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2008. Disponível em: <https://ayanrafael.files.wordpress.com/2011/08/gil-a-c-mc3a9todos-e-tc3a9cnicas-de-pesquisa-social.pdf>. Acesso em: 26 jul. 2022.
- GREENSON, R. R. **A técnica e a prática da psicanálise**. Tradução de Marina Camargo Celidonio. v. 1. Rio de Janeiro: Imago, 1981a.
- GREENSON, R. R. **A técnica e a prática da psicanálise**. Tradução de Marina Camargo Celidonio. v. 2. Rio de Janeiro: Imago, 1981b.
- HAUCK, S. *et al.* Fatores associados a abandono precoce do tratamento em psicoterapia de orientação analítica. **Revista de Psiquiatria do Rio Grande do Sul [online]**. v. 29, n. 3, p. 265-273, dez. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rprs/a/rd5dVjqCWgzvpPTzKW4XBxv/abstract/?lang=pt#>. Acesso em: 29 jul. 2022.
- IMP. Instituto Maria Penha. **O que é violência doméstica**. 2018. Disponível em: <https://www.institutomariadapenha.org.br/violencia-domestica/o-que-e-violencia-domestica.html#:~:text=De%20acordo%20com%20o%20art,e%20dano%20moral%20ou%20patrimonial%20E%20%9D>. Acesso em: 07 jul. 2022.
- MARTINS, G. A. **Estudo de caso: uma estratégia de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2008. Disponível em: <https://btux.com.br/wp-content/uploads/sites/10/2018/07/Estudo-de-Caso-USP.pdf>. Acesso em: 25 jul. 2022.
- PREFEITURA DE CANOAS. **Cartilha de Enfrentamento da Violência Doméstica e Familiar contra as Mulheres**. Diretoria de Políticas para as Mulheres. Canoas-RS: Secretaria Municipal dos Direitos Humanos e Participação Social, 2020.
- PRODANOV, C. C. **Metodologia do trabalho científico [recurso eletrônico]: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2 ed. Novo Hamburgo, Feevale, 2013. Disponível em: https://aedmoodle.ufpa.br/pluginfile.php/291348/mod_resource/content/3/2.1-E-book-Metodologia-do-Trabalho-Cientifico-2.pdf. Acesso em: 27 jul. 2022.
- RAZERA, J. CENCI, C. M. B.; FALCKE, D. Violência Doméstica e Transgeracionalidade: Um Estudo de Caso. **Revista de Psicologia da IMED**, v. 6, n. 1, p. 47-51, jan./jun. 2014. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Denise-alccke/publication/284345309_Violencia_Domestica_e_Transgeracionalidade_Um_Estudo_de_Caso/links/578799d608aedc252a935ed4/Violencia-Domestica-e-Transgeracionalidade-Um-Estudo-de-Caso.pdf. Acesso em: 24 jul. 2022.
- SERRALTA, F. B.; NUNES, M. L. T.; EIZIRIK, C. L. Considerações metodológicas sobre o estudo de caso na pesquisa em psicoterapia. **Estudos de Psicologia (Campinas)**, v. 28, n. 4, p. 501-510, dez. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/estpsi/a/8TwbZFMmG4dMWjWccN3RM3d/?lang=pt>. Acesso em: 27 jul. 2022.
- SOUZA, D. S.; BENDÔ, I. O crime de *stalking* e a violência contra a mulher. **Olhar jurídico**. 04 mai. 2021. Disponível em: <https://www.olharjuridico.com.br/artigos/exibir.asp?id=1019&artigo=o-crime-de-stalking-e-a-violencia-contra-a-mulher>. Acesso em: 24 jul. 2022.
- ZIMERMAN, D. E. **Fundamentos psicanalíticos: teoria, técnica e clínica - uma abordagem didática**. Porto Alegre: Artmed, 1999.
- ZIMERMAN, D. E. Transferências. Transferência de Impasse. Psicose de Transferência. In: ZIMERMAN, D. E. **Manual de técnica psicanalítica: uma re-visão**. Porto Alegre: Artmed, 2004.



ANTICORPOS CONTRA O VÍRUS ZIKA: MULHERES EM IDADE FÉRTIL INFECTADAS ANTES DA GESTAÇÃO E FILHOS PÓS INFECÇÃO OS POSSUEM?

Yasmin Castilho Barbosa da Silva^{1*}, Yanka Karolinna Batista Rodrigues²,
Isa Cristina Ribeiro Piauilino³, Márcia da Costa Castilho⁴,
Camila Helena Aguiar Bôtto de Menezes⁵

1*. Acadêmica de Farmácia. Universidade Federal do Amazonas.

E-mail: yasmincastilho01@gmail.com

2. Mestranda em Doenças Tropicais e Infecciosas. Universidade do Estado do Amazonas.

E-mail: ykarolinna@gmail.com

3. Mestranda em Doenças Tropicais e Infecciosas. Universidade do Estado do Amazonas.

E-mail: isa.crissy@gmail.com

4. Doutora em Medicina Tropical. Fundação de Medicina Tropical. E-mail: mcastilho@fmt.am.gov.br

5. Doutora em Medicina Tropical. Universidade do Estado do Amazonas.

E-mail: camila.chabm@gmail.com

RESUMO

O vírus Zika (ZIKV) é transmitido principalmente pela picada do mosquito infectado do gênero *Aedes*, como também da mãe para o filho durante a gravidez. Existem evidências de que a transmissão de anticorpos entre mãe e bebê (transmissão vertical) pode ocorrer pela via placentária e pelo aleitamento materno. Durante a gestação, há a passagem transplacentária de imunoglobulinas de classe G a partir da segunda metade da gestação, conferindo imunidade passiva ao feto. Amostras de soro de mães, que foram infectadas pelo ZIKV antes da gestação, e de seus primeiros filhos pós-infecção foram utilizadas no teste sorológico de imunofluorescência (ELISA) e confirmadas pelo teste de neutralização por redução de placas (PRNT). No teste sorológico, 81,8% (9/11) das mães e 10% (1/10) das crianças foram sororeativas para o IgG anti-Zika. Pela técnica do PRNT, 90,9% (10/11) das mães e 10% (1/10) apresentaram anticorpos neutralizantes contra o ZIKV. Esses dados sugerem que é possível ocorrer a passagem de anticorpos IgG anti-Zika e a sua detecção nos primeiros meses de vida da criança.

PALAVRAS-CHAVE: ZIKV; gravidez; IgG; sorologia; PRNT.

INTRODUÇÃO

O vírus Zika (ZIKV) é um arbovírus RNA, membro da família Flaviviridae, gênero *Flavivirus* que também tem incluso os vírus: Dengue, Encefalite Japonesa, West Nile e o vírus da Febre Amarela. O ZIKV é transmitido principalmente pelo mosquito *Aedes spp* (BARROWS et al, 2018). Quanto aos sintomas, a maioria das infecções por ZIKV são assintomáticas, mas pode causar alguns sintomas, que duram entre 2 e 7 dias, como: exantema, febre baixa, artralgia e conjuntivite não purulenta, podendo ocorrer também mialgia (PINTO, 2015).



Após a sua descoberta na Uganda em 1947, o ZIKV chegou na América do Sul no fim de 2014 e, desde então, foram relatados casos em todo o continente americano, mas especialmente na América do Sul (ARNAUD *et al*, 2017). De acordo com o último boletim epidemiológico da Secretaria de Vigilância em Saúde, no Brasil ocorreram 4.839 casos prováveis até a semana epidemiológica 20 de 2022 (BRASIL, 2022).

O diagnóstico laboratorial de infecção pelo ZIKV pode ser realizado por métodos como a reação em cadeia da polimerase (PCR), detecção de anticorpos neutralizantes com o teste de neutralização por redução de placas (PRNT) e imunohistoquímica (GABAGLIA, 2017). Sendo assim, o PRNT foi selecionado por ser considerado o método de referência para a análise de respostas imunes protetoras, pois é o teste mais sensível e específico para a quantificação de anticorpos neutralizantes, já que o princípio da técnica se fundamenta em que um vírus infeccioso ao reagir com um anticorpo específico seja neutralizado e resulte na incapacidade do vírus infectar novas células (SANTOS, 2008).

Durante a gravidez, as moléculas de imunoglobulina G (IgG) maternas são transportadas através da camada de células sinciciais, permitindo que o feto em desenvolvimento receba imunidade passiva (ZIMMERMAN *et al*, 2018). As moléculas de IgG tem duas funções: induzir respostas pró-inflamatórias e recrutar células efetoras imunes inatas durante a infecção por microrganismos patogênicos ou doenças autoimunes (ASCHERMANN *et al*, 2010).

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O recrutamento dos participantes deu-se a partir do contato telefônico, busca ativa e consentimento formal por meio da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), no período de Janeiro/2021 a Novembro/2021 no ambulatório pediátrico da FMT-HVD. Os critérios de inclusão do estudo são: mulheres em idade fértil (18 a 49 anos); com diagnóstico de infecção por vírus Zika confirmado por RT-PCR no sangue e/ou urina; ter engravidado após a infecção por ZIKV; capacidade de fornecer consentimento; ter assinado o TCLE, autorizando a coleta de amostras sanguíneas mãe-criança. Não foram incluídas mulheres permanentemente incapazes de engravidar (menopausa, com história de histerectomia, ligadura tubária, ovariectomia bilateral ou outro procedimento cirúrgico).

Amostras de sangue das mães e das crianças foram coletadas para obtenção do soro, a detecção qualitativa de anticorpos IgG anti-Zika foi realizada com kit comercial pelo método imunoenzimático (ELISA) e a detecção quantitativa de anticorpos neutralizantes a partir do PRNT, método considerado padrão ouro.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

No período de Julho de 2017 a Fevereiro de 2020 foram triados 839 pacientes por meio de projetos de pesquisa que avaliaram pacientes com doença exantemática aguda por demanda espontânea, atendidos na Fundação de Medicina Tropical Heitor Vieira Dourado (FMT-HVD), sendo que 24,3% (204/839) foram mulheres que tiveram diagnóstico de infecção por vírus Zika confirmado por meio da detecção viral utilizando a técnica RT-qPCR. Destas, 66,2% (135/204) das mulheres estavam em idade fértil (18 a 49 anos), com capacidade de engravidar, e foi possível estabelecer contato, via contato telefônico e busca ativa, com 116 mulheres. Destas, 15,5% (18/116) tiveram sucesso na gravidez, com filho vivo hoje.

Das 18 mulheres, 61,1% (11/18) assinaram o TCLE autorizando a coleta de amostras sanguíneas mãe-criança para a realização da técnica de sorologia qualitativa de anticorpos IgG para ZIKV e o teste de neutralização por redução de placas (PRNT). A idade média ao engravidar das mulheres que aceitaram participar do estudo é 30,3 anos e a média do intervalo de meses entre o início dos sintomas de Zika nas mães e a data provável do início da gravidez pós Zika é 20,4 meses. Do total de crianças atendidas pelo estudo, 36,4% (4/11) são do sexo feminino e 63,6% (7/11) masculino com idade média de 9 meses (Tabela 1).

Tabela 1. Características das mães e crianças atendidas pelo estudo (Abr-Jul/2021)

Variável	N (%)	Média (\pm DP)
Mãe (N = 11)		
Idade ao engravidar (anos)	-	30,3 (5,7)
Intervalo (meses)	-	20,4 (5,3)
Criança (N = 11)		
Idade na avaliação (meses)	-	9 (6,8)
Sexo feminino	4 (36,4)	-
Sexo masculino	7 (63,6)	-

No total, foram selecionadas 21 amostras para a realização dos testes laboratoriais do estudo, sendo 47,6% (10/21) IgG anti-Zika reativas na sorologia e, até o momento, 52,4% (11/21) tiveram o resultado confirmado pelo PRNT, constatando a presença de anticorpos neutralizantes (Tabela 2).

Tabela 2. Resultados dos testes sorológicos e PRNT

Variável	Positivo N (%)	Negativo N (%)	Indeterminado N (%)
Mãe (N =11)			
Sorologia	9 (81,8)	3 (18,2)	-
PRNT*	10 (90,9)	-	-
Criança (N =10)			
Sorologia	1 (10)	9 (90)	-
PRNT	1 (10)	6 (60)	3 (30%)

* 1 amostra pendente

O resultado sororeativo e a detecção de anticorpos neutralizantes são de duas crianças diferentes, mas ambas estavam com 3 meses de vida no momento do recrutamento.

CONCLUSÃO

Observa-se que a maioria das mulheres persistem com a presença de anticorpos específicos contra o ZIKV, assim, provavelmente permanecem consideradas imunes. Além disso, a partir dos dados obtidos por meio dos testes laboratoriais sugerem a transferência de IgG anti-Zika ao primeiro filho pós-infecção e sua detecção no primeiro trimestre de vida do bebê.

AGRADECIMENTOS

A Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM), pela concessão da bolsa de estudo pelo Programa de Apoio à Iniciação Científica PAIC/FMT-HVD.

A Fundação de Medicina Tropical Doutor Heitor Vieira Dourado, pela oportunidade em realizar a pesquisa, e a todos os pacientes que concordaram em participar voluntariamente do estudo.



REFERÊNCIAS

ARNAUD G. L'HUILLIER; ANNE HAMID-ALLIE; ERIK KRISTJANSON; et al. Evaluation of Euroimmun Anti-Zika Virus IgM and IgG Enzyme-Linked Immunosorbent Assays for Zika Virus Serologic Testing. **Journal of Clinical Microbiology**, volume 55, issue 8, August 2017, pages 2462-2471.

ASCHERMANN S, LUX A, BAERENWALDT A, BIBURGER M, NIMMERJAHN F. The other side of immunoglobulin G: Suppressor of inflammation. **Clin Exp Immunol**. 2010;160(2):161–7.

BARROWS NJ, CAMPOS RK, LIAO K, REDDISIVA K, SOTO-ACOSTA R, YEH S, et al. **HHS Public Access**. 2018;118(8):4448–82.

BRASIL, Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, **Boletim Epidemiológico** Vol. 53 nº 21.

GABAGLIA CR. **Zika virus and diagnostics**. 2017;107–13.

PINTO JUNIOR VL, LUZ K, PARREIRA R, FERRINHO P. Vírus Zika: Revisão para Clínicos Zika Virus: A Review to Clinicians. **Ordem dos médicos**. 2015;1(6):7.

SANTOS NOS & BENATI FJ. Diagnóstico laboratorial das viroses. In: Santos NSO, Romanos MTV & Wigg MD, editors. **Introdução à virologia humana**. 2nd. ed. Guanabara Koogan S.A.; 2008. p.83-116.

ZIMMERMAN MG, QUICKE KM, O'NEAL JT, ARORA N, MACHIAH D, PRIYAMVADA L, et al. Cross-Reactive Dengue Virus Antibodies Augment Zika Virus Infection of Human Placental Macrophages. **Cell Host Microbe** [Internet]. 2018;24(5):731-742.e6. Available from: <https://doi.org/10.1016/j.chom.2018.10.008>.



A PROTEÇÃO DOS ANIMAIS DOMÉSTICOS SOB A PERSPECTIVA DO DIREITO AMBIENTAL BRASILEIRO

Isabela Melo de Almeida¹, Lucas Chagas da Silva², Gabriel Costa da Silva³,
Thiago Flores dos Santos⁴

1. Acadêmico do Curso de Direito. Faculdade La Salle Manaus. E-mail: isabela.twin63@gmail.com
2. Acadêmico do Curso de Direito. Faculdade La Salle Manaus. E-mail: lucaschagas455@gmail.com
3. Acadêmico do Curso de Direito. Faculdade La Salle Manaus. E-mail: gabrielcsilva3108@gmail.com
4. Doutor em Direito Constitucional e professor do Curso de Direito da Faculdade La Salle Manaus. E-mail: thiago.santos@faculdadelasalle.edu.br

RESUMO

O presente artigo teve como principal objetivo abordar o tema do Direito dos Animais Domésticos no contexto da legislação brasileira. Buscou-se estabelecer uma análise sobre como é tratado no ordenamento pátrio, debruçando-se sobre a evolução da forma como a sociedade vê e lida com os animais domésticos. Por meio de pesquisa bibliográfica e utilizando o método dedutivo, procurou-se compreender se as leis de proteção animal vigentes em nosso país são ou não suficientes para, de fato, proteger os animais domésticos de abusos e/ou maus tratos cometidos por seres humanos, a partir da percepção dos animais como seres de direitos, por meio da discussão sobre o Ecocentrismo, o Antropocentrismo e o Antropocentrismo Alargado. O presente artigo também se ocupa em realizar uma investigação sobre a existência de projetos de lei, aprovados e em processo de aprovação, que visam combater e evitar os maus tratos e violações de direitos dos animais, além de mencionar métodos como o da conscientização da sociedade como peças-chave para o alcance da verdadeira proteção aos animais. Como resultado, verificou-se que há deficiências no cumprimento do dever legal de proteção dos animais por parte do Poder Público e da coletividade, fazendo-se necessária a efetivação de mecanismos de fiscalização e punição aos infratores.

PALAVRAS-CHAVE: Animais Domésticos; Direito Ambiental; Bem-estar animal; Antropocentrismo Alargado; Desenvolvimento Sustentável.

INTRODUÇÃO

Os animais sempre estiveram em contato direto com os seres humanos, desde o início dos tempos. Seja para obtenção de alimentos, proteção, auxílio em atividades que exigissem força e agilidade ou apenas para companhia, os animais estiveram ao nosso lado e acompanharam toda a evolução dos seres humanos como indivíduos e como sociedade.

Embora sendo de grande utilidade para o homem, os animais têm sido alvo de grande discriminação e maus tratos no decorrer da História, sendo muitas vezes

reduzidos a meros objetos destinados a servir e atender todas as necessidades humanas.

Por meio dessa visão antropocêntrica e egoísta, os animais foram, e ainda são vítimas de maus tratos, explorações e abusos por parte do homem, que muitas vezes fecham os olhos para o fato de que os animais são também seres sencientes, capazes de sentir emoções, dor e compreender o mundo ao seu redor.

Ocorre que, mesmo sendo detentores de consciência e sentimentos, estes seres vivos dependem muitas vezes do homem para que possam ser cuidados e preservados, o que os torna extremamente vulneráveis às ações humanas.

Desta forma, é muito importante que as Legislação Nacional e Internacional abordem temas como a proteção, resguardo e zelo para com todos os animais, estabelecendo regras, limites e restrições às ações humanas com o objetivo de proteger estes seres tão vulneráveis.

O próprio fato de os animais não humanos serem incapazes de reivindicar e defender os seus próprios direitos e interesses perante um tribunal, torna essencial a criação, reforma e observância de leis destinadas a sua proteção, bem como o estabelecimento da devida punição para qualquer um que violar esses direitos.

A Declaração Universal dos Direitos dos Animais de 1978, demonstra em seus artigos que a sociedade tem a responsabilidade e a obrigação de proteger todos os animais, respeitando e assegurando os seus direitos, bem como, é um dos momentos em que os animais passam de ser apenas bens, e se tornam seres sencientes.

Ao passar do tempo, a proteção dos animais foi sendo introduzida como atribuição do Estado, no caso em que ocorreu na Constituição Federal de 1988, que encarregou ao Poder Público e a sociedade a proteção da fauna e a flora em seu art. 225, §1º, VII, com o intuito de incluir a concepção do biocentrismo, fazendo com o que todos os seres vivos sejam igualmente importantes, pois não há superioridade entre as espécies, em razão de um depender do outro para sobreviver e se desenvolver, portanto a destruição ambiental provocado pela ação humana não será prejudicial apenas para natureza, e sim, para todos os seres vivos.

Neste artigo foi utilizado o método dedutivo de pesquisa, fazendo referências a obras indiretas, pesquisas, artigos científicos, e legislação seca como a própria Constituição Federal de 1988, tudo relacionado às Leis de proteção aos animais.

No decorrer da pesquisa, procurou-se analisar como os animais costumavam ser vistos pela sociedade e pela Lei, e como essa visão sofreu uma evolução no passar dos anos, tanto no âmbito nacional quanto no internacional. Antes meros objetos para satisfação das necessidades humanas, agora os animais estão ganhando um espaço maior, sendo inclusive reconhecidos como parte das famílias brasileiras, como é o caso dos animais domésticos por exemplo.

Os animais domésticos são, sem dúvidas, os animais que estão mais suscetíveis a terem seus direitos violados, uma vez que convivem direta e diariamente com os seres humanos, dependendo inteiramente deles para se manterem sãos, saudáveis e vivos.

Também se buscou investigar quais são as Leis existentes em nosso ordenamento jurídico que são destinadas a proteção animal e se elas são mesmo suficientes e/ou eficazes o bastante para de fato lograr êxito na proteção dos seres não humanos, pois elas podem ser muitas vezes brandas demais para surtir um real efeito na sociedade como um todo.

Por meio de pesquisa e outros conteúdos jurídicos, o artigo também se ocupou de buscar novos projetos de leis, ideias e outros métodos que possam tornar a proteção dos animais mais eficiente, bem como estabelecer punições mais rígidas para quem violar essas determinações.

Com essa pesquisa se visou promover uma discussão sobre a situação dos animais domésticos, da grande ocorrência de maus tratos e violações dos seus direitos, bem como elencar formas de otimizar a proteção integral a esses seres tão vulneráveis.

1. A PROTEÇÃO DOS ANIMAIS E O ANTROPOCENTRISMO NAS NORMAS JURÍDICAS.

Conforme já mencionado anteriormente, os animais coexistem com os seres humanos desde os primórdios e, até hoje, a maioria deles mantém uma relação de pura submissão para com o homem, sendo tratados como meros objetos que podem ser utilizados para atender as vontades humanas.

Como Pereira mencionou em seu livro “O Direito dos Animais entre o Homem e As Coisas”, alguns animais eram endeusados pelos humanos, mas os que não eram tratados dessa forma eram usados de forma abusiva para atingir fins econômicos, e

cuidadosamente catalogados de acordo com os benefícios que eles poderiam trazer para as sociedades (PERERIA, 2015 p. 05).

Ocorre que essa utilização dos animais, baseadas no puro interesse e egoísmo, abre espaço para uma relação abusiva, onde o homem fecha seus olhos para os direitos e o bem-estar dos outros seres vivos, impondo suas vontades sob os mais fracos de forma cega, que muitas vezes não tem como se defender.

Essa dependência que a maioria dos animais mantêm com os seres humanos é um instrumento muito aproveitado por estes últimos, que retiram as criaturas de seus habitats naturais, privando-os de qualquer forma de autossustentabilidade, e inserindo-os em um ambiente totalmente desconhecido, monitorado e controlado.

Os animais tornaram-se, ao longo dos anos, vítimas silenciosas da violência perpetrada pelos seres humanos, que lhes infringem sofrimento desnecessário, através de maus-tratos, abate indiscriminado, exploração do trabalho, utilização dos produtos de origem animal e uso em experimentos de caráter científico em laboratórios. O modo como são tratados os animais contrasta com o nível de inteligência da sociedade pós-moderna, que se proclama uma civilização avançada, a ter por parâmetro seu progresso intelectual, moral, social e tecnológico (XAVIER, 2013, p.16002).

A ilusão de que apenas os seres humanos são dotados de alma, consciência e sentimentos contribuiu para a visão antropocêntrica no mundo todo, e no Brasil não foi diferente, sendo possível constatar essa desigualdade por meio da própria análise das primeiras normas vigentes relacionadas ao tema.

A primeira norma que menciona os animais de alguma forma no Brasil é o Código Civil de 1916, o qual, em seu artigo 593, caracterizava os animais como bens, sendo meros objetos de propriedade e interesses humanos.

O direito brasileiro não possui um Código destinado exclusivamente à proteção dos animais, e foi apenas no ano de 1888 que foi criada a primeira determinação em lei que protegia os animais. O Código de Posturas do Município de São Paulo em seu artigo 220, proibia que os animais utilizados como meio de transporte fossem submetidos a qualquer ato de crueldade.

Apenas mais tarde houve a percepção de que a fauna como um todo necessitava de proteção, então surgiu o Decreto n.º 16.590/24, que vedava atividades como a corrida de touros; brigas de galos ou outros métodos de lazer para os humanos que contivessem crueldade contra os animais, assim como o Decreto-Lei n.º 3.688/41

(Lei das Contravenções Penais) e a Lei nº 9.605 de 12 de fevereiro de 1998 (Lei dos Crimes Ambientais), senão vejamos: “Art. 29. Matar, perseguir, caçar, apanhar, utilizar espécimes da fauna silvestre, nativos ou em rota migratória, sem a devida permissão, licença ou autorização da autoridade competente, ou em desacordo com a obtida”.

O Decreto n.º 23.883/34 também surgiu, e regulamentava os períodos de caça e pesca permitidos, além de tratar sobre a exportação de animais. Em 1981 foi publicada a Lei Federal n.º 6.938/81, que dispunha sobre a responsabilidade gerada pelos danos causados à fauna ou a flora.

Contudo, é importante observar que todos esses decretos e leis foram criados em um lapso de tempo gigantesco, e com o único intuito de preservar os animais para que eles pudessem continuar a ser explorados futuramente, não visando um resguardo apenas pelo bem-estar dos mesmos. Mais uma vez, os animais são considerados objetos e patrimônios da sociedade humana.

Para que este quadro sofra qualquer alteração, é de vital importância que a sociedade passe a encarar os animais como seres de direitos, e não apenas objetos.

Diversos doutrinadores e estudiosos da lei transmitiram seus pareceres sobre quem são, de fato, os sujeitos detentores de direitos, e dentre os principais requisitos defendidos estão aqueles que possuem a faculdade ou a obrigação de agir, exercendo poderes ou cumprindo deveres. Como defende Fábio Ulhoa (2013):

São sujeitos de direito, entre outros, as pessoas naturais (homens e mulheres nascidos com vida), os nascituros (homens e mulheres em gestação no útero), as pessoas jurídicas (sociedades empresariais, cooperativas, fundações etc.), o condomínio edilício e a massa falida.

Resta-se claro que, para a maioria, os únicos seres detentores de direitos são os seres humanos. Porém, para que haja a devida e eficaz proteção aos outros seres vivos, é de vital importância que este conceito seja revisto.

Em vista deste raciocínio, a doutrinadora Edna Cardoso Dias estabelece uma relação entre os animais e as pessoas jurídicas. Estas últimas são detentoras de direitos de personalidade, sendo capazes de postular perante o juízo e defender seus direitos. Desta mesma forma os animais também devem ser considerados detentores de direitos subjetivos levando em consideração as leis que os protegem, cabendo ao Poder Público e à coletividade representá-los perante a Justiça e defender seus interesses.



Sendo assim, a medida mais eficaz para cessar a relação de abuso e objetificação dos animais seria justamente que a legislação brasileira passasse a considerar os animais como seres detentores de direitos, porém direitos despersonalizados, para que assim sejam capazes de ter seus direitos tutelados e protegidos e sendo isentos de obrigações, como ocorre com os nascituros perante o Direito Civil, por exemplo.

Juntamente com a nova percepção de que os animais também possuem direitos, surge também uma teoria que se prova essencial para a efetiva evolução da proteção desses seres: o antropocentrismo alargado. É um termo destinado a superação do paradigma antropocêntrico em face da regulação das relações jurídicas ambientais, defendido por José Rubens Morato Leite em conjunto com a doutrina de Cunhal Sendin.

O antropocentrismo alargado busca uma reforma no motivo pelo qual as leis de proteção ambiental são criadas, deixando de buscar a preservação com o único intuito de usufruir dos animais futuramente como uma mercadoria, e sim promover a tutela do meio ambiente independentemente de sua utilidade direta ao ser humano. (LEITE, 2003, p.77)

Por meio dessa visão ecocêntrica, é possível compreender que todos os organismos vivos possuem direito de existência, substituindo-se a noção consumista e desenfreada de desenvolvimento pela sustentabilidade. Desta forma a sociedade começará a mudar sua perspectiva e compreender a importância da preservação, não visando o futuro usufruto dos animais como produtos, mas garantindo sua tutela por serem parte essencial do nosso planeta Terra.

É possível observar que hoje, a visão do homem sobre os animais está sofrendo uma evolução. Os animais domésticos são um bom exemplo desta mudança, pois eles agora passam a ser considerados verdadeiros membros da família brasileira. Muitas famílias tratam seus bichinhos como se fossem seres humanos, dispendo de cuidados especiais e fortes vínculos afetivos, inclusive substituindo a ideia de ter filhos pela adoção de um animal.

O direito, por sua vez, vem acompanhando essas mudanças de pensamento, sendo possível encontrar casos de dissolução de casamentos em conjunto com acordos de guarda referentes à pets. Mesmo que não haja uma legislação específica sobre o tema, o STJ (Superior Tribunal de Justiça) se manifestou sobre a questão, e defende que mesmo que os animais ainda sejam considerados pela Lei como “coisas”,

é necessário levar em consideração o nível de apego emocional entre eles e as famílias, podendo ser aplicada a instituição da comosse, disposta no art. 1.199 do Código Civil na resolução de conflitos entre dois proprietários de um animal de estimação.

Por meio dessas situações mencionadas é possível constatar que o Brasil necessita urgentemente de uma reforma nas leis relativas aos animais, visto que a própria sociedade já começa a enxergá-los não como objetos, mas como verdadeiros membros da família.

Esta mudança de pensamento é importante para a conquista de direitos e proteção mais efetiva em relação aos animais. O Direito necessita acompanhar as mudanças da sociedade, de modo a se prever que os animais são seres detentores de direitos e precisam ser resguardados como tal.

2. ABORDAGEM SOBRE OS PRINCIPAIS INSTRUMENTOS LEGISLATIVOS QUE REGEM SOBRE O BEM-ESTAR ANIMAL E SUA (IN)EFICÁCIA.

Dando prosseguimento ao trabalho, é necessário estabelecer uma análise sobre quais são as normas vigentes hoje no Brasil que tratam sobre a proteção dos seres não humanos, e se eles de fato agem de forma eficaz para refrear situações de abusos e maus tratos aos animais, domésticos ou não.

A Declaração Universal dos Direitos Animais, foi um tratado internacional, surgindo no ano de 1978, onde apresenta norma jurídica referente aos direitos dos animais aos países membros da Organização das Nações Unidas. Ela possui o intuito de proteger os animais das crueldades e os maus-tratos, pois a concepção que os animais são apenas coisas ou bens para beneficiar o ser humano, e que são seres sem sentimentos, se torna cada vez menos presente na sociedade. Com o passar do tempo a humanidade observou que os animais são seres sencientes, e em razão disso, deve ser assegurado à eles alguns direitos básicos, como o direito à vida, à liberdade, ao bem-estar e os outros. (DIAS, 2011, p. 277-288 e MACHADO, 2012, p. 153).

Ocorre, porém, que o tratado internacional não tem uma força normativa, servindo apenas para influenciar nas alterações das concepções morais e filosóficas presentes desde a antiguidade até os dias atuais, com o intuito de auxiliar na criação de novas regras jurídicas internas e internacionais (LEVAI, 1998, p. 21-23). Na

Declaração, em seu art. 1º onde está positivado que “todos os animais nascem iguais diante a vida e têm o mesmo direito à existência”, observa-se que é constituído o direito à vida dos animais, bem como nos artigos posteriores da declaração determinam o seguinte: que os animais tem o direito de ser respeitados; o homem não pode exterminar os outros animais e deve utilizar o seu conhecimento a serviço dos animais; nenhum animal deve ser sujeito a maus tratos ou atos de crueldade; os animais selvagens têm o direito à proteção de sua liberdade em seu ambiente natural; caso o animal seja utilizado para servir ao homem, terá o direito a descanso, repouso e alimentação apropriada; no caso de animais que são criados para servirem de alimentação para o ser humano, deverá viver em condições salubres, com alimentação, transportes e alojamentos ajustados a sua espécie, de forma que proporcione bem estar, não lhes causando ansiedade ou dor; entre outros direitos estipulados. (UNESCO, 1978).

Contudo, apesar do tratado internacional prever atos que os países devem seguir para reduzir os maus-tratos contra os animais, este não possui força coercitiva para que os Estados-membros cumpram com as obrigações previstas indispensavelmente. (LEVAI, 1998).

A proteção dos animais foi incluída na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 no art. 225, §1º, VII, vedando as práticas que provoquem a extinção de espécies e que sujeitam os animais a crueldade, conferindo aos animais uma proteção constitucional, onde fica atribuído ao Poder Público e à sociedade o cumprimento desse direito. Podemos observar a partir deste momento a concepção de biocentrismo, onde a pessoa humana começa a observar os animais não como um objeto, e sim, seres vivos detentores de direito (DIAS, 2000, p. 109).

No artigo supracitado, está previsto a proteção da fauna, onde engloba todos os seres vivos, devendo o Poder Público e a sociedade proteger todos os animais, ou seja, os silvestres e os domésticos. Como pode se observar na norma infraconstitucional, a Lei n.º 9.605/1998, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas oriundas de atos e atividades lesivas ao meio ambiente, fazendo com o que a fauna esteja sob sua tutela, sendo ela silvestre, doméstica ou domesticados e exótica, conforme os termos do art. 32 da Lei n.º 9.605/1998:



Art. 32. Praticar ato de abuso, maus-tratos, ferir ou mutilar animais silvestres, domésticos ou domesticados, nativos ou exóticos:

Pena - detenção, de três meses a um ano, e multa.

§ 1º Incorre nas mesmas penas quem realiza experiência dolorosa ou cruel em animal vivo, ainda que para fins didáticos ou científicos, quando existirem recursos alternativos.

§ 1º-A Quando se tratar de cão ou gato, a pena para as condutas descritas no caput deste artigo será de reclusão, de 2 (dois) a 5 (cinco) anos, multa e proibição da guarda.

§ 2º A pena é aumentada de um sexto a um terço, se ocorre morte do animal.

O art. 32 da Lei n.º 9.605/1998 reforça a obrigação do Estado e a sociedade em manter o zelo e a proteção da fauna, bem como, no § 1º-A, observa-se que há uma agravante caso seja o crime praticado contra cães e gatos. A pena será de reclusão de 2 a 5 anos, além de multa, e ainda proibição da guarda.

Observa-se que há um cuidado maior com os animais domésticos, pois estes são os mais presentes nas residências das famílias. Todavia, tal agravante foi positivada através da Lei n.º 14.064 em 2020, denominada de lei “Sansão”, em homenagem ao cão, vítima de maus-tratos, que teve suas duas patas traseiras cortadas por um criminoso (OAB/GOIÁS, 2021, p.37).

Foi através da Lei n.º 14.064/2020 que houve alteração no art. 32 da Lei n.º 9.605/1998, incluindo o §1-A, tendo o objetivo de intimidar a pessoa humana de não violar os direitos dos animais, resguardando o direito de bem-estar do animal, pois antes do sancionamento dessa lei, era difícil os infratores cumprirem pena em estabelecimento prisional, em razão da falta de fiscalização ou por ser uma pena máxima de um ano, ficando de acordo com os requisitos do Código Penal Brasileiro para que ocorresse a conversão da pena restritiva de liberdade pela pena restritiva de direitos, na forma do que dispõe o art. 44, §2º do Código Penal:

Art. 44. As penas restritivas de direitos são autônomas e substituem as privativas de liberdade, quando:

§ 2º Na condenação igual ou inferior a um ano, a substituição pode ser feita por multa ou por uma pena restritiva de direitos; se superior a um ano, a pena privativa de liberdade pode ser substituída por uma pena restritiva de direitos e multa ou por duas restritivas de direitos.

É possível observar que aos poucos ocorre uma quebra do pensamento de que o animal existe apenas para servir os seres humanos, e que atualmente, estão sendo amparados por direitos mais similares aos do ser humano.

Porém, existem alguns obstáculos a serem ultrapassados, como os casos em que os direitos dos próprios seres humanos entram em conflito com os dos animais,



o que ocorreu por exemplo na prática da “Farra do boi”. Nessa situação ocorre o conflito entre o direito ao bem-estar do animal e o direito a cultura de um povo, sendo levado tal discussão por meio do Recurso Extraordinário n. 153.531-8 ao Supremo Tribunal Federal. Declarou-se então que o festejo da farra do boi é crime, pois o Estado não poderia resguardar um direito a cultura que permitisse atos de crueldade animal, violando a norma constitucional 225, §1º, VII da CF/88 (RE n.º 153.531-8 - STF).

Apesar de tudo, por meio da análise da legislação existente referente aos animais, ficou claro notar que, embora existam diversas normas protetivas espalhadas por toda a legislação, a maioria delas não é eficaz ou rígida o suficiente para realmente surtir um efeito perceptível na proteção aos animais. Essas normas, brandas e muitas vezes desprovidas de fiscalização, acabam gerando oportunidades para que os abusos e maus tratos aos animais continuem ocorrendo.

No ordenamento jurídico brasileiro está presente normas que resguardam todos os direitos dos animais para garantir o seu bem-estar, principalmente ao analisar o art. 225, §1º da Constituição Federal, é constatado a proteção dos animais aos maus tratos e a crueldade. Todavia, ainda está presente nas normas brasileiras, leis que ainda utilizam o animal para servir ao homem, sendo submetido a atos de maus-tratos, como por exemplo a Lei n.º 10.519/2002, referente à realização de rodeio, e assim como, a Lei Federal n.º 11.794/08, Lei Arouca, que se trata de procedimento para o uso científico de animais. Portanto, as leis mencionadas, não estão respeitando estritamente a concepção da Cartão Magna, em zelar sobre o direito de bem-estar de todos os animais (LEVAI, 2006, p. 178).

Nas demais legislações brasileiras que tem o intuito de inibir e criminalizar as condutas que violam os direitos dos animais, perdem sua eficácia no momento do processo criminal, pois as penas são brandas, como é o caso no art. 64 da Lei de Contravenções Penais (Lei nº 3.688/41) que prevê pena prisão simples de 10 dias a um mês, quando o infrator submeter o animal a tratamento de crueldade ou trabalho excessivo, tendo os requisitos para o infrator ter o direito de pena restritiva de direitos, ao invés de uma pena rígida, como a restritiva de liberdade, sendo neste caso o infrator teria um receio maior, antes de cometer alguma conduta criminosa contra os animais (BRASIL, 1941).

Sendo outro caso, o art. 164 do Código Penal, referente ao abono de animais em propriedade alheia, que prevê a pena de detenção de quinze dias a seis meses, podendo ser convertida em pena restritiva de direito, havendo mais uma vez a ineficiência da legislação para inibir a violação aos direitos dos animais (BRASIL, 1940).

Os animais não são capazes de se manifestar para solicitar a tutela do poder judiciário, cabe ao poder público e, principalmente, a sociedade, pois é a que convive diretamente com os animais, o dever de resguardar os direitos dos animais e fiscalizar as condutas que estejam violando o direito ao bem-estar do animal. O poder público tem o papel de promover políticas públicas para que reforce no pensamento da sociedade os direitos que protegem os todos animais, silvestres e domésticos, bem como, uma fiscalização severa para inúmeros casos não passe impunes.

3. ANÁLISE DOS PRINCIPAIS PROJETOS DE LEI PARA APRIMORAR A PROTEÇÃO AOS ANIMAIS PERANTE A LEI.

Restou-se claro pelos capítulos anteriores que os animais não-humanos precisam ter seus direitos garantidos, e dentre eles estão os direitos de quarta dimensão, pois tais direitos versam sobre o futuro e a proteção da vida, sendo eles direitos protegidos pelo Estado. É notável a compreensão entre os grupos de pessoas que convivem diariamente com animais, que esses seres são capazes sim de expressarem emoções e sentimentos, podendo até mesmo serem equiparados com os sentimentos dos seres humanos.

É possível afirmar que a luta pelos direitos dos animais sofreu um avanço considerável ao longo dos anos por meio de mudanças que visaram aprimorar esta proteção.

Por meio da Lei dos Crimes Ambientais (Lei n.º 9.605/98) e o Decreto n.º 3.179/99, determinou-se a pena de detenção de três meses a um ano e multa à todos que de alguma forma causarem sofrimento aos animais com atos de abuso, maus-tratos, ferir ou mutilar animais silvestres ou domésticos.

No que refere a tutela constitucional dos animais, é de suma importância destacar o posicionamento doutrinário de Fernanda Luiza Fontoura de Medeiros, Jayme Weingartner Neto e Selma Rodrigues Petterle que alegam que com o tempo a Constituição Federal de 1988 teve um grande avanço ao abordar um capítulo

específico à proteção do ambiente e proteção aos animais, pois, de fato “foi reconhecido constitucionalmente uma norma com intuito de proteger os animais, e ainda mais, garantiu a vedação quando trata-se de maus-tratos e a vedação à crueldade.” (2017, p. 85).

É compreensível, de fato, que as leis destinadas a proteção dos animais são várias, porém não há dúvidas de que elas precisam ser atualizadas urgentemente. Suas penas e multas necessitam ser aplicadas de forma mais severa a fim de aprimorar a proteção aos animais.

Um exemplo dessa problemática é a própria Lei dos Crimes Ambientais que foi alterada em favor dos animais que estão sujeitos à tatuagem e piercing com fins estéticos. Estes procedimentos proporcionam uma experiência dolorosa aos animais, podendo gerar diversas complicações futuras, e ainda assim não há uma punição adequada para esses delitos cometidos contra os animais domésticos.

Existem várias leis que visam coibir condutas de maus tratos, mas, ainda assim, os crimes não param de crescer e os animais continuam em situação de extrema vulnerabilidade. Não bastam só as leis para evitar tais crimes, pois não são eficazes o suficiente por si só; é necessário também a conscientização, sendo esta a melhor forma para diminuir a prática de tais delitos.

O trabalho ocupasse agora em analisar projetos de lei (alguns já aprovados e outros não) que visam aprimorar a legislação brasileira no que tange a proteção dos animais, domésticos e não domésticos.

O Projeto de Lei n.º 27/2018 por exemplo, teve como origem a Câmara dos Deputados, e tem como finalidade a proibição dos animais serem tratados como coisas. Esse Projeto, já aprovado pelo plenário do Senado, é um bom exemplo de projetos que realmente apresentam um avanço nas normas de proteção brasileiras.

Por meio desse projeto, os animais passam a ser reconhecidos como seres sencientes, um termo específico que une a sensibilidade e a consciência do ser vivo. Sendo mais objetivo, os animais que são considerados não-humanos, assim como o homem, sentem dor, sofrem e possuem consciência, alguns mais elevados que outros. De acordo com esse tema, a Conferência de Cambridge reconheceu a senescência dos animais não-humanos: “[...] As evidências indicam que, assim como os humanos, os animais não-humanos também geram a consciência, incluindo todos

os mamíferos, as aves, polvos e muitas criaturas, todos estes mencionados possuem substratos neurológicos”. (INSTITUTO HUMANISTAS UNISINOS, 2012).

Acrescentou-se um dispositivo à Lei dos Crimes Ambientais, para determinar que os animais deixem de ser considerados bens móveis. Para fins do Código Civil brasileiro (Lei nº 10.402/2012) os animais então ganham mais um argumento para sua defesa em casos de maus-tratos.

Ademais, outro projeto acrescenta também à Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 uma emenda a fim de dispor sobre a natureza jurídica dos animais não humanos, como diz: “O Projeto de Lei determina que os animais devem gozar de direitos e obter tutela jurisdicional nos casos de violações, sendo vedado ser tratado como coisa, pois, são sujeitos de direitos despersonalizados e possuem natureza jurídica *sui generis*”. (BRASIL, 2019).

Outra proposta de Projeto de Lei cria um regime jurídico especial para os animais, assegurando a eles o direito de serem representados na justiça em caso de quaisquer tipos de violações. O Projeto de Lei n.º 6054/19 (antigo PL n.º 6799/13), ou como ficou conhecido como “PL animal não é coisa”.

O intuito do Projeto de Lei é garantir aos animais que são vítimas de maus-tratos, através do judiciário, o direito à reparação de danos gerados a eles. Portanto, cria-se um regime jurídico especial, e mesmo que os animais não tenham personalidade jurídica, eles devem possuir o direito de serem representados perante a justiça em caso de violações dos seus direitos.

Este Projeto de Lei não impede qualquer atividade importante aos animais como cães-guias, cães farejadores, cães da saúde e outras atividades, ele atuaria apenas nas violações dos seus direitos. Conforme dito pela médica veterinária e diretora técnica do Fórum Nacional de Proteção e Defesa animal no debate do projeto: “Aos que de alguma forma tem o cuidado e saiba tratar os animais, jamais deveriam temer ao Projeto de Lei. Pois aos humanos que colocam os animais em situações de degradação, abuso, negligência, omissão ou crueldade contra qualquer tipo de animal, este sim deveria temer ao Projeto de Lei”.

A expressão de que os animais devem gozar de seus direitos é bastante interessante, pois o Projeto de Lei ao mesmo tempo requalifica os animais como sujeitos passivos de direitos e também lhes garante o acesso à Justiça, tornando os

animais partes do processo, reforçando a necessidade dos mesmos de serem tutelados no âmbito jurisdicional para resguardar os seus direitos.

Outro Projeto de Lei de extrema importância para a proteção dos animais é o da Câmara, de n.º 46/2021. Ela propõe que as clínicas veterinárias, pet shops e delegacias do meio ambiente sejam obrigados a manterem um letreiro informando sobre as penas para o crime de maus-tratos a cães e gatos, contendo número de telefone para denúncias anônimas. Desta forma, esses estabelecimentos estariam contribuindo para a informatização de toda a população, inibindo situações de maus tratos.

O Projeto de Lei n.º 57/2019, por sua vez, teria como principal objetivo proibir a comercialização de animais domésticos em pet shops, lojas de rações, lojas agropecuárias e similares. Este projeto visaria estimular a adoção de animais sem raça definida abandonadas nos canis e abrigos, de forma a garantir que esses pets fossem priorizados e protegidos.

Ainda, o PL n.º 269/2019 foi proposto para agravar a pena do crime de maus-tratos de animais e para tipificar o crime de abandono de animais. A pena prevê a reclusão de cinco a oito anos e multa para quem cometer tais atos.

É importante ressaltar o quão essencial é a conscientização da sociedade em reconhecer a dignidade dos animais, pois desta forma, muitas situações de abandono e maus tratos poderiam ser evitadas. A sociedade em si e o próprio Direito estão sempre em processo de evolução, entretanto, quando trata-se de garantir a efetiva proteção aos outros seres não humanos, ainda há um longo caminho a ser percorrido. Com o tempo prevalecerá este reconhecimento, e a sociedade estará mais apta a resguardar esses seres tão preciosos e vulneráveis.

O fato de a legislação começar a reconhecer que os animais não são simples objetos submetidos a vontade do homem e eles serem reconhecidos como seres sencientes é um bom sinal de que estão, aos poucos, começando a ser valorizados como merecem. Mais ainda há um longo caminho a ser percorrido, com a implementação de leis mais rígidas e a conscientização de toda a população brasileira.

Os animais domésticos somam às famílias brasileiras e trazem alegria. A própria convivência deles com os humanos é a prova de terem a capacidade de sentir

carinho e até amor. São seres fiéis e vulneráveis que ainda tem muito a ensinar aos humanos.

4. CONCLUSÃO

Verifica-se que os animais estão mais presentes nos lares das famílias, portanto, a educação ambiental e a fiscalização do poder público devem ser reforçadas para resguardar a proteção e os direitos dos animais.

Está contido nas normas jurídicas que definem os direitos e a proteção dos animais, o dever do poder público e da sociedade promover e assegurar o direito de bem-estar dos animais, as condutas criminosas e suas respectivas sanções penais e administrativas, bem como, legislações que permitem a utilização dos animais para eventos, como o rodeio, e para regularizar procedimentos que usam os animais em estudos científicos, tais normas estão teoricamente em conformidade com a Carta Magna.

Todavia, a sociedade ainda continua a agir nas bases filosóficas do antropocentrismo, em razão de ainda enxergar os animais como um ser para servir a sociedade, ou seja, não há concepção absoluta de que todos os seres têm os mesmos direitos.

O poder público e a sociedade, não cumprem o papel efetivo de resguardar os direitos dos animais, onde são ineficientes em promover campanhas a proteção dos animais, de realizar uma fiscalização adequada para denunciar atos criminosos que violam o bem-estar do animal, e principalmente nas sanções brandas das condutas criminosas, ou seja, mesmo que estejam tipificadas e até mesmo o infrator chegar a responder judicialmente pelo crime praticado, a pena é ineficaz, em razão de ser uma sanção de pouca duração, dando a possibilidade ao agente de ter o direito de pena restritiva de direito, não causando o mesmo receio ao autor do crime nos casos de penas restritivas de liberdade.

Diante da problemática em questão, tramitam projetos de lei que objetivam melhorar a qualidade de vida dos animais e tornar a proteção dos direitos eficaz, pelo que, observa-se um avanço na sociedade no reconhecimento dos animais como detentores dos mesmos direitos dos humanos, deixando-se de lado a concepção



antropocêntrica que considera que o animal é somente instrumento de bem-estar humano, devendo ser protegido na medida de sua utilidade ao homem.

REFERENCIAS

BRASIL, Câmara dos Deputados. **Decreto nº 23.883**, de 19 de fevereiro de 1934. Rio de Janeiro, 19 de fevereiro de 1934.

BRASIL, Câmara dos Deputados. **Decreto-lei nº 3.688**, de 3 de outubro de 1941. Lei das Contravenções Penais. Rio de Janeiro, 3 de outubro de 1941.

BRASIL, Câmara dos Deputados. **Lei nº 6.054/19** (antigo 6.789/13) de 20 de novembro de 2013. Rio de Janeiro, 20 de novembro de 2013.

BRASIL. Câmara dos Deputados. “Pelo menos 25 projetos apresentados nesta legislatura visam à proteção dos animais”. **Agência Câmara de Notícias**, 06/02/2019. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/551400-pelo-menos-25-projetos-apresentados-nesta-legislatura-visam-a-protecao-dos-animais/>.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Meio ambiente e energia. **Ativistas e criadores divergem sobre projeto que transforma animais em sujeitos de direito**. 2021. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/817294-ativistas-e-criadores-divergem-sobre-projeto-que-transforma-animais-em-sujeitos-de-direito%E2%80%A8/>. Acesso em: 30 de novembro de 2021.

BRASIL. **Lei nº 10.406 de 10 de janeiro de 2002** (art. 1.199). Dispõe sobre o instituto da comosse.

BRASIL. **Lei nº 9.605 de 12 de fevereiro de 1998**. Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Recurso Extraordinário n. 153.531-8/ SC**, 13 de março de 1998.

COELHO, Fabio Ulhoa. **Curso de Direito Civil**. São Paulo: Saraiva, 2003, p.138-139.

DIAS, Edna Cardozo. **Bioética e o direito dos animais**. Fórum de Direito Urbano e Ambiental, Belo Horizonte, 2002.

DIAS, Edna Cardozo. Leis e animais: Direitos ou deveres. **Revista Brasileira de Direito Animal**, Bahia, v.8, ano 6, jan./jun. 2011. Disponível em: <https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=211500>

IBDFAM, Assessoria de Comunicação. **Projetos de lei visam ampliar proteção aos animais; participação em processos judiciais está em pauta**. 09/02/2021. Disponível em: <https://ibdfam.org.br/noticias/8144/>.

INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS. **Declaração de Cambridge sobre a Consciência em Animais Humanos e Não Humanos**. 31 jul. 2012.

LEITE, José Rubens Morato. Dano Ambiental: Do Individual Ao Coletivo Extrapatrimonial. São Paulo: **Revista dos tribunais**, 2003.

LEVAI, Laerte Fernando. Crueldade Consentida–Crítica à razão antropocêntrica. **Revista Brasileira de Direito Animal**. Salvador, volume I, 2006.

LEVAI, Laerte Fernando. **Direito dos animais**: o direito deles e o nosso direito sobre eles. Campos do Jordão: Mantiqueira, 1998.

MACHADO, Paulo Afonso Leme. **Direito ambiental brasileiro**. 20ª edição, rev, atual. e ampl. São Paulo: Malheiros Editores, 2012.

MEDEIROS, Fernanda Luiza Fontoura de. **Direito dos Animais**. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2013.

ORDEM DE ADVOGADOS DO BRASIL – GOIÁS, Comissão Especial de Proteção e Defesa Animal. **Manual de Direito Animal**. 05 de abril de 2021. Disponível em:

<https://www.oabgo.org.br/oab/noticias/lancamento/oab-go-lanca-e-book-com-direitos-e-deveres-de-protecao-animal/>

PEREIRA, Rita. **O Direito dos Animais entre o homem e as coisas**. Disponível em: https://run.unl.pt/bitstream/10362/16502/1/RitaPereira_2015.pdf. Acesso em: 03 de setembro de 2021.

SERRÃO, Vanessa. **Animais sencientes, você sabe o que isso significa?** 2015.

UNESCO, Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. **Declaração universal dos direitos dos animais**. Proclamada em sessão realizada em Bruxelas em 27 jan. 1978

XAVIER, Cláudio. Direitos dos animais no século XXI: Uma abordagem ambiental, filosófica e jurídicas das questões que envolvem os direitos dos animais. **RIDB** (ISSN 2182-7567), nº 13, 16001-16028, Ano 2 (2013). Disponível em: https://www.cidp.pt/revistas/ridb/2013/13/2013_13_16001_16028.pdf. Acesso em: 03 de setembro de 2021.



ANIMAIS COMO SERES SENCIENTES E SUJEITOS DE DIREITO: PONDERAÇÕES SOBRE AS MODIFICAÇÕES CONSTITUCIONAIS ACERCA DO DIREITO ANIMAL E A MANIFESTAÇÃO CULTURAL CONHECIDA COMO VAQUEJADA.

Kemilly Carvalho Almeida Marques¹; Robson Parente Ribeiro².

1. Acadêmica do curso de Direito da Faculdade La Salle Manaus. E-mail: kemillymarques@icloud.com
2. Advogado. Mestre em Direito PPGDA/UEA. Professor Universitário.

RESUMO

O presente trabalho visa expandir a atual visão antropocêntrica do Direito Ambiental, para o qual os animais constituem-se em mera forma de suprir as necessidades e ambições humanas, para uma visão que busque resguardá-los e protegê-los. Busca-se, igualmente, demonstrar que os animais não são apenas “coisas”, como aborda o Código Civil de 2002, mas sim seres sencientes, que possuem certa consciência, sendo capazes de obter sentimentos e de externalizá-los, como, por exemplo, medo, ansiedade, felicidade, prazer etc. Por fim, expõe-se a história das legislações que versam sobre vaquejada e de como se passaram de inconstitucionais para constitucionais, além de apresentar um ponto de vista abrangendo a senciência dos animais que participam desse evento desportivo.

PALAVRAS-CHAVE: visão antropocêntrica; animais sencientes; vaquejada; constitucionalidade.

1. INTRODUÇÃO

Os animais, desde a antiguidade, são vistos como uma propriedade do ser humano, utilizados como meio de locomoção, alimentação e vestuário. Em termos legais, coisa ou bem. Sob tais condições conceituais e culturais, o homem pensa os animais como seres de sua propriedade, sob a qual possui pleno domínio e dela dispõe segundo seus mais diversos interesses.

Por muito tempo, não foi questionado se os animais estavam em sofrimento ou precisavam de cuidados específicos para exercerem as tarefas que lhes eram atribuídas, fazendo com que sofressem maus-tratos e violência exacerbada.

Como afirma Abilio (2015), os humanos sempre possuíram uma relação estreita com os animais, porém, com o decorrer do tempo, iniciou o processo de domesticação. Começa, então, a causa animal a possuir maior importância e dedicação. Entretanto, no Brasil, ainda há um longo caminho a ser percorrido para

que possam vir a ser sujeitos de direito, haja vista a forma como são considerados pelo ser humano e pelo direito.

2. VISÃO ANTROPOCÊNTRICA, VISÃO DO CÓDIGO CIVIL E SERES SENCIENTES

No Direito Ambiental, a possibilidade de enxergar a relação do homem com o meio ambiente, tratando mais especificamente com os animais, pode ocorrer sob três óticas distintas, o que abarca muita discussão e contradições. As possíveis visões são a antropocêntrica ou utilitarista, a biocêntrica e a ecocêntrica. Essas correntes visam a demonstrar a superioridade, ou a ausência desta, nas relações supramencionadas.

A primeira visão é a antropocêntrica, também conhecida como utilitarista, a qual, como aponta Scherwitz (2015), possui a premissa maior do homem como o ser central, detentor de todos os direitos inerentes à vida e dignidade. Além dessa sobreposição sobre os demais seres, os seguidores desse pensamento acreditam que somente os homens poderiam proteger e preservar o meio ambiente, não por outro motivo, mas apenas por acreditar veementemente que, através de um ambiente equilibrado, os seres humanos poderiam ter todas suas ambições e necessidades supridas.

Essa visão é respaldada, no âmbito nacional, pela redação do inciso III do art. 1º da Constituição Federal, que traz como seu fundamento na dignidade da pessoa humana. Embora o texto seja digno de aplausos por considerar a vida humana o bem mais preciso, o dispositivo é completamente silente quanto à vida animal, sobrepondo o homem dos demais seres que poderiam vir a possuir tal dignidade, atribuindo uma posição superior de hierarquia. (SCHERWITZ, 2015).

Conforme bem aponta Scherwitz (2015), no Brasil, os Tribunais Superiores ainda adotam preponderantemente a visão antropocêntrica, na qual os homens (e pessoas jurídicas) são vistos como os únicos sujeitos de direitos. O fundamento lógico usado para defender tal entendimento jurídico é alegação de apenas eles têm a racionalidade de observar as normas e ter o discernimento ideal para cumpri-las.

Entretanto, Scherwitz (2015) afirma ser crescente a mudança de mentalidade de magistrados, que passaram a examinar a questão ambiental envolvendo animais de forma biocêntrica, porém considera essa mudança ainda sutil. Essa visão tem seu

respaldo legal na Lei nº 6.938, de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, que explicitamente dispõe o que essa corrente entende em seu art. 2º, *in verbis*:

A Política Nacional do Meio Ambiente tem por **objetivo a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar, no País, condições ao desenvolvimento sócio-econômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana [...]**”. (grifo nosso).

A segunda corrente é o biocentrismo, que, como explica Scherwitz (2015), permite a exploração dos recursos ambientais em prol do desenvolvimento socioeconômico, contudo, visando à proteção de todos os seres vivos. É possível reconhecer que não há somente uma visão lucrativa em relação a animais, mas também de protegê-los.

A terceira e última corrente é a econcêntrica, que, em completa discordância com o antropocentrismo, visa a um meio ambiente harmônico. Conforme o entendimento de Scherwitz (2015), a natureza deverá prevalecer aos interesses dos homens, já que ela irá perpetuar para além das gerações futuras. Diz, ainda, que a natureza não poderia ser utilizada como um mero objeto para beneficiar os homens, dessa forma, não pode ser um meio para obtenção de lucros, apenas.

Atualmente, tem-se notado um crescente entendimento por parte da coletividade pela segunda corrente, a biocêntrica, para não somente haver a exploração econômica, mas também a educação ambiental, que prevê a capacitação constante na defesa do meio ambiente de forma ativa, conforme o art. 2º em seu inciso III da Lei da Política Nacional do Meio Ambiente, entretanto a maior parte segue a corrente antropocentrista, em uníssono com o Código Civil vigente.

Dessa forma, como mostra Leite (2008), o Código Civil brasileiro considera os animais como seres semoventes e fungíveis. São assim vistos quando possuem um proprietário, todavia os que não tem são tidos como res nullius, ou seja, “coisa de ninguém”, com a ressalva de serem passíveis de serem apropriados.

Ainda na visão de Leite (2008), o termo proprietário é utilizado erroneamente, visto que, através da denominação de proprietário ou dono, os homens acabam por acreditar veementemente que podem fazer com aquele ser o que bem entenderem,

tornando-se mais adequado a palavra tutor ou guardião, em analogia ao que ocorre com os responsáveis de crianças e incapazes.

A renomada doutrina de Pablo Stolze e Rodolfo Pamplona (2020, p. 157), em conformidade com o Código Civil no seu art. 82, classifica os bens móveis como aqueles passíveis de movimentação, sem alteração na sua matéria. Já os seres semoventes, que seriam considerados como uma subclassificação de bens móveis, são os suscetíveis a movimentação própria.

Já na denominação de fungíveis, há uma grande controvérsia. Como animais de estimação, por exemplo, poderiam ser considerados substituíveis por outro da mesma espécie, qualidade e quantidade para seus donos, que os consideram únicos? Animais possuem suas características próprias, um diferindo-se do outro por seus quesitos subjetivos.

Em contrapartida, há a crescente corrente de que os animais são, na verdade, seres sencientes e não “coisas”, como retrata o Código vigente que assim os considera. Essa palavra possui sua etimologia do Latim *sentiens*, que significa capaz de sentir ou perceber através dos sentidos. Então, passa-se a ter a visão de que animais são “capazes de sentir, de interagir com outros animais e com seu ambiente” (NÓBREGA NETO, 2008).

Dessa forma, os animais passam a transformar os acontecimentos a sua volta em sensações, expressando através de alegria, estresse, prazer, raiva e ansiedade. Conforme diz Autran et al. (2017), o homem sempre menosprezou e ignorou a possibilidade de que outras espécies poderiam possuir cognição.

Não obstante, como aborda Autran et al. (2017), a ciência vem provando que os animais são seres sencientes, isto é, têm a capacidade de possuírem as sensações e os sentimentos de forma consciente, mesmo que minimamente. Por esse motivo, faz-se necessário a busca por meios que viabilizem alternativas para minimizar qualquer desconforto que venha a ser sofrido pelos animais através de sua senciência.

Como aponta Autran et al (2017), em 1965 foram trazidas, pelo Comitê Brambell, as “cinco liberdades”, que seriam as formas mais corretas de o animal de produção viver. Contudo, através de diversas pesquisas, a *Farm Animal Welfare Council* – FAWC as aprimorou, e essas liberdades são utilizadas para avaliação do



bem-estar animal, mas agora não somente no meio de animais considerados de produção, como vacas leiteiras, mas também para animais domésticos e silvestres.

As liberdades inerentes aos animais são colocadas como o mínimo que o animal deve possuir para estar em pleno vigor de conforto e são: “ser livre de fome e sede; ser livre de dor e doença; ser livre de desconforto; livre de medo e estresse e ser livre para expressar seu comportamento natural” (AUTRA et al., 2017, p. 38). Contudo, esses parâmetros são descartados por grande parte da coletividade, quando o que se espera dela é que lutasse que esses direitos fossem, de fato, reconhecidos aos animais.

Quando os animais não humanos ganham o status de sencientes, passam a precisar de uma atenção maior referente aos direitos subjetivos que possam vir a possuir. Dessarte, de acordo com Dias (2005), ainda há um grande embate para que os animais sejam considerados sujeitos de direitos. De um lado há aqueles que acreditam que esses direitos só poderão ser aplicados aos homens, e, em contrapartida, há a concepção de que os animais podem ser sujeitos de direitos pela força das legislações que visam a protegê-los.

Como aponta Dias (2005), muitas doutrinas, em aspecto nacional e internacional, partem da premissa de que os animais podem vir a ser sujeitos de direitos, pois assim como as pessoas jurídicas, que conforme o art. 45 do Código Civil, são detentoras de direitos de personalidade quando há sua inscrição do ato constitutivo no registro competente, podendo então requerer seus direitos através do Estado-juiz, de igual modo, poderiam os animais vir a possuir direitos através de leis que resguardem seus direitos como seres sencientes.

Ainda na perspectiva de Dias (2005), mesmo que os animais não sejam possuidores de identidade civil, o Poder Público e a coletividade possuem o dever constitucional sobre sua proteção. Valendo ressaltar que o Ministério Público deve representá-los em juízo quando houver infração das leis que viabilizam sua proteção.

Nesse sentido, é possível reconhecer a semelhança com os seres relativamente ou absolutamente incapazes, os quais também precisam de representação para haver a efetiva postulação de seus direitos.

Com a promulgação da Constituição Federal do Brasil de 1988, que trouxe o tema “meio ambiente” com mais força e afinco, há em sua redação um capítulo

específico sobre ele, o Capítulo VI, que, através do art. 225, em seus parágrafos e incisos, traz informações de extrema valia. Com destaque ao §1º, no seu inciso VII, que dá a incumbência ao Poder Público de “**proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade.**” (grifo nosso).

Por se tratar da Carta Magna do país, há como considerar que, ao abordar sobre o meio ambiente e trazer condutas necessárias à sua proteção, houve um avanço, já que segundo Madureira (2020), as leis ou normas cogentes que tratavam sobre os animais e puniam quem os maltratava possuíam penas ínfimas, como a Lei nº 3.688, de 1941, em seu art. 64, que versava sobre a vedação do tratamento de crueldade ou a submissão de trabalhos excessivos. A punição prevista era apenas uma prisão simples, de dez a trinta dias, ou então multa em pecúnia.

Desse modo, há como notar, mesmo que intrinsecamente, uma evolução no quesito de proteção para os animais não humanos, tratando-os como seres que necessitam de cuidados e, se necessário, representação, na qual o Ministério Público atua *pro societates*.

Sendo este um ponto de grande debate, já que, como visto por Leite (2013), não é possível a representação atribuída ao Ministério Público em prol de um objeto, e diz ainda que essa definição que acredita os animais serem “coisas” precisa ser abolida, ou então, haver uma reforma no Código Civil, para serem vistos como seres sencientes que são e vendando brechas de interpretação de que outros objetos inanimados possam postular uma ação contra seus proprietários.

Além do mais, o próprio Código Civil, no seu art. 936, dispõe que “o dono, ou detentor, do animal ressarcirá o dano por este causado, se não provar culpa da vítima ou força maior.”, ensejando, mais uma vez, que o animal poderá ser representado, desta vez pelo seu proprietário pelos danos que possa vir a causar a terceiros.

3. PONDERAÇÕES SOBRE AS MODIFICAÇÕES CONSTITUCIONAIS ACERCA DO DIREITO ANIMAL E A MANIFESTAÇÃO CULTURAL CONHECIDA COMO VAQUEJADA

Muitas indagações são feitas sobre a vaquejada no Brasil, principalmente pela sua constitucionalidade, já que houve recentemente uma norma declarada inconstitucional pelo STF em 2016 na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4.983.

Além disso, há muitas discordâncias sobre o bem-estar dos animais envolvidos, tanto bovinos quanto equinos, já que esse tipo de evento (vaquejada) pode trazer-lhes diversos malefícios.

O Conselho Federal de Medicina Veterinária (2018) emitiu uma nota de esclarecimento, a fim de desmistificar a vaquejada. Em breve relato histórico, a nota demonstra que essa prática já existe no Brasil há muito tempo, pelo menos há mais de um século. Como os bois eram criados livres, quando seus donos precisavam por motivos diversos os reunir, os vaqueiros laçavam os bois, e, com o passar do tempo, essa prática tornou-se um evento desportivo.

O Conselho Federal de Medicina Veterinária (2018, p. 78) aborda, ainda, como funciona o evento, dizendo que:

Nessa disputa, cada dupla de vaqueiros montados a cavalo tem como objetivo perseguir o boi por uma pista de 100 metros e guiá-lo a uma área demarcada, de aproximadamente dez metros de largura, onde o boi deve ser dominado pelos vaqueiros e derrubado com as patas para cima. Todo esse processo leva uma fração de segundos.

Na dupla, existe o cavalo puxador, considerado mais forte e montado pelo vaqueiro que vai derrubar o boi, segurando-o pelo rabo. O segundo cavalo é chamado de esteira, que vai sendo guiado pelo vaqueiro responsável por manter o boi próximo ao puxador e perto da área delimitada para a queda do bovino.

A Lei nº15.299, de 2013, do Estado do Ceará, que considerava a vaquejada um evento desportivo e cultural, como já mencionado, foi julgada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal no ano de 2016 (ADI 4.983).

Além de muitas discrepâncias que essa legislação trazia, ressalta-se o seu §3º do art. 4º, o qual dispunha que o vaqueiro competidor, que sem motivos justificáveis, cometesse maus tratos ou viesse a ferir o animal, teria como única punição sua exclusão das provas do evento, caracterizando uma completa arbitrariedade e falta de observância da sensibilidade animal e das liberdades que lhes são inerentes.

Na aludida Ação Direta de Inconstitucionalidade, em seu relatório, seu relator, Ministro Marco Aurélio Mello, trouxe grandes esclarecimentos, dos quais foram pinçados alguns por sua relevância e clareza. Um dos pontos mais importantes a ser ressaltado é o conflito entre duas normas constitucionais. Por um lado, há o art. 215: “o **Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais** e acesso às

fontes da cultura nacional, **e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.**” (grifo nosso).

Em contrapartida, há o art. 225, também da Carta Magna, que, além de assegurar o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado em seu caput, traz, ainda, em seu §1º, VII, o dever do Poder Público de “**proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade.**” (grifo nosso).

Certamente o texto constitucional não pode, por sua construção sistêmica, possuir conflito. Na verdade, o que há é uma aparente antinomia, que é resolvida pelo douto Ministro relator mediante o uso do método de ponderação, muito frequente em decisões complexas proferidas pelo Supremo Tribunal Federal. No caso em tela, os ministros entenderam pela prevalência do teor do art. 225, § 1º, VII, que visa à proteção dos animais para não serem submetidos a práticas cruéis ou que não condizem com o tratamento adequado em detrimento das normas que observam a manifestação cultural, como já ocorrido anteriormente com a briga de galos e a farra do boi, atualmente utilizados como precedentes.

O Ministro aborda, ainda, sobre laudo técnico feito pela Doutora Irvência Luíza de Santis Prada, que demonstrou que os animais poderiam vir a contrair lesões traumáticas e até irreversíveis, como a eventualidade de a cauda do bovino, popularmente conhecida como rabo, ser arrancada pelo vaqueiro montado no cavalo puxador. Diz ainda que, em consequência da amputação do membro do animal, pode haver “comprometimento dos nervos e da medula espinhal, ocasionando dores físicas e sofrimento mental” (p. 3), além das lesões causadas aos equinos, que também são participantes indispensáveis da competição.

Do relatório da ADI, fica claro que, para o douto relator, na vaquejada, é notório o sofrimento e a crueldade as quais são submetidos. Nas palavras do relator, crueldade intrínseca. É de se concluir que, nos termos da ADI, o direito a manifestação cultural do tipo vaquejada, que impõe ao animal inocente sofrimentos por puro prazer dos espectadores e dos vaqueiros, precisa ser relativizado, em face da necessidade de instauração do bem-estar e proteção animal, mormente porque ao Poder Público incumbido tal desiderato.



Apesar da declaração de inconstitucionalidade, lobes fortes, que representam interesses meramente econômicos, conseguiram que, em 29 de novembro de 2016, fosse publicada a Lei nº 13.364, que elevou “... o rodeio, a vaquejada, bem como as respectivas expressões artístico-culturais, à condição de manifestação cultural nacional e de patrimônio cultural imaterial.”.

Após alguns meses, em 6 de junho de 2017, foi promulgada a Emenda Constitucional nº 96, introduzindo o §7º ao art. 225 da Constituição Federal de 1988, *in verbis*:

Para fins do disposto na parte final do inciso VII do § 1º deste artigo, **não se consideram cruéis as práticas desportivas que utilizem animais, desde que sejam manifestações culturais**, conforme o § 1º do art. 215 desta Constituição Federal, registradas como bem de natureza imaterial integrante do patrimônio cultural brasileiro, **devendo ser regulamentadas por lei específica que assegure o bem-estar dos animais envolvidos.** (grifo nosso).

Como bem aponta Belo (2020), a Lei nº 13.364, de 2016, juntamente com a reforma no texto constitucional (Emenda nº 96), concretizou uma reação do Poder Legislativo diante do entendimento da Corte Suprema na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4.983, que considerou inconstitucional a realização da vaquejada.

Para Bello (2020), a reação do Congresso Nacional é a caracterização do efeito conhecido como “*backlash*”, sendo este uma forma de reverter a posição legislativa anteriormente julgada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal da Lei da Vaquejada. Vale ressaltar que este efeito ocorre tanto nos casos que abordam uma lei, como também de um ato normativo, anteriormente editado pelo Legislativo.

Segundo Martins e Marinho (2018, p. 41), a expressão “*backlash*” é a “reação social e ou política a decisões judiciais - em especial, as decisões de Tribunais Constitucionais - em temas considerados sensíveis e a respeito dos quais há marcante controvérsia, no escopo de conservar o estado anterior sobre o tema atingido”.

Como visto, em ambas as visões sobre esse efeito, houve a consumação de sua utilização pelo Poder Legislativo, visto que ocorreu a edição de uma nova lei tratando sobre o mesmo tema que anteriormente já fora julgada inconstitucional, assim como reforma na Constituição. Desta forma, esses atos podem ser vistos como

meios de viabilizar entendimento contrário ao já estipulado pelo Supremo Tribunal Federal.

Com a entrada em vigor da Emenda, foram ajuizadas duas ADIs na Corte Suprema, a ADI nº 5.728 e a ADI nº 5772, tendo como impetrantes o Fórum Nacional de Proteção e Defesa Animal e o Procurador-Geral da República, respectivamente, com a finalidade de ser retirado o §7º do art. 225 da Carta Magna brasileira, haja vista a necessidade de ser mantido o entendimento que julgou a vaquejada intrinsecamente cruel e inconstitucional (BELLO, 2008).

De acordo com Bello (2020), os instauradores dessas Ações Diretas de Inconstitucionalidade alegam a existência de alguns vícios de inconstitucionalidade, sendo eles:

- i) grave ofensa ao direito fundamental ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, sob o argumento de que a proteção aos animais, inclusive domésticos, integra esse direito fundamental e compõe o seu núcleo essencial; ii) falta de lógica e de razoabilidade no teor do § 7º do art. 225, incluído pela EC 96/2017, “ao rotular, de forma artificiosa, como não cruéis práticas desportivas que utilizem animais, desde que sejam “manifestações culturais” reguladas por lei específica.

Após o conflito entre o entendimento do Supremo Tribunal Federal sobre a vaquejada e a legislação ordinária e a emenda constitucional que acrescentou o § 7º ao art. 225, recentemente foi sancionada a Lei nº 13.873, de 2019, que altera a Lei nº 13.364, de 2016, para incluir, além do rodeio e da vaquejada, o laço e suas expressões artísticas e esportivas como manifestações culturais.

A aludida lei trouxe, ainda, de forma mais explícita, alguns dispositivos sobre a garantia do bem-estar animal que são submetidos à participação da vaquejada e promoveu sanções para aqueles que não os cumprirem. Como exemplo, pode-se citar o §2º do art. 3º-B, *in verbis*:

- I. assegurar aos animais água, alimentação e local apropriado para descanso;
- II. prevenir ferimentos e doenças por meio de instalações, ferramentas e utensílios adequados e da prestação de assistência médico-veterinária;
- III - utilizar protetor de cauda nos bovinos;
- IV - garantir quantidade suficiente de areia lavada na faixa onde ocorre a pontuação, respeitada a profundidade mínima de 40 cm (quarenta centímetros).”

Mesmo diante de mudanças legislativas que trazem melhorias aos animais e proporciona ambiente mais seguro, ainda é um evento que possui pouca fiscalização,

principalmente nos eventos de pequeno porte, muitos deles promovidos de forma clandestina, sem as garantias necessárias para sua realização.

Apesar de todas as novas garantias asseguradas através da lei supracitada, o Conselho Federal de Medicina Veterinária (2018, p. 75), em sua nota de esclarecimento sobre a vaquejada, diz que: “em uma competição, os vaqueiros podem ganhar [...] de um caminhão a um prêmio em dinheiro de até R\$ 500 mil. Em 2017, as 135 vaquejadas canceladas pela Associação Brasileira de Vaquejada (ABVAQ) movimentaram R\$ 13 milhões só em premiação”.

Como ficou demonstrado, para o legislativo, a vaquejada é manifestação cultural e patrimônio imaterial. Para o Supremo Tribunal Federal, tal prática fere os ditames constitucionais. De igual forma, para instituições como Conselho Federal de Medicina Veterinária, apesar de não apresentarem oposição à vaquejada, ressalta seu valor puramente econômico, com ganhos de mais de 13 milhões só em premiação.

Enquanto os Poderes Legislativo e Judiciário empregam termos como inconstitucionalidade, manifestação cultural, práticas desportivas e patrimônio cultural brasileiro, animais continuam a ser submetidos a práticas cruéis, que lhes impingem dor, sofrimento, estresse, lesões, medo e pavor.

4. CONCLUSÃO

Apesar da corrente antropocentrista do Direito Ambiental ser seguida majoritariamente em muitas partes do mundo e ainda ser adotada pelo Brasil, existe uma tendência mundial que visa melhorias na qualidade de vida dos animais e um equilíbrio entre os interesses humanos e a proteção dos animais, como a corrente biocêntrica.

Há intensa e crescente necessidade de mudança legislativa para que os animais possam vir a ser sujeitos de direitos e serem reconhecidos como seres sencientes, já que, com sua consciência, mesmo que mínima, são capazes de sentir, em suas diversas formas, as mais diversas formas de crueldade que lhes são impostas para puro deleite humano.

Vale lembrar que o direito fundamental ao meio ambiente ecologicamente equilibrado não significa que os animais terão seus direitos resguardados, o que bem condiz com a visão antropocêntrica. Entretanto, é imprescindível que os animais

passem a ser possuidores de direitos fundamentais, como muito bem demonstra a Declaração Universal de Direitos Animais, que apesar de não ser uma norma cogente brasileira, atribui direitos inerentes a vida do animal e os considera possuidores de direitos.

Sobre a vaquejada, é importante o esclarecimento que a norma constitucional acrescida pela Emenda nº 96 incumbiu aos realizadores do evento a obrigação de resguardar o bem-estar dos animais que participam, porém, muitas vezes, essa obrigação de fazer não é garantida, principalmente nos eventos menores, os quais, ao buscar lucros aos envolvidos, desprezam os animais e sua senciência.

A inobservância da capacidade cognitiva de sentir medo, dor e ansiedade durante o evento também pode ser vista durante todo o manejo para que o animal chegue ao local, como falta de infraestrutura adequada, submetendo o animal muitas vezes a percorrer um longo trajeto em ambiente desconfortável, em alguns casos até mesmo com maus tratos.

Por fim, é de grande valia que haja o devido ensinamento a coletividade sobre seu dever de proteger o meio ambiente, incluindo os animais, seres esses considerados sencientes, que precisam de cuidados. Também se impõe a necessidade de modificação da visão antropocêntrica do Código Civil brasileiro, que vê os animais ainda como “coisas”, passíveis de serem apropriados por qualquer pessoa e não como os sujeitos de direitos que os são.

REFERÊNCIAS

ABILIO, Juan Roque. Os Direitos Fundamentais dos Animais não humanos: o ultrapassar fronteiras da Constituição para além da coexistência moral e ética dos seres sencientes. Volume 1 n. 1 (2016) e I (2016): **Revista de artigos do 1º Simpósio sobre Constitucionalismo, Democracia e Estado de Direito**. Disponível em: <https://revista.univem.edu.br/1simposioconst/article/view/1132/532>. Acesso em: 18 de nov. de 2020.

AUTRAN, Andréia et al. Cinco liberdades. **Difusão e comunicação PETVet/Ufra PETVet Radar**, Ano 1, número 3, 2017. Disponível em: <https://petvet.ufra.edu.br/images/radar/radarpetvet003.pdf>. Acesso em: 17 de nov. de 2020.

BELO, Eliseu Antônio da Silva. Emenda da Vaquejada e o efeito Backlash. **Revista Consultor Jurídico**. 2020. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/dl/artigo-eliseu-belo.pdf>. Acesso em: 22 de nov. de 2020.

BRASIL. **Ação Direta de Inconstitucionalidade 4.983**. Ceará. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/noticiaNoticiaStf/anexo/ADI4983relator.pdf>. Acesso em: 22 de nov. de 2020.



BRASIL. **Constituição Federal do Brasil**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 16 de nov. de 2020.

BRASIL. **Política Nacional do Meio Ambiente**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6938.htm. Acesso em: 22 de nov. de 2020.

CRMBA. **Desmistificar a vaquejada**. 2018. Disponível em: <http://crmvba.org.br/cfmv-emite-posicionamento-sobre-vaquejada/noticias/2018/09/08/>. Acesso em: 16 de nov. de 2020.

DIAS, Edna Cardoso. Os animais como sujeitos de direito. Teresina: **JUS**, ano 10, n. 897, 17 dez. 2005. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/7667/os-animais-como-sujeitos-de-direito>. Acesso em: 17 de nov. de 2020.

GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. **Manual de Direito Civil – Volume Único**. 4ª edição. São Paulo: Saraiva Educação, 2020. Acessado em 18 de novembro de 2020.

LEITE, Ana Carla Patriota Silva. **Sujeitos ou coisa**: os animais segundo o código civil. 2013. Disponível em: https://www.jurisway.org.br/v2/dhall.asp?id_dh=11923. Acesso em: 16 de nov. de 2020.

MADUREIRA, Natalie. **Animais como Sujeitos de Direito**. 2020. Disponível em: <https://natalie1722.jusbrasil.com.br/artigos/1114402548/animais-como-sujeitos-de-direito>. Acesso em: 15 de nov. de 2020.

MARTINS, Julia Perreiras; MARINHO, Rodrigo Fonseca. Os Poderes Judiciário e Legislativo no caso da Vaquejada: “efeito backlash”. **ATHENAS**. Ano VII - Vol. I – 2018. Disponível em: https://www.fdcl.com.br/revista/site/download/fdcl_athenas_ano7_vol1_2018_artigo0_1.pdf. Acesso em: 22 de nov. de 2020.

NÓBREGA NETO, Pedro Isidro da. Dor, sensiência e bem-estar em animais: Grandes animais. **Ciênc. vet. tróp.**, Recife-PE, v. 11, suplemento 1, p. 26 -30 abril, 2008. Disponível em: <http://www.rcvt.org.br/suplemento11/26-30.pdf>. Acesso em 17 de nov. de 2020.

ONU. **Declaração Universal dos Direitos dos Animais** – Unesco. Disponível em: www.urca.br/ceua/arquivos/Os_direitos_dos_animaisUNESCO.pdf. Acesso em: 16 de nov. 2020.

SCHERWITZ, Débora Perilo. As visões antropocêntrica, biocêntrica e ecocêntrica do direito dos animais no Direito Ambiental. São Paulo. **Revista Zumbi dos Palmares**. Volume 3 – número 1, 2015. Disponível em: <http://revista.zumbidospalmares.edu.br/images/stories/pdf/edicao-3/visoes-biocentrica-ecocentrica.pdf>. Acesso em: 16 de nov. de 2020.

STF. Notícias STF. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=326838#:~:text=ImprensaNot%C3%ADcias%20STF&text=O%20Plen%C3%A1rio%20do%20Supremo%20Tribunal,desportiva%20e%20cultural%20no%20estado>. Acesso em: 22 de nov. de 2020.



A INFLUÊNCIA DA GEOPOLÍTICA NORTE-AMERICANA DURANTE A GUERRA FRIA: UMA ANÁLISE A RESPEITO DA DOCTRINA DE CONTENÇÃO.

Alessandra Lemos Nogueira¹, Gabriela Josina Cavalcante de Sales¹, Matheus Freitas de Souza Barba¹, Jonathan Felix Ribeiro Lopes².

1. Acadêmicos do Curso de Relações Internacionais. Faculdade La Salle Manaus.

2. Doutor em Geografia pela Universidade de Lisboa. Professor do curso de Relações Internacionais da Faculdade La Salle Manaus. Coordenador do Núcleo de Relações Internacionais do Amazonas.

E-mail: jonathan.lopes@lasalle.org.br

RESUMO

Este artigo buscou compreender a estratégia geopolítica norte-americana após a 2ª Guerra Mundial, em um contexto que ficou conhecido como Guerra Fria. Para isso, objetivou-se analisar as obras de Alfred Mahan, Derwent Whittlesey e Richard Hartshorne; contextualizar a geopolítica e as relações internacionais no período da Guerra Fria, e por fim, analisar a construção da doutrina de contenção desenvolvida por Nicholas Spykman e George Kennan. Portanto, neste artigo buscamos contribuir para o esclarecimento da Doutrina de Contenção como instrumento geopolítico, ampliando seu uso por analistas internacionais. Utilizou-se neste artigo a análise bibliográfica, a partir de pesquisa exploratória, estudando os fatos sem manipulá-los. Verificou-se que a trajetória geopolítica norte-americana, notadamente durante a Guerra Fria, evidencia uma relação intrínseca entre o universo acadêmico, diplomático e político. As contribuições de Spykman e Kennan são evidentes nessa matéria, alinhando pensamento teórico e prático na condução da política externa estadunidense.

PALAVRAS-CHAVE: Geopolítica Norte-Americana; Guerra Fria; Doutrina de Contestação.

INTRODUÇÃO

A Guerra Fria teve seu início na década de 1940. Suas bases geopolíticas, todavia, remontam à teóricos de finais do século XIX e início do século XX, bem como às ações da política externa norte-americana anteriores à segunda guerra mundial. A guerra tornou-se um acontecimento muito lucrativo para a economia norte-americana, que já era um dos maiores eventos econômicos. No entanto, o conflito não ocorreu em solo americano. Isso foi muito positivo para os Estados Unidos, que só entraram na guerra em 1917, enviando soldados. Com o fim da guerra em 1918, os Estados Unidos continuaram a fornecer empréstimos e fornecimento de alimentos e produtos industrializados para países europeus, principalmente a Alemanha. (PRADO, 2011).

A Segunda Guerra Mundial (1939-1945) iniciou após Adolf Hitler, à frente do III Reich, ter invadido a Polônia em 1939. Os Estados Unidos da América não ingressam diretamente no conflito até o ano de 1941, quando o presidente norte-americano Franklin Roosevelt solicita ao congresso o envio de tropas estadunidenses para a Europa após os ataques japoneses em Pearl Harbor, seguindo o processo de expansão japonesa no sudeste asiático.

A entrada dos EUA foi fator primordial para a vitória dos Aliados (Inglaterra, França, Rússia), os norte-americanos possuíam um forte e organizado exército e uma enorme capacidade bélica. A estabilização do Dólar e das moedas internacionais no cenário pós Segunda Guerra Mundial foi extremamente importante para a consolidação dos Estados Unidos como uma hegemonia.

Nesse contexto, este artigo buscou compreender a estratégia geopolítica norte-americana após a 2ª Guerra Mundial, em um contexto que ficou conhecido como Guerra Fria. O termo foi cunhado pela primeira vez pelo escritor inglês George Orwell (1903-1950), no artigo *"You and the atomic Bomb"*, para se referir ao que ele anteviu que seria um grande impasse nuclear entre "dois ou três superestados monstruosos, cada um possuindo uma arma pela qual milhões de pessoas podem ser exterminadas em poucos segundos" (ORWELL, 1945, p.3).

O objetivo final deste artigo foi identificar as bases teóricas da geopolítica norte-americana durante a Guerra Fria. Para isso, foram desenvolvidos três objetivos específicos, sendo eles: a) analisar as obras de Alfred Mahan, Derwent Whittlesey e Richard Hartshorne; b) contextualizar a geopolítica e as relações internacionais no período da Guerra Fria, e por fim, c) analisar a construção da doutrina de contenção desenvolvida por Nicholas Spkyman e George Kennan.

Portanto, neste artigo buscamos contribuir para o esclarecimento da Doutrina de Contenção como instrumento geopolítico, ampliando seu uso por analistas internacionais. Utilizou-se neste artigo a análise bibliográfica, a partir de pesquisa exploratória, estudando os fatos sem manipulá-los (GIL, 1999).

O REALISMO DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS E AS BASES GEOPOLÍTICAS PARA DOCTRINA DE CONTENÇÃO

A palavra "geopolítica" foi utilizada pela primeira vez por Rudolf Kjellén (1864-1922), em seu artigo, de 1899, *Studier över Sveriges politiska gränser*, segundo Paul



Claval (1994), e em 1905, com “*As grandes potenciais*”. Kjellén conceitua a Geopolítica como “Estudo do Estado como agente apropriador e controlador do espaço geográfico” (BRAGA, 2011, p.146). A produção de Kjellen tem inspiração na obra *Politische Geographie* (1897), de Ratzel, para o qual a geografia política é considerada como geografia dos Estados, da guerra e do comércio. Essa obra associa o crescimento do Estado ao expansionismo cultural com base no comércio (BRAGA, 2011, p.147).

A geopolítica está ligada ao conceito de relações territoriais que envolvem os Estados nacionais em nível internacional. Podemos compreendê-la como um conjunto de ações e práticas para manutenção do equilíbrio de poder, no qual os Estados geralmente buscam o controle de seus territórios. (MORGENTHAU, 2003, p.88)

Para Hans Morgenthau (2003), o equilíbrio de poder destinava-se à preservação do *status quo*, ou seja, manter a estabilidade do cenário atual. O equilíbrio de poder pode ser definido como “A aspiração de poder por parte de várias nações, em que cada uma tenta manter ou alterar o ‘status quo’, leva necessariamente a uma configuração que é chamada de equilíbrio de poder, bem como às políticas que se destinam a preservar esse equilíbrio” (MORGENTHAU, 2003, p.88).

A geopolítica faz parte do universo militar e civil norte-americano desde o século XIX, com as contribuições de Alfred Mahan. Considerando a enorme expansão territorial deste país, que ao fim estaria conectado por via terrestre a dois oceanos, e no primeiro plano organizado para política externa do país, conhecida como Doutrina Monroe, cujos principais objetivos eram: o foco na defesa dos princípios americanos, a expansão territorial dos Estados Unidos; impedir a interferência dos países europeus em assuntos internos do continente americano, e por fim os norte-americanos se comprometiam com a independência das colônias que existiam na América, reconhecendo os novos Estados independentes (COSTA, 1992).

Essa doutrina buscava garantir a hegemonia dos Estados Unidos nos mares do Atlântico e do Pacífico, bem como na América Latina. No início do século XIX e, posteriormente, a partir do Corolário Roosevelt, elaborada pelo ex-presidente Theodore Roosevelt, os Estados Unidos buscou fortalecer sua hegemonia por meio da Política da Boa Vizinhança com as Américas. O Corolário veio a público com a Mensagem Anual do Presidente ao Congresso dos Estados Unidos em 1904, quando o presidente declarou que o país estava disposto a conquistar militarmente outros



países que estivessem passando por uma crise financeira, e com dívidas externas. A fala surge em sequência a crise da Venezuela, entre 1902 e 1903, quando foi estabelecido o bloqueio naval à Venezuela, uma vez que o presidente venezuelano Cipriano Castro se recusou a pagar as dívidas externas com países europeus. Isso foi dando o tom da política externa norte-americana no início do século XX.

É nesse contexto que podemos identificar a obra de Alfred Thayer Mahan, oficial da marinha dos Estados Unidos, onde iniciou seus estudos sobre geografia militar, com destaque ao papel do mar no domínio mundial. Nessa área, Mahan fez contribuições de grande importância, tais como: *A influência do poder marítimo na história 1660-1783*, obra publicada em 1890; em seguida escreveu sobre *O interesse marítimo dos Estados Unidos da América no poder marítimo*, obra de 1897.

Suas ideias a respeito do poder marítimo influenciaram uma visão geoestratégica das marinhas mercantes e de guerra em todo o mundo e, de modo prático, auxiliaram a desencadear um enorme volume de investimentos navais, os quais se mostraram necessários após a primeira guerra mundial (Departamento de Estado dos Estados Unidos, 2016).

Suas concepções a respeito da natureza anárquica da política internacional, da importância da geografia para manter o equilíbrio de poder no globo, foi de suma importância no papel do poder naval e na segurança nacional, suas contribuições perduram e são relevantes até o atual século XXI. Mahan compreendia que os Estados Unidos eram, tal como a Grã-Bretanha, em termos geopolíticos “uma ilha à margem da Eurásia”, onde a segurança poderia ser ameaçada por grandes potências mundiais ou se tornar um aliado estratégico, pois era um centro de poder (Departamento de Estado dos Estados Unidos, 2016)

Em *The Interest of America in International Conditions*, de 1910, o autor já havia especulado sobre as possibilidades de uma grande guerra, reconhecendo que a posição da Alemanha no centro da Europa, seu poder militar e industrial incontestável, e sua busca por supremacia naval seriam uma ameaça à Grã-Bretanha e, por fim, aos Estados Unidos. Mahan alertava a respeito da ciência e tecnologia ocidentais, e como elas seriam globalizadas em algum momento, tal como aconteceu na Guerra Fria.

Outro importante teórico da arquitetura geopolítica norte-americana foi Derwent S. Whittlesey, um dos principais geógrafos dos EUA. Era reconhecido como um

pesquisador-viajante e historiador, que atuou como consultor para os Departamentos de Estado, Guerra e Marinha dos EUA durante a Segunda Guerra Mundial, e foi autor de muitos livros e artigos sobre aspectos geográficos da guerra e potência. Ele também era um especialista em África, e havia feito várias viagens para lá coletando material (ASHWORTH, 2021, p. 01).

Embora pouco estudado no campo das Relações Internacionais, Whittlesey esteve envolvido com muitos estudiosos do Realismo Clássico em Yale. Whittlesey via a geografia política como um campo de estudo essencial para as Relações Internacionais e vinha trazendo uma visão bastante pragmática e empírica, necessária para uma abordagem global (ASHWORTH, 2021).

O pensamento de Whittlesey teve muita influência de sua mentora Ellen Churchill Semple, a qual estudou a abordagem da geografia humana com Ratzel. Durante sua carreira acadêmica, Semple analisou a importância de fatores ambientais na política e como esses aspectos moldavam o desenvolvimento das sociedades humanas. É muito interessante analisar a interpretação de Semple sobre a obra de Ratzel, pois não se trata de uma simples transposição de método, ela de fato a reinterpretou para se adequar a um público americano. Dessa forma, Semple não foi uma mera “discípula” de Ratzel, mas reformulou os conceitos ratzelianos para se adequar a um conjunto diferente de prioridades de pesquisa mais adequado à emergente grande potência americana (ASHWORTH, 2021, p. 3).

Derwent Whittlesey foi um estudioso do mundo empírico, tendo feito diversas viagens de campo. Ele começou seus estudos em geografia histórica justamente por influência de Semple. Conforme o próprio Whittlesey “[Semple] abriu meus olhos para as possibilidades da geografia e nunca deixou de me encorajar a escrever sobre geografia política” (WHITTLESEY, 1945). Todavia, distanciando-se do determinismo geográfico, defendeu uma relação mais intrínseca entre a Terra e a sociedade humana. Por essa razão, Whittlesey sentiu que seu livro de 1939 “*The Earth and the State*” o havia distanciado das “influências geográficas” de Semple fazendo com que ele não dedicasse o livro a sua mentora (ASHWORTH, 2021).

Whittlesey mais tarde admitiu que o colega e geógrafo Richard Hartshorne estava provavelmente certo: “*que o livro está carimbado com Semple*”, e que ele poderia muito bem tê-lo dedicado a ela (WHITTLESEY, 1945c). Richard Hartshorne, também estava envolvido na política norte-americana. Além de ser o autor de obras

como *The Nature of Geography* (1939) e *Perspective on the Nature of Geography* (1959). Hartshorne foi quem inaugurou a segunda fase do desenvolvimento da geopolítica, ao abordar a temática das fronteiras (COSTA, 1992).

Ao discutir o problema das fronteiras em uma região europeia tão complexa como a Alta Silésia, por exemplo, Hartshorne (1933) chama a atenção para o fato de que, apesar de muitos geógrafos discutirem academicamente o tema das fronteiras, “poucos têm tentado apresentar um estudo teórico sistemático do problema como um todo”. Isso possibilitou a multiplicação de equívocos, como o uso corrente do conceito de “fronteiras naturais”. Fronteiras internacionais fixadas ou em discussão em regiões bastante povoadas, às vezes com etnias e histórias distintas, como é o caso da Alta Silésia, segundo o autor, devem ser concebidas mediante a análise acurada das características peculiares dessas populações fronteiriças (ARCASSA, 2014, p. 275).

Richard Hartshorne, foi uma figura-chave no desenvolvimento da ciência geográfica, pois elaborou uma influente agenda de pesquisa para o estudo do Estado sob uma visão da Geografia Política, que foi colocada à frente em termos funcionalistas. De acordo com as ideias trazidas por Hartshorne (1960), a Geografia Política é parte integrante da Geografia, com foco na Terra, em contraste à Ciência Política, centrada nas instituições do governo. A Geografia Política tem muitas ramificações, assim como a Ciência Política, mas com foco de interesse diferente. Realiza estudos geográficos a respeito da variação das características das áreas da Terra resultante de combinações e interligações de fenômenos de vários tipos, independentemente da origem natural ou humana desses recursos, que variam, em parte, de forma independente, na covariância com outros.

A geografia política e a geopolítica norte-americana também iriam se inspirar nas ideias de Halford Mackinder. O geógrafo britânico, define um espaço chamado de “área pivô” que mais tarde seria redefinida como “*heartland*”, essa área permitiria ao país que o controlasse, o desenvolvimento das forças terrestres. Sua tese pode ser exemplificada na frase: “Quem domina a Europa Oriental controla o *Heartland*; quem domina o *Heartland* controla a *World Island*; quem domina a *World Island* controla o mundo” (MACKINDER, 1919 *apud* MELLO, 1999, p. 56).

Essa concepção será central durante a Guerra Fria. E terá influência sobre a produção de Nicholas J. Spykman, o qual considerava a geografia política como o estudo de estratégias e da antecipação para a inter-relação entre o espaço e o poder (BRAGA, 2011, p.150). Reinterpretando as ideias de Mackinder, Spykman (1942)

defendia que o Estado o qual possuía o poder mundial não seria aquele que dominava a *heartland* e sim aquele que o cercava. Essa concepção será a pedra fundamental para a Doutrina de Contenção:

Tal cerco tipifica a política externa estadunidense a partir da Guerra Fria e é conhecido como Teoria da Contenção. Para Spykman, o *heartland* deve ser bloqueado em suas fímbrias, de modo a impedir a expansão do poder terrestre. Neste contexto, a Guerra Fria pode ser entendida como zona de atrito entre a teoria de Spykman e a de Mackinder (BRAGA, 2011, p.158).

Os principais atores da ordem internacional, durante a Guerra Fria, foram os Estados Unidos e a União Soviética. A União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), teve o início das suas atividades em dezembro de 1922, tendo perdurado até 1991, foi uma das organizações de países mais poderosas do mundo, chegando a segunda maior potência militar (LIMA, 2019).

Em 1941, com a redução do poderio naval da Grã-Bretanha durante os primeiros anos da 2ª Guerra Mundial e a crise econômica que se instalava no país, os Estados Unidos assumiram a responsabilidade internacional de financiar a recuperação europeia no pós-Segunda Guerra Mundial. Ao fim do conflito, esse papel foi ressaltado, promovendo uma expressiva expansão política, econômica e ideológica norte-americana como forma de contenção à União Soviética.

Na conferência de Teerã em 1943, o Reino Unido e a URSS discutiam os caminhos do pós-guerra e os destinos da Alemanha, enquanto os Estados Unidos defendiam a criação de uma organização mundial com comitê executivo, uma assembleia geral e um diretório executivo que orientaria a política mundial, além de haver um debate sobre a divisão do território europeu. Na conferência de Yalta, dois anos após Teerã, foi reconhecida a divisão entre os aliados ocidentais e a União Soviética.

E na conferência de Potsdam, no mesmo ano de Yalta, com a nova ordem mundial, as relações entre os três Estados foi de completa tensão, uma vez que havia um desequilíbrio atômico e militar entre as duas superpotências e divergências, tais como: às fronteiras ocidentais da Polônia, já que a URSS temia um novo isolamento territorial; às sanções e reparações da Alemanha, uma vez que os Estados Unidos e o Reino Unido achavam o valor compensatório solicitado pela União Soviética a Alemanha era muito alto para um Estado derrotado na Guerra, o que causava

desconfiança, uma vez Stalin já tinha acertado o valor com o presidente anterior dos EUA; e a crise Italiana.

Ao fim das conferências, já estavam claras as divergências ideológicas entre os Estados capitalistas e socialistas. Os Estados Unidos começam então uma política anticomunista, com a interrupção de um programa de empréstimos para a União Soviética.

A Conferência de Yalta, em fevereiro de 1945, consagrou a divisão que se desenhava anteriormente entre os aliados ocidentais e a União Soviética. [...] O tempo dá em relações internacionais já era outro: a política das áreas de influência na Europa se tornaria um modelo a ser aplicado a própria política mundial (SARAIVA, 2007, p.192).

A busca da hegemonia mundial por parte dos Estados Unidos era evidente, de modo que os interesses da indústria e do comércio norte-americanos impulsionaram a expansão de atuação norte-americana para outras áreas. Além disso, doutrinas políticas visavam conter os avanços soviéticos em áreas de influência norte-americana. A primeira formulação política norte-americana depois da Segunda Guerra mundial foi a doutrina Truman (1947-1991), que foi criada com o intuito de proteger os interesses dos Estados Unidos e conter o avanço Soviético.

No âmbito econômico dessa doutrina, temos o Plano Marshall, isto é, a ajuda financeira dos Estados Unidos para a reconstrução da Europa depois da Segunda Guerra Mundial, a partir da concessão de empréstimos a juros baixos, garantindo o apoio dos países ocidentais, assim como abria os mercados para produtos norte-americanos e evitava a ampliação da União Soviética nos diferentes territórios. Com esse plano, os Estados Unidos administravam a cooperação econômica e distribuía recursos para Europa como alimentos, máquinas para indústria, tecnológica, combustíveis, veículos e outros.

O novo conceito de superpotência corresponde, assim, à conjugação da capacidade econômica de exercer um forte multilateralismo econômico com a vontade de construção de uma grande área sob a influência dos valores [...]. As forças mais profundas que alimentaram a Guerra Fria, do lado dos Estados Unidos, foram constituídas no ambiente econômico. A política industrial e financeira do gigante associava-se à luta do anticomunismo, ingrediente fundamental da preleção doméstica da Guerra Fria nos Estados Unidos (SARAIVA, 2007, 199-200).

Por outro lado, a URSS tratava de consolidar os Estados a leste da Alemanha sob sua influência, estabelecendo um enorme território controlado pelos soviéticos. O

crescimento da área de atuação da União Soviética na Europa fez com que os Estados Unidos ficassem temerosos com o possível domínio da região, pois o leste da Europa já estava sob poder soviético. Por isso, em 1949, ocorreu a criação da Organização do Tratado do Atlântico Norte, uma aliança militar. Em linhas gerais, esse tratado estabelecia as ações de seus membros no caso de um ataque armado contra um ou vários países membros, na Europa ou na América do Norte, considerado qualquer ataque a um ataque contra todos.

Spykman e Kennan: a construção da doutrina de contenção durante a Guerra Fria

Nicholas J. Spykman foi um importante geógrafo, de grande influência nos Estados Unidos, sendo precursor da Estratégia de Contenção norte-americana. Com base nas concepções teóricas de Halford John Mackinder, Spykman desenvolve a Teoria do *Rimland*, base do desenvolvimento da doutrina de segurança dos Estados Unidos pós-Segunda Guerra. Para Spykman, os Estados Unidos se encontravam em uma posição geográfica favorável, pois era banhado por dois oceanos importantes, o Atlântico e o Pacífico, possuindo acesso as duas vertentes do “*Rimland*”, possibilitando o cerco do continente eurasiático (CANCIAN, 2006).

Para Spykman, a geopolítica é o planejamento da política externa de segurança de um determinado país de acordo com seus fatores geográficos. Ele descreve o *Rimland* como o “crescente interior”, isto é, a área que cerca o *Heartland*, reconhecendo a região como chave de todas as disputas geopolíticas no continente. Por outro lado, os Estados Unidos temiam, acima de tudo, uma invasão nos dois *fronts*, perante um possível ataque aéreo, naval ou terrestre, reconhecendo que um ataque coordenado colocaria em risco a sobrevivência norte-americana, caso a União Soviética viesse a conquistar as saídas para os mares do sudeste asiático.

A macroestratégia descrita por Spykman tem o objetivo de criar centenas de linhas de defesa, baseadas em bases navais situadas no Hemisfério Norte, na região do planeta onde está localizado o núcleo do poder mundial. A linha de defesa mais importante deve estar situada na orla eurasiática, com os países que faziam fronteira com o *Heartland* – Com pretensão de conter a expansão soviética para os oceanos (CANCIAN, 2006, p. 3).

Sabendo que os Estados Soviéticos consistem em um poderio terrestre no continente eurasiático, caso conseguissem chegar à costa do Índico ou ao Mar



mediterrâneo pelo Bósforo, os soviéticos eventualmente controlariam todos os recursos estratégicos e naturais da “ilha mundo”.

Ainda de acordo com Mackinder, e suas teorias sobre o Heartland. "Quem controla a ilha mundo (continente eurasiático), controla o mundo" (Mackinder, 1904). E contrapondo essa afirmação. "Quem controla o mundo é quem é capaz de cercá-lo (SPYKMAN, 1944, *online*).

Spykman apresenta em suas obras os caminhos geoestratégicos para superar Mackinder e conter a relevância geopolítica do *Heartland*. Na visão dele, em conformidade com Alfred Mahan, o poderio marítimo pode controlar toda a fronteira do continente, impedindo que o poder terrestre se espalhe e controle o mundo. Spykman ainda diz que o famoso ditado de Mackinder é falso contra o poder marítimo norte americano e britânico, reescrevendo sua máxima: “Quem controla o *Rimland*, governa a Eurásia, quem governa a Eurásia controla os destinos do mundo” (SPYKMAN, 1944, *online*).

Inspirado nessa concepção geopolítica e com profundo conhecimento da política internacional soviética, George Kennan se apresenta como o principal mentor intelectual e defensor da política de contenção norte-americana. Tendo servido como diplomata norte-americano em Moscou, “foi determinante nos estudos comportamentais e culturais soviéticos após a Segunda Guerra Mundial, passando a ser vice-chefe da missão diplomática norte-americana no antigo país soviético” (PENNACCHI, 2011, p. 35).

Por ser diplomata e uma das maiores autoridades sobre as tradições e costumes russos, George Kennan fez uma análise sobre o discurso soviético e enviou ao secretário de defesa dos Estados Unidos, o que desencadeou uma mudança na política externa norte-americana. (PENNACCHI, 2011, p. 35).

Com base nos seus estudos, Kennan (1947) considerou a União Soviética demasiadamente despreparada para se arriscar em um novo conflito armado contra o Ocidente, no intuito de ampliar sua influência. Contudo, acreditava que Moscou poderia se expandir por meio da subversão de Estados por partidos comunistas locais, criando assim um ambiente hostil para o capitalismo.

Tal percepção é oriundo do discurso eleitoral de Joseph Stalin em 1946, quando o Kremlin declarou que apesar dos soviéticos e seus aliados ocidentais terem lutado juntos por uma causa comum – eliminar o nazismo – as hostilidades do sistema internacional que o capitalismo fazia aos países soviéticos criaram uma

incompatibilidade entre o Comunismo e o Capitalismo, o que eventualmente poderiam levar a uma nova guerra. O discurso foi considerado como o primeiro sinal de ruptura no clima de boa vontade dos soviéticos em relação aos norte-americanos.

Qualquer oposição era vista pelos governantes russos como uma reação antagônica de forças estrangeiras contra o poder soviético, para defender-se, eles passaram a enfatizar de forma dramática a tese comunista original, qual seja, a da existência de um conflito estrutural entre os mundos capitalista e socialistas (KENNAN, 1951, *online*).

Reconhecendo que seria enigmático para os Estados Unidos terem que lidar com os russos sob o aspecto militar, Kennan solicita a seus superiores uma política externa voltada para a “contenção”. Na prática, essa contenção significaria a vigilância direta do governo norte-americano sobre os Estados socialistas, contra-atacando pontualmente cada uma de suas manobras políticas e geográficas até que, por uma série de circunstâncias internas – seja pela crueldade da ditadura, seja como fruto da desilusão popular com o ideal socialista – o comunismo entrasse em colapso e se autodestruísse (PENNACCHI, 2011).

Kennan também tinha dúvidas sobre as atitudes diplomáticas que deveriam ser abordadas para apressar a queda do governo soviético, mas acreditava que se fossem estrategicamente aplicadas, essas medidas poderiam intensificar ainda mais o declínio do poder comunista sobre os Estados. Então, a ideia era forçar o Kremlin a agir sob circunstâncias mais arriscadas, deixando-o sem saída diplomática nas relações internacionais. Conforme Pennacchi (2011, p. 40):

O estágio final das ideias era criar aparatos administrativos e coercitivos do Estado para assegurar o consentimento passivo das classes populares e de seus representantes às práticas internacionalistas e militaristas que pretendiam colocar em funcionamento suas ideias. Com a criação do Plano Marshall, o BIRD (Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento), a CIA (Central Intelligence Agency), e a NATO (North Atlantic Treaty Organization).

O ex-diplomata deixou claro que o principal elemento da política externa dos Estados Unidos em relação à União Soviética deveria ser a contenção de longo prazo, com firmeza e vigilância das tendências expansionistas soviéticas. Contudo, criticou a utilização de suas ideias pelo governo dos Estados Unidos em outros conflitos. E se tornou defensor do desarmamento, acreditando que a corrida armamentista entre os soviéticos e os norte-americanos representava uma ameaça maior ainda para ambos os países.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

As estratégias geopolíticas norte-americanas do pós-guerra configuram na continuidade e no aprimoramento de sua política externa desde a Doutrina Monroe. Consistem em um processo de expansão constante da influência estadunidense pelo mundo e pela contenção de potências contrárias. Inicialmente potências europeias no continente americano e, posteriormente, em nível global.

Como demonstrado, tais estratégias ocorreram com a contribuição de intelectuais militares, geógrafos e diplomatas, combinando aspectos teóricos e práticos das Relações Internacionais, da geoestratégia, da geopolítica e da geografia política acadêmicas, por vezes incorporando tais intelectuais às estruturas do Estado norte-americano.

A trajetória geopolítica norte-americana, notadamente durante a Guerra Fria, evidencia uma relação intrínseca entre o universo acadêmico, diplomático e político. As contribuições de Spykman e Kennan são evidentes nessa matéria, alinhando pensamento teórico e prático na condução da política externa estadunidense.

REFERÊNCIAS

- ARCASSA, Wesley de Souza. A Geografia Política em Richard Hartshorne. **Anais do I Congresso Brasileiro de Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território**, 2014. Rio de Janeiro. Porto Alegre: Editora Letra1; Rio de Janeiro: REBRAGEO, 2014, p. 267-280.
- ASHWORTH, Lucian M. **A Forgotten Environmental International Relations**: Derwent Whittlesey's International Thought, *Global Studies Quarterly*, Volume 1, Issue 2, June 2021.
- BRAGA, Sandra Rodrigues. Sentos, Consensos e Dissensos: Itinerários Geopolíticos de Ratzel a Lacoste. **Revista de Geopolítica**, Ponta Grossa - PR, v. 2, nº 1, p. 146 – 163, jan./jun. 2011.
- CALLAHAN, James Morton. The Interest of America in International Conditions. By AT Mahan. (Boston: Little, Brown, and Company, 1910. Pp. 212.). **American Political Science Review**, v. 5, n. 1, p. 131-135, 1911.
- CANCIAN, Renato. **Geopolítica – Teorias do Heartland e do Rimland**. 2006. Disponível em: <https://educacao.uol.com.br/disciplinas/sociologia/geopolitica-teorias-do-heartland-e-do-rimland.htm#:~:text=Foi%20com%20base%20na%20teoria,ap%C3%B3s%20a%20Segunda%20Guerra%20Mundial>. Acesso em: 1 de maio de 2022
- CLAVAL, Paul. **Géopolitique et géostratégie**: la pensée politique, l'espace et le territoire au XXe siècle. Paris: Nathan, 1994.
- Conferência de Potsdam organiza Alemanha pós-guerra**, DW Brasil, 2016. disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/1945-conferência-de-potsdam-organiza-alemanha-pós-guerra/a-593737>. Acesso em: 30 de maio de 2022

COSCIONI, Fernando José. **Richard Hartshorne**, *Terra Brasilis (Nova Série)* [Emlínea], Publicado em 29 dezembro 2017, Disponível em: <http://journals.openedition.org/terrabrasilis/2332>. Acesso em: 1 de maio de 2022

COSTA, Wanderley Messias da. **Geografia Política e Geopolítica**. São Paulo: HUCITEC, 1992.

Departamento de Estado dos Estados Unidos, **A Influência do Poder Marítimo de Mahan na História**: Protegendo os Mercados Internacionais na década de 1890. Sessão de Marcos na História das Relações Exteriores dos EUA. Publicado em 2016.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

HARTSHORNE, Richard. Geographic and Political Boundaries in Upper Silesia. **Annals of the Association of American Geographers**, v. 23, n. 4, 1933. p. 195-228.

LIMA, Renan. Você conhece a história da União Soviética? **Politize!** 2019. Disponível em: <https://www.politize.com.br/uniao-sovietica/>. Acesso em: 1 de maio de 2022.

MELLO, Leonel Itaussu. **Quem tem medo da geopolítica?** São Paulo: Edusp; Hucitec, 1999. (Col. Geografia: teoria e realidade, 45).

MORGENTHAU, Hans. **A política entre as Nações**: a luta pelo poder e a paz. Tradução de Oswaldo Biato. Editora Universidade de Brasília: São Paulo, 2003.

NOVELO, Rafael. O que foi a Conferência de Bretton Woods? **Politize!** 2021. Disponível em: <https://www.politize.com.br/conferencia-de-bretton-woods/>. Acesso em: 29 de maio de 2022.

ORWELL, George. **You And The Atomic Bomb**. Publicado em 19 de outubro de 1945. Disponível em: <https://archive.org/details/YouAndTheAtomicBomb-English-GeorgeOrwell/page/n1/mode/1up?view=theater>. Acesso em: 23 de maio de 2022.

PENNACCHI, Andrea. **A Guerra Fria e a Política Contencionista de George Kennan no Estudo Comparativo de uma Elite do Poder (1945 - 1950)**. 2011. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/103137/000648938.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 1 de maio de 2022.

PPENNACCHI, Andrea. **George F. Kennan e a Política de “Contenção” da Guerra Fria**. 2011. Disponível em: <https://docplayer.com.br/34505883-George-f-kennan-e-a-politica-de-contencao-da-guerra-fria.html>. Acesso em: 1 de maio de 2022.

PRADO, Luiz Carlos Delorme. A Grande Depressão e a Grande Recessão: Uma comparação das crises de 1929 e 2008 nos EUA. **Revista Econômica**, Niterói, v 13, n 2, dezembro 2011. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/revistaeconomica/article/view/34830/20086>. Acesso: 13 de junho de 2022.

RABE, Stephen G. "Theodore Roosevelt, o Canal do Panamá e o Corolário de Roosevelt: Diplomacia da Esfera de Influência", cap. 16 em Serge Ricard, ed., **A Companion to Theodore Roosevelt** (2011).

RUA, João. A Geopolítica Americana da Independência à Guerra-Fria. **Geo UERJ Revista do Departamento de Geografia**, UERJ, RJ N.9, Pag. 33-44, Rio de Janeiro/RJ, 2001.

SARAIVA, José Flávio Santos (organizador). **História das relações internacionais contemporâneas**: da sociedade internacional do século XIX a era da globalização. São Paulo: Saraiva, 2007.

WHITTLESEY D. **The Earth and the state: a study of political geography**. Vol. 234. Arno Press. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1191/0309132502ph396xx?journalCode=phgb>. Acesso em: 1 de maio de 2022.



A IMPORTÂNCIA DA PRÁTICA DA COLETA SELETIVA

Adriane Isabele Froes Santos^{1*}, Inácia Micaele Ferreira Cantão¹,
Ana Cassia do Carmo Correa¹, Naêde Rocha de Lima Souza Rocha²

1. Acadêmicas do Curso de Gestão Financeira da Faculdade La Salle Manaus.

*E-mail: 20892276@faculdadelasalle.edu.br

2. Professor da Faculdade La Salle Manaus, Orientador.

E-mail: naede.rocha@lasalle.org.br

RESUMO

Muito se tem discutido nos últimos anos acerca da degradação do meio ambiente, não só à queimada das florestas geram prejuízos ao meio ambiente, mas também um lixo descartado de maneira incorreta, a cidade de Manaus está no meio da maior floresta tropical do mundo é de suma importância levar aos seus cidadãos informações que os façam ter em mente a sua responsabilidade como cidadão pelo bem estar do meio ambiente, o projeto de coleta seletiva vem com esse propósito de conscientizar os cidadãos.

PALAVRAS-CHAVE: Gestão Financeira, Coleta Seletiva, Meio Ambiente.

INTRODUÇÃO

Por meio deste trabalho iremos abordar pontos valiosos para o incentivo à prática da coleta seletiva, de como realizar o descarte correto dos lixos por meio da coleta seletiva, podendo dessa maneira reduzir os impactos no meio ambiente, e quem sabe no futuro ela possa ser usada como exemplo na referência de coleta seletiva, para que isso aconteça é preciso levar a maior quantidade de informações possíveis aos cidadãos sobre a importância da prática e trazer a conscientização sobre os postos de coleta, um dos nossos objetivos e usar as redes sociais a favor deste trabalho e sempre com o objetivo de informar e orientar os cidadãos. Nosso objetivo principal é levar as informações necessárias a respeito do assunto.

Neste sentido o objetivo geral deste trabalho foi elaborar uma conta em uma rede social de bastante acesso, como o Instagram e levar o incentivo e as informações ao máximo de pessoas sobre a prática da coleta seletiva.

Entre os objetivos específicos, destaca-se: Conhecimento, Prática, Importância do governo em relação à coleta seletiva, Informação ao cidadão sobre o que é reciclável ou não.

A IMPORTÂNCIA DA COLETA SELETIVA

A coleta seletiva é de extrema importância para o desenvolvimento sustentável e tornou-se uma ação importante na vida moderna devido ao aumento do consumo e conseqüentemente do lixo produzido. O lixo mundial deve ter um aumento de 1,3 bilhão de toneladas para 2,2 bilhões de toneladas até o ano de 2025, segundo as estimativas do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma). O Brasil produz, atualmente, cerca de 228,4 mil toneladas de lixo por dia, segundo a última pesquisa de saneamento básico consolidada pelo IBGE, em 2000. O chamado lixo domiciliar equivale a pouco mais da metade desse volume, ou 125 mil toneladas diárias. Adotar pequenas atitudes na rotina e preparar a casa ou empresa para separar corretamente o lixo é uma das melhores maneiras para ajudar na preservação do meio ambiente.

De acordo com pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mais de 20 milhões de pessoas não tem acesso a nenhum tipo de coleta de lixo no Brasil. O destino da crescente quantidade de lixo é um problema a ser pensado pela administração pública e a sociedade como um todo. Nesse sentido, a coleta seletiva de lixo é uma ação importante já que é o primeiro passo para a reciclagem do lixo não-orgânico. Com a atividade abaixo, a turma pode ter contato com esse tema, além de trabalhar outros conteúdos.

Por que fazer coleta seletiva pública?

A coleta seletiva é o recolhimento de resíduos que foram selecionados e separados conforme sua composição, origem e similaridades, tais como vidro, plástico, resíduos industriais, substâncias orgânicas, metais, lixo hospitalar e papel. Assim, um cidadão ou uma organização pode fazer a seleção e disponibilizar o material, para que a coleta seja realizada de modo adequado. Mas por que isso é importante? A Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), instituída pela já mencionada lei nº 12.305/10, criou instrumentos para lidar com os problemas ambientais e socioeconômicos que surgem a partir do gerenciamento impróprio de resíduos sólidos. Nesse contexto, foram estabelecidas metas para instituições públicas e privadas a fim de otimizar o manejo desses materiais.

A reciclagem, por sua vez, é um processo de grande importância para o meio ambiente e para a indústria. Por meio dela, os materiais usados podem ser renovados



e reinseridos na cadeia de produção, reduzindo o impacto nas duas pontas do sistema: diminui a necessidade de extrair mais recursos naturais e retira do meio ambiente aqueles materiais que demorariam anos ou até séculos para se decompor.

Você sabia que o Brasil já realiza a coleta de papel para reciclagem e de outros resíduos há mais de 30 anos? Hoje em dia, a coleta seletiva já se consolidou como uma atividade extremamente importante, pois evita que este material seja descartado de maneira incorreta e acabe poluindo o meio-ambiente. Primeira experiência documentada de coleta de papel para reciclagem no Brasil teve início em abril de 1985 no bairro de São Francisco, em Niterói-RJ. Na ocasião, não só o papel foi separado do lixo orgânico e coletado, mas também outros resíduos, como plástico, metal e vidro. Um dos grandes articuladores do trabalho pioneiro foi o professor Emilio Eigenheer que estudou na Alemanha, entre 1981 e 1982. Lá, ele se interessou pela gestão local de resíduos sólidos e, de volta ao Brasil, mobilizou os vizinhos para a separação do lixo doméstico.

A coleta seletiva de lixo é de extrema importância para as empresas e para a população, pois além de gerar renda para catadores que sobrevivem dessa atividade, também gera economia para as empresas e diminui a poluição do meio ambiente. Através da coleta seletiva vemos uma aplicação da educação ambiental, uma vez que é necessária a conscientização dos funcionários para a separação correta dos resíduos. Cada tipo de resíduo tem um processo próprio de reciclagem, se misturados a sua reciclagem torna muito cara ou inviável.

Por este motivo, a Política Nacional de Resíduos Sólidos estabeleceu que a coleta seletiva permita a segregação entre resíduos recicláveis secos e rejeitos. O 5s é uma das ferramentas do pensamento Lean que ajuda a criar a cultura da disciplina, identificar problemas e gerar oportunidades para melhorias. A proposta do 5s é reduzir o desperdício de recursos.

IMPACTOS AMBIENTAIS E SUAS AMEAÇAS

Nos últimos anos muito se tem discutido sobre os impactos ambientais, pode se notar uma preocupação maior com o meio ambiente e sua degradação, a destinação do lixo de maneira correta e plausível para a redução dos impactos ambientais, pois o lixo descartado de maneira incorreta pode se tornar muito

prejudicial ao meio ambiente e para a sociedade. Conforme André (2020, p. 78) “A Coleta seletiva é um método que otimiza os processos de destinação do lixo. A importância da coleta seletiva é justamente a redução dos impactos ambientais do consumo”.

Podemos definir que a coleta seletiva é a ferramenta que traz excelentes resultados para a sociedade e para o meio ambiente e benefícios positivos, pois muitas pessoas que não têm conhecimento de como funciona as etapas da coleta, acabam aprendendo e levando para o resto de suas vidas, como por exemplo guardar um plástico na bolsa, em vez de jogar na rua, ou aderir para sua vida o uso de sacolas biodegradáveis, o quanto isso se tornar útil e agradável para o meio ambiente.

Conforme Monteiro (2001, p.45) “A Coleta Seletiva é um importante instrumento de iniciação para a aquisição do conhecimento das interações ambientais, estimulando o desenvolvimento de uma maior consciência ambiental e dos princípios de cidadania pela população”. A partir do momento que esse assunto se torna discutido pela população, a conscientização dobra o peso em todos os aspectos, a importância da informação distribuída reduz os danos causados pela falta de conhecimento desse assunto.

Os benefícios desse processo são sentidos pelo meio ambiente e pela própria população. Tudo o que pode ser reciclado soma cerca de 40% do descarte doméstico (Política Nacional de Resíduos Sólidos). Por meio da coleta seletiva, veremos os bons reflexos no nosso planeta e na nossa natureza, e muitas pessoas não sabem que além do benefício ao meio ambiente, traz também para a economia menos gastos com a limpeza urbana com a saúde pública, que não é uma das melhores e o controle da poluição dos solos, rios e ar.

Tabela 1 – Participação dos cidadãos –2021-2022

Descrição	Local	Mês/ano	Público-alvo	Número de seguidores
Conta Criada	Manaus, AM	Novembro/2021	Cidadãos de Manaus	–
Funcionamento da conta	Manaus, AM	Outubro/2022	Cidadãos de outras cidades	500
Alcance	Rio de Janeiro	Setembro/2022	1,2%	
Faixa etária	Manaus, AM	Setembro/2022	18/24	500

Fonte: @sosreciclagemm

Em 1990, quando ainda pouco se falava em coleta seletiva, o Condomínio Conjunto Nacional (CCN), em São Paulo, deu um importante passo nessa direção. O objetivo na ocasião era diminuir o volume de lixo a ser retirado e melhorar as condições de qualidade de vida, higiene e segurança, tanto para os funcionários da limpeza, quanto para os condôminos.

No dia 10 de março de 1992 foi aprovado e oficializado por assembleia dos condôminos do CCN o Programa Permanente de Coleta Seletiva – iniciativa pioneira em edifícios. A partir daí, todos os resíduos recicláveis: papel, plástico, vidro e metais passaram a ser separados do lixo orgânico e coletados periodicamente.

Segundo CEMPRE, Lixo Municipal – Manual de gerenciamento integrado, (2000, p. 29):

Aquele originado na vida diária das residências, constituído por restos de alimentos (cascas de frutas, verduras, sobras etc.), produtos deteriorados, jornais e revistas, garrafas, embalagens em geral, papel higiênico, fraldas descartáveis e uma grande diversidade de outros itens. Contém, ainda, alguns resíduos que podem ser tóxicos.

A Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) publicou em 2004 a NBR 10.004, que define resíduos sólidos como:

Resíduos sólidos são resíduos nos estados sólidos e semissólidos, que resultam de atividades da comunidade, de origem: industrial, doméstica, de serviços de saúde, comercial, agrícola, de serviços e de varrição. Consideram-se também resíduos sólidos os lodos provenientes de sistemas de tratamento de água, aqueles gerados em equipamentos e instalações de controle de poluição, bem como determinados líquidos, cujas particularidades tornem inviável o seu lançamento na rede pública de esgotos ou corpo d'água, ou exijam para isso soluções técnicas e economicamente inviáveis em face à melhor tecnologia disponível (ABNT, 2004).

Já a PNRS define resíduos sólidos em seu art. 3º, inciso XVI, define resíduos sólidos como:

[...] Material, substância, objeto ou bem descartado resultante de atividades humanas em sociedade, a cuja destinação final se procede, se propõe proceder ou se está obrigado a proceder, nos estados sólido ou semissólido, bem como gases contidos em recipientes e líquidos cujas particularidades tornem inviável o seu lançamento na rede pública de esgotos ou em corpos d'água, ou exijam para isso soluções técnica ou economicamente inviáveis em face da melhor tecnologia disponível (BRASIL, 2010c).

Resíduo orgânico é caracterizado por sobras vegetais e animais em geral, como casca de frutas, verduras e poda de áreas verdes. Esta fração de resíduos pode ser valorizada e transformada em adubo (HOWARD, 1943 traduzido por JESUS, 2007).

De acordo com o site BBC NEWS BRASIL a maioria dos brasileiros não sabe como funciona a coleta seletiva de lixo reciclável e desconhece informações sobre os tipos de materiais plásticos que são reaproveitáveis, segundo uma pesquisa da consultoria global Ipsos feita em 28 países e publicada nesta semana. No Brasil, 54% dos entrevistados disseram que não, ou seja, menos da metade das pessoas entendem o funcionamento da coleta seletiva em sua região.

No país, 65% dos entrevistados acreditavam que todos os plásticos podem ser reciclados, o que não é real: alguns tipos, como embalagens metalizadas, adesivos e papel celofane, não podem ir para a coleta seletiva.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na cidade de Manaus, a prefeitura disponibiliza 36 pontos de coleta seletiva por meio da Secretaria Municipal de Limpeza Urbana, são locais que recebem resíduos para reciclagem, evitando o descarte irregular dos resíduos. “Proíbe o descarte para destinação final e tratamento dos denominados “resíduos de terceiros” nas dependências do Aterro de Resíduos Sólidos Públicos do Município de Manaus.”

Outras formas de minimizar os problemas causados pela falta de informação da população sobre os serviços que a prefeitura dar o suporte, seriam cada vez mais os empresários olharem para os catadores, ajudarem essa classe que estar cada vez mais crescendo e fazendo a diferença. Continuaremos dando sequência ao nosso projeto, para que as informações sobre a coleta seletiva, não passe despercebida pela população e os usuários que acompanham cada postagem e essa troca de informação necessária sobre a reciclagem.

Alcançamos um número muito significativo, pois superou nossas expectativas, nosso alvo era chegar na população manauara, atingimos pessoas das cidades do Rio de Janeiro e São Paulo, dentre outras. Passamos informações preciosas não só para pessoas da Cidade de Manaus, mas também para outras cidades, isso se tornou de um destaque valioso.

REFERÊNCIAS

BENEFÍCIOS da coleta seletiva para o meio ambiente. **Contemar ambiental**, 2020. Disponível em: <http://blog.contemar.com.br/beneficios-da-coleta-seletiva-para-o-meio-ambiente/>. Acesso em: 10 de out. de 2021.

COMO implantar um projeto de coleta seletiva eficiente nas empresas. **Vgresíduos**, 2020. Disponível em: <https://www.google.com/amp/s/www.vgresiduos.com.br/amp/blog/como-implantar-um-projeto-de-coleta-seletiva-eficiente-nas-empresas/>. Acesso em: 18 de out. de 2021.

DESCARTE de material reciclável pode ser feito em 36 postos de Manaus. **Amazonas atual**, 2020. Disponível em: <https://amazonasatual.com.br/descarte-de-material-reciclavel-pode-ser-feito-em-36-postos-em-manaus/>. Acesso em: 22 de out. de 2021.

DIANA, Daniela. Coleta Seletiva. **Toda Matéria**, São Paulo, 21 de julho de 2020. Disponível em: <https://www.todamateria.com.br/coleta-seletiva/>. Acesso em: 15 de out. de 2021.

LEGNAIOLI, Stella. O que é coleta seletiva e qual sua importância. **Ecycle**. 2020. Disponível em: <https://www.ecycle.com.br/coleta-seletiva/>. Acesso em: 18 de out. de 2021.

MANAUS. **Coleta seletiva em Manaus**. Semulsp, 2021. Disponível em: <https://semulsp.manaus.am.gov.br/coleta-seletiva/>. Acesso em: 15 de out. de 2021.

PA, Jucélio. Apenas 2% do lixo gerado em Manaus é reciclado; veja pontos de coleta. G1 Amazonas, 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2021/08/10/apenas-2percent-do-lixo-gerado-em-manaus-e-reciclado-veja-pontos-de-coleta.ghtml>. Acesso em: 10 de out. de 2021

QUAIS são os benefícios da coleta seletiva. **Larplasticos**, 2021. Disponível em: <https://www.larplasticos.com.br/ultimas-noticias/quais-sao-os-beneficios-da-coleta-seletiva/>. Acesso em: 03 de out. de 2021.



PROJETO DE MELHORIA DE PROCESSOS NA EMPRESA ALPHA

Christhian Ribeiro Gatto^{1*}, Deborah Vidal Vitoria¹,
Fabian Diego de Souza Dantas¹, Naêde Souza Rocha²

1. Acadêmicos do Curso de Ciências Contábeis da Faculdade La Salle Manaus.

*E-mail: christhian.gatto@outlook.com

2. Professor da Faculdade La Salle Manaus, Orientador.

E-mail: naede.rocha@lasalle.org.br

RESUMO

Este trabalho discorre sobre melhoria de processo e seu desenvolvimento em uma empresa privada e tendo como Problema de Pesquisa a seguinte questão: Por que a atividade de recebimento de cargas aéreas da empresa Alpha possui o maior índice de acidentes na fábrica? Seguindo do objetivo geral: Desenvolver estratégias para eliminar os riscos de acidentes e danos a equipamentos na atividade de recebimento de materiais na empresa ALPHA, e teve como objetivos específicos: Realizar coleta de dados de toda a logística da empresa; catalogar todos os processos de risco de acidentes e utilizar ferramentas da qualidade que contribuam com a melhoria. A metodologia deste trabalho está pautada em pesquisa de campo e bibliográfica, utilizamos como instrumento de coleta de dados um questionário criado contendo 03 perguntas objetivas que foram compartilhadas e respondidas no método SnowBall entre os funcionários da empresa ALPHA.

PALAVRAS-CHAVE: Melhoria contínua, Planejamento, Segurança

1 INTRODUÇÃO

A empresa ALPHA Ltda, prestadora de serviços para uma empresa no polo industrial de Manaus nas atividades de recebimento de mercadorias e controle de estoques, serviu de objeto de estudo para melhorias de processos na sua atividade de recebimento de cargas aéreas. Por prestar suas atividades nas dependências do contratante, não possui total autonomia para realizar mudanças sem necessidade de avaliação e aprovação do contratante.

Em sua atividade de recebimento, por não haver estrutura adequada para cargas aéreas, utiliza formas improvisadas, que colocam em risco a integridade física dos colaboradores e possíveis danos a estrutura física de seus equipamentos e materiais.

Foi realizada uma análise em todo o processo de recebimento, conferência e armazenagem dos carregamentos de modal aéreo, seguindo padrões de ferramentas



de qualidade específicas para coleta das informações, no qual foram essenciais para a elaboração deste projeto.

Nesta atividade de coleta de informações sobre a logística aplicada na prática, percebe-se sempre a existência de algo a ser melhorada em todos os processos, para ganho de eficiência, melhoria ergonômica e principalmente assegurar a saúde e integridade física de todos os colaboradores. A melhoria contínua nunca acaba, no entanto é necessário um olhar mais criterioso da gestão em todas as ações que podem ocasionar acidentes de trabalho.

Projeto de melhoria contínua é aquele que mexe o ponteiro da empresa de alguma forma, seja reduzindo custos, aumentando resultados, melhorando a qualidade do serviço e/ou produto, fazendo com que as metas e objetivos sejam alcançados mais rapidamente (SANDER, 2020). Mensurando as dificuldades em cada processo e coletado as informações das possíveis causas desta atividade ser realizada deste modo, baseando-se nos resultados foi elaborado o este projeto de melhoria.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 Gerenciamento De Processos

Processo descreve um conjunto de atividades realizadas dentro de uma organização, formada por processamentos, serviços e informações com uma finalidade em comum. Para Cruz (2003), processos de negócios são atividades que objetivam transformar entradas ou insumos em bens ou serviços (saídas) que serão entregues a clientes, com agregação de valor ao longo das atividades. A gestão do processo pressupõe ciclos de aprendizado e exige sistematização do conhecimento (RINALDI JÚNIOR, 2006).

Para Müller (2010), o mapeamento de processos pode ser útil para a identificação dos processos essenciais e para análise sistêmica das organizações. O principal objetivo do mapeamento dos processos é entender e comunicar o fluxo das atividades e as transformações que ocorrem no interior do processo. O mapeamento de processos inclui: (i) análise de entrada e saída, que procura entender a transformação de bens e serviços ocorrida no interior do processo; e (ii) fluxogramas, que procuram descrever o fluxo de informação e a tomada de decisão dentro da operação estudada.

2.2 Cronograma de Atividades

O cronograma é uma ferramenta que serve para organizar as atividades, os recursos e os prazos de um projeto em um único diagrama visual. (ESPINHA, 2020). O primeiro passo é listar todas as atividades que deverão ser desenvolvidas no plano de projeto. Depois é necessário estipular um tempo para cada uma das tarefas.

Nosso cronograma foi estabelecido e cumprido de acordo com nossa disponibilidade de tempo e limite de acesso às dependências da empresa, que nos permitiu visitar áreas e compartilhar informações de sua logística para estudo.

Quadro 1 – Cronograma

ATIVIDADES	SET'20	OUT'20	NOV'20	DEZ'20	JAN'21	FEV'21	MAR'21
Formatação do grupo	EXECUTADO						
Escolha do tema		EXECUTADO					
Análise das causas		EXECUTADO					
Objetivo e Metas			EXECUTADO				
Soluções propostas			TRANSFERIDO				
Implantação				TRANSFERIDO	TRANSFERIDO	EXECUTADO	
Resultados obtidos				TRANSFERIDO	TRANSFERIDO		EXECUTADO

Fonte: Adaptada (MODELOS FÁCEIS, 2021)

As atividades dos meses de DEZ'20 e JAN'21 foram transferidas devido a paralisação de atividades por conta do decreto governamental.

3 METODOLOGIA

3.1 Tipo de Estudo

Quanto a natureza foi quantitativa utilizando questionários como recurso para elaborar os dados onde foi feita uma análise de cada questão. De acordo com Lakatos e Marconi (2017, p. 324 – 325),

A abordagem quantitativa, nas Ciências Sociais, é a mais apropriada para apurar atitude e responsabilidade dos entrevistados, uma vez que emprega questionários. A população estudada deve representar determinado

universo para que seus dados possam ser generalizados e projetados para o ambiente objeto de pesquisa.

Quanto aos meios a pesquisa possui caráter de pesquisa de campo e bibliográfico, tendo como base principal coleta de informações no local e registros de estudos já publicados, utilizando-os com finalidade de comprovar suas teorias através de livros, sites e artigos.

3.2 Universo e Amostra

O universo da pesquisa é composto por público-alvo funcionários da empresa ALPHA, realizando um questionário para obter resultados sobre as mais diversas opiniões para fins de análise e conclusão dos resultados.

A amostra foi composta pelo critério do público-alvo da atividade operacional que estejam realizando ou observado direto e/ou indireto com o tema em questão, foi disponibilizado um questionário de pesquisa com intenção de realizar um objeto de estudo e a partir deste fazer análises do questionário. Para Vergara (2012) É imprescindível definir o conjunto de elementos a serem analisados (universo) que possuem contato com o tema proposto e a amostra parte do universo escolhido de acordo com o critério de representatividade.

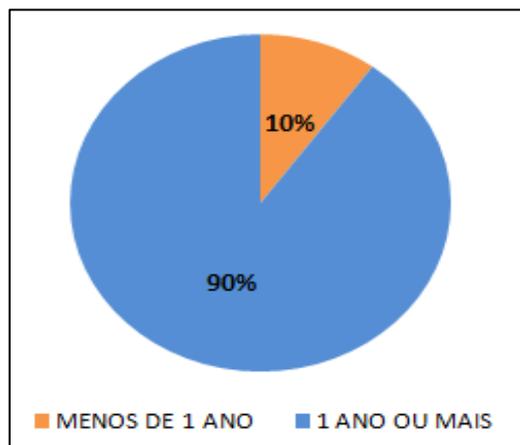
3.3 Coleta de Dados

O método utilizado para instrumento de coletas de dados foi sob forma de questionário elaborado no estilo *Snowball* “Bola de Neve”, onde é disponibilizado um link de acesso ao questionário sendo compartilhado de pessoa para pessoa que se enquadre nos critérios de inclusão. (MINAYO, 2016).

Compartilhamentos realizados através de e-mail e aplicativos de celular: WhatsApp. Fechadas com 03 questões múltiplas escolhas, por tratar-se de uma pesquisa quantitativa.

3.4 Resultados e Discussões

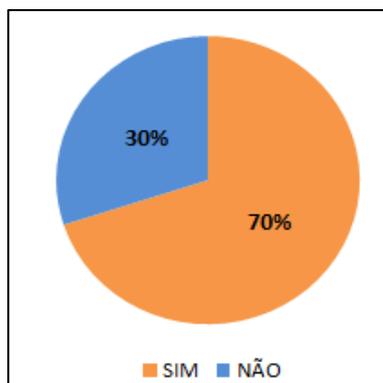
O questionário elaborado foi respondido por 70 colaboradores de processos operacionais distintos, a primeira pergunta objetivou identificar o tempo de serviço dos funcionários na empresa

**Quadro 2 – Quanto tempo você trabalha na empresa?**

Fonte: Elaborado pelos autores

Diante dos resultados apresentados, considera-se que os colaboradores com tempo de serviço menor que 1 (um) ano, equivalente a 10% sejam colaboradores novatos, no qual ainda não possuem experiência em todos os processos operacionais da empresa. Os 90% são funcionários veteranos nas atividades da empresa, pois devido a sua rotatividade de funções, são conhecedores de todos os processos.

A segunda pergunta objetivou identificar possíveis ocorrências de incidentes e/ou acidentes nos processos operacionais da empresa ALPHA, sendo 30% responderam que não trabalharam em nenhum processo considerado inseguro, enquanto 70% confirmaram ter exercido alguma função insegura.

Quadro 3 – Você já trabalhou em algum processo que considerou inseguro?

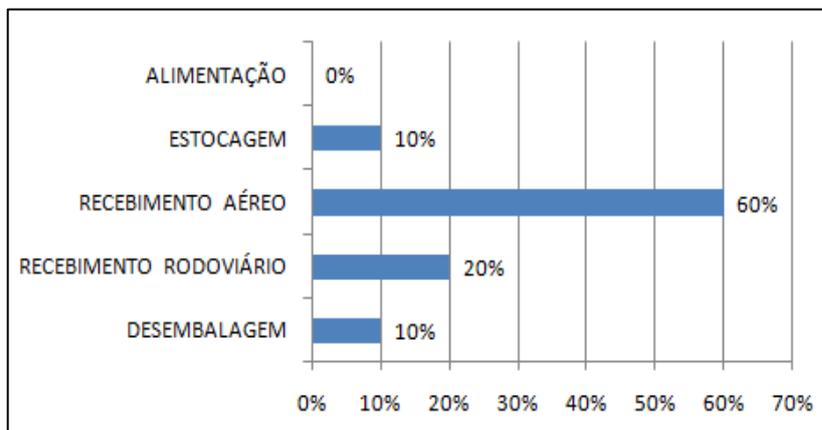
Fonte: Elaborado pelos autores

Devido a alta rotatividade de funções, a maior parte de 70% informou já ter trabalhado em algum processo inseguro, ou seja com alto risco de acidente, enquanto 30% informaram não ter exercido atividades em processos de risco.



Elencamos as principais atividades exercidas pelos colaboradores na empresa ALPHA.

Quadro 4 – Qual dessas atividades você considera mais insegura?



Fonte: Elaborado pelos autores

Através dos resultados mostrados na terceira questão, detectamos que a atividade com maior índice de insegurança, trata-se do recebimento aéreo. Atividade esta que tornou-se o objeto de estudo, no qual avaliamos todo o processo e analisamos todo o fluxo desta atividade no intuito de detectar seu principal fator de risco para elaboração de um plano de melhoria.

3.5 Fluxograma de Atividade

O fluxograma representa um processo que utiliza símbolos gráficos para descrever passo a passo a natureza e o fluxo desse processo. Ele tem como objetivo mostrar, de forma simples o entendimento do fluxo das informações e elementos evidenciando a sequência operacional que caracteriza o trabalho que está sendo executado tanto na empresa quanto no dia a dia. (MEDEIROS, 2018).

Abaixo segue uma representação do fluxograma da atividade de recebimento aéreo da empresa ALPHA, em uma análise detectamos os principais fatores que apresentam perigo para o funcionário nesta atividade. Catalogamos e destacamos as principais etapas de risco e iniciamos a coleta de informações de como é realizada esta atividade na prática.



Quadro 5 – Fluxograma



Fonte: Elaborado pelos autores

Após o puxe, o colaborador precisa iniciar o processo de transbordo da carga para paletes de madeira, separado por fornecedor e por nota fiscal que possa facilitar a conferência. (Processo extremamente moroso de acordo com a quantidade de volumes recebidos)

3.6 PROBLEMA E OBJETIVO

PROBLEMA: Risco elevado de acidente na descarga de materiais modal aéreo.

No processo de descarga, o colaborador da transportadora utiliza cintas de forma improvisada para realizar o puxe das pranchas metálicas para fora da carreta. O mesmo prende uma ponta da cinta na prancha metálica enquanto a outra ponta é envolvida na grade de proteção da empilhadeira, por tratar-se de um método não elaborado para realizar o puxe, o colaborador da transportadora precisa estar



segurando a cinta e acompanhando ao lado da empilhadeira até a prancha sair por completo da carreta.

Riscos ao colaborador:

- Risco de queda ao pisar nos roletes de dentro da carreta no ato de prender a cinta na prancha metálica.
- Risco de esmagamento por empilhadeira ao acompanhar a mesma no processo de puxada.
- Risco de esmagamento por prancha metálica no ato da empilhadeira fazer o levantamento para realizar o puxe (fora da carreta)

OBJETIVO: Eliminar os riscos de acidentes no processo de recebimento aéreo.

4 MATERIAIS E FERRAMENTAS

Após detecção dos problemas e objetivos definidos, seria necessário fazer um estudo do porquê essa atividade seguia neste fluxo. Utilizamos a ferramenta dos **5 porquês?** Com objetivo de chegarmos a um entendimento sobre as causas para darmos início a um plano de ação.

Por que o fluxo de descarga possui todas essas etapas?

- 1 – Porque o material é enviado direto do aeroporto.
- 2 – Porque torna-se mais fácil obter o material quando crítico.
- 3 – Porque não foi feito um estudo no fluxo para estes carregamentos.
- 4 – Porque falta revisão nos métodos de recebimento.
- 5 – Porque falta a revisão do padrão de serviço.

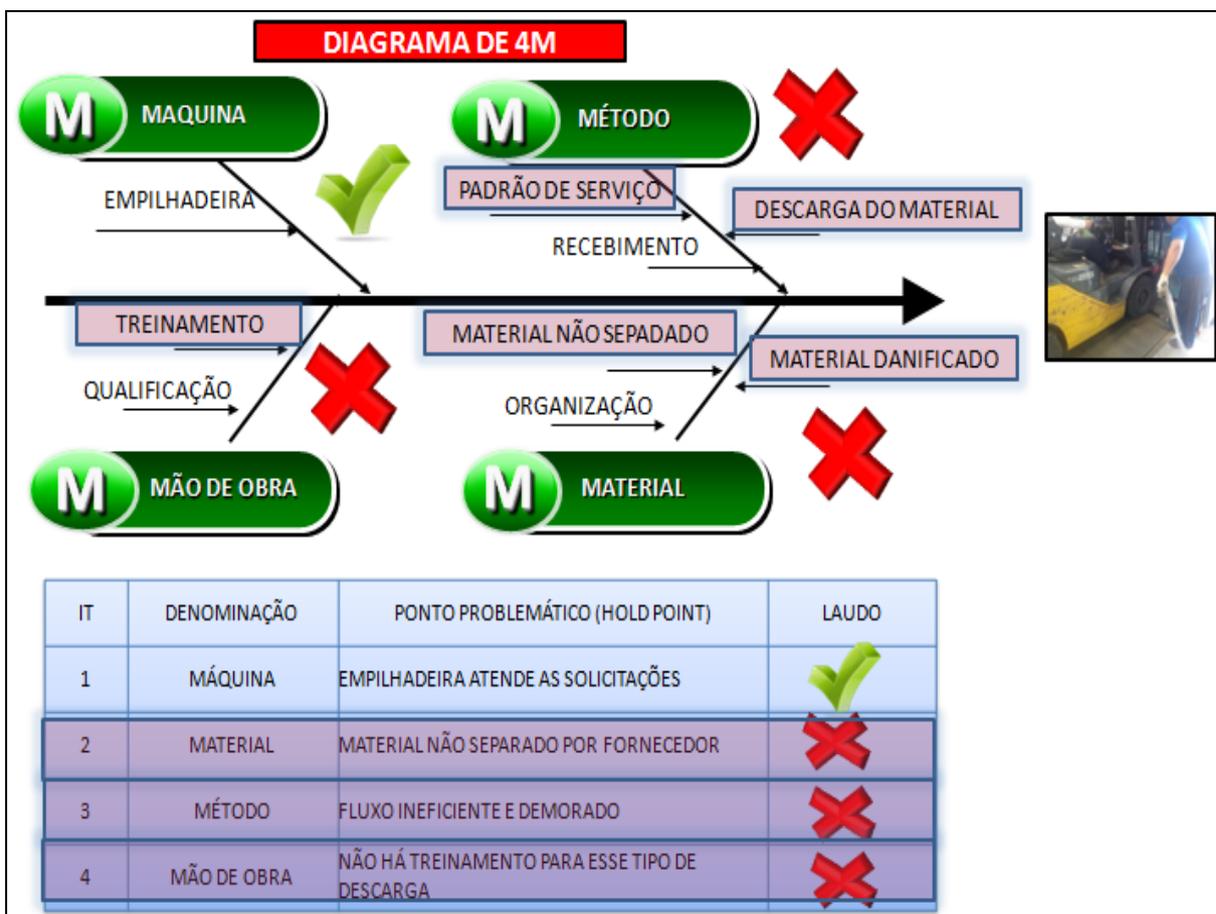
Os 5 Porquês é uma ferramenta que consiste em perguntar 5 vezes o porquê de um problema ou defeito ter ocorrido, a fim de descobrir a sua real causa, ou seja, a causa raiz. (NAPOLEÃO, 2019)

Através das respostas apresentadas por esta ferramenta, entendemos que o fluxo é realizado desta maneira por solicitação da empresa contratante, para que a carga chegasse direto do aeroporto com intuito de ganhar tempo para que a linha de produção não sofresse caso precisar-se de algum item em caráter de crítico,

entretanto, essa atividade estava sendo realizada de modo improvisado por não haver estrutura para recebimento de cargas em pranchas metálicas.

Após esta análise, foi elaborado o diagrama de causa e efeito (Diagrama de 4M) com objetivo de levantar os pontos problemáticos de todos os processos desta atividade, relacionando a forma de recebimento, o método de organização é eficaz para a conferência dos materiais.

Quadro 6 – Diagrama de 4M



Fonte: Adaptada (AMARAL, 2019)

Essa ferramenta da qualidade possibilita a visualização macroscópica dos aspectos que fazem parte do processo produtivo, facilitando, dessa maneira, uma visão geral das possíveis causas das anomalias. (AMARAL, 2019).

Na demonstração de causa e efeito, abrangendo 4 pontos: Máquina; Método; Mão de Obra e Material, observamos que para este fluxo somente a máquina atende

ao planejado. Mostrando que os demais fatores estão conforme para a execução da atividade.

MÁQUINA:

- Atende as solicitações de realizar o puxe da carga para fora da carreta.

MATERIAL:

- O recebimento da carga neste padrão torna o processo mais demorado, devido a carga chegar mista entre vários fornecedores, podendo causar avaria em materiais devido a não separação por peso.

MÉTODO:

- Fluxo de descarga e transbordo para paletes ser demorado.

MÃO DE OBRA:

- Não há nenhum treinamento específico para este processo de descarga aérea.

Após coleta de dados a respeito da atividade, era hora de colocarmos em estudo e elaborarmos um plano de ação que pudesse eliminar principalmente os riscos de acidentes e melhorar o fluxo, obtendo maior desempenho e ganho de tempo no recebimento aéreo.

Para isso, seria necessário que a proposta atendesse aos principais requisitos:

QUALIDADE; CUSTO; ORÇAMENTO; MÃO DE OBRA e principalmente **SEGURANÇA**.

Das propostas apresentadas, somente uma atendeu a todos os requisitos necessários para darmos continuidade na implantação.

- **QUALIDADE:** Carga chegaria na fábrica de forma organizada, separada por fornecedor e notas fiscais para facilitar a conferência pelo recebedor.
- **CUSTO:** Não haveria custos adicionais com a implantação, pois a empresa disponibilizaria uma quantidade de paletes para ser utilizada em vaivém com a transportadora.
- **ORÇAMENTO:** Sem necessidade de orçamento.



- **MÃO DE OBRA:** Sem necessidades de contratação de funcionários.
- **SEGURANÇA:** Eliminar os riscos de acidentes na descarga da carreta.

Quadro 7 – Quadro de Propostas

ITEM	SOLUÇÃO PROPOSTA	DETALHE DA SOLUÇÃO PROPOSTA	AVALIAÇÃO DA PROPOSTA				
1	TRANSBORDO DE MATERIAL PARA PALETE	CONTRATAÇÃO DE PESSOAS EXCLUSIVAS PARA SEPARAÇÃO DE MATERIAL	Q	C	O	M	S
			OK	NC	NC	NC	NC
			Ponto Crítico:				
			c/o/m/s	CUSTO NÃO ORÇADO DIFÍCIL GERENCIAMENTO RISCO DE ACIDENTE			
ITEM	SOLUÇÃO PROPOSTA	DETALHE DA SOLUÇÃO PROPOSTA	AVALIAÇÃO DA PROPOSTA				
2	AQUISIÇÃO DE ROLETES	FIXAÇÃO DE ROLETES NA ÁREA DA DOCA PARA FACILITAR O PUXE DAS PRANCHAS	Q	C	O	M	S
			OK	NG	NC	OK	OK
			Ponto Crítico:				
			c/o	CUSTO NÃO ORÇADO PARA AQUISIÇÃO DE ROLETES			
ITEM	SOLUÇÃO PROPOSTA	DETALHE DA SOLUÇÃO PROPOSTA	AVALIAÇÃO DA PROPOSTA				
3	ENVIO DE MATERIAL EM PALETE, SEPARADO POR FORNECEDOR	SOLICITA AO FORNECEDOR O ENVIAR DE MATERIAL EM PALETE.	Q	C	O	M	S
			OK	OK	OK	OK	OK
			Ponto Crítico:				
			OK	ATENDE A TODOS OS REQUISITOS.			

Fonte: Elaborado pelos autores

A ideia de realizar o recebimento em paletes vaivém tornaria o processo de recebimento mais seguro e mais eficiente para ambas as partes, tanto para a transportadora que não estaria expondo seu funcionário a um risco de acidente grave, e para o recebedor da carga que ganharia tempo na conferência dos materiais, pois já chegaria separado em paletes por fornecedor e número de nota fiscal para facilitar a conferência.

5 IMPLANTAÇÃO

Antes da implantação do projeto propriamente dito, utilizamos a ferramenta **5W2H** para compor os planos de ação de maneira rápida e objetiva, para que todos compreendessem o que seria realizado.



A ferramenta 5W2H é útil para solucionar diversas demandas. Ela parte de respostas a sete questões simples para chegar a um plano de ação específico, alinhado aos objetivos de um indivíduo, grupo ou organização. (FIA, 2020).

Quadro 8 – Ferramenta 5W 2H

5 W 2 H
WHAT – OQUE SERÁ FEITO?
MELHORIA NO PROCESSO
WHERE – ONDE SERÁ FEITO A MELHORIA?
NO RECEBIMENTO DE CARGAS AÉREAS.
WHY – PORQUE SERÁ REALIZADO A MELHORIA DO FLUXO?
FLUXO DEMORADO E INEFICIENTE, ALÉM DO ALTO RISCO DE ACIDENTES.
WHEN – QUANDO SERÁ REALIZADO A MELHORIA?
FEVEREIRO DE 2021
WHO – QUEM VAI IMPLANTAR A MELHORIA?
MELHORIA ELABORADA PELOS ACADÊMICOS E IMPLANTADA PELO GRUPO TÉCNICO DA EMPRESA ALPHA LTDA.
HOW – COMO SERÁ REALIZADO A MELHORIA?
SERÁ SOLICITADO A ENTREGA DO MATERIAL AÉREO EM PALETE.
HOW MUCH – TEREMOS CUSTO COM A MELHORIA?
CUSTO R\$ 00,00 PARA IMPLANTAÇÃO DA PROPOSTA.

Fonte: adaptado (FIA, 2020)

Com a implantação da proposta foi perceptível a drástica mudança no fluxograma da atividade, onde a mesma anteriormente precisaria de 11 etapas para ser concluída. Com a nova definição todo o processo é concluído em apenas 06 etapas. Ganhando assim grande eficiência na descarga e principalmente na conferência dos materiais, eliminando risco de acidentes operacionais com o colaborador da transportadora, que anteriormente precisava acompanhar o puxe das pranchas ao lado da empilhadeira.

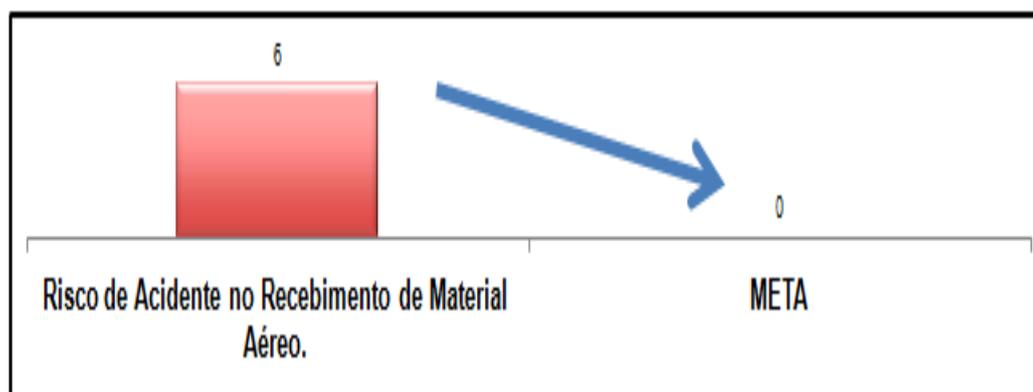
Quadro 9 – Novo Fluxograma



Fonte: Elaborado pelos autores

Além de melhorar também a atividade dos conferentes de cargas no qual já recebem o material pronto para conferência, separado por fornecedor, número de notas fiscais e principalmente com o peso balanceado para evitar qualquer incidente.

Quadro 10 – Metas



Fonte: Elaborado pelos autores

Com a retirada dessas 6 etapas perigosas no processo, conseguimos eliminar as chances de acidentes na operação, completando assim o nosso objetivo de eliminar os riscos de acidentes no processo de recebimento aéreo.



6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através das análises das causas, problemas e soluções realizadas pela equipe, foi possível chegar a uma melhor forma para ambas as partes, Empresa ALPHA e TRANSPORTADORA. Objetivando a segurança de todos os seus colaboradores em cada atividade realizada, foram reformulados alguns processos que possuíam níveis elevados de acidentes no qual o exercício diário desta atividade já tornava o risco imperceptível aos olhos de gestores.

Considera-se que o risco de acidente envolvendo máquina e colaborador no processo de recebimento de cargas aéreas foi eliminado, simplesmente com análises aprofundadas através de ferramentas da qualidade, que foram essenciais para a detecção dos problemas e possíveis soluções. No qual a atividade escolhida foi possível obter grandes resultados com poucas alterações.

Vale ressaltar que toda a alteração foi avaliada por técnicos da empresa contratante e houve a permissão para implantação da melhoria, no qual destaca-se por ser uma ideia simples, que ajudou no processo ergonômico, na agilidade do processo e sem custos adicionais.

REFERÊNCIAS

- AMARAL, Fábio. **Diagrama de Ishikawa**: o que é e como fazer. Disponível em: <https://gestaoprodutiva.com.br/diagrama-de-ishikawa-o-que-e-como-fazer/>. Acesso em: 16/09/2022
- CRUZ, T. Sistemas **métodos e processos**: administrando organizações por meio de processos de negócios. São Paulo: Atlas, 2003.
- ESPINHA, Roberto. **Cronograma**: o que é e tudo sobre como gerenciar tarefas e projetos. Artia, 2020. Disponível em: <https://artia.com/cronograma/>. Acesso em 03/10/2022.
- FIA. **5W2H**: o que é, como funciona e por que você deveria usar? Disponível em: <https://fia.com.br/blog/5w2h/>. Acesso em: 04/10/2022.
- LAKATOS, Eva Maria e MARCONI, Maria de Andrade. **Metodologia científica**. 7ª edição. São Paulo: Atlas, 2017.
- MEDEIROS, Emily. **Portal de Eventos do IFRS**, III Mostra de Pesquisa, Ensino e Extensão do IFRS - Campus Viamão, 2018. Disponível em: <https://eventos.ifrs.edu.br/index.php/moepexviamao/Viamao2018/paper/view/5872>. Acesso em 25/09/2022.
- MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 9. ed. São Paulo: HUCITEC, 2006.
- MODELOS FÁCEIS. **Modelos de cronogramas**, 2021. Disponível em: <https://www.modelosfaceis.com.br/modelos-de-cronogramas/> Acesso em 30/09/2022

MULLER, Guilherme; **Análise de processos e oportunidades de melhorias em uma empresa de serviços**. 2010. Produção Online. Disponível em: <https://www.producaoonline.org.br/rpo/article/view/241>. Acesso em: 10/09/2022

NAPOLÉÃO, Bianca. **Ferramentas da qualidade**. Disponível em: <https://ferramentasdaqualidade.org/5-porques/>. Acesso em: 30/09/2022.

RINALDI JR. R. Projeto ou processo: questão de escolha. **HSM Management**. fev. 2006. Disponível em: http://www.hsm.com.br/editorias/processos/projeto_ou_proc.php. Acesso em: 25/09/2022.

SANDER, Carlos. **Projeto de melhoria contínua**: passo a passo para fazer na sua empresa; CAE Treinamentos, 2020. Disponível em: <https://caetreinamentos.com.br/blog/melhoria-continua/projeto-melhoria-continua/#:~:text=Um%20projeto%20de%20melhoria%20cont%C3%AAdua%20%C3%A9%20um%20plano,quipe%20realizam%20a%20gest%C3%A3o%20para%20que%20os%20>. Acesso em 15/09/2022.

VERGARA, Silvia. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 8ª ed. São Paulo: Atlas, 2012.



A IMPORTÂNCIA DA GESTÃO FINANCEIRA NO SISTEMA FIEAM

Jose Rogerio Cordeiro Antony Neto¹; Naêde Souza Rocha²

1. Acadêmico do Curso de Tecnologia em Gestão Financeira da Faculdade La Salle Manaus.
E-mail: 20891638@faculdadelasalle.edu.br
2. Professor da Faculdade La Salle Manaus, Orientador.
E-mail: naede.rocha@lasalle.org.br

RESUMO

A gestão financeira foca na manutenção da empresa no mercado, que está cada vez mais dinâmico e competitivo, por isso, interfere de maneira direta na funcionalidade da organização, nesse sentido, uma gestão financeira equilibrada é essencial para a sobrevivência da entidade. Sendo assim, o objetivo do presente trabalho é abordar a importância da Gestão Financeira na FIEAM, e para tanto tem como objetivos específicos: apresentar o conceito gestão financeira, apresentar os instrumentos de controle financeiro e apresentar o panorama e histórico do Sistema FIEAM. Para atribuir para esse estudo o status de cientificidade requerido, a pesquisa realizada teve caráter qualitativo e bibliográfico, e para tanto os dados foram coletados em periódicos eletrônicos, artigos científicos, livros, revistas e sites especializados. Por meio da metodologia apresentada, buscou-se explicar a importância da gestão financeira na FIEAM. Concluiu-se que gestão financeira está diretamente, se devidamente realizada, resulta na vitalidade da empresa, sendo fundamental para que a organização disponha de longevidade e sustentabilidade.

PALAVRAS-CHAVE: Gestão Financeira. Instrumentos de Controle Financeiro. FIEAM.

1. INTRODUÇÃO

O mercado é competitivo e exige que as empresas estejam cada vez mais preparadas para lidar com a dinâmica da sociedade, que está em constante transformação pelas ações humanas, cujos reflexos afetam diretamente no mercado. Nesse contexto, as empresas precisam crescer e para tanto necessitam ter o controle de suas finanças, pois sem isso não conseguirão ter sucesso. Nesse sentido, a gestão financeira é essencial para todas as organizações empresariais consigam obter excelentes resultados, alcançando os objetivos e metas propostos. E para tanto a empresa deve ter como prioridade o planejamento e análise de dados que permitam os gestores visualizar o panorama da organização, e para tanto é necessário a utilização de instrumentos que podem auxiliar na gestão.

Sendo assim, o objetivo do presente trabalho é abordar a importância da Gestão Financeira na FIEAM, e para tanto tem como objetivos específicos: apresentar o conceito gestão financeira, apresentar os instrumentos de controle financeiro e apresentar o panorama e histórico do Sistema FIEAM. Para atribuir para esse estudo o status de cientificidade requerido, a pesquisa realizada teve caráter qualitativo e bibliográfico, e para tanto os dados foram coletados em periódicos eletrônicos, artigos científicos, livros, revistas e sites especializados. Por meio da metodologia apresentada, buscou-se explicar a importância da gestão financeira na FIEAM.

2. DESENVOLVIMENTO

2.1 CONCEITO DE GESTÃO FINANCEIRA

A gestão da área financeira de uma empresa é de extrema importância, pois sem recursos é impossível que a organização continue funcionando e tão pouco atinja seus objetivos e metas. É nessa área que são monitorados as finanças, valores recebidos e valores gastos, sendo possível estabelecer os valores gastos por departamento, sendo possível mensurar seus lucros e prejuízos.

Miranda e Souza (2019, p.3) destacam que:

A administração financeira é uma parte integrada da economia que utiliza para o exercício das atividades empresariais o uso da contabilidade, da matemática financeira e comercial. Além de ser caracterizada por exercer papel importante no planejamento, na maximização dos lucros, na avaliação de retornos e na prevenção de riscos futuros das organizações.

Chiavenato (2014) conceitua gestão financeira como sendo a área da administração responsável por tratar os recursos financeiro da empresa ou organização, e para tanto tomam decisões básicas acerca do orçamento de capital, criação de riqueza, empréstimo com o objetivo de assegurar suas operações, fontes de fundos com menor custo, definir quando e onde os recursos serão utilizados, gestão do capital de giro, entre outros.

Gimenez, et al. (2016, p.4) pontua que:

[...] a administração financeira é a busca pela eficiência na alocação e captação de recursos, para ele, a evolução da área financeira exigiu do gestor financeiro uma necessidade de visão sistêmica, além de uma visão mais integrativa da empresa e de seu relacionamento com o ambiente externo. [...] o gestor financeiro deve buscar também alternativas viáveis que possam reduzir custos e alcançar uma maximização do lucro sem afetar a qualidade de seus produtos e dos serviços prestados, ou seja, o conhecimento restrito e as técnicas da área financeira se mostram insuficientes para o mundo atual.

A gestão financeira é essencial para que as organizações consigam se manter em funcionamento em um mercado extremamente competitivo, e para tanto faz-se necessário desenvolver soluções para os desafios que envolvem o planejamento financeiro, fluxo de caixa, capital de giro, pagamentos e recebimentos, além dos parâmetros de controle. Fonseca (2012, p. 24) salienta que “a gestão financeira focaliza basicamente o estabelecimento de controles, o planejamento e a solidez da organização”.

No Quadro 1, são apresentados os principais tópicos relacionados a administração financeira:

Quadro 1: Síntese dos Tópicos Relacionados a Administração Financeira

TÓPICOS	SÍNTESE
ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	A gestão dos recursos financeiros em uma empresa tem importância vital para a consecução de suas atividades. As empresas de pequeno porte apresentam histórico de fraca profissionalização financeira, não atingindo assim o objetivo maior da administração financeira: maximização do lucro.
PLANEJAMENTO FINANCEIRO	O planejamento é a base da gestão. Administrar com eficácia exige um plano de ação previamente elaborado, um objetivo a atingir. A gestão financeira nas pequenas empresas, segundo pesquisas realizadas, carece de um planejamento para que esta gestão origine os resultados necessários continuidade da empresa.
CAPITAL DE GIRO	O capital de giro é o combustível para que todos os processos em uma empresa sejam concluídos. De acordo com o segmento de atuação, a necessidade de capital de giro pode ocorrer ou não, constantemente ou sazonalmente. A história das empresas de pequeno porte apresenta não só a ausências destes recursos, assim como a ausência de conhecimentos sobre este tema e falta de disposição dos mercados financeiros em participar de investimentos em capital de giro.
ADMINISTRAÇÃO DE CAIXA	Em algum momento, todos os recursos de uma empresa passam pelo caixa. No caixa encontram-se, então, todos os recursos com disponibilidade imediata. A ausência de conhecimentos sobre administração e planejamento financeiro impossibilita a gestão eficaz deste caixa. As teorias ressaltam a importância da gestão do caixa como imprescindível para a sobrevivência das empresas, porém a prática apresenta este como um dos pontos cruciais para a continuidade de uma empresa. Mesmo com vendas e lucro uma empresa pode falir se não tiver recursos disponíveis para liquidação de suas obrigações.
GESTÃO DE CAIXA NAS EMPRESAS DE PEQUENO PORTE	As empresas de pequeno porte, pelas características que apresentam, são carentes de recursos humanos que dominem as técnicas e teorias sobre administração financeira, administração de caixa, e padecem também da ausência de recursos para investimento em giro, além de não contar com o mercado financeiro e de capitais para financiá-las. Diante desta problemática, as empresas deste porte sofrem com a descontinuidade e baixa rentabilidade.

Fonte: Fonseca, 2012.

A gestão objetiva o processo de direcionar a empresa, visando o enfrentamento dos desafios e restrições que podem surgir em meio as atividades realizadas que buscam o alcance dos resultados desejados. Isto posto, a gestão financeira deve captar e tabular os dados para que a organização elabore um mapa que possa facilitar a compreensão das informações e possam embasar a escolha das ações a serem tomadas.

Oliveira (2016, p.4) enfatiza que:

O objetivo da administração Financeira é basicamente, determinar o mais eficiente processo empresarial de captação de recursos e alocação de capital. Nesse contexto, é necessário levar em conta a problemática da escassez de recursos e a realidade operacional e prática das organizações. Entretanto, não basta apenas captar e alocar capital, é necessário administrar os recursos para gerar resultados financeiros e econômicos, o que garante a continuidade da empresa e cria valor aos seus acionistas (proprietários).

Em suma, a gestão financeira almeja o aumento da longevidade da empresa, e mesmo que muitas empresas, sobretudo no Brasil, consigam sobreviver sem planejamento, trata-se de uma postura extremamente perigosa e arriscada que pode resultar no fechamento da instituição, e é por isso que a gestão financeira deve ser uma prática necessária, para que consigam se adaptar as constantes mudanças do mercado. E para tanto faz-se necessário o uso de instrumentos de controle financeiro que são abordados no tópico a seguir.

2.2 INSTRUMENTOS DE CONTROLE FINANCEIRO

Caldeira e Mendes (2018) pontuam que para que a empresa disponha de uma gestão eficaz e eficiente são necessários controles básicos, compostos pelos instrumentos de controle utilizados pela organização com o intuito de vigiar, fiscalizar, e verificar a administração financeira, objetivando prever, observar, dirigir os registro e fatos que ocorrem dentro da empresa que produzem reflexos em seu patrimônio (Quadro 2).

Quadro 2: Instrumentos de Controle Financeiro

CAIXA	- Tem como objetivo demonstrar de forma dinâmica em um determinado período, toda a movimentação de entrada e saída de dinheiro da empresa, bem como sua aplicação.
-------	--



CONTAS A RECEBER	<ul style="list-style-type: none"> - Total dos valores a receber; - Identificação das contas vencidas e a vencer; - Identificação de clientes em dia com compromissos ou não; - Definição de programação de valores não recebidos (cobrança); - Apoio na elaboração do fluxo de caixa.
CONTAS A PAGAR	<ul style="list-style-type: none"> - Datas de vencimentos dos compromissos; - Total dos pagamentos a realizar; - Informações complementares para o fluxo de caixa; - Definições de prioridade para pagamentos.
CONTROLES DE BANCOS	<ul style="list-style-type: none"> - Proceder conciliação bancária bem como sua baixa.
FLUXO DE CAIXA	<ul style="list-style-type: none"> - Prever com antecedência os períodos em que a organização, nos casos de necessidade, deverá captar recursos financeiros fora da empresa, ou através de estratégias internas, "fazer dinheiro", para saldar seus compromissos. - Subsidiar, com informações precisas e em tempo hábil, a tomada de decisão, através do planejamento financeiro.

Fonte: Fonseca, 2012

Para que as empresas tenham êxito, o planejamento e gestão financeiras são de extrema importância, pois esses aspectos precisam estar bem definidos para que os gestores possam tomar as decisões que sejam melhores para o futuro da empresa, para que possa manter uma estabilidade financeira que permita sua sustentabilidade e longevidade. Os instrumentos acima são importantes para a elaboração de relatórios que são importantes para a gestão diária das organizações.

2.3 PANORAMA DO SISTEMA FIEAM

Inicialmente, a Federação das Indústrias do Estado do Amazonas (FIEAM) tratava-se de uma instituição sindical, que representava os segmentos industriais, que foram responsáveis por sua criação e fundação, tornando-se o mais importante fórum de debate com foco nos interesses das indústrias do Amazonas, focando no desenvolvimento econômico e social do Estado, com vistas à consolidação do modelo Zona Franca de Manaus, em defesa de suas prerrogativas constitucionais, e na construção de novas matrizes econômicas para o Estado do Amazonas, tendo em vista as constantes ameaças sofridas pela Zona Franca.

Fundada em 3 de agosto de 1960, a Federação das Indústrias do Estado do Amazonas (FIEAM) atua como fórum permanente das discussões estratégicas para o fortalecimento da indústria e de decisões em defesa do desenvolvimento social e econômico, como a consolidação do modelo Zona Franca de Manaus e a construção de novas matrizes econômicas para o Estado do Amazonas (FIEAM, 2020).



No período de criação da FIEAM, ainda não havia Zona Franca de Manaus. Havia apenas a secular promessa dos governos de dotar a região de um projeto desenvolvimentista que a integrasse pelo menos territorialmente ao restante do país. Até chegar à consolidação do projeto ZFM, pelo Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, cujo artigo 1º, define do que se trata:

Art 1º A Zona Franca de Manaus é uma área de livre comércio de importação e exportação e de incentivos fiscais especiais, estabelecida com a finalidade de criar no interior da Amazônia um centro industrial, comercial e agropecuário dotado de condições econômicas que permitam seu desenvolvimento, em face dos fatores locais e da grande distância, a que se encontram, os centros consumidores de seus produtos (BRASIL, 1967).

O Amazonas passou por longos períodos de estagnação econômica – interrompidos por dois surtos de crescimento, ambos provocados pela exploração da borracha, o primeiro entre 1887 e 1910, o chamado “ciclo da borracha”, e o segundo, mais curto, na década de 1940, com a retomada da produção agora voltada para os esforços de guerra. Lá atrás, no auge, a região chegou a produzir mais de 40 mil toneladas anuais de látex, tornando o Brasil o principal fornecedor mundial do produto.

Com aquele sistema ainda rudimentar de produção da borracha nativa, a indústria dava seus primeiros passos no Amazonas, embora, com nome e sobrenome, a primeira iniciativa formal do gênero a figurar na história tenha sido a fundação da Fábrica de Gelo Cristal, em 1905, pertencente à empresa Miranda Corrêa & Cia. Esse mesmo grupo inaugurou, em 1912, a Fábrica de Cerveja Amazonense para produção de cerveja em garrafa e chope em barris. A cerveja XPTO era o principal cartão de visitas da empresa.

Esses dois segmentos, borracha e bebidas, estavam bem representados quando finalmente foi fundada a Federação das Indústrias do Estado do Amazonas, com sede provisória no prédio da Associação Comercial do Amazonas. O perfil industrial do Estado ia então do beneficiamento de produtos extrativistas à produção de bens de consumo.

A ata de fundação foi assinada pelos mais ilustres líderes sindicais da época, os empresários Antonio de Andrade Simões, do Sindicato de Panificação, Petrônio Augusto Pinheiro, do Sindicato das Indústrias de Bebidas, Francisco das Chagas Menezes, do Sindicato da Extração de Borracha, Alcides Ramos Paes, do Sindicato de Calçados de Manaus, e Moyses Benarrós Israel, do Sindicato das Indústrias de

Carpintarias e Serrarias de Manaus. Na fundação, Diretoria Provisória da entidade foi formada pelos seguintes componentes: Abrahão Sabbá, Moyses Benarrós Israel, Carmine Gerardo Giocondo Aronne, Petrônio Augusto Pinheiro, Francisco das Chagas Leopoldo de Menezes, Antonio Andrade Simões e Abelardo Antonio Oliveira de Souza.

O fundador e primeiro presidente foi o empresário Abrahão Sabbá, de tradicional família de empreendedores da região, com atividades que iam da exploração de petróleo ao beneficiamento da juta. Em setembro de 1961, foi eleita a primeira Diretoria, sendo Abrahão Sabbá reconduzido ao cargo. Em sequência, passaram pela presidência da FIEAM, além de Abrahão Sabbá, os empresários Antônio Simões, João de Mendonça Furtado, Francisco Garcia Rodrigues, José Nasser e Antonio Silva.

A Federação das Indústrias do Estado do Amazonas (FIEAM) é entidade integrante do Sistema Confederação Nacional da Indústria (CNI), que há 50 anos luta pelo fortalecimento da indústria do Amazonas. Em busca de adensamento da cadeia produtiva da indústria, em qualidade e recursos tecnológicos e significativa agregação de valores, a FIEAM consolida-se como legítimo canal de reivindicações dos interesses coletivos regionais, estimulando o crescimento do segmento, contribuindo significativamente para o desenvolvimento do Estado. A FIEAM fortalece o princípio de união e integração entre os Sindicatos Patronais Filiados, colaborando com os poderes públicos e estimulando a educação, a capacitação e o bem-estar dos trabalhadores da indústria (FIEAM, 2020).

Desse modo, é perceptível que se trata de uma entidade de extrema importância para a sociedade amazonense, contribuindo de maneira significativa com o desenvolvimento do Estado através do fortalecimento da indústria do Amazonas que geram centenas de empregos e promove o desenvolvimento econômico e social. Nesse sentido tem como missão:

a) Defender a livre iniciativa, sobretudo os interesses do segmento empresarial industrial do Estado do Amazonas, contribuindo para o seu desenvolvimento, em condições sustentáveis, sob os aspectos econômicos, sociais, políticos, culturais e ambientais. b) Fortalecer o princípio de união e integração entre todos os seus Sindicatos Filiados, estimulando o companheirismo e a colaboração recíproca. c) Colaborar com os poderes públicos, como órgão consultivo do governo do Estado do Amazonas, no estudo e solução de todos os assuntos que direta ou indiretamente possam afetar as empresas e o fortalecimento da economia. d) Propugnar pelo tratamento humanitário aos trabalhadores, estimulando a educação profissional e o bem-estar social, buscando mantê-los em constante processo de adaptação às transformações sociais e econômicas (FIEAM, 2020).

O Sistema FIEAM é a integração das ações realizadas pela Federação das Indústrias do Estado do Amazonas (FIEAM), pelo Serviço Social da Indústria (SESI), Serviço de Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e Instituto Euvaldo Lodi (IEL). Num apoio conjunto aos interesses da indústria, o Sistema investe no aperfeiçoamento da qualidade dos recursos humanos com atenções voltadas à educação, bem-estar social e capacitação técnica, atuando de forma decisiva na defesa dos valores regionais e apoio ao Polo Industrial de Manaus (PIM).

Figura 1: Organograma do Centro de Serviços Compartilhados do Sistema FIEAM



Fonte: Segadilha, 2018

A FIEAM é uma entidade de caráter essencialmente associativo das indústrias do Amazonas que atua principalmente no desenvolvimento da livre iniciativa, sobretudo do segmento empresarial industrial do Amazonas, contribuindo para o seu crescimento sob os aspectos econômicos, sociais, políticos, culturais, ambientais e sustentáveis.

Isto posto, dada a nítida importância da FIEAM para o Estado do Amazonas, o Sistema FIEAM reconhece e investe numa administração financeira adequada e apropriada, para um controle eficaz e eficiente do processo empresarial e dos seus recursos financeiros.

De acordo com os Demonstrativos Contábeis, referentes aos anos de 2020 e 2021, disponíveis no site da FIEAM (2022), a instituição utiliza os seguintes

instrumentos de controle financeiro: a) Ativos financeiros; b) Passivos financeiros Convênios e acordos; c) Reconhecimento das receitas e despesas; d) Receitas de Contribuições; e) Receitas e Despesas - Classificação e Composição; f) Caixa e equivalentes de caixa; g) Clientes; h) Departamento Conta Movimento; i) Valores a Apropriar; j) Despesas Antecipadas; l) Realizável a Longo Prazo; m) Imobilizado; n) Fornecedores; o) Impostos, taxas e contribuições a recolher; p) Salários e Encargos a Pagar; q) Provisões.

Isto posto, fica claro que o Sistema FIEAM segue as prerrogativas necessárias para que disponha de um excelente controle financeiro, por isso a instituição existe há quase 60 anos, sendo fundamental para as indústrias do Estado do Amazonas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A gestão financeira possui importância para a saúde e longevidade das organizações, sejam elas públicas ou privadas, tendo em vista que sofrem influência do mercado globalizado que determina as regras a serem utilizadas pelos gestores, tornando-as competitivas e capazes de continuar crescendo e exercendo sua função na sociedade.

A gestão financeira, se feita da forma correta, é capaz de garantir que os compromissos assumidos sejam honrados em tempo hábil, produtos e serviços entregues nos prazos pré-estabelecidos, ampliando os lucros da organização. Os números da empresa precisam ser avaliados constantemente, para que se houver necessidade, reordenador as ações para que os objetivos da empresa sejam alcançados.

Os instrumentos de controle financeiro abastecem os gestores de informações financeiras, pois são estas que embasam as decisões a serem tomadas. Nesse sentido, ficou claro que os controles financeiros geram informações úteis e confiáveis.

Em suma, a gestão financeira, bem executada, é essencial para a manutenção da organização porque possibilita aos gestores identificar, de maneira prévia, os caminhos que devem ser reordenados, com vistas a aumentar os resultados econômicos e financeiros,

Concluindo a análise, percebe-se que de um modo geral, o Sistema FIEAM possui uma boa gestão financeira, deixando clara a importância dessa atividade para

toda e qualquer empresa. O Sistema FIEAM existe na sociedade amazonense a quase 60 anos, prestando serviços de qualidade e de extrema relevância para a comunidade. A organização atende ao princípio da transparência, publicizando seus resultados e deixando evidentes os instrumentos de controle financeiro utilizados.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. **Decreto-Lei nº 288**, de 28 de fevereiro de 1967. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0288.htm. Acesso em: 10/10/2022.
- CALDEIRA, Nilcelia Bento. MENDES, Daniel Hassel Mendes. **A importância do controle interno na gestão das Organizações**. Ciências Contábeis pelo Centro Universitário de Anápolis (UniEvangélica). 2018. Disponível em: <http://repositorio.aee.edu.br/bitstream/aee/8233/1>. Acesso em: 01/11/2022.
- CHIAVENATO, Idalberto. **Gestão Financeira: uma abordagem introdutória**. 3. ed. Barueri, São Paulo. Manole, 2014.
- FIEAM – **Federação das Indústrias do Estado do Amazonas**. Disponível em: <http://www.fieam.org.br/>. Acesso em: 10/10/2022.
- FONSECA, S. L. **Planejamento Financeiro nas Empresas Comerciais de Caxias Do Sul – RS**. [Monografia]. Ciências Contábeis da Universidade de Caxias do Sul. 2012. Disponível em: <https://repositorio.ucs.br/xmlui/bitstream/handle/11338/1607/TCC%20Su%C3%A9len%20Lemos%20Fonseca.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 01/11/2022.
- GIMENEZ, Danielle Maria Gaspar, et al. Ferramentas de Controle Financeiro e de Custos: Estudo de Caso em um Pet Shop no Município de Juiz de Fora - MG. **Revista Eletrônica da Faculdade Metodista Granbery**. Curso de Administração - N. 21, JUL/DEZ 2016. Disponível em: <http://re.granbery.edu.br/artigos/NTU2.pdf>. Acesso em: 04/11/2022.
- MIRANDA, Murilo Camargo de. SOUZA, Adriano Augusto de. Planejamento Financeiro como ferramenta de Gestão às micro e pequenas empresas. **Revista Científica Eletrônica de Ciências Aplicadas da FAIT**. n. 1. maio, 2019. Disponível em: http://www.fait.revista.inf.br/imagens_arquivos/arquivos_destaque/iv5hGI8LEu77wyW_2020-8-20-17-21-50.pdf. Acesso em: 04/11/2022.
- OLIVEIRA, Ricardo da Cunha. Administração Financeira: uma análise conceitual. **Estação Científica** - Juiz de Fora, nº 15, janeiro – junho / 2016. Disponível em: <https://portal.estacio.br/media/6085/10-administra%C3%A7%C3%A3o-financeira-uma-an%C3%A1lise-conceitual.pdf>. Acesso em: 01/11/2022.
- SEGADILHA, Ellen Cristhyanne Araújo. **A integração entre o sistema de Lean Manufacturing e Lean Office para melhoria dos processos na área de serviços** – Um estudo de caso da diretoria de comunicação e marketing do Sistema FIEAM. Universidade Federal do Amazonas. 2018. Disponível em: https://tede.ufam.edu.br/bitstream/tede/6324/5/Disserta%C3%A7%C3%A3o_Ellen%20C.%20A.%20Segadilha.pdf. Acesso em: 04/11/2022.
- UFMG. Universidade Federal de Minas Gerais. O que é pesquisa documental? 2021. Disponível em: <https://biblio.direito.ufmg.br/>. Acesso em: 04/11/2022.



A FORMALIZAÇÃO DO MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL (MEI): SUAS VANTAGENS E DESVANTAGENS

Bárbara Lima Costa^{1*}; Luana Silva John¹; Nayra Alves Da Silva¹;
Naêde Lima de Souza da Rocha².

1. Acadêmicas do Curso de Ciências Contábeis da Faculdade La Salle Manaus.
*E-mail: 20890012@faculdadelasalle.edu.br
2. Professor da Faculdade La Salle Manaus, Orientador.
E-mail: naede.rocha@faculdadelasalle.edu.br

RESUMO

Este trabalho discorre sobre a formalização do Microempreendedor Individual (MEI): Suas vantagens e desvantagens e tendo como Problema de Pesquisa a seguinte questão: A informalidade sobre a legalização do MEI nos dias atuais. Seguido do objetivo geral: Evidenciar quais os principais benefícios que levam os trabalhadores informais a se tornarem um Microempreendedor Individual e teve como objetivo específico: Demonstrar quais as exigências e obrigações atribuídas ao MEI; analisar os benefícios da formalidade no trabalho; entender os tributos fiscais adequados a essa natureza jurídica. Com isto concluindo e ajudando os civis em sua escolha. A metodologia deste trabalho está pautada em uma pesquisa bibliográfica.

PALAVRAS-CHAVE: Microempreendedor Individual, Benefícios, Desvantagens.

1. INTRODUÇÃO

Atualmente é muito comum ver brasileiros desinformados sobre seus direitos e ainda mais sem saber quais tributações lhe favorecem. Com a pandemia, o número de pessoas que começaram a trabalhar informalmente disparou. A Global Entrepreneurship Monitor (GEM) define empreendedorismo como qualquer tentativa de criação de um novo empreendimento, seja uma atividade autônoma e individual, uma nova empresa ou a expansão de um empreendimento existente (GEM, 2019).

A Lei Geral também criou a figura do microempreendedor individual, do qual considera a pessoa que trabalha por conta própria e que se legaliza como pequeno empresário, sendo uma nova forma renovadora da legislação contida no artigo 179 da Constituição Federal, visando a regularização de muitos dos trabalhadores que ainda exercem suas atividades na informalidade. Proporcionando ao microempresário, que trabalha no mercado informal, sua adesão ao novo programa pagando mensalmente uma contribuição em média de R\$60,00 (sessenta reais), sendo que nessa

contribuição, estão incluídos todos os impostos e contribuições federais, estaduais e municipais, inclusive contribuição previdenciária.

Em contrapartida o trabalho informal, por não ter registros legalizados junto ao Ministério de Trabalho, e por não ter contribuição compulsória junto a Previdência Social é um tipo de atividade econômica, sem os direitos do trabalho, ou seja, não oferece as garantias e benefícios que só um trabalho com vínculos empregatícios, carteira assinada, podendo proporcionar, férias, décimo terceiro salário, hora extra remunerada, FGTS, licença maternidade, paternidade, seguro desemprego, vale transporte, vale refeição e outros direitos previstos na Consolidação das Leis do Trabalho - CLT.

Neste contexto, busca-se através deste estudo conhecer os benefícios e as obrigações estabelecidos na legislação, e a partir destas informações almeja-se identificar quais os principais benefícios proporcionados ao trabalhador informal

Foi criado na LC nº. 123/2006 o Simples Nacional com o objetivo de unificar a arrecadação dos tributos e contribuições nas esferas dos governos federal, estadual e municipal onde essas não devem deixar de serem atendidas para que microempreendedores não entrem em desacordo com a legislação.

No Brasil, a Lei Complementar nº 128/08 alterou a Lei Complementar do Supersimples nº 123/06, criando a figura do Microempreendedor Individual (MEI). A partir da criação da Lei Geral e posteriormente com a regulamentação do MEI, abriram-se as possibilidades das pessoas que possuem negócios informais através da implantação do MEI.

2. DESENVOLVIMENTO

Na visão de Kent, Sexton e Vesper (1982), empreendedor de sucesso é todo indivíduo que, estando na qualidade de principal tomador das decisões envolvidas, conseguiu formar um novo negócio ou desenvolver negócios já existentes, elevando substancialmente seu valor patrimonial, várias vezes acima da média esperada das empresas congêneres do mesmo contexto sócio-político-econômico, tendo granjeado com isso alto prestígio perante a maioria das pessoas que conhecem essa empresa ou têm relacionamento com ela.

O MEI possibilitou aos comerciantes autônomos brasileiros uma oportunidade de iniciar seu próprio empreendimento com pouca burocracia, de forma eficiente, favorecendo o crescimento profissional e comercial, oportunizando aumentar a renda familiar, se tornando assim, importante para a economia do país (CRUZ, 2018).

Com o Empreendedor Individual, surgiu uma nova forma de se formalizar, de maneira simples e viável, possibilitou os próprios empreendedores que se legalize e através do site “Portal do Empreendedor”, podendo aproveitar os benefícios que antes só era possível para os trabalhadores que estivessem presentes no comércio formal.

O empreendedor é o indivíduo que inicia um negócio realizando uma ideia consciente dos riscos e das responsabilidades que a acompanham, mantendo sempre o espírito inovador (CHIAVENATO, 2007).

Foi criado na LC nº. 123/2006 o Simples Nacional com o objetivo de unificar a arrecadação dos tributos e contribuições nas esferas dos governos federal, estadual e municipal onde essas não devem deixar de serem atendidas para que microempreendedores não entrem em desacordo com a legislação.

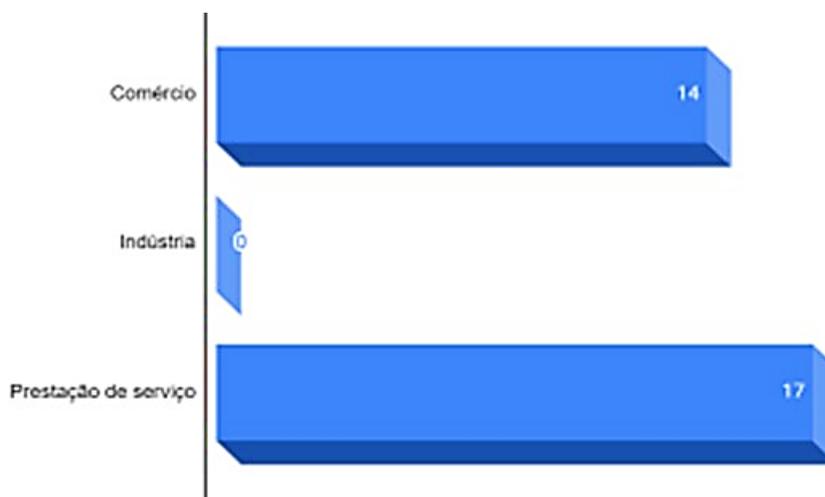
No Brasil, a Lei Complementar nº 128/08 alterou a Lei Complementar do Supersimples nº 123/06, criando a figura do Microempreendedor Individual (MEI). A partir da criação da Lei Geral e posteriormente com a regulamentação do MEI, abriram-se as possibilidades das pessoas que possuem negócios informais se formalizarem. Dessa forma, o país passava a reconhecer os microempreendedores, assim como ainda os seus princípios constitucionais de cidadania e de dignidade da pessoa humana como fundamentos da justiça social (MELCHOR, 2010) Como evidenciado por Arantes (2009), às Micro e Pequenas Empresas (MPE's) desempenham um papel fundamental na economia brasileira, estando presente em todos os setores e atuando como agentes econômicos muito flexíveis, proporcionando um maior dinamismo ao mercado.

3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Conforme mostra na Figura 1, o setor com mais atuação, segundo os entrevistados, foi o de prestação de serviço, com 54,8%; seguido do comércio, com 45,2 % e não obteve nenhum MEI que tivesse atividade no setor da indústria.

Gregório (2016) diz que o principal setor de atuação dos MEIs é no ramo varejista (minimercados, mercearias e armazéns) e, em seguida, vem a prestação de serviços como, por exemplo: cabeleireiros; professores; palestrantes, dentre outros.

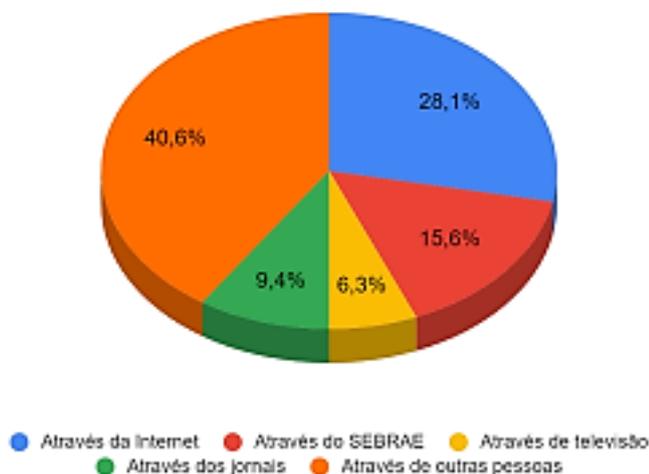
Figura 1 - Tópico: Qual o segmento da empresa?



Fonte: Elaborado pelas pesquisadoras, de acordo com dados coletados.

Na Figura 2, percebe-se uma representativa forma de divulgação do MEI através de outras pessoas 40,6%, que possibilitou a divulgação de forma casual e de fácil entendimento. A internet foi a segunda maior fonte de informação aos empreendedores, tendo 28,1%. O SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas) ficando em terceiro lugar tendo 15,6%.

Figura 2 - Como você tomou conhecimento do MEI?



Fonte: Elaborado pelas pesquisadoras, de acordo com dados coletados.

Na Figura 3 com 32,3% em primeiro lugar dos principais motivos para a formalização dos MEI'S, foi o acesso a direitos previdenciários (INSS), em seguida vem a opção de renda em função de desemprego com 22,6%, na terceira com 19,4%, ficou a baixa burocracia e facilidade na formalização, em quarto com 16,1% ficou a possibilidade de emissão de nota fiscal e comprovação de renda e quinta esteve com 9,7% a facilidade no acesso ao crédito e financiamento. De acordo com a DATASEBRAE (2019), pontua que a motivação na formalização são os benefícios relacionados ao registro formal.

Figura 3 - Como surgiu a oportunidade para abrir o seu negócio?



Fonte: Elaborado pelas pesquisadoras, de acordo com dados coletados.

4. CARACTERÍSTICAS DE MEI

Para ser considerado um Empresário, de acordo com Código Civil – CC/2002, o indivíduo deve exercer atividades econômicas através da produção ou circulação de bens ou de serviços. De acordo com a LC nº. 128/2008, art. 18-A, poderá se tornar um Microempreendedor Individual o trabalhador que cumprir as seguintes exigências claras, objetivas e de fácil acesso à inserção para legalização:

- Ter uma receita bruta anual igual ou inferior a R\$ 81.000,00 (oitenta e um mil reais);
- Seja optante pelo Simples Nacional;
- Exercer atividades dos anexos I, II e III do Simples Nacional, assim como as atividades autorizadas pelo CGSN;
- Possuir estabelecimento único, sem filiais;
- Não participar de outra empresa como sócio, titular ou administrador;
- Ter apenas um empregado que receba no máximo um salário-mínimo federal ou piso salarial da categoria profissional;
- Estar em condições de optar pelo Simples Nacional.

Conforme o SEBRAE (2021), segue as restrições de quem não pode ter MEI.

1. Quem recebe benefício do Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social/Lei Orgânica de Assistência Social (BPC/LOAS), ou o seu tutor; 2. Quem recebe aposentadoria por invalidez;
3. Quem executa construção de imóveis e obras de engenharia em geral, inclusive sob a forma de subempreitada, projetos e serviços de paisagismo, bem como decoração de interiores;
4. Quem é pensionista e servidor público federal em atividade. Neste caso, os critérios podem variar de acordo com as respectivas legislações, estaduais ou municipais;
5. Quem é estrangeiro com visto provisório;
6. Quem é titular, sócio ou administrador de outra empresa.

Segundo Sotto (2007), para manter a empresa legalizada ao Microempreendedor Individual precisa pagar uma taxa de 5% (cinco por cento) referente ao salário-mínimo do ano corrente, porém essa taxa pode variar de acordo com a atividade exercida. Além dessa taxa, o MEI arca com R\$ 1,00 (um real) de ICMS (Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) para o estado, nas atividades de indústria, comércio e transportes de cargas interestadual, ou R\$ 5,00 (cinco reais) de ISS (Imposto Sobre Serviço) para o município para as atividades de Prestação de Serviços e Transportes Municipal.

O ato de formalização está isento de todas as tarifas. Após a formalização o empreendedor o valor depende do tipo de atividade que a sua empresa vai exercer, muito abaixo do que qualquer outro tipo de empresa. O valor é reajustado anualmente, conforme o salário-mínimo.

O MEI possui vários benefícios da previdência social, como auxílio-doença, aposentadoria por idade e salário-maternidade. Tudo isso pagando apenas 11% (no ano de 2022) de um salário-mínimo com acréscimo de R\$ 1 de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), para comércio e indústria, ou de R\$ 5 de Imposto sobre Serviços (ISS), para prestadores de serviços, com os pagamentos das guias do DAS (boletos mensais) em dia e ter um número mínimo de contribuições.



4.1. TRIBUTOS DO MEI

Segundo Sotto (2007), para manter a empresa legalizada ao Microempreendedor Individual precisa pagar uma taxa de 5% (cinco por cento) referente ao salário-mínimo do ano corrente, porém essa taxa pode variar de acordo com a atividade exercida. Além dessa taxa, o MEI arca com R\$ 1,00 (um real) de ICMS (Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) para o estado, nas atividades de indústria, comércio e transportes de cargas interestadual, ou R\$ 5,00 (cinco reais) de ISS (Imposto Sobre Serviço) para o município para as atividades de Prestação de Serviços e Transportes Municipal.

O ato de formalização está isento de todas as tarifas. Após a formalização o empreendedor o valor depende do tipo de atividade que a sua empresa vai exercer, muito abaixo do que qualquer outro tipo de empresa. O valor é reajustado anualmente, conforme o salário-mínimo.

Valores:

- Comércio ou Indústria R\$61,60
- Prestação de Serviços R\$ 65,60
- Comércio e Serviços juntos R\$ 66,60

4.2. VANTAGENS

Farias, Machado et al. (2015) ressaltam que, com essa Lei Complementar, os microempreendedores individuais adquiriram vários benefícios, como auxílio maternidade, auxílio por acidente de trabalho, aposentadoria, entre outras condições que possibilitam melhorias que não seriam possíveis dentro da informalidade e dando a oportunidade ao crescimento profissional.

O MEI possui vários benefícios da previdência social, como auxílio-doença, aposentadoria por idade e salário-maternidade. Tudo isso pagando apenas 11% (no ano de 2022) de um salário mínimo com acréscimo de R\$ 1 de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), para comércio e indústria, ou de R\$ 5 de Imposto sobre Serviços (ISS), para prestadores de serviços, com os pagamentos das guias do DAS (boletos mensais) em dia e ter um número mínimo de contribuições.

As principais vantagens de ser um Microempreendedor Individual (SEBRAE, 2022):

- Possuir documento de identidade da empresa formal (CNPJ): o primeiro benefício concedido ao micronegócio no ato do registro como Empreendedor Individual;
- Aposentadoria por idade: recebimento de um salário-mínimo mensalmente após os 60 anos (mulheres) ou após os 65 anos (homens). Tempo mínimo de contribuição: 15 anos (ou 180 parcelas de impostos pagas em dia);
- Aposentadoria por invalidez: recebimento de um salário, caso não tenha mais condições de trabalhar antes da idade prevista para a aposentadoria. Contribuição mínima de 12 parcelas pagas em dia antes do pedido;
- Auxílio-doença (seguro por acidente de trabalho): benefício recebido caso o MEI não possa trabalhar temporariamente por motivo de doença ou acidente. Contribuição mínima de 12 parcelas pagas em dia antes do pedido;
- Salário-maternidade: benefício pago a quem acabou de ter filho, por parto ou adoção. Contribuição mínima de 10 parcelas em dia antes da data do parto ou adoção;
- Pensão por morte: benefício pago aos dependentes do MEI que vierem a falecer. Contribuição mínima de uma parcela em dia antes do óbito;
- Auxílio-reclusão: direito dos familiares dependentes do MEI de receber uma ajuda mensal em caso de prisão do microempreendedor em regime fechado ou semiaberto. Contribuição mínima de uma parcela em dia antes da reclusão;
- Produtos e serviços vendidos aos órgãos públicos: com a legalização do negócio, o empresário poderá comercializar seus produtos e serviços com os órgãos públicos (governo federal, estadual).

A lei do MEI estabeleceu novas políticas e incentivos a milhares de empreendedores, facilitando a legalização e possibilitando o acesso ao sistema financeiro como uma das principais vantagens na formalização. Deve-se destacar a importância de conscientizar os empreendedores que vivem na informalidade a buscar a legalização de seus empreendimentos para terem acesso aos benefícios, que serão muito relevantes para o desenvolvimento do negócio, e assim, exercer seu trabalho de forma correta e alcançar o sucesso tão sonhado (MOTA, 2018).

4.3 DESVANTAGENS

Ao abrir um MEI, o contribuinte deve estar ciente que ele não terá um vínculo empregatício. Dessa forma, a prestação de serviço acontece por meio de um acordo de trabalho ou contrato com a empresa solicitante. Logo, você não terá direito ao seguro-desemprego, caso haja o encerramento do contrato ou a prestação do serviço seja concluída.

Além dessa desvantagem citada acima o MEI também:

- a) Não é permitido ter filiais. Caso a empresa cresça, se encaixa em outra categoria tributária, devendo se enquadrar como microempresa ou empresa de pequeno porte;
- b) O microempreendedor pode faturar até R\$ 81 mil anualmente, caso ultrapasse terá que mudar de categoria;
- c) Restrição do seguro-desemprego;
- d) Aposentadoria limitada.

Apesar da contribuição feita ao INSS por meio da guia DAS quem é MEI não pode se aposentar por tempo de serviço. Sendo assim, será necessário esperar a idade mínima imposta pela Previdência Social para ter acesso ao benefício.

Além disso, a contribuição é feita por meio da arrecadação de 5% do salário-mínimo. Logo, quando você se aposentar, não receberá mais que um salário como aposentadoria. Caso deseje complementar essa contribuição, deverá pagar separadamente, por conta própria.

Outra desvantagem é o limite de faturamento. Uma limitação que pode atrapalhar quem tem ideias de negócios lucrativos, é o limite de faturamento anual do MEI, que não pode passar de R\$81 mil se esse limite for ultrapassado, a empresa sai da categoria de Simples Nacional e precisará arcar com os custos de outra modalidade empresarial, que têm tributações mais elevadas e mais burocracia do que o MEI.

O MEI permite a contratação de apenas um funcionário, número que pode ser considerado suficiente para um microempreendedor que quer expandir a empresa. Com isso, caso o empreendimento cresça e seja necessário contratar mais, é preciso mudar a categoria e sair da modalidade MEI.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pela análise da legislação é possível perceber que muitas são as vantagens trazidas para o MEI. Nesse sentido, ressaltam-se as políticas previdenciárias e as de natureza trabalhista, em uma obrigação simples de contribuição tributária unificada. Vale ressaltar que as desvantagens existentes são poucas em comparação aos benefícios e inovações positivas e simplificação da legislação. Essa Lei concretizou a disposição constitucional ao regular e garantir tratamento jurídico diferenciado. Há



uma simplificação das obrigações administrativas, tributárias, previdenciárias e creditórias com variadas vantagens de redução de custo e de obrigações acessórias.

Portanto, pode se considerar que a Lei visa incentivar essa espécie de empreendedorismo, democratizando e legalizando as iniciativas dessas atividades dentro do âmbito econômico. Além do custo baixo para manter a empresa, quem abre um MEI tem acesso a todos os benefícios apresentados e ainda passa a se encaixar dentro da formalidade. O processo rápido e simples de abertura também é outro diferencial, pois ele facilita a vida de quem quer sair da informalidade, mesmo que a pessoa não tenha tanta familiaridade com esses procedimentos jurídicos.

REFERÊNCIAS

ARANTES, Ana Flávia; GANDOLPHO, Matheus; MANOLESCU, Friedhilde M. K. **As Micro e Pequenas Empresas na Economia Brasileira**. IX Encontro Latino-Americano de Iniciação Científica e V Encontro Latino-Americano de Pós-Graduação. Universidade do Vale do Paraíba, 2005.

BRASIL. **Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006**. Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte; altera dispositivos das Leis nºs 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp123.htm. Acesso em: 30/09/2022

BRASIL. **Lei Complementar nº 128, de 19 de dezembro de 2008**. Altera a Lei Complementar nº123, de 14 de dezembro de 2006, altera as Leis nºs 8.212, de 24 de julho de 1991, 8.213, de 24 de julho de 1991, 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil, 8.029, de 12 de abril de 1990, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil03/leis/lcp/lcp128.htm>. Acesso em: 30/09/2022.

CHIAVENATO, Idalberto. **Empreendedorismo**. Dando asas ao espírito empreendedor. um guia eficiente para iniciar e tocar seu próprio negócio - 2.ed. rev. e atualizada. - São Paulo: Saraiva, 2007. São Paulo: Saraiva. Disponível em: <http://www.sincorpr.org.br/arquivos/pdf/empreendedorismo.pdf>. Acesso em 29/09/2022.

CRUZ, R. B. C. X. **Microempreendedor individual no município de João Pessoa PB**. 2018. 35 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2018.

GREGÓRIO, Vinícius. **Cenário das Empresas MEI, ME e EPP**. [S. l.], 18 fev. 2016. Disponível em: <https://www.apoioempresario.com.br/cenario-das-empresas-meime-epp/#:~:text=O%20comC3%A9rcio%20%C3%A9%20o%20principal,professores%2C%20alestrantes%2C%20entre%20outros>. Acesso em: 30/09/2022.

KENT, C.A.; SEXTON, D.L.; VESPER, K.H. (eds.). **Enciclopédia do empreendedorismo**. Penhascos de Englewood: Prentice-Hall, 1982.

MELCHOR, Paulo. **Lei Geral das Microempresas e das empresas de pequeno porte**. Edição revisada e atualizada pela lei complementar 127/2007 e lei complementar 128/2008.

MOTA, J. E. M. **Análise do perfil do microempreendedor individual (MEI) da cidade do Natal**. 2018. 53 f. Monografia (Bacharelado) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2018.

RODRIGUES, Vivian Machado de Oliveira. Causas do Avanço do Trabalho Informal no Brasil e Regiões Metropolitanas Brasileiras a Partir da Década de 1990. FAECO, Santo André, 2007. Disponível em http://www.fsa.br/proppex/sapex/PDF/TRABALHOS_ALUNOS_PDF/Vivian_Machado/14395_Vivian_Machado_Relatorio_Final.pdf. Acesso em: 30/09/2022

SEBRAE NACIONAL. **Cartilha do Microempreendedor Individual**. [S. l.], 2020. Disponível em: <https://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/UFs/PB/Sebrae%20de%20A%20a%20Z/Para%20voc%C3%AA:%20MEI/cartilha-do-Mei-2020.pdf>. Acesso em 01/10/2022

SEBRAE. **Quem não pode ser MEI**, 2021. Disponível em: <https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/quem-nao-podeermeiacaca542b6c48710VqnVCM100000d701210aRCRD>. Acesso em: 30/09/2022

SOTTO, Débora. **Tributação da microempresa e da empresa de pequeno porte**. São Paulo: Quartier Latin, 2007.



A IMPORTÂNCIA DA GESTÃO DE PESSOAS NA REDUÇÃO DE CUSTOS: UM ESTUDO DE CASO EM UMA EMPRESA METALÚRGICA.

Gleicyane Ibernon Maciel^{1*}, Kamila Hellem da Fonseca¹,
Rosicleide do Carmo Souza¹, Naêde Souza Rocha²

1. Acadêmicas do Curso de Ciências Contábeis da Faculdade La Salle Manaus.

*E-mail: gleicyane.ibernon@gmail.com

2. Professor da Faculdade La Salle Manaus, Orientador.

E-mail: naede.rocha@lasalle.edu.br

RESUMO

Vivemos em uma era de grandes transformações, onde o capital humano se torna cada vez mais relevante para as organizações alcançarem seus objetivos. Na sociedade do conhecimento, o talento humano e sua capacidade de adaptação são vistos como fatores competitivos no mercado de trabalho globalizado. Assim, o presente artigo tem como principal objetivo identificar como o processo de gestão de pessoas influencia no desempenho das organizações. Para responder a esta premissa, utilizou-se revisão bibliográfica e uma pesquisa de campo em uma empresa de porte pequeno do ramo metalúrgico do polo industrial de Manaus. Os resultados apontam a importância da Gestão de Pessoas nas empresas e como ela se desenvolveu ao longo dos anos para atender as expectativas de melhorias tanto dos administradores quanto dos colaboradores.

PALAVRAS-CHAVE: Gestão de Pessoas. Desenvolvimento. Colaborador. Valorização.

INTRODUÇÃO

Sabe-se que o capital humano é visto como o ativo principal para o sucesso de uma organização. Por mais que uma empresa invista em tecnologia, em expansão de sua estrutura, na melhoria de processos, o que realmente fará com que ela seja bem-sucedida são as pessoas e a valorização do seu capital intelectual. E por ser um bem tão valioso, o capital humano deve ser visto com responsabilidade pela gestão de pessoas, pois é esse setor que desenvolverá o ambiente e as condições adequadas para que os profissionais possam desenvolver suas habilidades.

O capital humano é um conjunto de competências, habilidades e conhecimentos do colaborador para a organização. Administrar o capital humano é a base para o crescimento e sucesso. As pessoas podem aumentar ou reduzir as forças e as fraquezas de uma organização dependendo da maneira como são tratadas. Elas podem ser a fonte de sucesso como também a fonte de problemas. Para que os



objetivos da gestão de pessoas sejam plenamente alcançados, é necessário que as pessoas sejam tratadas como elementos básicos para a eficácia organizacional.

Muitas vezes o potencial do colaborador não é aproveitado dentro da empresa, em alguns casos estão alocados em funções que não se identificam ou em funções rotineiras e burocráticas e assim não utilizam sua capacidade intelectual para o desenvolvimento da organização. Portanto a pesquisa pretende responder ao seguinte questionamento: Como a gestão de pessoas pode colaborar para a redução de custos de uma empresa?

O projeto tem como justificativa a importância que a gestão de pessoas tem na atualidade e na valorização necessária ao colaborador, em função do cenário de constantes mudanças nas organizações. Diante desse contexto a gestão de pessoas busca construir entre gestores e colaboradores um maior envolvimento, visando um maior comprometimento entre as duas partes.

Visando a compreensão do tema abordado o referencial teórico estudou vários escritores e suas obras, dentre eles Chiavenato que destacou a importância da gestão de pessoas e da valorização do capital humano nas organizações, Maras J.P enfatiza a redução de custos e como a gestão de pessoas pode somar nesse processo, Lacombe F.J enfatizou que uma equipe bem treinada é capaz de desenvolver melhor seus subordinados admitindo e treinando melhor. A metodologia foi desenvolvida através de uma pesquisa qualitativa por meio de questionários que serão aplicados aos colaboradores de diferentes setores da empresa, a pesquisa será feita com 10 colaboradores e contará com uma avaliação para o encarregado, um questionário de mapeamento da produção e uma pesquisa de clima organizacional.

Além da introdução e das considerações finais, o artigo encontra-se organizado em três partes, articuladas entre si. Na primeira parte, é apresentado o referencial bibliográfico, onde foi apresentada informações de escritores que embasam nossa pesquisa sobre a Gestão de pessoas como era a antiga Gestão, como ela é importante e como pode influenciar na redução de custos. Na segunda parte mostramos os dados extraídos da pesquisa de campo. Na terceira parte tratamos da ligação entre o que se tem no objeto de pesquisa e os teóricos, e são feitas as considerações finais sobre a abordagem do tema.

O presente artigo tem como objetivo geral identificar estratégias para a redução de custos com o mínimo impacto para o colaborador.

Como objetivos específicos pretende estudar a importância da gestão de pessoas na empresa estudada; analisar como o setor de gestão de pessoas pode influenciar na redução de custos da empresa; diferenciar a moderna Gestão de Pessoas da obsoleta Gestão de Pessoas; identificar formas de melhoria do clima organizacional com consequente produtividade.

2. DESENVOLVIMENTO

2.1 A IMPORTANCIA DO SETOR DE RECURSOS HUMANOS EM UMA EMPRESA.

O departamento de recursos humanos é essencial em uma empresa, pois é ele quem auxilia aos chefes a tomada de decisões certa, é o elo entre a diretoria e colaboradores. O papel do RH é crítico e essencial para o sucesso das organizações no tempo contemporâneo. As pessoas podem fazer a diferença dentro de uma empresa positivamente ou negativamente, por isso é de suma importância que o empreendedor olhe com atenção para os aspectos dos recursos humanos, pois com a rapidez que as mudanças ocorrem tornam impossível para apenas uma pessoa cuidar de todos os aspectos do negócio.

A mudança sempre existiu na história, mas não com a rapidez, profundidade e impacto com que ocorre hoje. Vários fatores contribuem para isso: mudanças econômicas, tecnológicas, sociais, culturais, legais etc. Torna-se indispensável visualizar o contexto externo para adequar o comportamento de cada organização e seu direcionamento para o futuro. Saber gerir talento humano está se tornando indispensável para o sucesso das organizações. Ter pessoas não significa necessariamente ter talento (CHIAVENATO, 2014).

Marras (2008), define que o desenvolvimento humano e profissional ocorreu nos últimos anos como a estratégia mais importante, pois constitui que as pessoas se adaptam em um ambiente de constantes mudanças e é valioso compreender os indicadores que provocam tais transformações, sempre atentos a realidade competitiva. Para Marras (2018) o sucesso de uma empresa está condicionado a três recursos: gestão de pessoas, recursos financeiros e recursos físicos, destacando o

primeiro como mais importante, haja vista que todas as ações e atividades desenvolvidas na organização são desenvolvidas pelo seu capital humano.

Segundo Chiavenato (2014), para atuar com sucesso, a GP precisa atuar em quatro papéis distintos:

- **Competência em capital humano:** A GP precisa saber cuidar e assessorar os gerentes nos vários processos da GP – Agregar, aplicar, recompensar, desenvolver, manter e monitorar pessoas – ao mesmo tempo que transforma pessoas em talentos humanos e estes em capital humano.
- **Credibilidade:** a GP precisa ganhar credibilidade de todos os seus clientes internos e externos. Presidente, diretores, gerentes, executivos, colaboradores - todos eles precisam confiar e acreditar nos propósitos dos e na eficácia da GP, principalmente os colaboradores.
- **Competência em mudanças:** a GP precisa funcionar como o carro-chefe da mudança, criatividade e inovação na organização, desenvolvendo as competências individuais, gerenciais, funcionais e organizacionais adequadas para isso.
- **Competência nos negócios:** a GP precisa focar em clientes, necessidades e aspirações e ser parceira nos propósitos e objetivos. Principalmente no que tange aos negócios da organização.

2.2 GESTÃO DE PESSOAS COMO FERRAMENTA NA REDUÇÃO DE CUSTOS

Segundo Dutra (2014), custo é todo o gasto que é aplicado na produção ou em qualquer outra função de custo. Considerando todos os valores adicionados ao objeto, desde a sua compra até a sua comercialização final, que poderão ser classificadas de diversas formas. Para Padoveze (2003), excluindo-se as situações específicas (produtos raros, demanda maior que a possibilidade de produção, monopólio etc.), quem dita o preço de venda é o mercado, variável que geralmente não é de domínio da empresa. Mas os custos são de domínio interno, portanto, pode-se fazer gestão dos mesmos, na busca da redução. Proporcionando, assim, maximização dos lucros.

Marras (2011), fala que todo custo, quando incluído em um planejamento estratégico, pode tornar-se um investimento para a organização. Muitas vezes, a

empresa é prejudicada pelo excesso de gastos e desperdícios desnecessários, uma boa gestão pode ser a solução para reduzir esses custos.

Para que a redução de custos seja eficaz não pode ser temporária, precisa ser permanente e ter uma visão ampla na empresa. A redução de custos pode ser vista como uma maneira em que a empresa, não por necessidade, mas por estratégia, deseja eliminar ao máximo as despesas da empresa. Ao contrário do corte de custos, em que a empresa tem de recorrer a essa estratégia como um recurso final, a redução de custos pode ser realizada para aumentar a produtividade e a porcentagem de lucro.

Reduzir custos através da gestão de pessoas requer um bom planejamento, não basta apenas planejar e executar, é necessário monitorar continuamente os resultados para que não se perca a metas estabelecidas. Afinal, gerir pessoas é colocar em pratica um conjunto de habilidades, métodos, políticas, práticas e técnicas que tem como finalidade administrar e potencializar o capital humano da empresa.

A gestão de pessoas trabalha com ferramentas e métodos para que o colaborador seja bem avaliado no processo de admissão, bem treinado e mantido na empresa e quando houver uma demissão que seja feita de forma adequada para que não haja custos com questões trabalhistas. Custos estes que podem interferir negativamente no financeiro da organização. A GP se preocupa em manter esse funcionário bem treinado e motivado, a demissão só e feita em última instancia.

A Gestão de Pessoas consegue reduzir essa parte financeira na questão de tempo, trabalho e manutenção, é mais viável para a organização manter um funcionário do que desliga-lo.

2.3 DIFERENÇAS ENTRE A MODERNA GESTÃO DE PESSOAS DA OBSOLETA GESTÃO DE PESSOAS.

Segundo Fisher e Fleury (1998), gestão de pessoas é o conjunto de políticas e práticas definidas de uma organização para orientar o comportamento humano e as relações interpessoais no ambiente de trabalho. A expressão gestão de pessoas surgiu em substituição da administração de recursos humanos, que é o termo mais comum usado para definir as maneiras de relacionar-se com as pessoas nas organizações.



Segundo Chiavenato (1999), as definições para a Gestão de Pessoas é o conjunto de políticas e práticas necessárias para conduzir os aspectos da posição gerencial relacionados com as pessoas ou recursos humanos, incluindo recrutamento, seleção, treinamento, recompensas e avaliação de desempenho.

Para Lacombe (2005), o ponto de partida é a formação de uma equipe competente: a qualidade do pessoal admitido é crítica. É preciso que não seja fácil para os competidores conseguir uma equipe com a mesma qualidade; a seguir, a condução dessa equipe para motivá-la e obter a lealdade e o comprometimento com a empresa e, finalmente seu desenvolvimento para aprimorar sua competência e conhecimento, por meio de programas de treinamento formais e informais.

Segundo Chiavenato (2000) para uma empresa ser bem-sucedida deve se olhar para toda sua estrutura organizacional, tendo sempre uma visão holística de um todo. Com a crescente globalização dos negócios e a gradativa exposição à forte concorrência mundial, a palavra de ordem passou a ser produtividade, qualidade e competitividade. Por esse cenário de instabilidade que ocasiona constantes mudanças no cenário organizacional, essas mudanças estão afetando diretamente todas as áreas das organizações.

Foi necessário desfazer antigas ideias dentro das organizações que eram mais tradicionais para conseguir se manter dentro do cenário econômico que se encontrava o mundo, pois por um longo período se cultivou a ideia de que o capital financeiro era o recurso principal de uma organização. Porém, vemos que a realidade é totalmente diferente, pois vimos grandes empresas que com um capital financeiro elevado acabaram falindo.

O capital somente será bem aplicado quando for inteligente, bem investido e administrado. Para tanto, administrar pessoas vem antes, durante e depois da administração do capital ou da administração de qualquer outro recurso empresarial, como máquinas, equipamentos, instalações, cliente etc. As empresas bem-sucedidas deram-se conta disso e voltaram-se para seus funcionários como os elementos que alavancam resultados dentro da organização. (CHIAVENATO, 2000, p.2).

Pensando nisso Bolgar (2002) disse que na medida em que há mudanças nas organizações por causa das constantes pressões e por conta da grande competitividade, será mais frequente e presente os novos papéis do profissional de

gestão de pessoas. É bem mais barato administrar a inteligência, do que tocar a organização somente com capital financeiro.

Por causa dessas mudanças de cenário as organizações tiveram que ter um olhar mais atencioso para a gestão de pessoas, pois é através dele que se admite, desenvolve e avalia em uma organização.

2.4 A VALORIZAÇÃO DAS PESSOAS PARA UM MELHOR AMBIENTE DE TRABALHO

Os colaboradores sejam eles internos ou externos, precisam estar cada vez mais empenhados e motivados nas suas atividades para trazer resultados, satisfatórios para a empresa. Esse fator se dá em função das mudanças que vem ocorrendo no mundo exigindo cada vez mais dos colaboradores e das organizações.

O desafio é ver o colaborador não somente como um funcionário, mas também como pessoa com capacidade e habilidades únicas para gerarem resultados positivos na organização. Quanto mais o colaborador estiver envolvido num grupo, mais disposto estará a oferecer sua força de trabalho para o todo.

Segundo Carvalho (2013), a motivação é uma importante ferramenta onde a conquista deve ser diária, pois seu resultado se dá através de como as pessoas são tratadas e vistas dentro da organização. E a gestão de pessoas é fundamental nesse processo de desenvolver através de técnicas e estratégias de integração entre todos os setores.

Um dos mais importantes conceitos dos programas de qualidade de vida está na premissa de que, somente se melhora o que se pode medir, e, portanto, é preciso medir para melhorar. Assim, é necessário avaliar de forma sistemática a satisfação dos colaboradores, pois, através desse processo será possível detectar a percepção dos trabalhadores sobre os fatores interventores na qualidade de vida no trabalho da organização. É dever da gestão de pessoas desenvolver, usar, reter e avaliar os colaboradores dentro da organização, sempre alinhado com as normas e política interna.

3. METODOLOGIA

Com o intuito de analisar a importância da gestão de pessoas na redução de custos de uma empresa, o método a ser abordado será o método dedutivo em uma pesquisa qualitativa com os colaboradores da empresa Metalúrgica Esplanada por meio de questionários de avaliações.

O procedimento será feito individualmente e contará com um questionário para o encarregado da produção, um mapeamento de setores e uma pesquisa de clima organizacional, onde cada questionário terá uma função específica dentro da pesquisa.

A pesquisa com o encarregado será feita para medirmos como podemos melhorar a parte administrativa para lidar com cada colaborador individualmente, O mapeamento de setores será usado para sabermos o que cada colaborador vê em seu setor que possa melhorar e a pesquisa de clima organizacional será feita para sabermos como está o relacionamento com cada colaborador entre si e seus colegas de trabalho.

A empresa conta com 27 colaboradores, dentre os quais serão escolhidos 10 para aplicar os questionários. O critério de escolha será primeiramente o tempo de empresa e em segundo será o setor em que cada um está alocado.

4. ANÁLISE DE DADOS

A realização das entrevistas teve como objetivo estudar como a gestão de pessoas pode contribuir na redução de custos de uma empresa. Foram entrevistados 10 colaboradores em um período de 5 dias, e para melhor compreensão do presente artigo iremos nomeá-los de A a J.

As informações para a apresentação dos resultados abaixo foram obtidas a partir de uma pesquisa com os colaboradores de uma empresa metalúrgica do polo industrial de Manaus. Os colaboradores foram escolhidos por seu setor e tempo de empresa. Conforme iremos analisar abaixo a tabulação de dados e análises de resultados foram feitas analisando referências de autores que contribuíram com o referencial bibliográfico e na minha opinião já formulada pelos estudos feitos para este projeto.

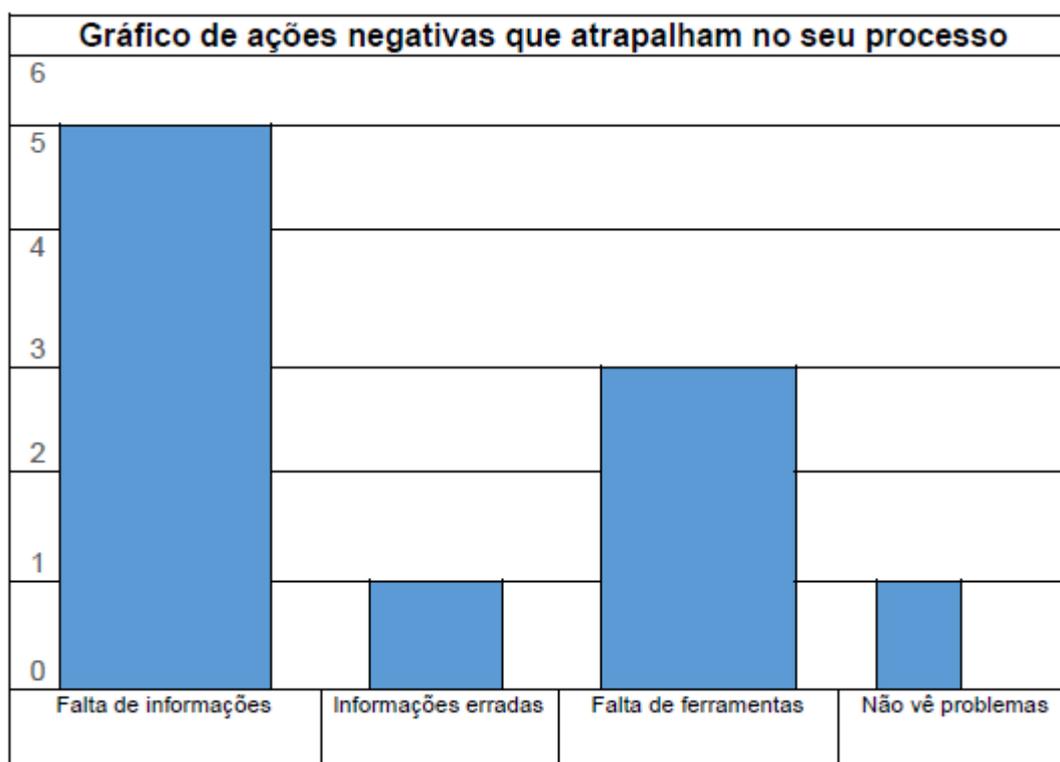
4.1 GESTÃO DE PESSOAS VALORIZANDO PESSOAS E REDUZINDO CUSTOS.

4.1.1 QUANTO AO REPASSE DE INFORMAÇÕES

Este tópico se refere a como as informações são passadas de setor para setor e como os colaboradores observam que ela se perde. Quem é o responsável por passar as informações do que é necessário se produzir no dia, todos responderam que é o supervisor da produção.

Quando indagados de que forma essas informações são passadas, responderam que é de forma verbal e poucas vezes formalizadas. A Figura 1 mostra a satisfação (na opinião individual) em relação a ações que atrapalham o processo de cada um.

Figura 1 - Ações negativas que atrapalham no seu processo



Fonte: Elaborado pelos autores.

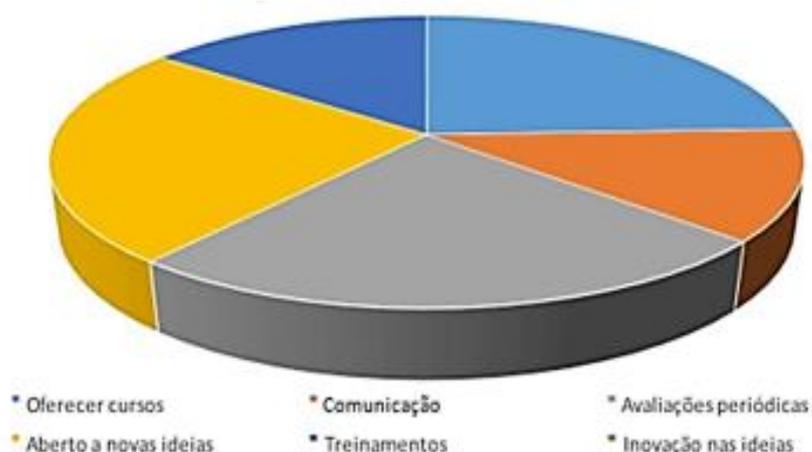
Quando questionados sobre quais ações podem minimizar os problemas os problemas citados acima, os colaboradores enfatizaram a formalização das informações. Destacar os colaboradores nessa direção os sujeitos da pesquisa b e j declararam respectivamente que: B) “trazer a informação certa e formalizar as ordens de produção.” J) “formalização na apresentação das informações e estabelecer previas das atividades que serão executadas”.

4.1.2 QUANTO AS EXPECTATIVAS SOBRE A EMPRESA

Este tópico apresenta os resultados obtidos sobre as expectativas e a visão dos colaboradores sobre a administração da empresa. Dentre todas as respostas as palavras que mais se destacaram foram a valorização dos colaboradores e suporte ao desenvolvimento, exemplo disso são as duas respostas dos entrevistados G: “Dando atenção às necessidades dos colaboradores e colaborando com alternativas que visem maior agilidade no desenvolvimento das atividades destes”.

A Figura 2 mostra as palavras mais ditas pelos colaboradores quando eles foram indagados de como acreditam que o setor de DP pode ajudar na valorização dos colaboradores.

Figura 2 - Como você acredita que o setor de RH pode ajudar na valorização dos colaboradores na empres?



Fonte: Elaborado pelos autores.

A resposta dos entrevistados enfatiza o que Chiavenato (2014) cita em seu livro “gestão de pessoas o novo papel dos recursos humanos” que a GP precisa atuar em quatro papéis distintos, e um deles fala sobre a competência em mudanças: a GP precisa funcionar como o carro-chefe da mudança, criatividade e inovação na organização, desenvolvendo as competências individuais, gerenciais, funcionais e organizacionais adequadas para isso.

4.1.3 QUANTO A REDUÇÃO DE CUSTOS

Este tópico se refere a como cada colaborador acredita que a empresa pode reduzir custos sem perder a qualidade. Entre as respostas que mais se destacaram,

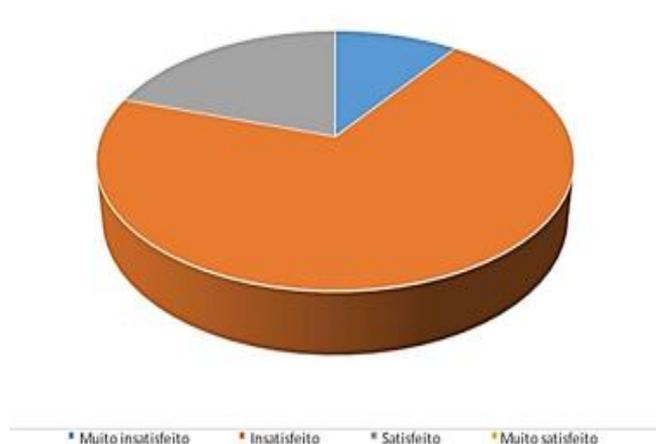


um colaborador citou uma fala muito importante. G) “acredito que sendo mais eficiente no uso dos recursos e fornecendo treinamento para os colaboradores, que muitas vezes por imperícia acaba comprometendo a produtividade da empresa”.

Um outro ponto muito importante que vemos em destaque sobre a redução de custo é a manutenção que sem dúvida interfere muito na produtividade e consequentes gastos não programados na empresa, os colaboradores citaram enquanto respondiam os questionários, que as máquinas e equipamentos ficam parados por muito tempo com peças quebradas ou problemas nos sistemas, o que acaba gerando gastos com manutenção o colaborador fica ocioso, e com isso muitas horas são desperdiçadas tanto com a máquina quanto com colaborador.

Em relação aos recursos materiais oferecidos pela empresa observemos a Figura 3.

Figura 3 - Satisfação em relação aos recursos oferecidos pela empresa.



Fonte: Elaborado pelos autores.

Observando o gráfico da Figura 3 vemos que 70 % dos colaboradores se sentem insatisfeitos com os recursos materiais oferecidos pela empresa, isso influencia diretamente na produtividade dos colaboradores e consequentemente na qualidade dos produtos, causando atrasos e mais gastos na produção.

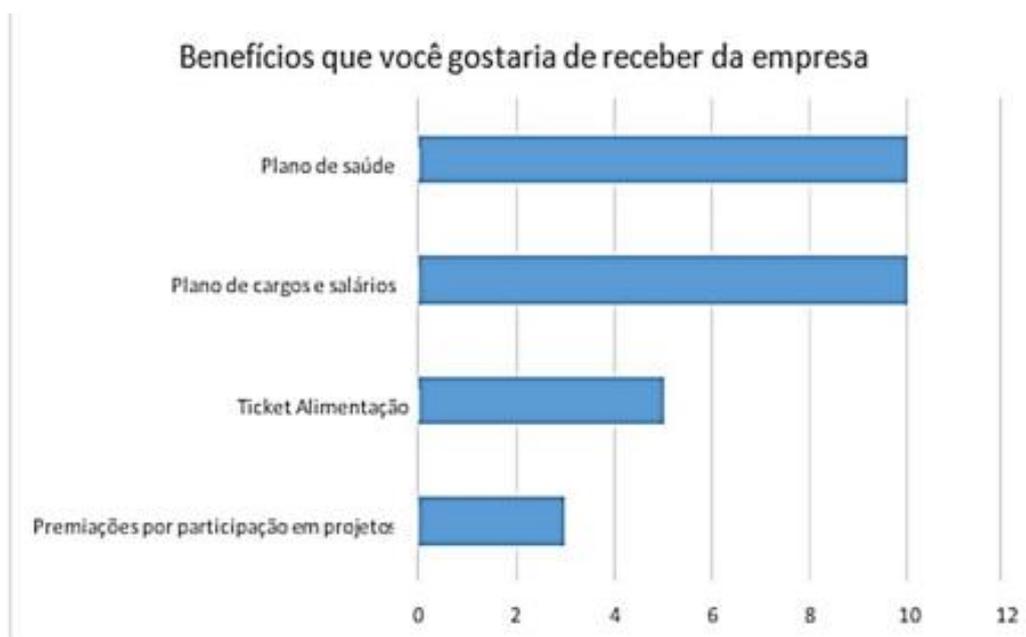
4.1.4 QUANTO A AUTONOMIA DE NOVAS IDEIAS

Os colaboradores foram questionados se a empresa oferecesse autonomia de novas ideias, e quais melhorias eles indicariam para sua valorização. Dentre as



respostas destaca-se uma que representa a muito bem o pensamento da maioria dos entrevistados: A) “valorização a partir de oportunidades de aprendizado com treinamentos custeados pela empresa e Ascensão na política de cargos e salários”. Observemos a Figura 4 sobre os benefícios que os colaboradores gostariam que a empresa oferecesse: vemos a singularidade nas respostas.

Figura 4 - Benefícios que você gostaria de receber da empresa.



Fonte: Elaborado pelos autores.

Como podemos visualizar no gráfico o maior solicitado é o plano de saúde e plano de cargos e salários. Vemos o quanto é importante olharmos com um olhar mais humano para esses colaboradores e enxergar suas necessidades. E a autonomia de novas ideias é uma ferramenta que pode ajudar nesse processo de perguntar para saber do próprio colaborador suas ideias para melhorias do setor e do ambiente de trabalho.

5. RESULTADOS

5.1 CONTROLE DE ESTOQUE DE EPI'S REGISTRO DE ENTRADAS EPI'S E INSUMO DE PRODUÇÃO

As estatísticas de acidentes de trabalho demonstram a importância de adotar novos procedimentos com o controle de estoque dos EPI's (Equipamentos de



Proteção Individual). Entregar os EPI's para os colaboradores demanda o planejamento e o controle de estoques para evitar a falta do EPI no local de produção e eliminar o desperdício. Além disso, reduzir os custos do próprio estoque dos EPI's.

Tabela 1 - Controle de entrada.

CONTROLE DE ENTRADAS						
Data da Compra	Código	Descrição	Fornecedor	Quantidade	Custo Unitário	Valor de Compra Total
01/09/2022	EP1000	LUVA DE ALGODÃO 4 FIOS	ALADIN MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO	0	R\$ 3,27	R\$ 0,00
01/09/2022	EP1001	LUVA DE RASPA CANO CURTO	ALADIN MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO	0	R\$ 12,57	R\$ 0,00
01/09/2022	EP1002	LUVA DE RASPA CANO LONGO	ALADIN MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO	0	R\$ 25,71	R\$ 0,00
01/09/2022	EP1003	LUVA PU PRETA	ALADIN MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO	0	R\$ 3,15	R\$ 0,00
01/09/2022	EP1004	RESPIRADOR PFF2	ALADIN MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO	11	R\$ 4,42	R\$ 48,62
01/09/2022	EP1005	RESPIRADOR OG306		3	R\$ 55,40	R\$ 166,20
01/09/2022	EP1006	FILTRO PARA RESPIRADOR GG 306		0	R\$ 18,10	R\$ 0,00
01/09/2022	EP1007	CAPACETE INDUSTRIAL		13	R\$ 19,57	R\$ 254,41
01/09/2022	EP1008	AVENTAL DE PVC	ALADIN MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO	4	R\$ 7,80	R\$ 31,20
01/09/2022	EP1009	AVENTAL DE RASPA	STRUTURAL	0	R\$ 38,30	R\$ 0,00
01/09/2022	EP1010	ÓCULOS DE SEGURANÇA ESCURO		0	R\$ 7,20	R\$ 0,00
01/09/2022	EP1011	ÓCULOS DE SEGURANÇA INCOLOR	ALADIN MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO	0	R\$ 3,50	R\$ 0,00
01/09/2022	EP1012	ÓCULOS DE SOLDA		1	R\$ 25,55	R\$ 25,55
01/09/2022	EP1013	LENTE PARA MÁSCARA DE SOLDA PEQUENA		0	R\$ 10,50	R\$ 0,00
01/09/2022	EP1014	LENTE PARA MÁSCARA DE SOLDA GRANDE		0	R\$ 13,90	R\$ 0,00
01/09/2022	EP1015	MANGOTE DE RASPA		5	R\$ 29,90	R\$ 149,50
01/09/2022	EP1016	MANGOTE DE PANO		0	R\$ 24,90	R\$ 0,00
01/09/2022	EP1017	PROTECTOR AURICULAR	ALADIN MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO	0	R\$ 1,20	R\$ 0,00
01/09/2022	EP1018	ABAFADORES		6	R\$ 58,41	R\$ 350,46
01/09/2022	EP1019	TOUCA DE SOLDA BRIM	ALADIN MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO	0	R\$ 12,53	R\$ 0,00

Fonte: Dados da pesquisa.

Como podemos visualizar no demonstrativo, no ato da compra desses EPI's, fica registrado as entradas dos materiais, informando quais os produtos, quantidade, custo unitário, fornecedor e valor de compra total.

5.2 PROCEDIMENTO DE ENTREGA/RETIRADA DE EPI'S E INSUMO DE PRODUÇÃO

A solicitação dos EPI's é feita através de documento próprio (Figura 5), onde o colaborador especifica quais EPI'S serão necessários para aquele determinado período. Já a solicitação de insumo de produção (Figura 6) será para controle de saída do almoxarifado. Com isso evitando uma parada na produção com a falta de insumo de produção e EPI's naquele determinado período.

Tabela 2 - Controle de saídas.

Data de Venda	Código	Descrição	Quantidade	Quantidade Devolvida	Data da Devolução	Quantidade Vendida	Estoque Acumulado	Preço Unitário	Valor de Venda Total
01/05/2022	EM000	FILME STRETCH MANUAL 4KG	1			1	1	R\$ 75,00	R\$ 75,00
01/05/2022	FER-AB003	DISCO DE DESBASTE 4PISO	1			1	24	R\$ 9,50	R\$ 9,50
01/05/2022	EM000	FILME STRETCH MANUAL 4KG	1			1	2	R\$ 75,00	R\$ 75,00
01/05/2022	EP000	LUVA DE ALGODÃO 4 FIOS	1			1	69	R\$ 3,27	R\$ 3,27
01/05/2022	FER-301005	ICAL CÔNICO PARA TOCHA DE SOL	1			1	1	R\$ 50,00	R\$ 50,00
01/05/2022	EP000	LUVA DE ALGODÃO 4 FIOS	6			6	69	R\$ 3,27	R\$ 19,62
02/05/2022	EP004	RESPIRADOR PFF2	1			1	30	R\$ 4,42	R\$ 4,42
02/05/2022	FER-AB003	DISCO DE DESBASTE 4PISO	1			1	23	R\$ 9,50	R\$ 9,50
02/05/2022	FER019	SERRA FITA 3 85M GRANDE	1			1	0	R\$ 169,57	R\$ 169,57
02/05/2022	FER-MAC004	MACHO M5 MÁQUINA	1			1	-1	R\$ 39,90	R\$ 39,90
02/05/2022	FER-AB005	DISCO DE FLAP 4PISO 6RO	1			1	11	R\$ 8,38	R\$ 8,38
05/05/2022	EM000	TITA DUREX 48X50	1			1	5	R\$ 9,40	R\$ 9,40
05/05/2022	EP000	LUVA DE ALGODÃO 4 FIOS	4			4	39	R\$ 3,27	R\$ 13,08
05/05/2022	EP004	RESPIRADOR PFF2	1			1	27	R\$ 4,42	R\$ 10,26
05/05/2022	FER-AB000	DISCO DE CORTE 4PISO 1MM	1			1	19	R\$ 3,32	R\$ 3,32
06/05/2022	FER-AB005	DISCO DE FLAP 4PISO 6RO	1			1	10	R\$ 8,38	R\$ 8,38
06/05/2022	EP000	LUVA DE ALGODÃO 4 FIOS	6			6	53	R\$ 3,27	R\$ 19,62
06/05/2022	PEC019	PREÇO 2812MM	1			1	2	R\$ 19,80	R\$ 19,80
06/05/2022	EP004	RESPIRADOR PFF2	1			1	28	R\$ 4,42	R\$ 4,42
06/05/2022	FER-MAC004	MACHO M5 MÁQUINA	1			1	-2	R\$ 39,90	R\$ 39,90
07/05/2022	FER-MAC008	MACHO M30 MÁQUINA	1			1	0	R\$ 150,00	R\$ 150,00
07/05/2022	FER-MAC011	MACHO M32 MÁQUINA	1			1	3	R\$ 139,90	R\$ 139,90
07/05/2022	FER-AB000	DISCO DE CORTE 4PISO 1MM	1			1	18	R\$ 3,32	R\$ 3,32

Fonte: Dados da pesquisa.

Após a entrega dos EPI's e insumo de produção para os colaboradores, é necessário registrar a saída desses produtos como forma de controle para podermos visualizar como está o estoque no almoxarifado. Assim iremos visualizar quais os produtos estão com o estoque mínimo para realização de uma nova compra. Com aplicação desse novo procedimento houve uma melhora significativa na gestão do almoxarifado, com objetivo de reduzir custos, evitando compras de materiais desnecessárias e paradas inesperadas por falta de insumo e EPI's na empresa (Figura 7).

Figura 7 – Controle de estoque.

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	ENTRADAS	SÁIDAS	SALDO	ESTOQUE MÍNIMO	STATUS	RECEITA TOTAL	CRIPO TOTAL
EP000	LUVA DE ALGODÃO 4 FIOS	79	69	10	15	Estoque Confortável	R\$ 320,00	R\$ 320,00
EP000	LUVA DE ALGODÃO 4 FIOS	9	9	0	2	Sem Estoque	R\$ 0,00	R\$ 0,00
EP000	LUVA DE ALGODÃO 4 FIOS	2	2	0	2	Estoque Confortável	R\$ 0,00	R\$ 55,42
EP000	LUVA PU PRETA	0	0	0	10	Sem Estoque	R\$ 0,00	R\$ 0,00
EP004	RESPIRADOR PFF2	30	19	11	15	Estoque Confortável	R\$ 48,84	R\$ 137,04
EP000	RESPIRADOR PFF2	1	1	0	2	Estoque Perigoso	R\$ 0,00	R\$ 19,62
EP008	FILTRO PARA RESPIRADOR DO SOL	3	3	0	2	Sem Estoque	R\$ 0,00	R\$ 0,00
EP008	FILTRO INDUSTRIAL	13	0	13	0	Estoque Confortável	R\$ 0,00	R\$ 134,42
EP008	RENTAL DE FUR	4	0	4	1	Estoque Confortável	R\$ 0,00	R\$ 35,30
EP008	RENTAL DE SERRA	2	0	2	2	Estoque Confortável	R\$ 0,00	R\$ 79,60
EP011	ÓCULO DE SEGURANÇA OCULAR	0	0	0	2	Sem Estoque	R\$ 0,00	R\$ 0,00
EP011	ÓCULO DE SEGURANÇA OCULAR	0	0	0	2	Sem Estoque	R\$ 0,00	R\$ 0,00
EP012	ÓCULO DE VISÃO	0	0	0	2	Estoque Perigoso	R\$ 0,00	R\$ 14,11
EP013	LENTE PARA MÁSCARA DE SOLDA REDENA	0	0	0	2	Sem Estoque	R\$ 0,00	R\$ 0,00
EP014	LENTE PARA MÁSCARA DE SOLDA GRANDE	0	0	0	2	Sem Estoque	R\$ 0,00	R\$ 0,00
EP015	MANGOTE DE SERRA	5	0	5	2	Estoque Confortável	R\$ 0,00	R\$ 145,58
EP018	MANGOTE DE FUR	0	0	0	2	Sem Estoque	R\$ 0,00	R\$ 0,00
EP017	PREÇO PARA ALARME	0	0	0	0	Sem Estoque	R\$ 0,00	R\$ 0,00
EP018	ARMADILHAS	6	0	6	1	Estoque Confortável	R\$ 0,00	R\$ 154,48

Fonte: Dados da pesquisa.

5.3 MANUTENÇÃO PREVENTIVA

Toda empresa seja indústria ou comércio precisa ter um modelo de manutenção de seus maquinários e aplicamos esse método de ter essa manutenção preventiva na empresa (Figura 8), com isso podemos ter as seguintes vantagens:

- Maior vida útil das máquinas gerando uma checagem regular permite detectar e corrigir problemas logo que surgem, facilitam a solução e mantendo o maquinário em sua melhor forma, prolongando sua vida útil.
- Menos interrupções e maior produtividade evitando surpresas, com paradas não programadas que colocam em risco a produtividade e qualidade dos produtos oferecidos pela empresa.
- Segurança para os nossos colaboradores reduzindo as possibilidades de falhas perigosas, tornando o ambiente de trabalho mais seguro e saudável para toda a equipe.
- Redução de custos com objetivo da economia de recursos é possível pela soma de todos os fatores anteriormente citados e também porque os cuidados regulares minimizam reparos ou substituições em estado crítico.

Figura 8 - Plano e cronograma de manutenção preventiva 2022.



Fonte: Dados da pesquisa.

Com isso elaboramos plano de ação e um cronograma de manutenção preventiva, com objetivo de reduzir o envelhecimento ou depreciação das máquinas,

agir antes de intervenções corretivas que resultam em custos altos e promover reparos que melhorem as condições dos equipamentos para o trabalho.

5.4 FISCALIZAÇÃO DOS PROCESSOS COMO FERRAMENTA DE QUALIDADE ENTRE OS SETORES

Era comum na empresa estudada ter muito retrabalho tanto por conta de erros no desenvolvimento quanto no processo produtivo. O retrabalho pode impactar a alocação de horas da equipe (a previsão de conclusão de determinado projeto aumenta conforme as coisas precisam ser refeitas), a produtividade dos colaboradores (dado que eles têm que refazer o que já haviam sido entregue) e o relacionamento com o cliente, que se frustra quando o resultado não sai de acordo com suas expectativas. Como vemos na Figura 9, no relatório a empresa era muito prejudicada com retrabalhos.

Figura 9 - Entrada para conserto ou reparo 2019 a 2020.

30/09/22 13:14 FOLHA: 1/6

PERÍODO: 01/01/2019 A 31/12/2020

CENTRO DE RESULTADO: 0 A 99999999

) CPOP: 5916 RET.MERC.REC.P/CONCERTO REPAROC. CUSTO: 1 ADMINISTRATIVO			
10,000	5.707,175	57.071,75	1.155,00
		57.071,75	1.155,00
		3.004.608,58	

Fonte: Dados da pesquisa.

Após a explicação do projeto de melhoria foram criadas reuniões diárias e semanais para treinamentos de cuidados no processo produtivo. Com um curto período de tempo foi perceptível a diminuição dos retrabalhos

5.5 COMUNICAÇÃO E REPASSE DAS INFORMAÇÕES

Um dos grandes problemas que a empresa tinha era em como as informações eram passadas, muitas vezes de formas verbal e poucas vezes formalizada, isso

acarretava ociosidade dos colaboradores que muitas vezes ficavam perdidos sem saber o que fazer (Figura 10).

Figura 10 - Ordem de produção.

ORDEM DE PRODUÇÃO													N.º OP. OP PCS.348 DATA DE EMISSÃO 02/10/2022	
CLIENTE Lighting		ORÇAMENTO GENÉRICO		TÍTULO DO PEDIDO				N.º ORÇAMENTO 0000		PRAZO DE ENTREGA			EMITIDO POR COLABORADORA 1	
Item	Código	Descrição	Qty (mm)	Material	Tret. superficial	Qtd	Dente Laser/ Plasma	Usagem	Doença	Solda	Platina / Bainha	Crescimento	Observação/ outros processos	
1	2003046	SUPORTE DRIVE SPI 023	1	ALUMÍNIO	SEM ACABAMENTO	35	SM	-	SM	-	-	-		
2	1300	SPI_ALCA_001	2	ALUMÍNIO	SEM ACABAMENTO	12	SM	-	SM	-	-	-		
3	1306	SPI_ALCA_002	3	ALUMÍNIO	SEM ACABAMENTO	15	SM	-	SM	-	-	-		
4	1307	SPI_EXTENSOR_000	2	ALUMÍNIO	SEM ACABAMENTO	254	SM	-	SM	-	-	-		
5	1308	SPI_EXTENSOR_002	2	ALUMÍNIO	SEM ACABAMENTO	156	SM	-	SM	-	-	-		
6	1318	SPI_EXTENSOR_2	2	ALUMÍNIO	SEM ACABAMENTO	30	SM	-	SM	-	-	-		
7	1315	SPI_L_000	2	ALUMÍNIO	SEM ACABAMENTO	24	SM	-	SM	-	-	-		
8	1313	SPI_L_003	2	ALUMÍNIO	SEM ACABAMENTO	30	SM	-	SM	-	-	-		
9	1314	SPI_BARRA_CAVITA_000	2	ALUMÍNIO	SEM ACABAMENTO	12	SM	-	-	-	-	-		

Fonte: Dados da pesquisa.

A forma encontrada de diminuir ao máximo esse problema foi deixar ao máximo a informação do que produzir no dia, portanto hoje é feito da seguinte forma, o gestor da produção se reúne com os colaboradores e passa as informações juntamente com a OP (ordem de produção) e o desenho técnico da peça com todas as especificações de medidas e processos que a peça irá sofrer até o processo final. Essa OP e o desenho técnico fica disponível em todos os setores por onde essa peça vai sofrer algum processo, para que o colaborador possa ter noção de quantidade e de qual o próximo processo que ela vai seguir no fluxo.

5.6 BENEFÍCIOS PARA OS COLABORADORES

Investir na oferta de benefícios para os colaboradores pode ser muito vantajoso para a empresa. Funciona como uma excelente estratégia para engajar os colaboradores e fazer com que os mesmos sintam que a empresa se preocupa com o seu bem-estar. Dessa forma, eles sentem mais confiança para serem bem-sucedidos e assim “vestem a camisa” da organização.

No período de 2019 a 2020 a empresa apresentava 4 benefícios para os colaboradores e de acordo com um levantamento feito sem impactar tanto nos custos da empresa, apresentamos para a diretoria benefícios importantes que poderíamos colocar na empresa (Figura 11).

Figura 11 – Benefícios para os colaboradores.

BENEFÍCIOS	
2019 - 2020	2021 - 2022
SEGURO DE VIDA	SEGURO DE VIDA
CESTA NATALINA	CESTA NATALINA
VALE TRANSPORTE	VALE TRANSPORTE
VALE COMBUSTÍVEL	VALE COMBUSTÍVEL
	PLANO DE SAÚDE
	VALE ALIMENTAÇÃO
	PLANO DE CARGOS E SALÁRIOS

Fonte: Dados da pesquisa.

A partir do ano de 2021 e agora 2022 acrescentamos mais três benefícios para os nossos colaboradores, como podemos visualizar acima são: Plano de saúde, plano de cargo e salários e vale alimentação que o colaborador tem duas opções que é VR alimentação ou VR refeição. É correto lembrar que mesmo a empresa oferecendo esse cartão, a mesma não deixou de fornecedor almoço no próprio local da empresa que é o nosso refeitório.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa abordou a área da gestão de pessoas, e estudou como a gestão de pessoas pode reduzir custos em uma empresa sem perder a qualidade e a valorização do colaborador. Discutiu-se os desafios da Gestão de pessoas no que diz respeito ao colaborador e as formas de valorização dos mesmos, bem como estratégias para elevar a motivação dos mesmos. Foi aplicado na pesquisa de campo

com mapeamentos de setores e questionários de verificação do clima organizacional para identificarmos falhas nos processos que poderiam nos esclarecer e responder o problema do presente artigo.

No que se refere a valorização dos colaboradores um aspecto a ser destacado é a falta de políticas de benefícios, pouco aplicadas na empresa, os colaboradores afirmaram se sentir desvalorizados e desmotivados, e esperam esse reconhecimento da administração da empresa.

No que se refere a esse processo os documentos analisados apontam que a empresa em questão estudada não formaliza a maioria de suas informações passadas deixando assim os colaboradores ociosos e muitas vezes perdidos nos setores.

Constatou-se que em relação a manutenção preventiva não existe e é somente corretiva, deixando máquinas importantes para produção paradas por horas, impedindo que muitas metas sejam batidas e o controle e plano de produção sejam prejudicados.

Conclui-se assim que a para reduzir custos a empresa precisa investir primeiramente em uma manutenção preventiva para evitar paradas inesperadas e colaboradores ociosos .um outro aspecto a ser considerado é a valorização dos colaboradores que só será bem aplicada quando vista não como um gasto, mas como um investimento no capital tão importante que é o intelectual. A mão de obra só é bem-vista quando vista como parte essencial de uma empresa.

Desta forma, a nova Gestão de pessoas entra nesse cenário justamente para valorizar pessoas através de incentivos, motivação e qualidade no trabalho. Colaborador motivado trabalha mais e melhor. A gestão de Pessoas sai da imagem antiga de um gasto desnecessário e passa a ser o setor que admite, cuida, mantém e desenvolve pessoas para uma organização mais organizada e focada nos objetivos.

REFERÊNCIAS

BOLGAR, P. H. **O papel do profissional de RH.** RH.com.br, n. 3374, set. 2002. Disponível em: <http://www.rh.com.br/Portal/Carreira/Artigo/3374/o-papel-doprofissional-de-rh.html>. Acesso em: 11 abr. 2019.

CAMPOS, V. F. **Gerenciamento da Rotina do trabalho do dia a dia.** São Paulo: Editora S. A, 1994.

CHIAVENATO, I. **Gestão de pessoas.** 2. Ed. Rio de Janeiro: Campus, 2004.



CHIAVENATO, I. **Gestão de pessoas**: o novo papel dos recursos humanos nas organizações. 4ª edição, editora Manole. Gerenciando pessoas. 3ª edição, editora Makron books, 1999.

CHIAVENATO, I. **Introdução à teoria geral da administração**. 6ª edição: editora campus 2000.

CHIAVENATO, I. **Recursos humanos**: o capital humano das organizações. 8ª edição, atlas 2008.

DUTRA, J. R.; HIPÓLITO, J. A. M. **Remuneração e Recompensas**. São Paulo: Atlas, 2014.

FLEURY, M. T. L.; FISCHER, R. M. **Processo e relações do trabalho no Brasil**. São Paulo: Atlas, 1998.

LACOMBE, F. J. M. **Recursos humanos**: princípios e tendências. São Paulo: Saraiva 2005.

PADOVEZE, C. L. **Controladoria estratégica e operacional**: conceitos, estrutura, aplicação. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.



PROJETO PROFISSIONAL INTEGRADOR: PLANO DE MARKETING DO EMPREENDIMENTO BARBER KING L.V2

Rimon Gonçalves Dos Santos¹; Lucas Adriano Monteiro Campelo²;
Naêde Lima de Souza da Rocha³

1. Acadêmico do Curso de Gestão Financeira da Faculdade La Salle Manaus.
2. Acadêmico do Curso de Contabilidade da Faculdade La Salle Manaus.
3. Professor da Faculdade La Salle Manaus, Orientador.
E-mail: naede.rocha@lasalle.edu.br

RESUMO

Esse trabalho tem como objetivo alavancar a atividade comercial em uma empresa especializada em cortes finos masculino. Com o intuito de identificar práticas de marketing de vendas que possam auxiliá-lo no alcance de resultados positivos. O presente estudo aborda a importância do marketing para os negócios e seus conceitos para auxiliar na busca por novos horizontes e oportunidades, que possibilitem a reformulação da imagem da empresa, mostrando o que ela oferece suas vantagens, oferecendo bons serviços, e como resultados, insatisfação dos clientes. Sendo assim, utilizando ferramentas eficazes como a análise de swot, análise de custos e inserção nas mídias sociais, esperou obter competitividade, eficiência e aumento na carteira de clientes do Estúdio Barber King L.V2.

PALAVRAS-CHAVE: Importância do Marketing. Oportunidades. Satisfação dos clientes.

INTRODUÇÃO

Atualmente o mercado vem sendo bombardeado por vários novos empreendimentos no ramo de estética, tendo um crescimento de 70% nos anos de 2012 a 2017 segundo relatório da agência Euromonitor, isso se torna perceptível, tendo em vista que, em algumas ruas há duas ou três barbearias próximas. Com isso, é necessário um plano técnico e científico para que o empreendimento Barber King L.V2 possa se destacar e chamar a atenção de futuros clientes.

Este trabalho tem por objetivo demonstrar de forma prática e teórica, a importância de um plano de Marketing para um empreendimento em desenvolvimento, demonstrando que é de extrema importância, conhecer o conceito de marketing que envolve as ações com produto ou serviço. Identificar as ferramentas do plano de Marketing: preço, estratégias promocionais, mídias digitais, custos, missão, visão e valores, análise de ambiente, definição de público-alvo, posicionamento de mercado, verificar os pontos fortes e fracos através da análise SWOT, definição de marca, definição de objetivos, metas e estratégias, estratégias de marketing, plano de ação,

avaliação e controle, e análise de resultado. Com um plano de marketing, fica mais acessível a busca por informações que ajudarão nesse propósito. Ciente da concorrência, fazendo uso das tecnologias para divulgação como aplicativos de mídias sociais. E como o Plano de Marketing pode possibilitar a combinação de bem-estar e custo-benefício ao empreendimento Barber King L.V2.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1. Identificar as ferramentas do plano de marketing.

Para um bom entendimento sobre o conteúdo proposto neste trabalho, inicialmente abordaremos o conceito de marketing. O marketing define-se como processos para criar, comunicar, distribuir e negociar ofertas que tenham valor para os consumidores e participantes com a abrangência da Internet (ZEITHAML; BITNER; GREMLER, 2014).

Uma das estratégias adotadas pelas empresas nesse mercado de alta competição é o aprimoramento e a inclusão de características adicionais ao que era comumente comercializado (CONRADO; NUNES-NETO, 2018). Segundo Kotler (2006), o objetivo do marketing seria conhecer e entender o cliente tão profundamente, que o produto ou serviço adequado autopromova a sua venda.

O consumidor está cada vez mais conectado à internet com isto o alto poder de influenciar e distribuir informações torna-se cada vez maior (GOBE et al., 2017). O primeiro ponto em um plano de marketing digital e a comunicação, e por último, destaca-se o fator tecnológico, relativo especificamente às novas tecnologias do mercado.

2.2. Verificar os pontos fracos do empreendimento

O ambiente tecnológico é o que tem propensão a apresentar transformações mais rápidas no macro ambiente em comparação aos outros. GABRIEL (2010) observa que é fundamental entender as transformações no ambiente de marketing, sendo que atualmente, um dos fatores que impulsionam tais mudanças é a disseminação das tecnologias e das plataformas digitais.



As mudanças tecnológicas, a globalização e os impasses sociais mudam o panorama empresarial vigente no mundo contemporâneo. Tais questões incitam as empresas, que criam produtos ou prestam serviços, a se adaptarem ao mercado obedecendo às prerrogativas nele exigidas. Assim, podendo adentrar-se ao contexto competitivo ora presente. Nesse contexto, o marketing apresenta-se como uma ferramenta fundamental para as empresas sobreviverem no mercado.

Assim, Kotler e Armstrong (2007) veem o marketing como responsável “por criar, promover, fornecer bens e serviços a clientes e estimular a demanda de uma empresa” (KOTLER; ARMSTRONG, 2007, p.04).

Elaborar um plano de marketing que possibilite ao empreendimento ser referência no ramo de atividade estética.

Para Kotler e Armstrong (2007, p.30), “o marketing apoia o planejamento estratégico da empresa de maneira detalhada para assim visualizar oportunidades dentro de um quadro competitivo”. Considerando o que foi exposto, o estudo vislumbra a elaboração de um plano de comunicação de marketing para a empresa Barbe King, com base em uma análise da situação de mercado a qual a empresa está inserida. Plano este que possa “norteá-la na coordenação de suas atividades com melhor aproveitamento das oportunidades de mercados, visando à construção de uma marca sólida e uma imagem de marca forte e favorável” (KOTLER, 2000, p.86). Para atingir o objetivo geral foram definidos os seguintes objetivos específicos: Buscar na bibliografia de marketing, planejamento de marketing e posicionamento da marca embasamento consistente.

Considerando que o Barber King é uma barbearia, especializada em cortes finos e decoração artística, tornou-se necessário fundamentar as estratégias de crescimento, com base, no Marketing digital, através da análise de mercado, onde foi possível compreender a realidade do empreendimento. Assim, traçar diagnóstico e identificar problemas a partir de ferramentas de Marketing e Comunicação expressas em um plano de marketing estruturado.

3.1 Preço

A estratégia de preço adotada objetiva o lucro, tendo em vista as projeções realizadas e os custos envolvidos. Esta foi embasada sobre a técnica Pesquisa de Preço, esse método de precificação serve para quando a empresa quer se manter

com destaque no mercado, e quanto o item custa, ou seja, o valor de venda, ou, do serviço prestado, é o maior diferencial do negócio.

Para isso, é necessário começar definindo quais concorrentes serão acompanhados. Alguns podem cobrar valores muito elevados e não representem uma ameaça para o empreendimento, o que deve ser considerado. Além disso, vale salientar que, por ser um empreendimento novo, deverá buscar atrair o público inicialmente, e este, com base na pesquisa de mercado, não costuma desembolsar valores fora da curva média para obter os serviços que serão ofertados.

3.2 Estratégias promocionais

Como a Barber Kings L.V2 é um empreendimento novo, busca-se, por meio de ações específicas de divulgação e de fidelização, chamar o cliente a conhecer os serviços, bem como o espaço físico, e agradando-o, para assim, torná-lo fiel.

3.3 Mídias digitais

Serão utilizadas as redes sociais Facebook, Instagram e WhatsApp para divulgar a marca, bem como para explicitar pequenos vídeos e fotos do profissional em ação e dos resultados alcançados após o atendimento. Serão divulgadas também promoções voltadas à fidelização, onde a assiduidade dos clientes poderá render brindes e até cortes gratuitos para estes, conforme as regras estipuladas.

3.4 Custo

Mais voltado à modelagem estrutural do estabelecimento, interno e externo, como pintura, compra de um espelho grande, compra da cadeira rotatória e de cadeiras para clientes à espera do atendimento, a instalação do ar-condicionado, bebedouro, wi-fi, televisão, bem como a compra dos instrumentos de trabalho, como a máquina de corte e acabamento, tesoura especial. Entre três reformas que a barbearia já passou, o custo chega em R\$ 23.000.

3.5 Missão

Desenvolver excelência nos serviços prestados, combinando bem-estar e custo-benefício. Dentro de um ambiente moderno e agradável, com atendimento personalizado e uso dos melhores produtos do mercado, busca-se oferecer uma experiência singular para o cliente.

3.6 Visão

Tornar-se uma empresa de referência no ramo de serviços estéticos voltado para o público masculino, gerando valores aos colaboradores, elevando a fidelização e satisfação dos clientes e sendo um exemplo em rentabilidade.

3.7 Valores

- Conduta ética;
- Comunicação clara e precisa;
- Equipe consistente e focada;
- Relacionamento transparente baseado na responsabilidade e confiança.

4 ANÁLISE DE AMBIENTE FATORES ECONÔMICOS

No cenário mercadológico das barbearias brasileiras, há um expressivo fluxo de crescimento, principalmente levando em consideração a atividade dos seus empreendedores em melhorar o seu empenho, ocasionando em um possível crescimento nos anos seguintes. Segundo um relatório da agência Euromonitor, ocorreu uma expressiva busca e consumo no setor de beleza masculina no território nacional, crescendo 70% em cinco anos, entre os anos de 2012 e 2017, arrecadando quase vinte bilhões de reais. Se o país prosseguir por esse caminho, poderá passar o líder global deste segmento, sendo este os Estados Unidos, e conseguirá chegar à marca de R\$ 26 bilhões em 2021.

Nesta perspectiva, a capital amazonense caminha para a mesma febre deste mercado. Com a média de duas mil barbearias cadastradas, de acordo com a estimativa da presidente do Sindicato dos Salões de Barbeiros, Cabeleireiros, Instituto de Beleza e Similares (Sisbisim), Cláudia Souza, a procura por esses procedimentos aumenta gradativamente. Este espectro já havia sido estimado em 2019, com uma previsão de 20% do crescimento, em consequência do que foi chamado de “boom das barbearias” em Manaus.

4.1 Fatores Socioculturais

Na barbearia o proprietário busca sempre atender todos os públicos mesmo que já tenha seu público alvo definido, entre homens, crianças e adultos, para o bem-estar da comunidade. Cada cliente tem seus modos de acordo com sua cultura,

religião ou até mesmo criação, o que muitas das vezes influencia no corte, em tirar ou não a sobancelha, barba etc. Levando em consideração seus princípios, é muito importante saber o que cada cliente necessita e o que busca ao chegar à barbearia.

4.2 Fatores Políticos/Legais

Todas as empresas possuem características específicas e diretrizes sobre a maneira de lidar com clientes, colaboradores, fornecedores, produtos, serviços e, principalmente, com a administração empresarial. Nesse sentido, a política empresarial padroniza a linguagem utilizada em todos os departamentos e operações, para que assim a comunicação entre todos aqueles que fazem parte do negócio se entendam e tenham alinhamento no dia a dia profissional, no sentido de caminharem juntos, rumo ao alcance do sucesso.

A barbearia tem como principal objetivo cuidar da vaidade dos seus clientes fazendo com que eles cuidem da sua aparência visando sempre pelo melhor atendimento com uma ótima qualidade e comunicação com o cliente. Todos os funcionários são sempre muito incentivados pelo proprietário a se aprimorarem mais com cursos, workshops etc. Para manter sempre sua qualidade, estar por dentro da moda e de todas as tendências disponíveis.

No momento, toda a sua documentação legal está em processo, como o alvará de funcionamento, para em breve ter seu documento, assim como seu registro de empresa, o CNPJ. Os seus impostos são pagos nos produtos utilizados no procedimento dos clientes. Na pandemia cumpriu todas as medidas legais estabelecidas pelo Ministério da Saúde para o bem-estar dos clientes.

4.3 Fatores Tecnológicos

Atualmente a empresa vem investindo na tecnologia, sendo a mesma uma ferramenta importante para facilitar e agilizar nos processos administrativos dentro das organizações reduzindo custos a longo prazo. Com a inovação tecnológica é possível oferecer um produto/serviço de qualidade. Pode-se contar com algumas tecnologias ajudam na comunicação, estoque, agendamento de horários, planejando, transferência de dados e muitos outros que permitirá uma facilidade maior ao empreendedor. Alguns exemplos de destes aplicativos são: Instagram, Facebook e WhatsApp.

A barbearia agenda seus serviços de acordo com a demanda do seu público, usando o Instagram como seu catálogo digital, o WhatsApp para reservar e agendar as datas e horários dos seus clientes. Com o avanço tecnológico e a pandemia, esses meios se aprimoraram e passaram a ser usados com mais frequência, melhorando ainda mais a sua comunicação com o cliente. Sendo assim, ao utilizar apenas um aparelho, seus clientes se sentem mais próximo da barbearia, podendo acompanhar de perto todas as novidades publicadas, mesmo que sua melhor divulgação ainda seja a boca a boca.

Com uma gestão mais eficiente e reduzindo os custos, a empresa passa a ter um benefício maior com os fatores tecnológicos, podendo aprimorar suas estratégias de marketing para atrair seu público-alvo.

4.4 Concorrência

Cada barbearia tem sua forma de trabalho, mas o que chama atenção dos clientes é o melhor atendimento possível, a melhor comunicação, precisando sempre de inovação para que a concorrência não a ultrapasse. O proprietário procura sempre ter seu público fiel para que mesmo que, a barbearia ao lado baixe seu preço, ele permaneça ali não só pelo preço do seu trabalho, mas por sua boa experiência mantida no estabelecimento. O empreendedor vende serviço, atendimento e produto. E em meio a tanta concorrência, busca sempre inovar com o mesmo objetivo de atrair os clientes para o negócio, mesmo com tantas diferenças, de classe social, culturas e crenças.

4.5 Fatores Internos

A empresa está em desenvolvimento, ainda não tem seu registro pela prefeitura, logo, sem CNPJ. O espaço foi reformado para melhor receber o cliente, possuindo uma rotina de domingo a domingo, atendendo a maior parcela de clientela no período da tarde/noite. A qualidade dos produtos que são disponibilizadas pelos fornecedores, segue a preferência do cliente, combinado com a excelência no serviço prestado, com técnicas de corte e aprendizado em novas técnicas para agradar o cliente.

5 ANÁLISE SWOT

Com base nas informações de Santos e Rimon (2022), identificou-se o seguinte, conforme Figura 1.

Figura 1 - Análise Swot



Fonte: Santos, Rimon. 2022.

5.1 Definição de Público-Alvo

Com base na análise Swot, o público-alvo em potencial para a barbearia é majoritariamente masculino, entre 15-30 anos, que morem no bairro ou em locais adjacentes da zona centro oeste da capital. Buscando alcançar pessoas interessadas nas tendências, que queiram inovar nos cortes de cabelo e no design de sobrancelha.

5.2 Posicionamento de Mercado

A empresa deseja ser conhecida, não só pela qualidade dos seus serviços, mas também pela generosidade e profissionalismo da sua equipe. Além disso, a Barber King é uma barbearia que tenta acompanhar as novas tendências da moda, sempre

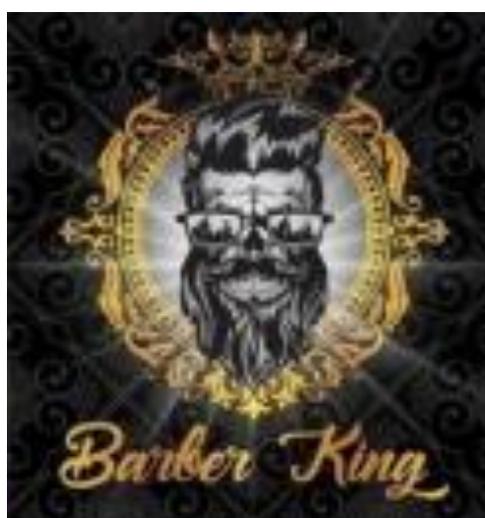


inovando nos seus cortes de cabelo. De modo a poder continuar prestando serviços de qualidade, a organização aposta nas novas tecnologias, como forma de inovação. Assim, a barbearia marca uma forte presença nas redes sociais e aposta na divulgação dos serviços, estando, mais facilmente, em contato com os seus consumidores para poder chegar aos novos clientes de um modo mais direto e claro.

5.3 Definição de Marca

NOME: Barber King L.V2

Figura 2 - Barber King L.V2 Símbolo



Fonte: Santos, Rimon. 2022.

A logomarca tem como objetivo expressar o tratamento ao cliente, portanto, pensa-se que o nome King que vem do inglês como tradução livre "Realeza", tem como ideia central de que, ao adentrar no estúdio, o cliente deve ser tratado como Alteza. As cores amarelo-ouro, que significa nobreza, assim como o símbolo da Barber king, expressado em forma de esqueleto com barba, tendo como significado a longevidade, mesmo que o corpo se decompõe fica o esqueleto, cabelos e barba.

5.3 Slogan:

O Slogan que o empreendedor usava era plagiada de uma marca famosa de lâminas de barbear, logo, tivemos que um desenvolver um outro totalmente original: "Barber King L.V2 Fazendo a melhor versão de você".



6 DEFINIÇÃO DE OBJETIVOS, METAS E ESTRATÉGIAS

6.1 Objetivos

A Barber King L.V2 é um estabelecimento em desenvolvimento, seus objetivos são de estabilização do negócio e crescimento:

Aumento de fidelidade; Posse do próprio espaço do estabelecimento; Ampliação do estabelecimento; Aumento dos clientes que buscam o serviço; uma organização melhor do administrativo.

6.2 Metas

- Investir 10% do lucro de 2022 em treinamentos para os funcionários até dezembro.
- Diminuir em 20% as despesas internas no até o último trimestre do ano para realizar melhorias no espaço.
- Aumentar em 30% a divulgação da empresa nas redes sociais para o último trimestre referente ao anterior.

6.3 Estratégias de Marketing

6.3.1 Ferramenta AIDALA

Fazer um planejamento de marketing e vendas ou serviço, considerando as limitações de recursos, tempo e conhecimento do empreendedor. As estatísticas variam dependendo da fonte, mas o empreendedor deve ter em mente que:

+1 = +5: Um cliente satisfeito influencia positivamente cinco novos clientes. -1 = -20: Um cliente insatisfeito influencia negativamente 20 outros. -1 = -5x: Um cliente insatisfeito custa o lucro de cinco clientes satisfeitos.

Nesse contexto, um dos planejamentos mais importantes para o sucesso do negócio é o de marketing e, principalmente, vendas ou neste caso, prestação de serviço. Grandes empresas separam as duas coisas, mas o empreendedor pode não ter recursos e conhecimentos para seguir esta lógica. Assim, marketing e vendas têm de ser tratados como partes do planejamento que têm o mesmo objetivo: aumentar as vendas com o mínimo de investimento em marketing.

Normal que se busque isso, mas poucos sabem fazê-lo de forma planejada, pois há pouca formação profissional em vendas nas escolas de negócios. E mesmo

os que tiveram alguma formação sentem dificuldades para aplicar o que sabem em negócios nascentes.

O conceito de AIDALA aparece apenas parcialmente nos livros de marketing, vendas e, principalmente, publicidade e propaganda. A sigla mais comum é AIDA, que remete a atenção (A), interesse (I), desejo (D) e ação (A). A ela, acrescentamos lealdade (L) e apóstolo (A).

Figura 3 - Planejamento de Marketing e Vendas

PLANEJAMENTO DE MARKETING E VENDAS		
ETAPAS	Ps PRIORIZADOS NESTA ETAPA	DECISÕES E AÇÕES QUE SERÃO EXECUTADAS PELA EMPRESA
Como chamar a atenção do melhor (maior) número de clientes potenciais?	<input checked="" type="checkbox"/> Produto <input type="checkbox"/> Preço <input type="checkbox"/> Praça <input type="checkbox"/> Promoções	Divulgar nas redes sociais os combos promocionais e o portfólio da barbearia.
Como fazer com que o melhor (maior) número de clientes potenciais se interesse pela empresa ou produto/serviço?	<input type="checkbox"/> Produto <input checked="" type="checkbox"/> Preço <input type="checkbox"/> Praça <input type="checkbox"/> Promoções	Fixar um preço padrão em uma tabela acessível, sem mudanças bruscas.
Como fazer com que o melhor (maior) número de clientes potenciais deseje adquirir o produto/serviço?	<input checked="" type="checkbox"/> Produto <input type="checkbox"/> Preço <input type="checkbox"/> Praça <input type="checkbox"/> Promoções	Priorizando um serviço de qualidade e um atendimento impecável, estando disposto a receber avaliações dos clientes.
Como facilitar a aquisição do produto/serviço?	<input type="checkbox"/> Produto <input type="checkbox"/> Preço <input checked="" type="checkbox"/> Praça <input type="checkbox"/> Promoções	Facilitar a locomoção do cliente, observando se há vagas no estacionamento ou pontos de ônibus próximos.
Como fazer para que o melhor (maior) número de clientes se torne leal à empresa?	<input checked="" type="checkbox"/> Produto <input type="checkbox"/> Preço <input type="checkbox"/> Praça <input type="checkbox"/> Promoções	Personalizar a recepção e preparar o funcionário para o atendimento ao público, mantendo assim um ótimo acolhimento.
Como incentivar o cliente fiel a divulgar a empresa para seus conhecimentos?	<input type="checkbox"/> Produto <input type="checkbox"/> Preço <input type="checkbox"/> Praça <input checked="" type="checkbox"/> Promoções	Oferecer descontos para o cliente que indicar e divulgar a empresa para um amigo.

Fonte: Campelo, Lucas. 2022.

7 PLANO DE AÇÃO

O plano de ações foi pensando em relação ao Instagram, torná-lo mais profissional, atraente para os visitantes e transformá-los em novos clientes.

Tabela 1 - Tabela de Plano de Ação

Ações (o quê)	Período (quando)	Como	Resp.	Custo previsto (quanto)	Desembolso no mês
Releitura de perfil trazer um novo layout para plataforma, um perfil mais dinâmico e profissional, com informações sobre o empreendimento o e no local.	01/11	Pesquisar sobre tendências que poderia ser feita para o perfil do negócio.	Rimon Santos	R\$ 00,00	R\$ 00,00
Tornar a publicidade, mais atraentes para o público. Publicação mais criativa como: dicas para clientes, tendências novas na área de barbearia, fotos e vídeos com uma estética modernas e envolvente.	05/10	Trabalhar com plataforma diferente, para achar engajamento no perfil. Pesquisar na internet sobre divulgações no Instagram.	Rimon Santos	R\$ 00,00	R\$ 00,00
Divulgações em outros perfis de maior alcance, e usar meios que impulsionem e atinjam mais usuários.	10/10	Busca de aplicativos gratuitos para impulsionamento do perfil. Divulgar em outras mídias sociais, pedindo interação para ajudar.	Rimon Santos	R\$ 00,00	R\$ 00,00

Fonte: Campelo, Lucas. 2022.

8 AVALIAÇÃO E CONTROLE

8.1 Tipos de Avaliação - Métricas de Mídia Social:

Usamos um tipo essencial de avaliação de marketing que é amplamente utilizado pelos profissionais de marketing, examinar as métricas de mídia social. Cada

canal tem seu próprio conjunto particular de indicadores-chave de desempenho que podem ser usados para examinar o andamento dos esforços de marketing, mas também existem métricas sobrepostas que podem ser usadas na criação de relatórios de mídia social.

Abaixo estão algumas das métricas usadas para determinar as campanhas de marketing de mídia social- Curtidas; Ações / Retweets / Reposts / Pins; Comentários; Cliques no link; Alcance. Métricas de Mídias Sociais como as citadas, são algumas das melhores maneiras de avaliar se uma campanha de marketing é bem-sucedida.

As evidências do plano de marketing da empresa Barbear King, foi a prova de que os planos foram postos em práticas. Como reuniões propostas, e as definições de metas e resultados.

8.2 Metas como posicionamento do mercado.

- Definições de marcas.
- Definições de objetivos.
- Estratégia de marketing.
- Metas.
- Aplicação (missão, visão e valores).

Figura 4 - Antes e Depois do Instagram da Barber King L.V2



Fonte: Campelo, Lucas. 2022.

Serão utilizadas as redes sociais Facebook, Instagram e WhatsApp para divulgar a marca, bem como para explicitar pequenos vídeos e fotos do profissional em ação e dos resultados alcançados após o atendimento. Serão divulgadas também promoções voltadas à fidelização, onde a assiduidade dos clientes poderá render brindes e até cortes gratuitos para estes, conforme as regras estipuladas. A barbearia agenda seus serviços de acordo com a demanda do seu público, usando o Instagram como seu catálogo digital, o WhatsApp para reservar e agendar as datas e horários dos seus clientes. Com o avanço tecnológico e a pandemia esses meios se aprimoraram e passaram a ser usados com mais frequência.

Esses meios tecnológicos melhoraram ainda mais sua comunicação com o cliente, sendo assim, ao utilizar apenas o aparelho, seus clientes se sentem mais próximos da barbearia, podendo acompanhar de perto todas as novidades publicadas, mesmo que sua melhor divulgação ainda seja a boca a boca. Com uma gestão mais eficiente e reduzindo os custos, a empresa passa a ter um benefício maior com os fatores tecnológicos, podendo aprimorar suas estratégias de marketing para atrair seu público-alvo.

9 ANÁLISE DE RESULTADOS

A partir das estratégias estabelecidas, na qual foram evidenciadas as redes sociais, em especial o Instagram, foram aplicadas as seguintes melhorias: a alteração na biografia do Instagram, organizando as informações do estabelecimento e personalizando de maneira que chame a atenção do possível cliente, através do uso de emojis e de detalhes diretos; a troca dos ícones dos nomes e a adição dos conteúdos nos destaques, as alterações das capas e dos títulos foram realizadas para deixar esteticamente menos poluída e mais atrativa no primeiro contato do cliente com o feed, além disso, os conteúdos, sendo essas fotos e vídeos, foram adicionados nesses espaços para produzir o portfólio da barbearia e permitir que os clientes conheçam os serviços e preços do estabelecimento.

Adotar um planejamento de marketing é de suma importância para quem deseja alcançar resultados satisfatórios de acordo com suas expectativas e metas, permite uma melhor coordenação das campanhas, assim como ajuda todo o time de marketing a enxergar suas funções, deveres, prazos e entregas.

A primeira parte do plano foi criado para aumentar o público e atrair novos clientes, então estudamos a fundo pontos que poderiam ou não melhorar para chamar atenção de possíveis novos clientes. O meio tecnológico foi uma vantagem para nos aprofundar nas redes sociais que seria nosso meio de divulgação das promoções e novidades, colocamos em ação nosso plano aplicando as promoções, melhorando o visual do Instagram, mudando coisas e tirando coisas desnecessárias. Agora está com um aspecto muito melhor para que os clientes entrem e vejam um ambiente mais limpo e harmônico. Aplicando nossas estratégias, facilitou todos os nossos resultados com o plano.

10 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O posicionamento da Barber Kings L.V2, tendo antes como única forma de promover seu negócio, era a famosa “boca a boca”, e sua rede social com pouco visualidade, após realizado todo processo do planejamento de marketing, desenvolveu-se uma nova perspectiva em torno do empreendimento, como novos seguidores e novos clientes, tendo esse como seu objetivo principal, e de acordo com proprietário atribuído ao trabalho de marketing como um todo.

A imagem única, diferenciada e relevante na mente do público, a nova configuração de seu negócio diz respeito a atributos do empreendimento ou do serviço, como preço, quantidade de corte ou o simples fato de aparecer na página das mídias sociais, assim como também está principalmente em fatores subjetivos, como os valores e significados atribuídos à marca.

São eles que despertam a identificação do público, conquistam um espaço na mente dos consumidores e influenciam suas decisões com relação ao serviço prestado. Depois, na criação de estratégias de marketing, o relato do empreendedor Rubens Gonçalves, possuinte da Barber Kings L.V2, o número de novos clientes tem aumentado gradativamente, embora a aplicação das estratégias fora em pouco tempo, mas já se pode notar novas pessoas no seu âmbito de trabalho.

REFERÊNCIAS

CONRADO, D. M.; NUNES-NETO, N. (EDS.). **Questões sócio científicas**: fundamentos, propostas de ensino e perspectivas para ações sociopolíticas. [s.l.] EDUFBA, 2018.



- GOBE, A. C. et al. **Serviços de Marketing**. [s.l.] Saraiva Educação S.A., 2017. Plano De Marketing. Disponível em: <https://www.mettzer.com/projects/plano-de-marketing-mega-geradores-do-brasil-58fe38f0441cc0000666ebf7>. Acesso em: 13 set. 2021.
- GOMES, Isabela Motta. Como elaborar **um plano de Marketing**. Belo Horizonte: SEBRAE-MG, 2005. 92 p.E-book.
- GOMES, Isabela Motta. Como elaborar um plano de Marketing. Belo Horizonte: SEBRAE-MG, 2005. 92 p.E-book.
- KATAGUIRE, Thyelli. **Análise SWOT**: tudo o que você precisa saber sobre essa ferramenta. SML Blog. Disponível em: <https://www.blog.smlbrasil.com.br/analise-swot/>. Acesso em: 25 mai.2021.
- MARQUES, José Roberto. **O que são políticas empresariais**. IBC, 05 ago. 2019. Disponível em: <https://www.ibccoaching.com.br/portal/rh-gestao-pessoas/o-que-sao-politicasempresarias/#:~:text=S%C3%A3o%20basicamente%20as%20pol%C3%ADticas%20internas,em%20qualquer%20n%C3%ADvel%20da%20empresa>. Acesso em: 25 mai.2021.
- MENSHHEIN, Rafael. **Concorrência em Marketing**. Portal do Marketing, 25 dez. 2021. Disponível em: https://www.portaldomarketing.com.br/Artigos1/Concorrencia_em_Marketing.htm#:~:text=Concorr%C3%Aancia%20em%20Marketing&text=Cada%20empresa%20que%20disponibiliza%20seus,o%20que%20o%20mercado%20deseja. Acesso em: 26 mai. 2021.
- NASCIMENTO, Luciano. **Mercado financeiro espera que taxa de juros Selic feche o ano em 5,50%**. Agência Brasil, 10 maio. 2021. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2021-05/mercado-financeiro-espera-que-taxa-de-juros-selic-feche-o-ano-em-550>. Acesso em: 23 mai.2021.
- OLIVEIRA, Wallace. **Entenda definitivamente o que é Análise SWOT**. Heflo, 19 set. 2018. Disponível em: <https://www.heflo.com/pt-br/swot/o-que-e-analise-swot/>. Acesso em: 25 mai.2021.
- REIS, Ana. Barbearia – Os 15 fatores importantes para montar uma barbearia de sucesso. **ExecutiveBeautyAcademy**, 11 jun. 2018. Disponível em: <https://www.executivehair.wordpress.com/2018/06/11/barbearia-os-15-fatores-importante-para-montar-uma-barbearia-de-sucesso-parte-ii/>. Acesso em: 25 mai. 2021.
- SERVIÇOS de beleza em Manaus devem crescer 20% em 2019, prevê sindicato. **Acrítica**, 18 jan. 2019. Disponível em: <https://www.acritica.com/channels/manaus/news/servicos-de-beleza-em-manaus-devemcrescer-20-em-2019-preve-sindicato>. Acesso em: 24 mai. 2021.
- SILVÉRIO, Faruk. Estratégias de Marketing: conheça os principais tipos. **Resultados Digitais**, 06 abr. 2020. Disponível em: <https://www.resultadosdigitais.com.br/blog/estrategia-de-marketing/>. Acesso em: 06 jun. 2021.
- ZEITHAML, V. A.; BITNER, M. J.; GREMLER, D. D. **Marketing de Serviços - 6.ed.:** A Empresa com Foco no Cliente. [s.l.] AMGH Editora, 2014. CAVALCANTI, Daniel. O que influencia o comportamento de compra? SLAC, 30 set. 2014. Disponível em: <https://www.slacoaching.com.br/o-que-influencia-o-comportamento-decompra#:~:text=O%20comportamento%20de%20compra%20domaior%20e%20mais%20profunda%20influ%C3%Aancia&text=%C3%80%20medida%20que%20cresce%2C%20uma%20percep%C3%A7%C3%B5es%2C%20comportamentos%20e%20prefer%C3%Aancias>. Acesso em: 26 mai. 2021.

As ideias e opiniões expressas nos textos publicados são de exclusiva responsabilidade dos seus autores e não representam a posição oficial do Congresso Amazônico de Iniciação Científica ou da Faculdade La Salle Manaus.

Caso necessário, os interessados podem contatar diretamente os autores por meio de seus e-mails, ou a Organização do CAIC: congressoicmanaus@lasalle.org.br



5º CONGRESSO AMAZÔNICO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

Educação e inovação conectando saberes.

20 - 24 de Junho de 2022



FACULDADE
LaSalle
Manaus